



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOSÉ IVAN DE OLIVEIRA FILHO

**A GERAÇÃO QUE NÃO DEVE SER ESQUECIDA: A CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA ESTUDANTIL CEARENSE NA RESISTÊNCIA À DITADURA
CIVIL-MILITAR**

FORTALEZA

2017

JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO

A GERAÇÃO QUE NÃO DEVE SER ESQUECIDA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA
ESTUDANTIL CEARENSE NA RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. César Barreira.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- D32g de Oliveira Filho, José Ivan.
A geração que não deve ser esquecida : a construção da memória estudantil cearense na resistência à ditadura civil-militar. / José Ivan de Oliveira Filho. – 2017.
202 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. César Barreira.
1. Ditadura civil-militar. 2. Memória. 3. Movimento estudantil. I. Título.

CDD 301

JOSÉ IVAN DE OLIVEIRA FILHO

A GERAÇÃO QUE NÃO DEVE SER ESQUECIDA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA
ESTUDANTIL CEARENSE NA RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 28/11/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Barreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro
Universidade de Pernambuco (UPE)

Para Kayo Augusto, tio Kayo, in memoriam,
Por tudo que me apresentou e ensinou.

AGRADECIMENTOS

À Instituição CNPq, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio e por me transformar em “estudante profissional”.

Agradeço ao professor César Barreira pelo guia que foi nessa travessia cheia de dificuldades e aprimoramentos. Agradeço pelo apoio e confiança diante do choque que foi perceber que num trabalho de longa duração não acontece milagres, sendo preciso muito mais que apenas virar algumas noites. Tem sido uma honra (conceito tão caro em suas pesquisas) trabalhar com você. Quem diria que aquele convite para gravar os depoimentos traria tantos frutos?

Agradeço à professora Danyelle Nilin por aceitar participar da banca. Seu trabalho foi um norte dentro dessa vastidão de livros, pesquisas e materiais sobre a ditadura civil-militar. Essa dissertação deriva diretamente de sua pesquisa e de seus comentários.

Agradeço ao professor Henrique Carneiro pela presença na banca. Estou ansioso para escutar seus apontamentos e leituras, sempre empolgantes.

Agradeço ao professor Fabio Gentile, que participou de minha banca de qualificação, pela ajuda com referências sobre a formação da ditadura brasileira e a disponibilidade para me ajudar a compreender o autoritarismo brasileiro.

Agradeço aos demais professores que participaram de minha formação como aluno, sociólogo, pesquisador e pessoa: André Haguette, Leonardo Sá, Luiz Fábio, Simone Simões, Jânia Perla, Valmir Lopes, Alba Carvalho e Jackson Aquino. Foi querendo ser um pouco como vocês que este trabalho se fez.

Agradeço especialmente aos amigos Antônio Sabino e Adolfo Hindenburg. A universidade é bem melhor com vocês.

Agradeço à minha mãe, que acha esquisito eu estudar tanto e ganhar tão pouco, mas mesmo assim me dá todo o apoio.

Agradeço ao Micky, que me ensina que “a vida é dura pra quem é mole”.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, minha “casa”.

“o paradoxo mais profundo da memória: o passado é “contemporâneo” do presente que ele foi. Se o passado tivesse de esperar para não mais ser, se ele não fosse passado imediatamente e agora, “passado em geral”, nunca poderia se tornar o que ele é, nunca seria este passado. [...] O passado nunca se constituiria, se não coexistisse com o presente do qual ele é o passado” (DELEUZE, 1999, p. 45).

RESUMO

O processo de abertura política ao fim dos anos 1970 foi negociado e conduzido pelos militares de modo a evitar atritos e permitir acomodações políticas. A Lei de Anistia de 1979 impunha o modelo do “esquecimento”, tratando crimes de agentes do regime como justificáveis, chamando-os de “crimes conexos”. O Brasil não realizou um exame do passado logo após o fim do período ditatorial, limitando-se à restituição pecuniária das vítimas do regime e a um pedido de desculpas, tratando a questão como da esfera privada. Em 2011 a presidência sancionou a Lei de nº 12.528 que regulamentou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), o derradeiro esforço de superar o “esquecimento”.

Esta dissertação de mestrado tem como ponto de partida a participação na Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará, que ocorreu entre março e junho de 2014 e se inseriu no movimento de desocultação oficial do passado proposto pela CNV. Foram ouvidos 28 depoimentos, que servem de base para o presente estudo, que também investiu em livros de memórias, documentários e outros registros.

Buscamos analisar a memória como uma composição inserida num campo de disputa por reconhecimento (Michel Pollak e Axel Honneth), permeada de negociações subjetivas e interpessoais. A memória é um componente central na construção da própria identidade, que se relaciona com o pertencimento a determinados grupos. Nesse sentido, a memória de nossos informantes compõe o que chamamos de “comunidade de memória”: uma identidade sustentada pela identificação geracional (Mannheim) e o compartilhamento de memórias em comum (Halbwachs).

Trabalhamos com três categorias de memória: a nostalgia, que se refere às boas lembranças e as histórias que reforçam e valorizam a identidade grupal; a denúncia, que registra a barbárie do estado de exceção e tem o dever de contar sobre as outras formas de violência e ofensa; por fim, a autocrítica, que problematiza o sistema de cobranças morais e a supervalorização das próprias capacidades.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; memória; movimento estudantil.

ABSTRACT

The process of political openness in the late 1970s was negotiated and conducted by the military in order to avoid friction and permit political accommodation. The Lei da Anistia in 1979 imposed the "forgetfulness" model, treating crimes of regime agents as justifiable, calling them "related crimes." Brazil did not carry out an examination of the past soon after the end of the dictatorial period, limiting itself to the cash restitution of the regime's victims and an apology, treating the issue as of the private sphere. In 2011, the presidency sanctioned Law 12.528, which regulated the Comissão Nacional da Verdade (CNV), the ultimate effort to overcome "forgetfulness".

This master's thesis has as its starting point the participation in the Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará, which occurred during March and June of 2014 and was part of the official unveiling movement of the past proposed by the CNV. A total of 28 testimonies were heard, which are the basis for the present study, which also invested in memoirs, documentaries and other records.

We seek to analyse memory as a composition inserted in a field of dispute for acknowledgment (Michel Pollak and Axel Honneth), permeated by subjective and interpersonal negotiations. Memory is a central component in the construction of one's identity, which is related to belonging to certain groups. In this sense, the memory of our informants composes what we call a "memory community": an identity sustained by generational identification (Mannheim) and sharing of common memories (Halbwachs).

We work with three categories of memory: the nostalgia, which refers to good memories and stories that reinforce and value group identity; the denunciation, which registers the barbarity of the state of exception and has the duty to count on the other forms of violence and offence; finally, the self-criticism, which problematises the system of moral charges and overvaluation of one's own capacities.

Keywords: civil-military dictatorship; memory; student movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

10ª RM	Décima Região Militar
AI-5	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ALN	Aliança de Libertação Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNM	Brasil: Nunca Mais
CA	Centro Acadêmico
CACB	Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua
CEC	Centro Estudantil Cearense
CESSC	Centro dos Estudantes Secundários do Ceará
CLEC	Centro Liceal de Educação e Cultura
CPC	Centro Popular de Cultura
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DA	Diretórios Acadêmicos
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
PF	Polícia Federal
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação do Brasil
ME	Movimento Estudantil
OBAN	Operação Bandeirantes
PCB	Partido Comunista Brasileiro/Partidão
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

POLOP	Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
POR(T)	Partido Operário Revolucionário Trotskista/4ª Internacional
SNI	Sistema Nacional de Informações
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	United States Agency for International Development
USIS	United States Information Service

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	TRAJETÓRIAS E ESCOLHAS DA PESQUISA	27
2.1	A comissão	28
2.2	A entrada abrupta	34
2.3	A prática da pesquisa	37
3	O CAMINHO DO ESQUECIMENTO	45
3.1	A distensão	45
3.2	Pelo esquecimento	47
3.3	Desvelamentos pontuais do passado	51
3.4	Finalmente, a comissão da nacional da verdade	55
4	RECONTANDO A HISTÓRIA	61
4.1	Uma genealogia da ditadura civil-militar	61
4.2	O movimento estudantil sempre esteve presente	68
4.2.1.	<i>E os estudantes cearenses?</i>	73
4.3	Por que lutam os estudantes?	76
4.3.1	<i>Narrativas de origem</i>	82
5	MEMÓRIAS EM COMUM	88
5.1	Memória, identidade, reconhecimento e autoestima	88
5.2	Memórias que devem ser registradas	96
5.2.1	<i>Reorganização e protesto contra a ditadura entreguista</i>	97
5.2.2	<i>O intenso ano de 68</i>	106
5.2.3	<i>Clandestinidade, cacoc de representação e o renascimento do ME</i>	117
6	A NOSTALGIA, A DENÚNCIA E A AUTOCRÍTICA	126
6.1	Nostalgia	127
6.1.1	<i>Os grandes feitos da geração revolucionária</i>	128
6.1.2	<i>As façanhas pessoais: o heroísmo</i>	138
6.1.3	<i>Gratidão e agradecimento</i>	149
6.2	A denúncia	154
6.2.1	<i>Ditadura, um estado de exceção</i>	155
6.2.2	<i>Narrativas de prisão e de tortura: o objetivo era humilhar</i>	159
6.2.3	<i>Outras formas de prejuízos e as vítimas inocentes</i>	164

6.3	A autocrítica.....	171
6.3.1	<i>Cobranças morais e desilusões com a luta</i>	172
6.3.2	<i>Conflitos internos e assuntos tabus</i>	180
6.3.3	<i>Do que riem os estudantes?</i>	188
7	SÍNTESE FINAL, LACUNAS E O PORVIR	192
	REFERÊNCIAS	196
	NOTÍCIAS CONSULTADAS	201
	LISTA DOS DEPOIMENTOS REALIZADOS NA CV	202

1 INTRODUÇÃO

Em julho de 2016 criei pela primeira vez uma conta no *Facebook*. Imediatamente fui procurar páginas que tratassem da memória da ditadura civil-militar por conta de minha pesquisa de mestrado. Fui pego de surpresa, fiquei espantado. Havia uma grande quantidade de defensores da ditadura que reproduziam frases tais como “ditabranda”, “morrem mais pessoas por latrocínio em seis meses no Brasil do que durante 21 anos de *regime militar*”, “Dilma Rousseff era uma terrorista” e “os militares salvaram nosso país dos comunistas”, e muitas outras. Acompanhando o discurso das pessoas que defendiam no Facebook a versão pró-ditadura, notei uma associação direta entre a rejeição ao governo de Dilma Rousseff com o sentimento anticomunista do anos 1960 e 1970. Uma ligação direta do passado com o presente. Todos os problemas eram causados pelo comunismo, supostamente empregado por Dilma e seu partido. É comum em suas falas relatarem que não faziam ideia dos “absurdos causados por terroristas como Dilma”, uma sensação de descobrir uma verdade oculta.

Essa revisão do passado ditatorial está intrinsecamente atrelada às condições do presente. O resgate do *período militar* do movimento conservador recente (ou de uma “nova direita”) é seletivo, escolhendo o que lhe interessa no passado para agir no presente, e esquecendo aquilo que é desvantajoso aos seus argumentos. Ou seja, é um revisionismo histórico para uso político. A lógica é que os militares evitaram que o país se tornasse Cuba em 64 e que, se não fosse os militares, o Brasil estaria como a Venezuela (sempre se referem à Venezuela como símbolo do projeto comunista/socialista). A oposição ao governo petista perpassa pelo resgate dos valores do “movimento de 64”. As opiniões sobre o que ocorre no presente retroagem sobre a visão do que ocorreu no Brasil no passado. A “tragédia” do presente é demonstração do que foi evitado pela “Contrarrevolução de 64”.

Por que os conflitos políticos atuais sofrem uma pressão inevitável de perpassar sobre a ditadura (ou seria apenas um *regime*?) civil-militar? Por que a luta de palavras entre “ditadura” e “regime”, “golpe” e “intervenção”, “torturadores” e “terroristas” é tão importante ainda hoje, após décadas? Por que há tanta confusão sobre o passado ditatorial, como se fosse recoberto de mentiras e farsas manipuladoras? Por que esse passado não é *esquecido*? Exemplo marcante disso foi Jair Messias Bolsonaro¹ assim ter discursado na plenária da

¹ Terceiro deputado federal mais votado do país nas eleições de 2014, sendo o primeiro pelo estado do Rio de Janeiro, com mais de 464 mil votos. Bolsonaro é provável presidenciável para 2018. Em sua página no *Facebook*, neste ano de 2017, Bolsonaro possui mais de 4,5 milhões de *likes*, marca superior às de Luís Inácio Lula da Silva (3 milhões) e de João Dória (2,8 milhões). Seus apoiadores põe uma tarja com a intenção de voto para Bolsonaro presidente em 2018 e o apelidaram de “Bolsomito”.

Câmara sobre o prosseguimento do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff no dia 17 de abril de 2016:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, **pela memória do coronel Carlos Albertino Brilhante Ustra², o pavor de Dilma Rousseff**, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim.

Depois do voto acima, a página em homenagem a Brilhante Ustra cresceu mais de 16.000% (O Povo, Fortaleza, 20/04/2016). Brilhante Ustra foi o sexto autor mais vendido de não-ficção da primeira semana de junho, com mais de 1.000 exemplares (Folha de S. Paulo, São Paulo, 03/06/2016); esgotado em muitas livrarias, pelas redes sociais se difundiu o arquivo PDF do livro que se tornou uma espécie de “bíblia” da versão pró-militar: *A Verdade Sufocada* de 2006. A OAB-RJ entrou com pedido de cassação de Bolsonaro pelo elogio a Brilhante Ustra, por apologia a tortura, mas teve seu pedido arquivado. Bolsonaro em suas falas exalta a religiosidade católica, o anticomunismo, o nacionalismo, a defesa da *família*, dos *valores* e da educação militar. Seus seguidores agradecem ao deputado por lhes ajudarem a se livrarem da “dominação” *esquerdista*, investindo nele suas esperanças num país melhor. Como um de seus principais apoiadores está Olavo de Carvalho, importante nome do movimento conservador brasileiro atual, o qual defende ser o futuro presidencial o único capaz de finalmente dar ao povo brasileiro um governo verdadeiramente de direita e cristão, algo que não ocorre desde a saída dos militares na chefia do poder executivo.

Jair Bolsonaro sempre foi um entusiasta da ditadura civil-militar brasileira, desde a primeira vez que foi eleito deputado federal em 1990 já era identificado pela causa militarista. O coronel Ustra já havia publicado em 1987 o livro “*Rompendo o Silêncio*” em resposta às acusações da então deputada Bete Mendes de ter sido torturada por ele nas dependências do DOI-Codi de São Paulo, livro no qual já continham as teses básicas de “*A Verdade Sufocada*”. Como fala Daniel Aarão Reis (2014: 11), a ditadura nunca cessou de

² Nascido em 1932, foi coronel do Exército e ocupou a chefia do DOI-Codi do II Exército (São Paulo) durante os anos de 1970 a 1974. Mesmo na reserva, sempre foi atuante nos Clubes Militares e no circuito entusiasta da ditadura civil-militar, exercendo papel de liderança. É o criador do *site* Terrorismo Nunca Mais (www.ternuma.com.br), clara referência ao Projeto Brasil Nunca Mais. É reconhecido como responsável por torturas sob o codinome “Dr. *Tibiricá*” por centenas de pessoas e o primeiro legalmente condenado por este crime. Depôs à Comissão Nacional da Verdade em maio de 2013 (depoimento disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pWsv4EndpfY>). Faleceu em outubro de 2015.

divulgar a sua versão da história: assim como fez Ustra, houve o *Projeto Orvil – as tentativas de tomada do poder*³, compelido em 1985 pelo CIE (Centro de Informação do Exército) em resposta ao projeto Brasil: nunca mais (BNM) coordenado pela Arquidiocese de São Paulo⁴. Gonçalves (2006: 167-196) analisa as páginas do *Ternuma* na internet, que é rotineiramente atualizada até os dias de hoje. A autora também estuda o *Grupo Guararapes* no Ceará, entusiasta do regime, expondo jornalistas que abertamente fazem uma crítica da versão “esquerdista” e que defendem a ditadura em jornais de Fortaleza. Isso demonstra que essa versão da história nunca deixou de existir, ou seja, não é algo “novo”.

Não é um fato inédito que haja apreciadores do regime civil-militar em nossos dias, ou uma novidade que exista aqueles que defendem um golpe de Estado como a saída para a “crise” atual. A luta pelo lugar de verdadeira versão do passado ditatorial de nosso país nunca foi encerrada, era apenas camuflada. Os clubes militares nunca pararam de comemorar o dia 31 de março e jamais houve um movimento das Forças Armadas de reconhecer suas violações de direitos humanos ou qualquer tipo de *mea culpa*. O discurso de Bolsonaro em seu voto expôs o conflito da memória que havia sido obrigado a se desenrolar nos bastidores e em abrigos desde o processo de abertura política no final da década de 70.

Essa versão da história entusiasta do regime se queixa de ser silenciada e esquecida pela imprensa e pelos livros. Para eles (Ustra, Bolsonaro, entusiastas do regime etc.) haveria uma dominação esquerdista da história oficial que os impede de divulgar as razões de ser dos órgãos de segurança e da “intervenção militar”. Aqueles que foram “terroristas” no passado hoje estão na cúpula do Poder, como a própria presidente Dilma. A História brasileira seria um caso inédito de monopólio da versão dos “perdedores”.

Replicam nas redes sociais argumentações de que nunca houve ditadura, porque havia eleições e sucessão de poder. Não houve um golpe, porque foi o Congresso que declarou vaga a presidência em 2 de abril de 1964. Argumentos que são os mesmos de Brilhante Ustra e do *Orvil*. Também divulgam as ações da esquerda armada, sobretudo a morte do soldado Mário Kozel Filho, vitimado numa ação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em 1968, e o atentado ao Aeroporto Guararapes de Recife de 1966, no

³ No *Orvil*, o CIE mapeou as organizações armadas e registrou suas ações, muitas vezes inflacionando a força militar dos grupos revolucionários. Como em *A Verdade Sufocada*, sustenta que havia diversos grupos armados anteriores a 1964 que se desenvolveram após a “revolução gloriosa” com o objetivo de tomar o poder e instalar uma *ditadura do proletariado*, financiados pelo bloco comunista internacional, o que justificaria as medidas

⁴ Figueiredo (2009) conta em seu livro as disputas no apagar das luzes da ditadura com a descoberta dos militares ligados à repressão política do Projeto Brasil Nunca Mais. *Orvil* foi escrito às pressas em resposta “desmascarando” a “farsa” do BNM. Sua publicação foi impedida pelo então ministro Leônidas Pires Gonçalves pela “pacificação do país”, o que relegou *Orvil* para uma circulação escondida e restrita entre militares e simpatizantes. Apenas na década dos anos 2000 que se começou a divulgar partes do “livro proibido”.

qual faleceram um jornalista e um vice-almirante (o alvo era o futuro presidente Costa e Silva). Para eles, esses acontecimentos são escondidos pelas forças comunistas que dominam o país. Curiosamente, defensores da versão pró-militar se queixam, semelhantemente às entidades de Direitos Humanos e aos anistiados políticos, do *esquecimento*. É preciso um esforço de compreensão do que seria esse “esquecimento”.

O quarto presidente militar, Ernesto Geisel (1974-1979), assumiu o comando do poder executivo apoiado pelo general Golbery de Couto e Silva buscando comandar uma distensão política “lenta, gradual e segura”. Em 1974 a esquerda armada estava praticamente anulada, os aparelhos de segurança do Estado recebiam vultosos investimentos e a satisfação popular ia muito bem com o último momento do “milagre brasileiro” e a censura da mídia. Essa configuração dava a possibilidade de conduzir o processo de abertura política que compensasse dois lados: o primeiro deles eram as pressões internacionais e políticas (apesar da repressão) pelo fim da ditadura e do outro lado havia a linha-dura militar que insistia na necessidade de prolongamento do estado de exceção decretado pelo AI-5. Depois de muitos manejos e tensões, a Lei de Anistia de 1979 (Lei nº 6.683) é decretada com o objetivo principal de evitar conflitos e permitir acomodações políticas (cf. Motta, 2014: 327). A Lei de Anistia é peça fundamental no desdobramento de nossa memória coletiva sobre o período ditatorial por estabelecer oficialmente a opção pelo esquecimento.

O *esquecimento* postulado pela Lei de Anistia é a posição de que os conflitos acontecidos durante o regime foram um “mal necessário” pela defesa nacional, que corria o risco de ser tomada por grupos comunistas revolucionários armados. Conforme essa visão oficializada, houve excesso dos dois lados, mas que agora estavam superados e pacificados. Estando o país a salvo dessa ameaça, depois do árduo trabalho dos militares, tornou-se possível o perdão tanto daqueles que se opuseram ao regime como dos agentes do Estado que cometeram “excessos”. Esses “excessos” foram tratados como “justificados pela situação” ou então que os agentes estavam “seguindo ordens”.

Ao não punir torturadores, a Lei perdoava os agentes que, *por acidentes de trabalho e necessidade de momento*, extrapolaram limites; e, com relação à oposição, a Anistia sinalizaria uma postura considerada pelo regime como “generosa” ao perdoar os “perdedores” da guerra, que poderiam reintegrar-se à sociedade brasileira apesar de terem se rebelado contra o “país”. O esquecimento deveria deixar os dois lados satisfeitos. “Virar a página”. Além disso, a Lei de Anistia sacramentaria o “sucesso” do regime comandado pelos generais ao retomar a democracia de forma pacífica, reforçando a imagem das Forças Armadas como “tuteladoras” do Brasil.

Contudo, a proposta de pôr *panos quentes* na questão não foi totalmente eficaz. Se do lado dos entusiastas do regime houve o processo de que falamos acima, de um forte sentimento de injustiça com a memória do período ditatorial, do *outro lado* (os familiares e apoiadores dos milhares de perseguidos e mortos pelo regime, os diversos setores da sociedade civil, as forças progressistas e os órgãos de Direitos Humanos nacionais e internacionais, dentre outros), não se acomodaram ao plano de esquecimento arquitetado por Couto e Silva. A luta pelo direito à verdade e à memória minou esse projeto, durante um longo tempo, até finalmente o país realizar uma Comissão Nacional da Verdade, quase três décadas depois de encerrada a ditadura civil-militar.

O estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, pela Lei nº 12.528 sancionada em 18 de novembro de 2011 e instalada em maio de 2012 com membros indicados pela presidência da república, foi a primeira tentativa de retirar a busca pela verdade e o registro da memória da iniciativa privada para uma versão de caráter oficial. Sua instauração despertou reações que correspondem a três grupos de memórias.

O primeiro grupo chama a CNV pejorativamente de “Comissão da meia-verdade” e é formado por entusiastas do governo civil-militar que acusam a CNV de parcialidade por só investigar as violações de direitos humanos por parte dos agentes públicos, pois para eles as ações da luta armada também deveriam ser incluídas nas apurações. Esquece-se que as ações da esquerda armada já foram amplamente investigadas pelos órgãos de segurança da ditadura e muitas delas divulgadas pela imprensa da época. Quando o Ministro da Defesa Celso Amorim em 2014 pediu *delicadamente* que as Forças Armadas oficialmente fizessem um pedido de desculpas à nação, gerais manifestaram por meio de nota que o Brasil vivia uma época de “conflitos fratricidas, na qual erros foram cometidos pelos dois lados” e que os que os militares fizeram foi “defender o Estado brasileiro de organizações que desejavam implantar regimes espúrios em nosso país” (Folha de São Paulo, São Paulo, 26/09/2014). Já em 2012, o Clube Naval criou a “Comissão Paralela da Verdade” que daria assessoria a agentes da repressão obrigados a depor na CNV e buscava evitar que a Lei de Anistia fosse revogada (O Estado de São Paulo, São Paulo, 14/05/2012). Para essa posição, ao invés de investigar, a população e os anistiados deveriam agradecer e enaltecer as Forças Armadas. Ou se permanece no estágio em que se está de esquecimento ou se parte para a luta de também punir os crimes das organizações clandestinas.

O segundo grupo é diametralmente oposto ao primeiro e defende não só a apuração dos crimes ocorridos como a revisão da Lei de Anistia pela punição daqueles que

cometeram violação dos direitos humanos. Um exemplo é a historiadora Dulce Pandolfi⁵, que em sua fala no simpósio especial “Cinquenta anos depois do golpe militar: Direitos Humanos, novas demandas, conflitos e controvérsias”, na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, falou sobre seu desejo de tornar o sofrimento por que passou nos *porões da ditadura* “uma dor geral” e que isso só seria possível pela coletivização das barbaridades acontecidas e a punição dos agentes a serviço da repressão. Reconhecendo que a anistia obtida em 1979 era a anistia possível diante do massacre enfrentado pela resistência contra o regime, ela argumenta que isso não pode ser impeditivo para a revisão da Lei de Anistia no presente. É preciso, portanto, *desindividualizar* a dor para haver o reconhecimento público que possibilite a elaboração nacional da ditadura. Só com a punição dos agentes envolvidos nas graves violações poderíamos *estar em paz* com a ditadura e rever a persistência do militarismo em nossa sociedade. O estabelecimento pleno da democracia brasileira só irá ocorrer com a responsabilização e a punição dos crimes perpetrados por agentes públicos durante a ditadura.

Por fim, há a opção de renegar o passado e olhar para o futuro. Para essa memória, os confrontos que ocorreram foram frutos do momento de tensão e tentar remexer no passado só pode abrir feridas que já estão “quase” cicatrizadas. Concordam com a posição pró-ditadura sobre as ações da luta armada terem sido errôneas, ou mesmo “criminosas”, mas também avaliam que os agentes de segurança cometeram graves violações de direitos humanos, mas que já foram suficientemente debatidas e esclarecidas. O principal ponto dessa posição é ser contra a revisão da Lei de Anistia.

Alfredo Sirkis⁶ escreveu à Folha de S. Paulo (São Paulo, 06/04/2014) que a Lei de Anistia foi “uma correlação de forças” que permitiu a libertação de presos e a volta do exílio. Como sinaliza pelo título de seu artigo, a revisão da anistia seria um “tiro no pé” porque, de acordo com uma pesquisa divulgada pelo mesmo jornal, a maioria participante do levantamento é a favor da revisão da anistia no sentido de punir aqueles responsáveis por “atos terroristas”, e não os torturadores e agentes do regime civil-militar como se esperaria. Para Sirkis, a prioridade não deve ser pôr na cadeia senhores com mais de 80 anos ou julgar atos de “jovens idealistas”, como ele próprio, num período de exceção. Seria preciso se preocupar com as repercussões atuais dos hábitos de tortura em vez de acontecimentos com

⁵ Dulce Pandolfi prestou um depoimento considerado emocionante na Comissão Nacional da Verdade em maio de 2013 no qual detalhou seu tormento sob tortura. Sua história aparece logo na segunda página do *Brasil: Nunca Mais*, depondo sobre ter sido usada como cobaia em treinamentos destinados a ensinar torturas no DOI-Codi carioca.

⁶ Deputado federal, autor do livro de memórias *Os Carbonários* publicado em 1980 e ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

mais de 40 anos. Finaliza classificando como um “erro político” a revogação da “anistia recíproca” que foi efeito de seu tempo e deve ser mantida. Nessa linha de pensamento, insistir na punição de torturadores é se manter num debate que deveria ser superado.

A opção pelo esquecimento havia predominado, com pequenos abalos, até o início dos trabalhos da Comissão da Verdade. Abrindo modestas exceções para ambos os lados, como as indenizações às vítimas e aberturas ao lado pró-ditadura⁷, a memória pelo esquecimento se sustentou com suas acomodações e negociações por mais de três décadas. Porém, a divulgação do Relatório Final da CNV e o discurso de Bolsonaro abriram as comportas da memória que foi represada durante tanto tempo. A pacificação do país era uma ficção que não se sustentava mais.

Após a divulgação do Relatório Final da CNV, em dezembro de 2014, o general Sérgio Etchegoyen se manifestou por meio de carta aberta contra a inclusão de seu pai já falecido, Leo Guedes Etchegoyen, como um dos 377 responsabilizados por “graves violações de direitos humanos”. Para o filho, seu pai foi vítima de calúnia e perversidade, sem direito a defesa. A CNV, com a inclusão do nome de seu pai, deixava “clara a natureza leviana de suas investigações e [explicitava] o propósito de seu trabalho, qual seja o de puramente denegrir” (in G1, Rio de Janeiro, 11/12/2014). Conforme apurou a CNV, Leo Etchegoyen, chefe do Estado Maior do Exército e supervisor das atividades do DOI-Codi, era elogioso com o tenente-coronel Cyrillo, reconhecido torturador, e participou de treinamento com agentes estadunidenses sobre métodos de torturas. Em maio de 2016, quando se tornou presidente em exercício, Michel Temer nomeou Sérgio Etchegoyen como ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, responsável acima do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa pela inteligência federal, coordenando sobretudo a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), herdeira do extinto SNI. O atual ministro-chefe Sérgio Etchegoyen já se posicionou a favor de maior controle dos movimentos sociais, como o MST, pois eles poderiam ameaçar a segurança institucional. As lutas do passado se estendem para o presente.

Mas esse não é um trabalho sobre a defesa de autoritarismos e torturadores. É uma pesquisa sobre o ato de recordar e contar a própria história de ex-estudante sob a ditadura e suas inter-relações como geradora de coesão e identificação. A memória tem um desenvolvimento histórico e interage com outras memórias, não sendo um elemento estático

⁷ Em 24 de junho de 2005 ocorreu uma Sessão Solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos *combatentes* das Forças Armadas que atuaram na Guerrilha do Araguaia. Essa sessão ficou marcada pela fala do Coronel Lício Augusto, que relatou ter presenciado o esquiteamento de João Pereira, de 17 anos, na frente da própria família a mando de José Genoíno Neto, então militante do PCdoB. De acordo com o coronel, era para dar uma lição aos moradores locais que teriam cooperado com os militares. Não sabemos a veracidade desse relato.

ou puro reflexo do passado. Além de reordenar o passado ao longo do tempo, a lembrança gera consequência no presente. O passado é um campo de disputa em constante reinterpretação e diferentes usos. Como recurso frente à tendência de absorção não-reflexiva das memórias contadas na Comissão aqui pesquisada, foi necessário um esforço de compreensão histórica em três camadas.

A primeira camada se refere à reconstrução dos estudos históricos e do contexto das memórias ouvidas. Compreender que o golpe de 64 não surgiu do nada e não foi encerrado com a saída de Figueiredo em 1985. Estarmos atentos que o desenrolar dos acontecimentos no Ceará se inter-relaciona com a trajetória do país como um todo. O estudo de nossa história é a narrativa da vitória de uma parcela interessada pelo esquecimento do período ditatorial, como algo que foi ingerido, digerido e depois expelido⁸, e portanto considerado encerrado. Contudo, os vitoriosos não conseguiram calar seus opositores. Houve um grande percurso até “Revolução” ser chamada de “ditadura” e os “terroristas” serem “vítimas” para uma parcela da população, sobretudo nos que depuseram à Comissão, mas que não é a única. Nesse sentido, o empenho nos estudos históricos sobre o passado autoritário ajuda a localizar no campo de disputa da memória os depoimentos, colabora na compreensão do local de fala e os interesses por trás das posições adotadas pelos depoentes. Contra a versão consagrada pelo esquecimento, a memória desde a abertura política não cessou de ser palco de disputas de outras duas memórias que se colocam como silenciadas, as memórias dos perseguidos e a memória autoritária.

A segunda camada de estudo é a história do engajamento estudantil na esfera política de nosso país. A tardia criação das universidades brasileiras, apenas no século XX, contribuiu para a formação de grandes expectativas sociais de os estudantes universitários representarem o futuro finalmente desenvolvido e moderno do Brasil. O Movimento Estudantil foi a escola de formação de lideranças políticas desde seu nascimento, na década de 30, e galgou reconhecimento e penetrabilidade no poder desde cedo. Quando se estabelece a ditadura, os estudantes já se colocavam para si o papel de resguardo dos interesses nacionais e do futuro do país, não aceitando o que parecia um claro desmonte subjugado a interesses imperialistas. A história do Movimento Estudantil brasileiro auxilia na compreensão da grande “missão histórica” que os estudantes outorgaram para si mesmos durante os anos 60 e 70, fazendo com que eles conquistassem o protagonismo na oposição da ditadura e representassem os *heróis da democracia*, principalmente na narrativa sobre o ano de 1968.

Por fim, houve a dedicação à história especificamente das lutas estudantis no

⁸ A metáfora é de Leonel Brizola (1922-2004).

Ceará, relacionando-a com a ditadura que houve no estado. Apesar do compromisso tácito entre os depoentes de salvar suas memórias e as compartilhar com o presente, inevitavelmente há equívocos e esquecimentos (propositais ou não). A história desse movimento auxilia na compreensão de uma linha do tempo dos acontecimentos, em que é possível relacionar o narrado nas falas com o registrado pela história. Prepara o pesquisador para as tentativas de convencimento que há nos depoimentos pela verdadeira versão do passado, mas sem recair no erro de achar na “história” a verdade dos fatos. Os trabalhos de Ramalho (2002) e Maia Jr. (2008) também estão inseridos no campo de disputa e defendem posições interessadas, mas com uma proposta “científica” de estudar o passado que qualifica o entendimento do processo histórico. A história do Movimento acrescenta elementos para uma visão crítica das memórias em jogo.

O intuito deste esforço de pesquisa, no entanto, não é criar uma “nova” história ou trazer novos dados para a historiografia do Movimento Estudantil cearense durante a ditadura. Nessa perspectiva, a história estará presente com a intenção, como no estruturalismo genético de Pierre Bourdieu, de historicizar a forma que o objeto foi problematizado. As maneiras que a ditadura militar e suas resistências foram pensadas estão inseridas em contextos históricos específicos, produzindo perguntas e respostas específicas.

O Brasil: Nunca Mais é um trabalho concebido contra o tempo para resguardar a memória das vítimas da repressão ditatorial e denunciar o regime autoritário que se encerrava impunemente. Por outro lado, o estudo de Rodrigo Motta (2014), *As universidades e o regime militar*, escrito quase 20 anos depois, já problematiza os aspectos ambíguos do regime, que por um lado reprimia a produção intelectual e por outro desenvolvia a pós-graduação do país, adotando uma análise nuançada sobre a ditadura e seus apoiadores e opositores. Essa diferença é possível pelos distintos momentos em que foram produzidos. Uma sólida base histórica é crucial para o reconhecimento da memória como produto de seu tempo presente. Com o passar do tempo, o aspecto de “acusação” e de “luta contra o esquecimento” dá lugar para estudos que se voltam para a complexidade da situação de estado de exceção e em oposição a binarismos determinantes, como “vítimas” e “torturadores”, “colaboracionistas” e “resistência”. Nessa mudança de enfoques, foi fundamental o impulso a novos estudos dado pela CNV, no qual se insere esta dissertação.

De março a junho de 2014 foram ouvidos os depoimentos da Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará, criada de comum acordo entre os reitores da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - portaria conjunta UECE-UFC nº 01, de 09 de julho de 2013. Foram 27 convidados que estiveram

vinculados à universidade, principalmente como estudantes⁹, que relataram sua história e sua memória da universidade em tempos de ditadura e a trajetória depois da universidade.

Nos dados colhidos pelo projeto Brasil: nunca mais¹⁰ (BNM), 58,68% dos atingidos pelos processos judiciais por motivos políticos tiveram acesso ao nível superior (4.619 dos 7871 conhecidos). Em 1965, os dados da CAPES é de que apenas 0,18% da população brasileira estavam matriculados em instituições de ensino superior (142.386 matrículas numa população de 79.837.000) (*apud* Sanfelice, 1986: 15). No Censo do IBGE de 1970 foi a primeira vez que a população urbana suplantou a população rural (56% de população urbana). Conforme o mesmo Censo, apenas 2/3 das crianças de 7 a 14 anos tinham acesso à escola. Ou seja, a educação era um direito restrito. No Ceará, o acesso ao ensino superior era mais restrito ainda, com 0,11% da população matriculada (4.152 para uma população de 3.611.000). Dos 3.698 atingidos que tinham ocupação conhecida nos arquivos do BNM, 906 (24,5%) eram estudantes no momento do processo: é a ocupação mais comum, seguida por profissionais liberais (16,2%) e trabalhadores manuais urbanos (13,5%). Esse dado não contabiliza os estudantes que tiveram que abandonar a universidade e entrar na clandestinidade no momento da prisão, o que nos faz supor que a participação de estudantes era ainda maior.

Existem 37 processos arquivados no BNM no Ceará. 708 pessoas naturais do Ceará foram atingidas (271 delas denunciadas, o restante é composto por indiciados, declarantes e testemunhas). Conforme a residência, 154 moravam na capital e 68 no interior do estado, totalizando 192 denunciados com residência no Ceará. Na pesquisa de Farias (2007), sobre a luta armada no estado do Ceará, ele pesquisou 34 militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que se engajaram no estado: 20 deles tinham até 25 anos em 1970 (58,9%) e 24 tinham como ocupação estudante (70,59%), além de dois que eram professores.

Esses dados demonstram a grande participação da parcela jovem e escolarizada do país na oposição ao regime, acentuadamente de estudantes universitários. Além disso, deixam claro que o acesso à educação era para uma fração muito pequena da população. Outro dado é que o enfrentamento contra o regime se desenrolava sobretudo nas cidades, enquanto o Brasil

⁹ Walmick Vieira e Valter Pinheiro foram presos quando já eram professores, mas a vivência de estudante da universidade ocupa lugar central nos seus depoimentos. A exceção é Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, que era professor antes de 1964.

¹⁰ Eles podem ser acessados no site do projeto: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>. É possível acessar todos os processos arquivados, porém alguns estão danificados, dificultando a leitura, como o processo 566 referente ao PCB no Ceará em 1964.

era marcadamente rural. Esse arranjo nos permite pintar este quadro: enquanto a oposição ao regime era urbana e universitária, o restante do país era rural e sem acesso à educação básica. As consequências dessa configuração são, de um lado, a relevância do espaço universitário no combate à ditadura, sendo os estudantes da época a parcela mais diretamente envolvida e vitimada pela repressão política. Por outro lado, o conflito decorrido do Estado ditatorial foi isolado do restante da população, sobretudo aquele que ocorreu no meio universitário nas décadas de 60 e 70. Conversando com pessoas idosas que não estiveram no centro das disputas políticas (universidade, sindicatos, cargos políticos ou Forças Armadas), suas memórias do período ditatorial não registram a repressão política. Com efeito, as lutas dos estudantes eram algo distante da maioria da população. A memória desse período para a grande parcela da população se refere às músicas, às novelas, aos programas de televisão – não é uma memória de perseguição e arbitrariedade. Não eram “Anos de Chumbo”.

Os ex-militantes advirem das classes com acesso à educação superior possibilitou maior visibilidade para os crimes cometidos pelo regime. Os estudantes galgaram posições sociais e espaços para a denúncia de torturas e medidas discricionárias. Puderam registrar suas memórias em livros, documentários, filmes e na grande mídia. Possuíram e possuem ferramentas para deixar viva a experiência contra a ditadura, não permitindo o esquecimento da *sua geração*. Como não houve movimento oficial do Estado brasileiro pela desocultação do passado até recentemente com a CNV, as iniciativas privadas tiveram capacidade de negociação política pela origem das camadas médias urbanas. Porém, a cisão entre as vítimas da repressão com o grosso da população criou uma situação de distanciamento como se a experiência de um Estado autoritário fosse para poucos. A denúncia da ditadura como algo distante. Como sabemos, as torturas, perseguições e arbitrariedades do Estado brasileiro não começaram com o golpe de 1964, pois suas origens são de ordem escravocrata.

O estudo da memória dos estudantes que sofreram com a perseguição política nos anos 60, 70 e 80 é um lugar favorecido para compreender o que foi a ditadura civil-militar e o que resta dela ainda hoje. Somado a isso, coletivizar sua memória contribui para reduzir o isolamento que as memórias dos perseguidos políticos possuem com a população em geral. Se o desafio é tornar a experiência ditatorial coletiva, a memória dos estudantes é excepcional para esse objetivo.

Esta pesquisa se propôs a estudar os depoimentos prestados na Comissão como o registro de uma comunidade de memória que compartilha uma identidade em comum. Essa identidade, vinculada ao aspecto geracional dos ex-estudantes terem envelhecido e compartilhado experiências semelhantes, luta por reconhecimento no sentido de registrar a

história do regime, não permitindo que se esqueça do que foi a ditadura, e por uma outra forma de reconhecimento, atrelado à valorização de si e do próprio grupo, enaltecendo as virtudes e as capacidades próprias da identidade assumida. É o momento de enaltecer aqueles que tiveram a ousadia de tentar “mudar o mundo”.

O momento em que se prestaram os depoimentos e em que se fez essa pesquisa é fundamental para a sua compreensão. Passados tantos anos do fim do regime e tantos esforços de denúncia e de reconhecimento, abriu-se a possibilidade de abordagens que se voltassem para outros aspectos da situação de arbitrariedade ditatorial, como o agradecimento pelos que ajudaram, as reflexões que criticam a visão binária do conflito e poder contar outras histórias além das conhecidas sevícias sofridas. Novos usos da memória são possíveis.

No 2, A Trajetória e Escolhas da Pesquisa, falamos sobre as escolhas metodológicas feitas ao longo do artesanato da pesquisa. Descreveremos a Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará, como foi a minha aterrissagem como ouvinte dos depoimentos e as facilidades e dificuldades de trabalhar com os testemunhos, principalmente na condição de *estrangeiro*.

No 3, O Caminho do Esquecimento, contamos o trajeto que levou à vitória da opção pelo esquecimento concretizado pela Lei de Anistia de 1979. O estudo do processo de abertura política e a omissão do Estado brasileiro no compromisso com a memória e a verdade são fundamentais para a compreensão do engajamento dos ex-perseguidos políticos como um grupo coeso na luta por reconhecimento. A memória se estabelece como forma de resistência frente ao esquecimento e fator de coesão do grupo que se constituiu como “ex-perseguido político”.

No 4, Recontando a História, buscamos fazer uma genealogia da ditadura civil-militar brasileira, atentando para a base de sustentação do regime, as características das Forças Armadas que estiveram no poder e as circunstâncias estruturais do Brasil durante o golpe. Neste capítulo fizemos uma recapitulação da participação estudantil ao longo da história do Brasil e no estado do Ceará, procurando entender o relevante envolvimento do ME durante o regime. Foi nesse momento que trouxemos as narrativas de origens para a militância de nossos informantes, que remetem às condições anteriores ao golpe.

No 5, Memórias em Comum, apresentamos nossas ferramentas teóricas para a compreensão dos depoimentos e, finalmente, entrelaçamos os acontecimentos da ditadura com os depoimentos prestados. Da repressão inicial à reorganização, com o crescimento que a “questão estudantil” foi tomando para o regime, até finalmente o total fechamento da ditadura com o AI-5. Contar a própria história na luta contra a ditadura é um dever moral consigo, com

o seu grupo e com o seu país, para não deixar esquecer. Na narrativa da própria história, ocorre uma negociação entre o passado e o presente, o individual e o coletivo na composição de uma boa memória para si, na qual se constrói a própria identidade. Nesse momento, reconstruímos o que chamamos de “cânone” da literatura sobre o regime civil-militar, que se refere abundantemente sobre os anos de 64 a 68.

No Tópico 6, Entre a Nostalgia, a Denúncia e a Autocrítica, analisamos os depoimentos sob três aspectos. O primeiro deles, a nostalgia, refere-se às boas histórias, à satisfação de poder contar o envolvimento com o Movimento Estudantil e de poder exaltar a identidade geracional; também foi nostálgico agradecer por aqueles que prestaram apoio. O sentimento de denúncia evidenciou o estado de exceção que foi o regime, que possuía o propósito de destruir moralmente os opositores. Finalmente, o sentimento de autocrítica expõe as rachaduras internas da unidade geracional, problematizando as cobranças que sofriam os militantes, os erros políticos e os conflitos internos, mas de modo sutil e camuflado, como se dá com o “riso”.

2 TRAJETÓRIAS E ESCOLHAS DA PESQUISA

Em vez de recair na ilusão de uma metodologia objetiva e impessoal que alcance a verdade, o propósito deste capítulo é narrar a trajetória da pesquisa, discutindo as dificuldades, facilidades e as escolhas tomadas ao se trabalhar com a temática de depoimentos da ditadura civil-militar. É preciso tratar a atividade de pesquisa como um artesanato intelectual cheio de idas e vindas, permeado de escolhas, fracassos, recortes e aprendizados. Nesse sentido, pesquisar é um trabalho corporal e como tal só se aprende na prática.

Diversos são os problemas sociais, tais como a violência, a pobreza, as desigualdades sociais e as lutas por direitos de minorias, nos quais os sociólogos são convidados pela “sociedade” a apontar “soluções” e “caminhos”. Porém, essa demanda social não pode ser cumprida. Na sociologia, fazemos um saber sobre a *verdade* que não é normativo ou imperativo. Na perspectiva weberiana, podemos apenas mostrar os meios indispensáveis, as repercussões inevitáveis ou as concorrências recíprocas (Weber, 1992: 375), não havendo “procedimento científico (racional ou empírico) de qualquer tipo que nos possa dar uma solução nestas questões [de escolha valorativa]” (ibidem). Dito de outra forma, o método sociológico não é capaz de julgar o que é melhor ou pior, muito menos de determinar qual seria o “melhor caminho”, mas pode mostrar inter-relações, correlações e interpretações de sentidos compartilhados.

Sem o trabalho de elaboração do objeto sociológico que neste capítulo tentaremos, a sociologia se torna refém das problemáticas e das ferramentas de análise pré-concebidas, as quais ela acaba por se tornar uma reprodutora não-consciente. Estudar os depoimentos de ex-estudantes que sofreram “graves violações de direitos humanos” por parte de agentes do Estado ditatorial é inserir-se num tenso campo de disputa de várias camadas. Como assinala Bourdieu (2011a), uma das principais armas contra a incorporação não-reflexiva de concepções (que são sempre políticas e interessadas, apesar de se apresentarem como *a verdade dos fatos*) é historicizar o objeto. É preciso fazer a história social do que foi a ditadura militar, do seu processo de distensão e da figura do *herói da luta pela democracia*. Essas representações passaram por diferentes estágios ao longo da história (*Revolução, esquecimento, terrorista, subversivo, preso político, anistiado político, herói, delator* etc.) que reproduzem as disputas ao longo do tempo. Não há somente disputas a nível macrossociológico: dentro da comunidade de memória dos nossos informantes há também um processo de construção de uma memória em comum que possui uma história e está

relacionada com o momento de fala, que enquanto tal silencia e controla narrativas *subterrâneas*.

2.1 A comissão

O tamanho de nosso país e a quantidade de material que não havia sido registrado oficialmente, por conta da proposta de *esquecimento*, fez com que a CNV optasse pela criação de comissões estaduais e setoriais que lhe alimentassem com seus achados, aumentando assim a eficiência e a profundidade da investigação. Dentre as comissões setoriais, há aquelas que investigam as violações aos Direitos Humanos ocorridas contra sindicalistas, jornalistas, políticos, militares e, o que é objeto de estudo aqui, contra estudantes, funcionários e professores na esfera das universidades. As comissões das universidades logo obtiveram destaque, porque foram espaços de conflitos e de grande interesse estratégico para o regime, que queria modernizar o sistema de ensino superior, mas fazer isso de forma autoritária. Também pela importância da luta de jovens universitários, principalmente organizados no Movimento Estudantil.

No ano de 2014 foi criada a Comissão da Verdade das Universidades do Ceará (CV ou Comissão). No documento oficial da Comissão há seu propósito:

As contribuições desta Comissão servirão de subsídios para a Comissão Nacional da Verdade, no que se referem, fundamentalmente, à identificação e à informação sobre professores, alunos e funcionários presos, e que sofreram torturas, desapareceram ou foram mortos, bem como os docentes que foram banidos e os alunos impedidos de frequentar as universidades.

Um das principais fontes de dados para a Comissão foram os depoimentos de pessoas pertencentes à universidade que sofreram violação de direitos humanos, num total de 27 pessoas em 28 depoimentos (Helena Serra Azul testemunhou por duas vezes), com relatos de uma hora e meia em média, totalizando quase 45 horas de gravações em áudio e vídeo.

A Comissão da Verdade investiga as violações de direitos humanos na UFC¹¹ por três fontes: os documentos oficiais da universidade e dos órgãos de informação do regime; a literatura sobre o tema em teses, dissertações, monografias e livros e, como já falado, entrevistas com os estudantes da universidade durante o período que foram vítimas da

¹¹ A criação da UECE é de 1975 e a da UNIFOR, de 1973. Apesar do nome da Comissão ter “universidades”, no plural, os depoimentos se referem fundamentalmente à UFC. Por terem sido criadas após o período do ciclo repressivo iniciado no AI-5 (Motta, 2014: 148), na realidade os entrevistados são alunos da UFC e de faculdades agregadas à UFC à época, que só depois se incorporariam à UECE, como a Faculdade de Administração do Ceará e a FaFiCe (Faculdade de Filosofia do Ceará).

repressão, a exceção de Diatahy Bezerra de Menezes. A Comissão reuniu professores e estudantes da UFC e da UECE de diferentes áreas, como o professor César Barreira das Ciências Sociais (UFC) na posição de presidente, a professora Helena Serra Azul da Medicina (UFC), o professor Eudes Baima da Pedagogia (UECE), a professora Glaucíria Brasil do Serviço Social (UECE), o professor Giovani Jacó das Ciências Sociais (UECE) e a professora Virgínia Mendes das Ciências da Informação (UFC). Ocorrendo na Reitoria da UFC, os depoimentos tinham um aspecto de solenidade, pois aconteciam na sala de reuniões do vice-reitor, que é composta de uma larga mesa de quase cinco metros, vários lugares com confortáveis cadeiras e serviço de copa prestado pela reitoria. Geralmente aconteciam no período da manhã nas segundas, quartas e sextas-feiras. Algumas vezes os depoimentos se seguiam um ao outro e houve participação conjunta dos depoentes na sala, permitindo troca de ideias e de lembranças.

A relação dos nomes a serem chamados pela Comissão foi sendo desenvolvida ao longo do processo. Alguns deles são tidos como “obrigatórios” ao se falar dos estudantes na resistência à ditadura, a exemplo de Inocêncio Uchoa, João de Paula, Helena Serra Azul e Ruth Cavalcante, dentre outros. O estabelecimento desses nomes “canônicos” ocorre por diversas razões: reconhecimento adquirido internamente entre os ex-militantes, as diversas entrevistas já prestadas em jornais e livros, as posições de destaque que ocuparam no Movimento Estudantil e o prestígio que possuem no presente, obtido seja pela atuação na Comissão de Anistia, na política sindical ou partidária, ou pela própria história de resistência às torturas e à prisão. Eles fazem parte do imaginário sobre a resistência estudantil aqui no Ceará e são entrevistados pelas outras pesquisas sobre o tema aqui no estado. Já outros nomes surgiram durante as próprias falas, como sugestões de nomes propostas pelos entrevistados ou acontecimentos lembrados durante os depoimentos que mereceriam maiores esclarecimentos.

Os nomes acrescidos se davam pelos dados que poderiam possuir, como documentos (a expulsão pelo Decreto 477), lembranças relevantes (articulação pela chapa de Homero ao DCE, por exemplo) e experiências que eram pouco conhecidas (tentativas de representação do ME pós-AI-5, no DCE clandestino). Essa troca e sugestões de nomes tornou a lista dos depoentes uma *construção coletiva*, isto é, como um trabalho de cooperação entre os membros da Comissão e os depoentes. Um exemplo disso foi o convite feito a Francis Gomes Vale, que foi citado por alguns depoentes como possuidor de uma excelente memória sobre o movimento estudantil e a universidade, o que deu legitimidade ao seu convite apesar de não ter sido preso ou ter sofrido “claramente” uma violação:

Nisso ainda, antes de 66, ou melhor, fins de 66 e começo de 67 [dúvida sobre a eleição de Homero para o DCE] ... *ah, sugiro uma pessoa que vocês poderiam chamar porque tem um registro muito bom dessas coisas: quem tem uma excelente memória é o Francis Vale. O Francis viveu isso tudo e tem uma memória fantástica!*¹² (João de Paula Monteiro, depoimento em 04 de junho de 2014)

Os trabalhos chegaram a ter, em certo momento, uma lista de quase 80 nomes a serem convidados. Esta soma foi alcançada porque muitos dos componentes da CV participaram diretamente dos eventos e conheciam muitos dos que se engajaram na militância contra o regime, como Helena Serra Azul, porta-voz autorizada dos presos políticos do período e muito requisitada para dar depoimentos públicos e aos meios de comunicação, e César Barreira, que foi presidente do CESC no ano de 1968 e participante das lutas universitárias pós-AI-5, muito conhecido e reconhecido pelos depoentes.

Por conta da grande demanda de tempo que levaria todos esses nomes em entrevistas de profundidade, a Comissão selecionou a partir dos critérios de escassez de dados (convidar alguém que vivenciou um período pouco relatado até o momento), de possibilidade logística (José Genoíno foi uma importante figura do ME da década de 60, mas se encontrava preso) e de relevância dos danos sofridos (ter sido preso ou sumariamente expulso da universidade), chegando finalmente aos 27 nomes. Nos últimos depoimentos se notava uma repetição nas memórias e a Comissão julgou ter alcançado uma saturação suficiente para escrever seu relatório, o que, somado à data imposta pela CNV para o seu envio, levou à Comissão a paralisar os trabalhos em 30 de junho de 2014, com o depoimento de Assis Aderaldo.

Um dos mais importantes critérios para o convite, além de ter pertencido à UFC, é o de ter sido preso. A prisão aos moldes da Ditadura (por meio de sequestro, sem direitos à defesa) é considerada uma clara violação aos direitos humanos, o que dá legitimidade à vítima de falar sobre sua história e de seu sofrimento. Contudo, nem todos que tinham sido presos foram torturados de maneira cruel, e nem todos que militaram no ME entraram na clandestinidade após o AI-5. Também se trouxe depoentes que tiveram destaque como liderança estudantil, mas não adentraram na luta armada, por exemplo.

¹² A indicação do nome de Francis Vale se deu pela proximidade que ele tinha com Homero Castelo Branco (Francis era o nome preferido por Homero para sua sucessão em 67, mas foi recusado pelas outras forças). Além de João de Paula, Carlos Augusto, o *Patinhas*, e Marcos Sampaio foram outros que falaram da boa memória de Francis. De fato, quando depôs, Francis se lembrava dos nomes completos de diversos professores e alunos, de eventos e de datas precisamente, confirmando o conselho dos entrevistados.

A oportunidade de se ouvir outras narrativas, não apenas as de denúncia ao Estado ditatorial que torturava e matava opositores, deu espaço para pessoas e histórias não tão conhecidas pela memória em comum dos ex-estudantes que formam o “cânone”. Houve abertura para casos pouco divulgados, como o de Edson Pereira, Aimberê Botelho e Valter Pinheiro, que não tinham sido entrevistados ainda por nenhuma das pesquisas acadêmicas sobre o tema. Ouviram-se as histórias canônicas, mas também as histórias menores, tais como os discretos apoios de professores e alunos, os episódios postos de lado pela memória estabelecida e as narrativas de pessoas mais à margem da memória consagrada.

As entrevistas começaram com uma rápida apresentação do professor César Barreira, que sintetizava os objetivos da Comissão como auxiliar à CNV e a importância que tinham os depoimentos para o trabalho que a CV vinha desenvolvendo.

Nós estamos servindo, como todas as Comissões da Verdade das Universidades, de certa forma, para fazer uma grande pesquisa nas universidades sobre o caráter de violação de direitos humanos que envolvam estudantes, funcionários e professores. [...] estamos tentando ver se, nesses depoimentos, [...] que as pessoas apontem situações pessoais de violação ou questões que lhe prejudicaram, ou mesmo situações mais amplas da universidade. Por exemplo, a situação dos grupos que existiam, das articulações, das práticas estudantis que eram realizadas, de professores que colaboravam, que eram amigos (inclusive a gente tem visto bastante isso), e outros que não, que estavam do outro lado. Como também estudantes, os que colaboravam e os que não. [...] Aqui, a Helena você conhece demais, mais que eu. Ali é a professora Virginia que é do departamento de Ciências da Informação. [...] A nossa proposta é produzir um relatório. [...] a pergunta que a gente faz primeiro é essa questão de você se situar, falar seu nome, idade, profissão. Em seguida, quando você terminar isso, a gente quer que você continue falando sobre por onde é que você começou, a questão da sua militância, o curso que você iniciou na universidade. Queremos agradecer muito e que estamos muito honrados com a sua presença! (prof. César Barreira na abertura do depoimento de Geraldo Magela em 16 de maio de 2014)

Essa fala de Barreira evidencia esse duplo aspecto da Comissão: buscar informações precisas sobre violações de direitos humanos para compor um relatório e, ao mesmo tempo, ouvir a história de vida do convidado, abrir para aspectos relativos à trajetória pessoal, ao contato entre professores e alunos, as relações internas, as práticas estudantis etc. O propósito não era apenas documentar as ações repressivas no âmbito universitário, mas reunir um material que contasse a história da universidade durante o regime civil-militar.

Feita a apresentação da Comissão pelo presidente César Barreira, o convidado, depois de dizer suas informações pessoais (nome, data de nascimento e local), começava a elaboração de seu discurso sobre o início de sua militância política, o qual fazia geralmente o interlocutor retornar ao seu período de estudante secundarista ou ao momento de entrada na universidade. Aqueles de memórias mais antigas remetem ao período anterior ao golpe, tido

geralmente como momento positivo, e das vivências depois do golpe com suas primeiras ações repressivas. O período entre o afã repressivo de 1964 e o completo fechamento com o AI-5 é de crescente mobilização estudantil, na participação de passeatas e disputas pelos Diretórios Acadêmicos e no DCE. A memória de reestruturação do ME entre 64 e 68 é repleta de nostalgia, como fase dotada de grande estima pelo grupo formado pelos ex-estudantes. Pontos-chave nos depoimentos são as grandes manifestações do ano de 68, principalmente a Passeata dos 20 mil em junho como ápice do ME, e o chamado “golpe dentro do golpe”, o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, que encerrava as possibilidades de representação estudantil minimamente legalizada. O AI-5 marca a divisão na trajetória dos estudantes, que tiveram que optar ou pela desistência do enfrentamento ou pela radicalização da luta e entrada na clandestinidade. É o momento de relatar prisões, torturas, exílio, sequestros, perseguições ou abandono da militância por sobrevivência.

Os relatos caminhavam com muita coerência interna até dezembro de 68, compartilhando acontecimentos e narrativas, falando sobre as lutas estudantis e o confronto com a polícia nas passeatas, compondo um relato muito semelhante internamente o qual chamamos de história “canônica” da luta estudantil contra o regime: perseguição após ao golpe, criminalização do ME, reorganização do Movimento, apogeu em 68 com as manifestações pelo país e, enfim, completo fechamento da ditadura. Mas, a partir do AI-5, passam a se afastar em rumos diversos por conta da repressão ditatorial. Alguns são presos logo com o AI-5 ou respondem pela prisão decretada pelo Congresso de Ibiúna, outros imediatamente caem na clandestinidade, vão para outra cidade ou então se afastam do partido e tentam levar uma vida comum, e que mesmo assim acabam presos anos depois apesar do afastamento político. As estratégias e trajetórias passam a ter suas particularidades, são fragmentadas, afastando-se da memória em comum.

A repressão agiu no sentido de isolar e fragmentar os estudantes e, pelas memórias, observamos que esse objetivo foi alcançado. Entretanto, o regime não conseguiu completamente afastar os estudantes, porque ainda assim há momentos de interseções entre os depoimentos e convergências das temáticas, como o debate de Rosa da Fonseca com o ministro Jarbas Passarinho e as articulações nas Comissões Atléticas. Desenvolvemos sobre as semelhanças ouvidas durante os anos de 64 e 68 e a dispersão narrada após o AI-5 no Capítulo 5.

A Comissão também ouviu alguns envolvidos mais jovens, que entraram na universidade já no período de distensão do regime. Inácio Arruda entrou em 1982 na Faculdade de Direito, depois da Anistia, mas participou do episódio de invasão da ASI

(Assessoria de Segurança e Informação), extensão do SNI (Sistema Nacional de Informação) na universidade, revelando documentos da Assessoria que continham informações de como o regime controlava os estudantes. O impacto dessa invasão foi tal que, mesmo sendo no ano de 1986, num suposto ambiente não mais ditatorial, Inácio foi preso pela Polícia Federal que ocultou do documento oficial a possibilidade da prisão ter sido política: a primeira pergunta foi se Inácio fazia parte de algum partido, a qual respondeu que sim, do PCdoB. Essa primeira pergunta foi apagada do depoimento.

O estruturante das entrevistas, portanto, foram duas questões: 1) como se iniciou e se desenvolveu a própria militância política no ambiente universitário, em que se ouvia sobre a interação com os outros estudantes (em entidades estudantis, partidos etc.), com os professores (apoios ou perseguições), com os outros militantes e com os apoiadores do regime dentro e fora da UFC e 2) qual era a lembrança no momento do golpe (para os mais velhos) e na instauração do AI-5, tanto na perspectiva individual quanto coletiva, o que desencadeou narrativas sobre a perseguição sofrida e o fechamento do governo autoritário. Ao fim da conversa, tendo o depoente considerado finalizada sua narrativa, perguntava-se quais teriam sido as consequências da ditadura militar para a universidade e para si próprio, havendo um momento de reflexão retrospectiva sobre os prejuízos para a universidade e sobre o que poderia ter sido diferente se não existisse a ditadura. Houve também reconhecimento de aspectos que persistiram apesar do regime ter perseguido, como as produções culturais na música e no teatro (Belchior é lembrado por Helena Serra Azul, quando cantava nas mangueiras da Medicina).

Porém, esse estruturante melhor se define como um norteador da entrevista ao invés de ser um roteiro a ser seguido. Os membros da Comissão deixavam o entrevistado seguir sua própria narrativa, que em alguns momentos se assemelhava a uma associação livre. Apesar dos objetivos da Comissão em alguns pontos serem precisos (*você se lembra de quais estudantes “pegaram” 477?*, por exemplo), havia espaço para o depoimento correr conforme o convidado considerasse importante. Por diversos momentos os entrevistados falavam de experiências não diretamente ligadas com a ditadura ou que não interessavam diretamente à Comissão, porém era o que para si próprios consideravam importantes. Havia certa liberdade na produção do depoimento.

O ambiente de alguns depoimentos foi permeado de tensão e sofrimento, principalmente quando se voltava para as prisões e a dor dos familiares e amigos, focando o aspecto de denúncia do Estado ditatorial. Porém, ao contrário do que se espera, o “clima pesado” não foi o mais recorrente: para vários convidados o momento de contar a própria

história na reitoria da universidade era um momento de **celebração**, de ser reconhecido como opositor ao regime ditatorial. Lembrar-se da época de estudante, das brigas políticas intermináveis, da união pela causa revolucionária e fazer piada do passado também foi presente, dando tom de nostalgia e de contar “boas histórias”. Houve ironias com as crenças da época de juventude no socialismo e o sentimento de ser o “dono da revolução”, que geravam discussões e autocríticas. Além disso, tive, por conta da composição da Comissão, o privilégio de presenciar conversas próximas entre antigos colegas de estudo e militância, que conviveram na juventude e mantinham amizade nos dias atuais, o que abriu possibilidades analíticas que podem ser interessantes, pois outros trabalhos foram realizados nos moldes da relação pesquisador-pesquisado.

2.2 A entrada abrupta

Até março de 2014 o assunto ditadura militar me parecia batido e maçante. Um objeto já esgotado. Como bolsista do professor César Barreira no Laboratório de Estudos da Violência (LEV), eu estava mais voltado para conflitos sociais, violência urbana, segurança pública, crueldade em crimes, e participava de grupo de estudos sobre o pensamento descolonial. Quando no dia 6 de março de 2014 o professor perguntou se alguém poderia ajudá-lo com o registro do primeiro depoimento da Comissão da Verdade das Universidades do Ceará, da qual ele era presidente e que aconteceria naquela manhã, fui mais pela disponibilidade da ocasião do que por um interesse formulado sobre o tema.

Como eu tinha que esperar pelo fim do depoimento para retornar a câmera filmadora e o gravador de áudio para o LEV, permaneci na sala onde ocorria o depoimento e, estando lá, peguei meu caderno de anotações e uma caneta para anotar o que na época eu via como interessante e me concentrei na fala do convidado (*já estava lá mesmo*, pensei). O depoimento era de Edson Pereira, aluno da Farmácia, (*e havia militante na Farmácia? Não era só nos cursos de humanas?*) que ingressou no ano de 68 e era ligado ao PCdoB, partido muito forte em seu curso. Foi sequestrado em sua casa, preso e torturado (não entrou em detalhes) em 1973. Lembro-me de não ter entendido boa parte da “dança de siglas” e personagens envolvidos nas suas histórias. Na realidade, Edson fazia questão de frisar os professores que lhe ajudaram na universidade e os casos engraçados em que se envolvia, falando muitas vezes de forma bem-humorada e com piadas sobre o período.

O propósito de Edson era não deixar um clima pesado na sala com o seu sofrimento sob tortura, limitando-se a denunciar os nomes dos agentes envolvidos com a

repressão e apenas pincelando a memória dolorosa. Além de falar os nomes de envolvidos na repressão, seu depoimento estava preocupado em registrar fatos que são pouco lembrados, havendo ali a chance de serem registrados, como as Jornadas Estudantis em resistência ao Projeto Rondon e o motorista da Polícia Federal que lhe sequestrou e era aluno da Faculdade de Farmácia da UFC. Para ele, os sadismos dos delegados Laudelino Coelho e Xavier eram de conhecimento geral. Só fui compreender o sentido do depoimento de Edson alguns meses depois: deixar de lado o relato das torturas está imbricado numa longa história de tentativas de inscrever na memória pública as sevícias realizadas por agente públicos. Passados mais de 40 anos dos eventos narrados e grandes esforços concentrados nas denúncias, que eram impelidas para o esquecimento, as história “menores”, menos dignas de “atenção” foram postas à margem; o depoimento oficializado da Comissão era uma oportunidade de deixar, por exemplo, as Jornadas Estudantis, que levaram milhares de estudantes para o interior para auxiliarem populações carentes, espaço na memória oficial. Ou seja, a ditadura não foi apenas prisão, tortura e morte: também foi cooperação entre professores e alunos, policiais infiltrados e mobilizações políticas que não se voltavam propriamente para a “revolução”.

Quatro dias depois ao depoimento de Edson aconteceu o depoimento de Helena Serra Azul, professora da Faculdade de Medicina da UFC e muito conhecida e reconhecida como ex-presa política no Ceará. Helena já foi diversas vezes entrevistada pela mídia, citada em todos os trabalhos sobre a ditadura militar do estado e sempre presente nas reuniões dos anistiados na celebração do 28 de agosto, Dia da Anistia. Foi em seu depoimento que fui fisgado pela temática. Sua saga pelo sertão de Pernambuco para se integrar na produção, conforme a estratégia maoísta da Ação Popular, a prisão e o filho nascido em cárcere foram arrebatadores. Naquele momento me dei conta de que poderia fazer daquela experiência minha monografia (que se prolongou para a dissertação), mas sem ideia ainda de que maneira.

Essa narrativa de origem *ocasional* deste esforço de pesquisa se diferencia de outros trabalhos sobre a luta contra a ditadura e a sua memória. Por exemplo, Jacob Gorender, autor de *Combate nas Trevas* (2014 [1987]), é tido como uma referência para a esquerda¹³ como intelectual e militante: participou da II Guerra Mundial contra o fascismo pelas Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB); foi quadro dirigente no Partidão (PCB); durante a ditadura, Gorender não se acomodou no *legalismo pacifista* como fez Luís Carlos Prestes, o que lhe levou à expulsão do Partidão em 67; ajudou a fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), de opção pela luta armada, junto com seu companheiro e amigo

¹³ Por *esquerda* entendo o que diz o próprio Gorender (2014: 11): “movimentos e ideias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas”.

Mário Alves (um “desaparecido político”). Gorender foi preso, torturado e, durante o cárcere no Presídio Tiradentes em São Paulo, escreveu boa parte de sua obra *O Escravismo Colonial*, uma das mais importantes do pensamento histórico e social de nosso país.

Outro importante autor sobre o tema é Daniel Aarão Reis Filho. Ele foi militante estudantil na década de 60, participando do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, um dos mais importantes e combativos do país contra o regime (cf. Poerner, 1979: 264). Depois de esgotadas as possibilidades de militar no Movimento Estudantil com a decretação do AI-5, ingressa na luta armada no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e participa diretamente do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em setembro de 1969. Foi preso, torturado e exilado na Argélia. Em seu retorno ao Brasil, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Um dos mais destacados pesquisadores sobre a esquerda brasileira, sobretudo da esquerda do período da ditadura civil-militar, Aarão Reis é uma referência *da esquerda e para a esquerda*.

Mesmo os autores que não atuaram na *resistência* e no *combate* declaram grande admiração e afinidade com seus interlocutores antes de iniciarem suas pesquisas. Marcelo Ridenti, autor de *O Fantasma da Revolução Brasileira* (2010 [1993]), em seu Prefácio diz ser da geração que idolatra os heróis (Apolônio de Carvalho, Gregório Bezerra, Carlos Marighella e outros tantos) que lutaram contra os militares e que, nos anos 80, essa mesma geração tentou reerguer o movimento estudantil e a militância de esquerda tendo como inspiração esses heróis. Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes é autora de diversos trabalhos sobre a temática, como *Tortura* (2013), e milita atualmente no campo dos direitos humanos. Ela foi casada com o ex-presidente da UNE Aldo Arantes e também viveu na clandestinidade, sendo presa e exilada.

No nosso estado do Ceará, Bráulio Ramalho, autor de *Foi assim!* (2002 [1992]), participou do movimento estudantil da década de 60, na FaFiCe, e é amigo e conhecido pelos principais envolvidos na luta contra o regime. José Gerardo Vasconcelos, Airton de Farias e Edmilson Maia Júnior, já nas décadas de 80 e 90, participaram do Movimento Estudantil da universidade que se reerguia e nutriam grande admiração à geração anterior que tinha lutado com o regime nas décadas de 60 e 70. Danyelle Nilin Gonçalves conta em sua Introdução (2006: 19) a certeza desde adolescente que em algum momento pesquisaria sobre a resistência à ditadura, que tanto lhe fascinava desde muito jovem.

A minha condição de *estrangeiro* (Simmel, 1983) na qual estou em contato próximo com os depoimentos, mas distante de suas referências e laços afetivos, possui

vantagens e limites metodológicos. De um lado, é possível relativizar e se distanciar dos debates internos aos depoimentos, tais como o caminho correto para a revolução e defesa da linha partidária e problematizar a posição de *herói*. Por outro, o caminho pela compreensão das tramas internas se torna mais trabalhoso, pois as entrelinhas ficam mascaradas para os que estão de fora. A distância mais profunda, porém, é com relação ao tempo. Sou da geração que passou longos anos sob um governo considerado de *esquerda* e há duas décadas, pelo menos, distante da ditadura: o reconhecimento dado aos heróis e às lutas pela abertura política e pela chegada ao poder com um projeto que tivesse uma concepção mais voltada para causas “populares” são valores distantes a mim como alguém nascido na década de 1990.

2.3 A prática da pesquisa

Antes de me decidir a trabalhar com a Comissão, assumi a responsabilidade da transcrição das entrevistas. Transcrever tantas entrevistas me fez entrar em contato com sutilezas que não encontraria sem essa experiência: Rosa da Fonseca em seu depoimento deixava frases por terminar, abria parênteses e depois não retornava ao que estava falando, dentre outras características comuns na linguagem oral. Porém, ao fim da sua fala, quando inicia o discurso sobre sua militância política atual, as frases se tornaram cristalinas e bem arquitetadas, de fácil transcrição para a linguagem escrita. No primeiro momento, o processo de construção da memória de Rosa tornava o discurso cheio de idas e vindas, partes por fazer e fragmentos; já no discurso político treinado e convicto, não há mais espaço para lapsos e quebras pela mecanicidade: aquilo já havia sido dito diversas vezes.

Princípio fundamental para trabalhar com entrevistas em profundidade é uma boa transcrição (Beaud e Weber, 2007: 159). O conteúdo das falas é permeado de siglas, nomes e eventos, o que torna transcrições equivocadas comuns: houve um colega que transcreveu “boicote” em vez de “DOI-Codi”, e em nenhuma transcrição foi compreendida a sigla “MEC-Usaid”. Como primeiro passo da pesquisa, revisei as transcrições (feitas por mim e por outros) cuidadosamente pela particularidade de seu conteúdo, numa espécie de segunda transcrição, procurando mais precisão (sem se iludir que seja possível a referência perfeita entre fala e escrita) e uma imersão nos testemunhos. Esta etapa é fundamental, pois:

Transcrever já é interpretar. Transcrever uma entrevista aprofundada é escutar de maneira atenta, minuciosa, com cuidado quase maníaco. [...] Escutando mais de uma vez a fita, você se impregna auditivamente da entrevista, revive a cena [...] Descobre passagens da entrevista que havia esquecido ou às quais não havia, naquele

momento, prestado atenção. [...] É assim que funciona a pesquisa, tateando, com a lanterninha que nos guia para espaços mais iluminados. (ibidem: 162)

Para além de um “conserto” do áudio feito texto, essa revisita permanente às gravações e a sua transcrição é um processo de redescobrimto constante (Bourdieu, 2012: 709). Como foi dito, meu conhecimento sobre o período militar era quase nenhum antes da Comissão, levando-me a desconhecer diversos elementos que lá foram ditos. Tive de transformar lentamente a experiência-distante para mim em experiência-próxima (Geertz, 1997: 88), tal como um antropólogo em campo, conquistando familiaridade com a rede de códigos e significados do outro distante em suas referências (ibidem).

Busco estar atento para não sofrer com o equívoco que Bourdieu (2011b: 74) chama de “ilusão biográfica” de pensar a produção dos discursos da Comissão como possuidora de uma coerência interna individual e isolada: “a narrativa de vida vai variar, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, conforme a qualidade social do mercado no qual será apresentada” (ibidem: 80). A familiaridade na qual se desenrolou os depoimentos têm implicações metodológicas. Se por um lado abre espaço para o relaxamento e comunicação aberta, por outro fecha o canal sobre temas mais duros, que os entrevistados consideraram por vezes desnecessários já que “todo mundo já sabe”, o que levou a muitos não falarem detalhadamente sobre a tortura, por exemplo. Tive que redobrar a atenção para temas desagradáveis que só surgiam de relance. Num deles, o depoente só comentou rapidamente ter sido interrogado no momento de sua prisão pelo Laudelino Coelho e pelo Xavier na Polícia Federal e comentou apenas “aí foi aquilo tudo...”, mudando em seguida de assunto. Os dois eram famosos torturadores, considerados sádicos, e essa interjeição sinalizava que havia passado por maus momentos.

Uma inquietação que me abateu desde o início da escuta dos depoimentos foram as suas descontração e leveza, mesmo que tratassem de assuntos tão delicados como a prisão e a tortura. Sempre foi assim? Por que hoje é possível rir do passado? *Do quê riem os ex-estudantes?* Quais são as condições de produção dos discursos que permite uma lembrança bem-humorada? Que implicações há para os depoimentos a ocorrência na prestigiosa sala de reuniões da vice-reitoria? Que lutas anteriores foram necessárias para hoje ser possível falar com autocrítica e como “arroubos da juventude”? Nesse sentido se faz importante a “história social do objeto”.

Como muitos dos interlocutores da Comissão já estiveram em diversas entrevistas e falaram tantas outras vezes de sua história para outros trabalhos acadêmicos ou jornalísticos, é preciso ter cuidado com o “esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si”

(Bourdieu, 2011b: 81) nesses discursos repetidos¹⁴. Até que ponto os depoimentos foram pré-estabelecidos e pretendiam passar uma imagem controlada? Os interlocutores participaram de outras pesquisas sobre a ditadura aqui no Ceará, há mudanças em suas falas nas diferentes condições, como a um entrevistador e na Comissão? Quais interesses estão por trás da produção do depoimento? Não somente no que diz respeito à produção de si nas entrevistas, mas também das inter-relações: vários são os momentos de convergência entre a fala de João de Paula e de Ruth Cavalcante, que foram casados, apesar de seus depoimentos serem separados três meses um do outro. Como é o processo coletivo de construção da memória individual?

Conforme adentrava nos estudos sobre a ditadura, fui percebendo a vastidão de pesquisas, livros de testemunhos, notícias, livro-reportagens etc. que havia sobre a temática. Num rápido levantamento bibliográfico, é possível encontrar algumas dezenas de livros somente sobre a Guerrilha do Araguaia. Especificamente sobre o Movimento Estudantil ocorre o mesmo. Os problemas se dão pela abundância de fontes e dados que estão em produção constante. Um risco que deve ser considerado é de não me perder nas diversas versões e discussões sobre os acontecimentos e determinar quais fontes usar. Para lidar com isso, procurei delimitar quais referências utilizar para cada temática específica contida no problema maior da interpretação dos depoimentos.

Como dito na Introdução, dividi em três camadas o investimento nos estudos históricos: os que se referem, de maneira abrangente, à história do Brasil, que contém também a história da esquerda e da militância pela transformação social; a história do movimento estudantil, que se entrelaça com a resistência contra a ditadura; e os estudos do estado do Ceará, nos quais me dediquei com mais afinco pela proximidade ao objeto de estudo. Do ponto de vista metodológico, escolhi demarcar até onde ir nessa “base” de referência para poder me dedicar especificamente aos depoimentos, pois a historiografia do período é muito centrada na região sudeste e sul do país (como *As Ilusões Armadas* de Elio Gaspari), que em muitos momentos não tem relevância para a lógica própria do desenrolar no Ceará.

Contribui para essa vastidão de fontes o *dever* que os participantes da “resistência” se colocam em salvaguardar sua memória para o futuro. Há, portanto, um *compromisso* que a testemunha tem em sobreviver para poder contar (Agamben, 2008: 25).

¹⁴ Um caso interessante aconteceu no depoimento de Marcos Sampaio: perguntado sobre a origem de sua militância, Marcos inicia uma explicação para a própria militância a partir de cinco causas, que foram detalhadas: o pai crítico da religião e leitor de Voltaire, a mão moralmente rígida, a sensibilidade contra a pobreza etc. Houve, então, uma preparação prévia, a elaboração de uma narrativa coesa sobre si mesmo. Quase defendendo uma tese sobre causas e efeitos.

Cada evento tem o seu valor e seu registro contribui para a memória que não pode ser esquecida, para que não se repita o autoritarismo e não se perca os valores da luta por uma sociedade melhor. Dar o seu testemunho e contar a sua história envolve o cumprimento de um dever moral e um momento de regozijo por fazer parte da *luta contra a ditadura*.

Para os que ocupam lugar reconhecido de *herói* ou de referência, dar seu depoimento é um enorme prazer. O respaldo de participar da Comissão da Verdade, tão falada na mídia, na Reitoria da UFC junto a professores consagrados e ex-colegas dos tempos de universidade tornava o evento uma grande *honra*. Gonçalves (2006: 24) disse que sempre foi prontamente atendida nos pedidos para entrevistas, o que é compartilhado por outros pesquisadores e também observado na Comissão. Não era necessário *convencer* o entrevistado, pelo contrário, muitos facilitaram e se esforçaram para poder contribuir. Uma experiência interessante foi o meu contato com Arlindo Soares, liderança estudantil na década de 60 e muito referido nos depoimentos, mas que não pôde participar da Comissão por morar em Recife: Arlindo respondeu cuidadosamente meus e-mails e me encaminhou pelo correio uma cópia de um livro que continha sua história de vida; ainda fez questão de reforçar que, se eu precisasse de algo mais, poderia pedir a ele.

Tive algumas facilidades pela participação na Comissão. A primeira delas foi a oportunidade de conhecer tantos ex-perseguidos políticos em pouco tempo. Noutra ocasião, se eu tivesse que ir individualmente solicitar as entrevistas, levaria bem mais tempo e dificilmente conseguiria a mesma quantidade de depoimentos. Comparativamente com as outras pesquisas no Ceará, a Comissão contou com o maior número de entrevistas, mesmo que tenha se especificado apenas em estudantes. Outra facilidade foi ter utilizado entrevistas que foram conduzidas por professores experientes na arte da pesquisa. Aprendi muito observando a sensibilidade de, em alguns momentos, saber deixar o outro falar, noutros mudar de assunto, a escolha do momento para perguntar e em quais pontos conduzir o entrevistado a desenvolver melhor sua fala. Não apenas experientes na pesquisa, mais envolvidos diretamente nos conteúdos narrados, como a universidade pós-AI-5 da qual César Barreira atuava.

Buscou-se manter uma interação constante das histórias contadas na Comissão com o material histórico, as ferramentas teóricas, as pesquisas sobre o tema, os livros de memórias e as inter-relações entre os depoimentos. Em vários momentos aconteceu de determinado aspecto de uma entrevista só ser entendido por mim depois de conhecer certo dado histórico ou ouvir de outra maneira noutro depoimento. Por exemplo, sempre ocorria algo estranho quando se falava de Marco Penaforte: ele parecia ter tido posição de destaque

na liderança estudantil, mas subitamente ele desapareceu depois dos anos 70. Revisando as entrevistas notei que numa delas havia passado despercebido por mim o comentário sobre o encontro com ele na prisão seguido de um comentário em volume mais baixo: “ele já tinha se entregado a Jesus lá mesmo”. Entendi finalmente que ele havia abandonado a militância e seguido uma vida religiosa, distante da política. Outro exemplo dessas “idas e vindas” na análise dos depoimentos foi a grande importância que Maia Júnior (2008) deu em sua dissertação ao “Quebra-Quebra do USIS” como um episódio permeado de conflitos entre as organizações e as memórias que persistem no presente, o que me fez voltar aos testemunhos na busca de falas sobre o ocorrido, tateando os conflitos que sutilmente se revelavam. Portanto, a escuta dos depoimentos é um processo inesgotável.

César Barreira (1998: 24-5), ao trabalhar com os crimes por encomenda, descreve as estratégias de seus interlocutores de justificarem suas ações como ocorridas no campo da honra, da vingança e da justiça, e não como um “crime de pistolagem”. Há nas entrevistas de Barreira o aspecto de “sedução” e da “artimanha” de trazer o entrevistador para o “seu lado”, sobretudo quando ainda não havia sido condenado por homicídio. Para isso, o pesquisador precisa de uma “postura crítica e um questionamento constante” (ibidem: 28). Nos depoimentos da Comissão, essa postura é fundamental porque recorrentemente há nas falas a tentativa de enaltecer sua participação na “luta”, defender suas opções políticas e menosprezar os opositores. Tal como Barreira (ibidem: 20), que “tinha absoluta clareza de que a natureza do objeto estudado situava o pesquisador, ainda mais atento, às implicações das vinculações versão/verdade”, é necessário “comparar e relativizar as múltiplas verdades” dos militares, dos ex-militantes de Ação Popular, do PCdoB, as versões acadêmicas etc. Há em vários momentos a sedução do entrevistado para obter reconhecimento, estima, valorização, supervalorizando a própria participação e tecendo críticas aos opositores.

Esta temática é, então, carregada de lutas simbólicas em que não se pode tomar partido sobre qual dos posicionamentos é melhor ou correto. O trabalho do pesquisador não é de um policial em busca da verdade. Como é dito por Rémi Lenoir (1996), cabe à sociologia analisar os agentes e suas armas e estratégias, as relações de força e as representações. Para além de uma limitação, a malha de discursos que se contradizem e se opõem por si mesmos constitui como problemática da pesquisa. Em vez de procurar qual organização possuía a correta estratégia para a “Revolução”, analisar como as diferentes estratégias se posicionam no campo de disputa por reconhecimento: treinamento para enfrentar a polícia nas grandes passeatas de 68 pode ser alvo de críticas ou de estima, a depender da narrativa de si produzida

pelo depoimento e lugar político ocupado: ou AP (contra o enfrentamento) ou trotskista (a favor do enfrentamento), por exemplo.

O lugar de que parte o pesquisador e a interferência da subjetividade na objetividade científica está no cerne das discussões metodológicas. Segui a proposta de Becker (1994: 20) de “ao invés de insistir em procedimentos mecânicos que minimizam o julgamento humano, podemos tentar tornar as bases destes julgamentos tão explícitas quanto possível”. Ter participado da Comissão de forma abrupta me trouxe implicações pessoais permanentes: passar cotidianamente pelo 23º Batalhão de Caçadores da Av. Treze de Maio foi transformado para sempre. O que antes era uma estrutura militar considerada bonita e arborizada se tornou para mim um centro de tortura e cárcere de opositores do regime. É inevitável não ser afetado por um campo tão permeado de implicações morais e afetivas. Apesar de procurar uma “objetividade”, ao longo do texto haverá tensionamentos em que, conscientes ou não, o lugar do pesquisador ficará exposto. Por vezes haverá uma atitude crítica com os interlocutores e a memória ali representada, atitude essa que só é possível pelo distanciamento da “resistência à ditadura” da qual não fiz parte. Em outros momentos a empatia e a estima que adquiri com a proximidade também se farão visíveis. Como pesquisador, tento deixar claro para o leitor, buscando minimizar a reprodução não-reflexiva de minha subjetividade.

Tradicionalmente a Sociologia tem como interlocutores sujeitos oprimidos, estigmatizados, excluídos e de classes desprivilegiadas. A relação social dada entre entrevistador-entrevistado é marcada pela *distância social*, que pode produzir uma relação violenta. Na prática de pesquisa deve haver o esforço de reduzir ao máximo a violência simbólica (Bourdieu, 2012: 695) de inferiorização do outro, na reprodução das assimetrias sociais e de classificações violentas. No entanto, os depoentes não são da parcela explorada da população. Eles possuem ensino superior, têm origem nas classes médias e altas do estado, ocupam posições no mercado de trabalho da parcela mais privilegiada da população.

Por exemplo, Horácio Frota é professor de Ciências Sociais da UECE e possui vasta experiência na prática de pesquisa. Não apenas um informante ou um “objeto” de pesquisa, Horácio atua como uma referência, construindo análise, articulando hipóteses e explicações. Nas narrativas contadas há diversos momentos que são verdadeiras reflexões sociológicas e históricas, em tom professoral. Há explicações para o golpe, para o recrudescimento do regime e pela falha da opção da luta armada. Muitos dos entrevistados têm uma intensa vida intelectual e experiência em debates políticos. Por muitas vezes tive que procurar as referências bibliográficas que eram trazidas nos depoimentos, pois eram

desconhecidas para mim. Se não posso aceitar de modo mistificado as explicações de meus interlocutores, também não posso rejeitá-las de antemão tanto pelo valor da análise feita por quem teve a *experiência* como pelo aparato intelectual possuído por eles. Em outras palavras, as análises feitas nos depoimentos não podem nem ser descartadas absolutamente e nem tidas como verdade: elas precisam se movimentar na rede dos diversos discursos e ser destrinchada a partir das ferramentas teóricas que apresentaremos no Capítulo 5.

O depoimento prestado à Comissão da Verdade é um lugar de registro e inscrição da memória. É um ritual de oficialidade que reforçava o tom de compromisso moral dos participantes de contarem a própria história. Além desse espaço ritualístico, os sujeitos que narraram a própria experiência partiram de lugares de fala diferentes. Helena Serra Azul, por exemplo, é articulada com a Comissão de Anistia, conhecendo muitos dos que foram perseguidos e reforçando o compromisso de registrar os danos pessoais e coletivos do regime, no tom de denúncia. Manoel Fonseca, por outro lado, deixou de lado a narrativa de seu sofrimento sob tortura e se voltou mais para os prejuízos da universidade e sua atuação como médico sanitário. O depoimento mais detalhado sobre ser torturado é de Valter Pinheiro, precisamente o convidado menos conhecido pelo grupo de anistiados políticos; ou seja, ele ainda precisava registrar sua história. A construção do próprio depoimento se relaciona com as posições no presente dentro do grupo composto daqueles que “lutaram contra a ditadura”.

Tive dificuldades em trabalhar com a vastidão de material. Relacionar os livros teóricos sobre reconhecimento e memória, os trabalhos sobre a história e o movimento estudantil, as pesquisas sociológicas e os livros de memórias, isso tudo tendo como centro quarenta e cinco horas de depoimentos. De grande ajuda foi a seleção de trechos dos depoimentos em categorias, tais como “façanhas”, “valorização de si” ou “conflitos internos” que facilitaram o trabalho. Mas outras categorias só surgiram durante a escrita do trabalho, que fazia necessário um retorno aos depoimentos e aos livros, como foi o caso do sentimento de gratidão. A realização desta dissertação envolveu um longo processo de aprendizagem de como trabalhar com grande volume de materiais, tais como fichamentos e trechos de depoimentos.

Uma escolha da pesquisa foi a manutenção da condição de “estrangeiro”. Em certo momento, cogitei me aproximar do circuito da memória dos anistiados, frequentando as reuniões na Comissão de Anistia e na Associação 64/68. Contudo, busquei usar a distância como uma condição importante. Os trabalhos anteriores já investiram na proximidade e na empatia, o que permitia, pela distância, novas reflexões. Havia a vontade de realizar novas entrevistas e visitar depoentes, mas por limitações de tempo e experiência não foi possível.

Finalmente, os depoimentos serão citados de maneira a buscar certa “fidelidade” ao conteúdo original, mas tendo consciência dessa impossibilidade. Algumas modificações foram realizadas para facilitar a leitura, como o uso de pontuações e pequenas correções. Todos os depoimentos podem ser acessados no link: <https://drive.google.com/drive/folders/0B5LxFn6ZwevGc1cySDdFT2ZsSkk?usp=sharing> .

3 O CAMINHO DO ESQUECIMENTO

Há um longo caminho até chegarmos ao reconhecimento por parte do Estado brasileiro de suas violações de direitos humanos provocadas por agentes públicos durante o período autoritário mais recente. Permeado de avanços, recuos e muitas negociações e acomodações, o seu último momento foi a divulgação, no dia 10 de dezembro de 2014, do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Os depoimentos dados à Comissão da Verdade das Universidades do Ceará aqui estudados estão relacionados com esse longo processo de luta contra o esquecimento proposto pelo governo autoritário e seus apoiadores, que, apesar da divulgação do Relatório da CNV, parece ainda não superado.

3.1. A distensão

Os primeiros passos para o término da ditadura não foram uma conquista das forças opositoras ao regime, e sim uma decisão de gabinete do próprio governo ditatorial. Na realidade, foi precisamente a fraqueza da oposição que mais contribuiu para a política de “distensão lenta, gradual e segura” (espécie de mantra dos militares). A esquerda armada havia sido massacrada tanto nas cidades como na Guerrilha do Araguaia; nas eleições de 1970, para a Câmara e o Senado, o MDB havia sido um fiasco e se cogitou extinguir o partido e, na economia, durante o governo de Emílio Médici, o país passava pelo “Milagre” e era campeão mundial de futebol. A “Revolução Gloriosa” era um sucesso e estava em tempo de se programar para sair do governo de modo “lento, gradual e seguro”.

O general Geisel assume com a proposta de conduzir o processo de abertura política e administrar o que naquele momento mais preocupava o governo: os próprios órgãos de repressão que ele sustentava, que era a oposição interna do próprio regime. Por outro lado, a esquerda abandonava em grande parte a opção pelo enfrentamento direto armado e passava a atuar por meio de denúncias públicas e pelo fim das forças de repressão política. Nesse momento, a oposição moderada (setores da Igreja Católica, imprensa, MDB, PCB e outras) passa a exercer pressão significativa e ocupar a linha de frente da “resistência democrática”. Externamente, o Regime se distanciava do apoio estadunidense. Simbólico desse novo momento foram as candidaturas de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho à presidência contra Ernesto Geisel em 1974, que, apesar de obviamente ter ganhado, viu que não estava mais sozinho.

Como se vê, as condições ideais para a condução da distensão pelo governo civil-militar se encerraram em 1974. O crescimento econômico desacelerou e se iniciava a escalada da inflação e do endividamento público. Nas eleições para o Congresso em novembro de 1974, o MDB obteve expressiva votação, elegendo 16 dos 22 senadores, retomando 161 cadeiras na Câmara e ganhando em número de votos em estados importantes (São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e no próprio Ceará, dentre outros). Esse resultado se deu principalmente pela reorganização da esquerda na “resistência democrática”, abrindo mão da campanha pelo voto nulo e da luta armada contra a ditadura.

Eu me lembro que em 1974 aconteceu aquela famosa eleição que o MDB derrotou a ARENA em todo o Brasil, inclusive no Ceará. O Mauro Benevides foi eleito senador naquela época. E a gente, então na faculdade, discutíamos muito essa questão e mobilizando através das conversas, nas mesas, na sala, nos corredores, pra todo mundo votar na oposição. E o clima foi esse na universidade, não havia uma campanha aberta, mas aquela campanha dos corredores, dos cochichos, das conversas individuais com um com outro... E a juventude deu uma grande contribuição naquele momento, convencendo pais e amigos pra que também aqui no Ceará o MDB tivesse aquela vitória.” (Luís Carlos Paes, depoimento em 02 de junho de 2014)

Era o primeiro abalo dentro da “legalidade” que a ditadura sofria desde 1968.

A rachadura na hegemonia da ditadura levou ao governo de Geisel oscilar entre apoiar medidas repressivas e avançar na abertura política. Se de um lado a ditadura executou os assassinatos de antigos militantes do PCB na “Chacina da Lapa” e a morte do jornalista e professor Vladimir Herzog, por outro ela reconheceu a independência de Angola e passava a tomar decisões distanciadas dos EUA e mais próximas da Europa e outros países do globo. Estava difícil lidar com a “linha dura” e a “oposição democrática” ao mesmo tempo: em 1977, o ministro Sylvio Frota acusou Geisel de trair os ideais da “Revolução de 1964” ao permitir que comunistas livremente participassem da vida pública e ao reduzir a força dos órgãos de segurança, gerando uma grave crise interna. Sylvio Frota acabou sendo afastado do cargo de ministro do Exército¹⁵; nesse mesmo ano, 77, com receio de que se repetisse o desastre das eleições de 1974, o congresso é arbitrariamente fechado e é sancionado o “Pacote de Abril”, que visava sobretudo a manutenção da maioria governista no Senado com a criação dos “senadores biônicos” e mais medidas de exceção.

Nesse momento, movimentos sociais de estudantes e operários retomam as suas manifestações, mas de modo diferente do que ocorria na década anterior. As greves de São

¹⁵ Esse episódio é narrado com detalhes no livro do próprio Sylvio Frota, *Ideais Traídos*, escrito entre 1978 e 1981 e publicado postumamente apenas em 2006 pelo seu filho, por vontade do autor.

Bernardo do Campo se iniciaram como apartidárias, e de certo modo *antipartidárias*. Já os estudantes, que tinham como grande bandeira do movimento na década de 60 a luta contra o imperialismo estadunidense, em 1977 “entregaram [um] documento à primeira-dama americana, então em visita ao Brasil, com denúncias sobre a violação de direitos humanos” (Motta, 2014: 331), o que sinaliza uma mudança de estratégia na oposição ao regime; também pediam à primeira-dama apoio na luta por liberdades democráticas, pela anistia e pela Constituinte. As bandeiras deixavam de ser revolucionárias e de *libertação nacional* como na década anterior: era momento de lutar pelo fim da ditadura, por direitos, pela anistia e pela retomada da democracia.

O processo de abertura política que resultou na Lei de Anistia de 1979, portanto, foi conduzido pelo regime civil-militar que, apesar de larga margem de manobra, já não possuía a hegemonia anterior. A opção pelo *esquecimento* de que falaremos adiante advém de um governo que sofria pressões em seu interior com a *linha dura*, entranhada nos órgãos de repressão e informação, e sofria com a economia que desabava. Além dos problemas internos, havia a oposição que se aglutinava na “resistência democrática” liderada pela parcela mais moderada, que pela via política alcançava cada vez mais apoiadores e simpatizantes.

3.2. Pelo esquecimento

O Brasil, em março de 1979 quando assumiu o general João Baptista Figueiredo a presidência da república, vivia uma situação incomum. Uma espécie de limbo. No ano anterior, os atos institucionais e outras ferramentas arbitrárias haviam sido revogados, principalmente o mais marcante deles, o AI-5, mas a Constituição Federal ainda era a de 1967, notadamente autoritária e centralizadora no Poder Executivo. Ou seja, como fala Daniel Aarão Reis (2014: 125), “já não havia ditadura, mas *ainda* não existia uma democracia”.

Assessorado pelo general Golbery de Couto e Silva e disposto a prosseguir com a distensão iniciada lentamente por Ernesto Geisel, os dois principais objetivos do governo Figueiredo eram a Anistia, para “pacificar” o país, e a Reforma Partidária, que permitiria a abertura política. Contudo, a tensão interna com os órgãos de segurança e as pressões que a *resistência democrática* exercia com greves e denúncias, que contavam cada vez mais com apoio popular, somados à ausência de ferramentas legais de exceção, fragilizaram o regime que tentava se mostrar propenso ao diálogo e à democracia, mas não conseguia deixar o poder de outro modo que não o seu, ou seja, autoritariamente.

Já se havia tentado em 1967 e 1968, primeiro com a Frente Ampla composta por Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek e depois com a iniciativa do deputado federal Paulo Macarini (MDB-SC), uma anistia às vítimas de expurgos políticos e de prisões perpetradas pelo regime (cf. Gonçalves, 2006: 37). Porém, não houve o engajamento necessário da oposição e muito menos a aceitação dos governistas. Para as organizações de oposição que cresceram nos anos 1960, pedir anistia era se acovardar, pois o objetivo era derrubar a ditadura. Para o regime, a eliminação do *inimigo interno* estava apenas começando.

Mais de dez anos depois, em 1979, a configuração havia mudado como falávamos há pouco. Após o amordaçamento de qualquer iniciativa de oposição à ditadura, as iniciativas contestatórias tiveram que buscar novos canais de expressão e se unirem por uma estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, o *Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Políticas* que surgiu em 1975 e sua propagação pelo país cumpriu um importante papel de divulgar as condições dos presos políticos e angariar doações para os presos políticos, que viviam em péssimas condições prisionais. Como diz Gonçalves (ibidem: 38), o *Movimento Feminino* se preocupava em não parecer político para não sofrer perseguição, buscando uma imagem de movimento humanitário. Sua iniciativa serviu de base para o *Comitê Brasileiro de Anistia*, criado em 1978, que tinha como meta uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. O movimento pela anistia mobilizou largos setores da sociedade civil, como a Igreja, advogados, a Imprensa, familiares, ex-presos políticos, políticos progressistas, artista, setores internacionais e até mesmo jogos de futebol, como na partida entre Santos e Corinthians em fevereiro de 1979 em que foi estendida uma faixa com os dizeres “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” (ibidem: 39).

Em junho de 1979 o então presidente Figueiredo considerou que o país estava pronto para a anistia e sinalizou para o Congresso formar uma *Comissão Mista* que votasse o projeto enviado pelo governo. Grande foi o debate sobre o projeto, tendo enfim vencido a proposta da presidência por apertada margem (206 votos contra 201). O resultado trouxe ao mesmo tempo “esperança, contentamento e frustração” (ibidem: 47) aos anistiados, que sabiam que a lei era problemática, mas acreditavam que era a “anistia possível” diante das circunstâncias. Era tempo de aceitar a *derrota* para o ressurgimento das lutas populares, a anistia como uma etapa inicial e uma decisão pragmática. Para os agentes da ditadura, não havia sido a decisão ideal por anistiar “terroristas”, mas sua tranquilidade e impunidade estavam asseguradas.

Sinteticamente, estava em jogo a abrangência da nova lei, isto é, quem merecia ou não ser anistiado. Para o governo civil-militar, interessava acalmar os ânimos da oposição

libertando os presos e perseguidos por motivos estritamente políticos, como nos casos de demissões de cargos públicos e impedimentos de matrícula pelo Decreto 477, ao mesmo tempo em que se propunha manter em cárcere os condenados por “crimes de sangue” (envolvimento em ações armadas, como expropriações, sequestros, ações de guerrilha ou justificações), os “terroristas”, para não incomodar os órgãos de repressão, os quais também tinham do governo a garantia de não sofrer qualquer constrangimento investigativo sob a argumentação de “crimes conexos”. A ditadura “autoanistiou” os seus agentes antes mesmo deles serem condenados.

Já para a *oposição*, que era formada por diversos grupos e espectros políticos, os anistiados deveriam ser todos aqueles que foram vítimas da arbitrariedade da repressão da ditadura, o que incluía os ingressantes da luta armada, pois suas ações também eram de natureza política e foram condenadas por um Estado de Exceção que excluía os direitos fundamentais. Uma anistia sem restrições ou asteriscos. Apesar de vir oficialmente apenas com a Constituição de 1988, a anistia para as ações armadas se concretizou. Por outro lado, a proposta de investigação, julgamento e de punição para as ações lesa humanidade perpetradas pelos agentes dos órgãos de segurança, como as torturas e as execuções sumárias, que pela lógica não podiam ser anistiadas por sequer terem sido condenadas, nunca conseguiu ser levada adiante. A força do discurso dos órgãos de segurança de que seus crimes eram “um mal necessário para a nação” está até hoje entranhada no Estado brasileiro.

O debate instaurado pela Lei de Anistia levou a três “*(re)construções históricas*, verdadeiros *deslocamentos de sentido* que se fixaram como verdades irrefutáveis, correspondentes a processos históricos *objetivos* e não a versões apropriadas por seus autores” (Reis Filho, 2014: 133). Esse debate foi um momento de elaboração coletiva daquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido sobre o passado autoritário.

O **primeiro** deslocamento foi conduzido pelos partidários da anistia ampla, geral e irrestrita e se refere à ressignificação da esquerda *revolucionária* para uma *resistência democrática*. A revolução como uma mudança radical contra a exploração capitalista, com a instauração de uma ditadura do proletariado, foi esquecida para dar lugar a uma luta contra um Estado autoritário, que passava a significar luta por democracia. A luta armada foi um resultado das ações arbitrárias da ditadura, que cercearam qualquer manifestação política, ao invés de uma postura revolucionária como tomada de consciência de seus atores. Ou seja, a luta armada foi reativa e defensiva. Como nas palavras de Apolônio de Carvalho, um mito para a esquerda, a luta das organizações contra a ditadura foi um “protesto armado” (*in* Gorender, 2014: 290). Esse *deslocamento de sentido* foi o que permitiu a reconstrução da

imagem do revolucionário em herói da democracia, e está em constante processo de reatualização como veremos nos depoimentos.

O **segundo** deslocamento se deu no interior das forças de *direita*, que se alinharam ao discurso dos órgãos de repressão e da chamada “linha dura”. Essa memória justifica o policiamento político pela existência de uma *guerra revolucionária* que ameaçava o Brasil. Haveria no país organizações armadas, que contavam com infiltrados de Cuba, China ou União Soviética, que deflagraram uma guerra. Como era uma guerra que estava em jogo a soberania nacional, o uso de ferramentas “suja” como tortura e execuções era aceitável. “Guerra é guerra”. Aqui o esquecimento se dá com a completa assimetria entre as forças nacionais e as organizações armadas e seus apoiadores; a desigualdade entre recursos, investimentos e pessoal é de tal ordem que é absurdo pensar que haveria uma guerra em curso. O objetivo era uma “anistia recíproca” para os dois lados da “guerra”, que foi concretizado na concepção de “crimes conexos”. Só perdendo os “dois demônios” se alcançaria a pacificação nacional. Deriva dessa resignificação a versão histórica de que o Golpe de 1964 e a polícia política salvaram o país de uma revolução comunista iminente, que atualmente tem no deputado Jair Bolsonaro um de seus defensores.

O **terceiro** deslocamento se deu de maneira mais abrangente. A ditadura que havia sido aclamada nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade de 1964 reapareceu como um *corpo estranho* (ibidem: 135) e antigos apoiadores reapareceram como defensores da democracia desde sempre. O regime se viu completamente isolado socialmente, foi esquecido todo o apoio popular, midiático e político que havia sustentado o governo durante os mais de 15 anos que durava. Essa transformação se consolidou na historiografia e na memória como a ditadura sendo resultado exclusivamente dos militares, sem penetração e apoio social. Consequentemente, para o seu fim bastava retirar os militares que estavam no poder. A marcação temporal do regime entre 1964 e 1985, tão enraizada na história oficial, deriva desse deslocamento de sentido: como se a presidência de José Sarney rompesse com o passado, quando Sarney foi um dos mais íntimos colaboradores da ditadura civil-militar. A partir de certo momento, o grosso da elite econômica e política se afastou do regime e agia como se nunca o tivesse apoiado. Portanto, para essa memória, o ideal é que se esqueça da ditadura. Com efeito, foi ela que se consagrou vencedora ao fim da disputa, anistiando a todos, deixando impunes os agentes da ditadura e estabelecendo a ditadura como encerrada em 1985.

Apesar de terem saído com um clima de frustração com a Lei 6.683/79, para os anistiados a data de 28 de agosto de 1979 foi um “ato fundador”, uma data anualmente

celebrada pela sua carga simbólica, com reuniões e confraternizações, como mostra Gonçalves (2006: 130). É o momento do ressurgimento da mobilização política tão impedida pelo regime. Os exilados e banidos voltavam para o país em clima de comemoração e os presos eram gradualmente libertados. Oficialmente, era momento de esquecer o passado e projetar o futuro.

3.3 Desvelamentos pontuais do passado

A proposta da Anistia que foi estabelecida em 1979 defendia que a pacificação do país ocorreria pelo distanciamento do passado recente autoritário. Portanto, diferentemente do que ocorreu em outros países da América do Sul como Argentina (1983), Chile (1990/2001), Uruguai (2000), Colômbia (2005) e outros, não houve uma mobilização oficial brasileira por uma comissão da verdade logo após o fim da ditadura. Coube a iniciativas particulares a elaboração de nossa memória, que gradativamente conquistaram reconhecimento público.

Logo em agosto de 1979 iniciava o *Projeto Brasil: Nunca Mais* (BNM), numa reunião ecumênica da Arquidiocese de São Paulo com Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel, o pastor presbiteriano Jaime Wright e mais de 30 pesquisadores envolvidos. Debruçados sobre mais de 700 processos completos do Superior Tribunal Militar e outros tantos incompletos, o BNM buscou nos documentos produzidos pela própria ditadura os registros de crimes cometidos em dependências governamentais para realizar pioneiramente a denúncia das violações de direitos humanos. Foram seis anos de trabalhos, nos quais se produziu o Projeto A, detalhado e com mais de 5 mil páginas, e posteriormente a síntese em livro publicada pela Editora Vozes, que já se encontra em sua 40ª edição e é bastante conhecida.

O BNM foi a primeira tentativa de analisar o passado recente de forma sistemática, procurando as origens do Golpe, um estudo das organizações de esquerda e da estrutura repressiva. É possível dizer que a versão do BNM é o **cânone** sobre a memória da ditadura, sobretudo com a associação direta na memória coletiva entre ditadura e tortura. Para a minha geração que cresceu entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000, o livro do BNM era uma condição indispensável para se politizar e tomar consciência da história do Brasil; também havia a curiosidade pelas descrições das sevícias praticadas, algo de imagem difícil de suportar e causador de indignação.

Também em 1979 é lançado o livro de Fernando Gabeira (2009), *O que é isso, Companheiro?*, que voltava do exílio na Suécia com a Anistia. O livro foi um grande sucesso

de vendas e mostrava um autor já maduro e distanciado refazendo a experiência da luta armada e do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick de 10 anos antes, em 1969. O livro causou controvérsias. Nas palavras de Daniel Aarão Reis (1997: 102):

Ela [a versão de Gabeira sobre o sequestro e a luta armada] apresenta os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações tresloucadas. Uma fulguração, cheia de luz e de alegria, contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontades, desejos, ilusões. Diante do profissionalismo da ditadura, que restava àqueles jovens? *Ferraram-se*. Mas demos todos boas risadas. Afinal, o importante é manter o bom humor.

A versão que Gabeira ajudou a consolidar foi a de uma oposição ingênua e inconsequente, como se estivesse numa brincadeira sem saber no que estava se envolvendo. Ela contribuiu com o esquecimento dos *anos de chumbo*, pois a luta armada nada mais era do que desvario da juventude que ousou se meter com a polícia. “Deixemos isso pra lá, cometemos erros e já cumprimos nossa punição, bola pra frente”. Contra essa versão, que depois virou filme, diversos autores se reuniram para publicar *Versões e Ficções: O sequestro da história* pela editora da Fundação Perseu Abramo, em 1997.

Quando foi divulgado em 1985, o BNM causou fúria no interior das Forças Armadas: “o então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, [...] mandou o CIE [Centro de Inteligência do Exército] preparar um livro-resposta” (Figueiredo, 2015: 82). Iniciava o *Projeto Orvil*. Foram três anos de trabalho com uma equipe de três oficiais e seis subalternos que compilou os arquivos do CIE. Nomeado oficialmente de *As Tentativas de Tomada do Poder*, o livro acabou sendo proibido pelo então presidente José Sarney para evitar conflitos. Porém, ele nunca deixou de circular secretamente entre os saudosistas da ditadura, para finalmente vir a público em 2007 e hoje ser facilmente encontrado na internet, na íntegra. O *Orvil* e os livros de Carlos Alberto Brilhante Ustra são centrais para a elaboração da memória militar e da direita sobre o regime.

Esses três esforços sintetizam as três elaborações da memória das quais falamos. Na falta de uma iniciativa pública, foram atores particulares que investiram na construção de memórias coletivas. Durante a década de 1980, os conflitos sobre o passado se desenrolaram longe do Estado, que agia como se nada estivesse acontecendo. Enquanto isso, familiares, apoiadores e entidades de direitos humanos investigavam por si próprios o destino de *desaparecidos políticos*, sem qualquer apoio institucional e legal. Apenas no final de 1990 se inicia o lento processo de *institucionalização* da memória das vítimas da ditadura, com a criação da Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos da

Câmara Federal por iniciativa do deputado Nilmário Miranda (Barreira e Gonçalves, 2010: 74).

Os trabalhos de três anos da Comissão de Busca, da Comissão de Familiares e dos grupos de “Tortura: nunca mais” produziram um dossiê que foi entregue para o então Ministro da Justiça Maurício Corrêa, do recém-empossado Itamar Franco em 1993, que surpreendeu ao propor uma comissão formada pelas três forças com o objetivo de esclarecer os casos de desaparecidos políticos: “Foi o primeiro gesto do Executivo no sentido de instar as Forças Armadas a abrir seus arquivos sigilosos” (Figueiredo, 2015: 57). Como é examinado por esse trabalho de Lucas Figueiredo, o relatório das três Forças de 1993 foi descaradamente mentiroso, limitando-se ao que se divulgava na imprensa ou no que era de conhecimento comum, contradizendo informações internas que os militares sabidamente possuíam, como mostravam o *Projeto Orvil* e os microfimes do CENIMAR (órgão de informação e repressão da Marinha) que vieram a público em 2011¹⁶, como no caso da Aeronáutica ao falar de Stuart Edgar Angel Jones:

No final da década de 1960, Stuart fora um dos muitos jovens que trocaram a universidade pela luta armada. [...] Aos 26 anos de idade, foi preso por agentes do serviço secreto da Aeronáutica e levado para o *Paraíso*, como era conhecida a sede do Cisa [órgão de repressão da Aeronáutica] no Rio de Janeiro, que funcionava dentro da Base Aérea do Galeão. Em 1993, a Aeronáutica se pronunciou da seguinte forma sobre o caso: “Há cerca de 20 anos a imprensa vem publicando que, 71/72, Stuart foi morto na Base Aérea do Galeão, ‘arrastado por toda a Base, amarrado a um Jeep, com a boca no cano de escapamento’”. [...] No relatório enviado ao Ministério da Justiça em 1993, ao descrever o caso, a Aeronáutica tentou desqualificar a fonte da informação sobre o destino de Stuart, o também guerrilheiro Alex Polari, que presenciara os martírios ocorridos no Paraíso: “Essa versão [do episódio que culminou com a morte de Stuart] teria sido baseada em declarações de ALEX POLARI DE ALVERGA – Militante da VPR, participante em cerca de 20 assaltos à mão armada e no sequestro de 2 embaixadores e que, quando anistiado, estava condenado a duas prisões perpétuas e mais de 60 anos de prisão, nos processo em que já havia sido julgado”.

Sobre o desaparecimento de Stuart, a Aeronáutica foi lacônica: “Neste órgão, não há dados a respeito da prisão e suposta morte de STUART EDGAR ANGEL JONES”. (ibidem: 59-60)

Ou seja, o primeiro movimento do Executivo brasileiro de revelar a verdade e reconstruir a memória sobre as mortes causadas por agentes da ditadura demonstrou o total descaso dos militares de cooperarem com o direito dos familiares e amigos de saberem o que acontecera aos *desaparecidos*. Foi a partir desse episódio que os militares instauraram o

¹⁶ Nesse relatório de 1993, por exemplo, 14 mortes ocorridas nos órgãos policiais foram informadas como suicídios, dentre outras várias mentiras desmascaradas pelos próprios arquivos dos órgãos de repressão. As palavras que Figueiredo usa para descrever o "relatório" das forças em 1993 são **desfaçatez** e **embuste**.

discurso de que os documentos haviam sido todos perdidos e que, portanto, não tinham como cooperar com as investigações.

Apesar do descaso das Forças com o direito à verdade, a ação conjunta das comissões de familiares e da Câmara Federal conseguiu realizar “um encontro nacional para elaborar o projeto de lei que estabelecesse o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas mortes ocorridas durante a ditadura militar” (Gonçalves, 2006: 54). Mesmo que tenha sido recusada por Itamar Franco, receoso da “reação”, os candidatos à presidência de 1994 assinaram uma *Carta-Compromisso* de levar adiante o projeto de lei dos *desaparecidos políticos*.

Enfim, em dezembro de 1995, com o anistiado Fernando Henrique Cardoso na presidência e José Grigori no Ministério da Justiça, é sancionada a Lei 9.140, conhecida como “Lei dos Desaparecidos Políticos”. Pela primeira vez era reconhecida a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de 136 *perseguidos políticos*, concedendo o estatuto oficial de mortos aos desaparecidos e o direito dos familiares de pedirem indenização. Também com a Lei 9.140/95 foi criada a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que emitia pareceres sobre os processos por demandas de indenização.

A Lei dos Desaparecidos Políticos causou uma recepção semelhante à Anistia de 1979, pois se de um lado era uma conquista da luta que se arrastava há anos pelo direito de se saber o paradeiro dos perseguidos por motivação política, por outro era uma lei permeada de falhas e limitações: o ônus da prova cabia aos familiares, que se viam obrigados a realizar os trabalhos investigativos e montar uma argumentação, tudo sem o acesso aos documentos oficiais dos órgãos policiais, que sequer foram constrangidos a cooperarem. Com efeito, a questão das pessoas mortas por agentes públicos permanecia como da esfera privada dos familiares e amigos, e não da esfera pública do Estado. Outra crítica de familiares e de entidades de direitos humanos era a limitação da lei de só tratar dos desaparecidos, ignorando as milhares de outras vítimas da arbitrariedade da repressão política.

Em 1997 se iniciava pelo Paraná a mobilização dos estados da federação de reconhecer violações de direitos humanos e indenizar perseguidos políticos nas dependências estaduais (Gonçalves, 2006: 58). Esse movimento que se propagava pelo país repercutiu no governo federal com a Lei 10.559 de 2002, que criava a Comissão de Anistia que avaliava os pedidos de indenização, de reintegração ao serviço público e de retorno à universidade às vítimas de repressão nas instalações federais. Também se constituíram as Caravanas da Anistia, que iam pelo país realizando sessões de julgamentos dos processos de indenização e

realizaram uma solenidade com pedidos oficiais de desculpa para aqueles que tinham suas demandas aceitas.

No Ceará, a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou foi sancionada em 2002 pela Lei estadual 13.202. Formada por 11 membros da sociedade civil e do governo, ela é a responsável pelo julgamento de pedidos de indenização para as vítimas nas instalações estaduais. Os pedidos ficavam a cargo dos próprios requerentes, que tinham que construir a história pessoal e justificar perante a Comissão o seu merecimento de indenização. A classificação entre aqueles que merecerem ou não receber um ressarcimento financeiro e as lutas simbólicas sobre a identidade de *anistiado político* na Comissão Wanda Sidou são os objetos de análise da tese de Gonçalves (2006).

Os atos reparadores do Estado foram importantes para a mudança da imagem “terrorista” e “criminosa” para a de “vítima” dos anistiados, deslocamento esse que se operava desde o final da década de 70. Porém, a aquisição do *status* de vítima ocorreu novamente como se fosse parte de um interesse particular do anistiado, cabendo ao Estado apenas acatar ou não o pedido. Os avanços da legislação se apresentavam como conquistas de uma parcela interessada da população, que estava em oposição aos interesses das parcelas conservadoras. Ou seja, os direitos dos anistiados pareciam apenas do interesse deles, e não da democracia brasileira.

Da outra parte envolvida no confronto político da ditadura, que cabe aos militares e civis que estiveram a serviço da repressão política, os atos reparadores ou recebiam forte oposição ou total omissão de cooperação. Os avanços só foram conquistados a custas de muitas concessões, tais como jamais responsabilizar agentes individualmente do Estado por violações de direitos humanos e não ter acesso a documentos dos órgãos policiais (SNI, CIE, Cisa, DOI-Codi, PF, DOPS e CENIMAR). O resultado desse arranjo são memórias individualizadas para cada processo de reparação e uma reação que considera a luta pela memória e a verdade como “revanchismo” por parte de entusiastas da ditadura.

3.4. Finalmente, a comissão da nacional da verdade

O Programa Nacional de Direitos Humanos – III (PNDH-3)¹⁷ foi anunciado em 2009 contendo seis eixos orientadores principais e vinte e cinco diretrizes, a partir da revisão dos dois Programas anteriores do governo FHC. Ele é fruto da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos e a sua proposta é de tornar a agenda dos direitos humanos política de

¹⁷ Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2010).

Estado, ampliando o diálogo do poder público com a sociedade civil. Desde seu anúncio foi contestada pela ala conservadora do Congresso, que forçou diversos recuos nas propostas iniciais. O decreto lei nº 8.243/14, por exemplo, que deriva do primeiro eixo do PNDH-3 sobre a interação entre o Estado e a sociedade, causou reações contrárias por ter sido considerado a instauração de uma “ditadura bolivariana no Brasil”, pois criaria maior diálogo com os movimentos sociais – taxados pelos conservadores como reduto do “esquerdismo”. Outro eixo polêmico é sobre a desmilitarização da polícia, considerada pelos conservadores “afrouxamento” do combate ao crime e desencadeador de uma anarquia. O sexto eixo do PNDH-3 é o do direito à memória e à verdade na investigação dos casos de violação de direitos humanos perpetradas por funcionários públicos durante a ditadura, e também pelo direito à divulgação de documentos dos órgãos de segurança do período da ditadura militar¹⁸.

Três são as diretrizes referentes ao sexto eixo do PNDH-3. A Diretriz 24 tem por objetivo estratégico “incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários” (ibidem: 214), com o financiamento para a criação de centros de memória sobre a ditadura, eventos educativos, tornar os espaços da antiga repressão de acesso público e mudança de nomes para os espaços celebrativos do autoritarismo. A Diretriz 25 se refere a mudanças na legislação brasileira que sejam remanescentes dos períodos de exceção conforme as convenções internacionais de Direitos Humanos.

É na Diretriz 23, “Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado”, que se estabelece

um Grupo de Trabalho composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua Comissão Nacional da Verdade, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política no período mencionado [1946-1988] (ibidem: 212)

Porém, a proposta da CNV já continha várias acomodações políticas. Originalmente, a Comissão se chamaria “da Verdade e Justiça”, mas como a palavra “Justiça” enseja a possibilidade de julgamentos e punições, comandos militares com apoio do Ministro

¹⁸ “O Brasil ainda processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964. A impossibilidade de acesso a todas as informações oficiais impede que familiares de mortos e desaparecidos possam conhecer os fatos relacionados aos crimes praticados e não permite à sociedade elaborar seus próprios conceitos sobre aquele período.” (ibidem: 207) Sendo necessário, portanto, uma política pública pela verdade e pela memória das vítimas para desenvolver uma cultura dos direitos humanos.

da Defesa Nelson Jobim condicionaram a aprovação do PNDH-3 à retirada dessa possível “mal-entendido”. Outra negociação foi sobre a data de abordagem, escolhendo a data entre 1946 e 1988, referentes às duas Constituições democráticas, diluindo a referência direta à ditadura civil-militar.

Em novembro de 2011 foi sancionada a Lei 12.528 que estabelecia a Comissão Nacional da Verdade (CNV). A lei possuía diversas limitações: “apenas sete membros, entre os quais um representante dos militares [...] destituída de autonomia orçamentária ou de caráter de persecução judicial” (Joffily, 2012: 132), entre outras. A historiadora Mariana Joffily traça quatro tensões desencadeadas pelo estabelecimento da CNV: 1) a possibilidade de repercussões judiciais pela indicação de responsabilidade de agentes em crimes contra a humanidade, mesmo com revogação do STF do pedido de revisão da lei de anistia¹⁹; 2) tornarem-se conhecidas as relações entre a sociedade civil e os órgãos repressivos, principalmente o financiamento de ações violentas por parte de empresários; 3) o poder de requisitar, independente do grau de sigilo, documentos dos órgãos oficiais e 4) na possibilidade de convocação para audiências públicas de sujeitos notadamente reconhecidos pela sua participação na repressão política.

Conjuntamente à lei que estabelecia a CNV, a nova Lei de Acesso à Informação (nº 12.527) foi instaurada com a promessa de subordinar o direito à privacidade ao conhecimento público sobre os fatos históricos relevantes. Porém, o resultado da nova lei foi decepcionante. Paradoxalmente, o Brasil se tornou o país com o maior acervo documental sobre o seu período ditatorial em comparação aos seus vizinhos, mas também é o acervo com a maior quantidade de documentos irrelevantes, como anotações burocráticas cotidianas dos militares. Quando questionados sobre os documentos realmente importantes para a compreensão de nossa história, os comandantes das três forças afirmam que os arquivos foram todos destruídos, e os documentos que segundo a lei deveriam conter o registro da destruição do arquivo e a razão para tal também teriam sido eliminados (dentro da lógica burocrática, é preciso um documento que legitime a destruição de um outro documento oficial). Curiosamente, o general Jorge Armando Félix disse ser contra a abertura dos arquivos para poupar a privacidade dos envolvidos, principalmente dos presos e torturados, quando os próprios torturados e familiares das vítimas sempre se posicionaram pela abertura.

¹⁹ “em 28 de abril de 2010, iniciou-se o julgamento [de revisão da Lei de Anistia a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil]: o relator do caso, ministro Eros Grau votou desfavorável, considerando improcedente a ação, acompanhado por mais 6 ministros que entenderam que a Anistia foi fruto de uma construção constitucional erguida para a redemocratização do país e que não cabia ao Judiciário essa iniciativa.” (Barreira e Gonçalves, 2010: 77). O Tribunal Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) julgou a decisão do STF brasileiro como irregular.

Mariana Joffily e Lucas Figueiredo em seus trabalhos argumentam que muito provavelmente esses arquivos estão guardados, a questão central é até que ponto o governo federal está disposto a confrontar as forças armadas por eles.

No dia 10 de dezembro de 2014 foi entregue para a presidente da república Dilma Rousseff o Relatório final da Comissão da Verdade. Dividido em três volumes e somando quase 3.500 páginas, o relatório no que se refere ao conhecimento da ditadura militar não trouxe algo realmente novo. No seu primeiro volume, em que contém propriamente a análise do regime, com sua origem, seu esquema de organização e relatos de violação de direitos humanos, basicamente se confirmou as pesquisas do *Brasil: nunca mais*. No terceiro volume, que se dedica ao registro dos mortos e desaparecidos, a principal fonte de dados da CNV é a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, que trabalha desde 1995 na elucidação dos casos de assassinatos perpetrados pela ditadura por iniciativa de entidades de direitos humanos e familiares. No segundo volume, que é dividido em eixos temáticos, é onde encontramos os dados que trazem novas reflexões, como as perseguições no campo e a indígenas, que eram pouco estudadas até o momento. A razão do sucesso da pesquisa em eixos temáticos foi a distribuição pelos estados de comissões da verdade, que descentralizou os trabalhos dos seis membros que compunham a CNV, permitindo maior aprofundamento na investigação.

Em conversas com pesquisadores da ditadura militar brasileira na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e na IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL (RAM) havia consenso sobre a importância que as comissões estaduais da verdade estavam desenvolvendo, porque do ponto de vista do desvelamento da verdade a CNV foi frustrante. Os colegas estavam entusiasmados com as comissões estaduais e temáticas, pois elas continuavam seus trabalhos apesar do Relatório Final da CNV ter sido divulgado. As críticas à CNV se referiam sobretudo às suas limitações de orçamento e de pesquisadores envolvidos, que acarretou na dificuldade de realização de um trabalho de grande mobilização. Porém, apesar das críticas, o Relatório cumpriu um importante papel na oficialização dos arbítrios cometidos pela ditadura, principalmente quando enumera 29 recomendações “com o intuito de prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito” (Relatório/Comissão Nacional da Verdade, 2014: 964).

As Medidas Institucionais que se recomendam são a cobrança de reconhecimento por parte das Forças Armadas de suas violações de direitos humanos, a responsabilização jurídica dos 377 agentes comprovadamente envolvidos nas violações e a proibição de eventos

celebrativos referentes à ditadura. Nas Reformas Constitucionais e Legais o principal ponto é a revogação da Lei de Segurança Nacional e a desmilitarização da política. Por fim, nas Medidas de Seguimento das Ações e Recomendações da CNV, há a proposição de prosseguir o trabalho de elucidação do passado, investigando e procurando por documentos sigilosos, um trabalho que está longe de sua conclusão.

No seu texto temático 6, do volume II, o Relatório se dedica às violações de direitos humanos na universidade. O documento oficial segue a cronologia comum aos trabalhos sobre movimento estudantil e a repressão ditatorial, preocupando-se em registrar números²⁰, vítimas²¹ e acontecimentos marcantes do movimento estudantil e universitário. Depois de refazer a cronologia até a reorganização do ME durante a abertura política no final do regime, o final do relatório se dedica à organização dos órgãos de repressão voltados à universidade. O DSI, braço do SNI no MEC, contava com cerca de 40 funcionários e se encarregava de “prevenir” o acesso de suspeitos a cargos públicos (p. 283); em 1971, o DSI se capilariza nas Assessorias de Segurança e Informação (ASI’s), que na prática servia como pressão do governo federal dentro da universidade.

O foco das ASI’s era monitorar o ME e realizar a “triagem” de professores e funcionários. Na UFC, a ASI ocupava uma sala do prédio da Reitoria, sabidamente conhecida, e seu chefe, general Rui Nogueira, era comumente visto pela universidade. Em 1986 há uma luta estudantil pela extinção das ASI’s, que incentivou o ME cearense a fazer um ato de invasão da sala da ASI da UFC. Inácio Arruda Coelho, membro do DCE na época, participa da ocupação e relata a surpresa com as fichas encontradas:

Uma coisa que me chamou a atenção foi [...] as fichas que tinham lá. Eram as fichas que a gente preenchia como sendo para receber a carteirinha do Restaurante Universitário. Na verdade aquela ficha estava lá na Assessoria de Segurança e Informação. *A gente preenchia aquela ficha, entregava na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e ela vinha parar como os primeiros dados que a gente [criava como aluno] [...] eles acompanhavam a gente por ali.* [...] E uma coisa que eu não entendia também: na época a carteira de estudante, se eu não me engano, não era feita ainda pelo DCE. Então a gente entregava [...] três fotografias [na matrícula]. Então tinha a carteira do Restaurante Universitário, tinha a carteira de estudante e tinha uma outra fotografia nossa que eu não sabia para o quê que servia. Depois eu descobri que essa outra fotografia ia justamente compor esse acervo, né? Esse arquivo deles. (Depoimento em 02 de junho de 2014)

²⁰ Foram 207 estudantes atingidos pelo Decreto 477 de acordo com a DSI/MEC (Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura)

²¹ Como o registro da morte do estudante de Geologia Alexandre Vannuchi Leme nas dependências do DOI-Codi/SP em 1973. Uma missa é realizada na Catedral da Sé em 30 de março de 73, com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, tornando-se a maior manifestação pública desde a decretação do AI-5 (Violação de Direitos Humanos da Universidade, 2014: 277).

Na ASI os estudantes encontraram diversas caixas com fichas e LBD's (Levantamento de Dados Biográficos) de alunos potencialmente *subversivos* desde a década de 1960. Inácio Arruda foi preso pela Polícia Federal, prestou depoimento e depois foi encaminhado para o Instituto Penal Paulo Oliveira, no qual passou um dia até conseguir ser libertado. Em 1986 foi tratado por truculência pela Polícia Federal, que lhe dizia “seu bandido” e perguntavam se ele militava em algum partido. O DSI/MEC só foi extinto em 1990. Como se vê, a ditadura não acabou em 1985.

Mateus Pereira (2015) analisou as guerras de memória em decorrência da CNV a partir da página da Wikipédia sobre o regime. Para o autor, os defensores do regime formam uma “comunidade de memória em rede” que atua para falsificar e dissimular o passado (ibidem: 881), praticando revisionismos e negacionismos que não correspondem aos fatos comprovados, tais como a prática de torturas em dependências do Estado. O revisionismo só é possível porque não houve julgamento do regime: “a impunidade [...] é o principal motor que faz com que essa ‘comunidade de memória persista’, cresça e se transforme e, sobretudo, que não sinta ou manifeste remorso ou culpa e, por consequência, não aceite nem reconheça qualquer tipo de erro” (ibidem: 884). A tese do autor é que as manifestações da “nova direita” em defesa do regime civil-militar seria uma “re-ação” à tentativa de “inscrição frágil” que foi proposta pela CNV (ibidem: 893). Dito de outra forma, a “nova direita” seria uma defesa contra o registro de uma memória oficial que lhe prejudique. Até o momento, o estímulo para o fortalecimento do que se chama “nova direita” seria a principal consequência do Relatório Final da CNV para Pereira.

4 RECONTANDO A HISTÓRIA

4.1 Uma genealogia da ditadura civil-militar

Até pouco depois da segunda metade do século XIX o Brasil não possuía uma plena organização de suas Forças Armadas e de segurança policial. A defesa ficava submetida a investimentos privados dos grandes latifundiários por meio da Guarda Nacional, uma espécie de concessão do Estado para o poder privado exercer a violência legítima. A descentralização do aparato militar foi um dos fatores para a dificuldade por que passou o país no Período Regencial (1831–1840) com as grandes revoltas separatistas regionais, como a Farroupilha no sul do país e a Sabinada na Bahia. Não havia, portanto, o monopólio da violência legítima centralizada no Estado, o que caracteriza o Estado moderno ocidental nos moldes europeus.

O retorno vitorioso da Guerra do Paraguai (1864-1870) centralizou e fortaleceu o Exército, que passou a se considerar a vanguarda do interesse nacional e a única instituição capaz de pensar coletivamente, estando acima dos interesses privados e mesquinhos de oligarquias regionais. Considerados a encarnação da nacionalidade e da integração nacional. Na Proclamação da República, os militares enfim ocuparam o lugar de protagonismo na política nacional e formaram alianças com outras parcelas da população, como os republicanos e a grande lavoura de exportação. A nossa historiografia geralmente retorna a esses fatos como a origem de uma duplicidade de nossas Forças que irá repercutir na ditadura civil-militar: de um lado o progressismo e disposição para ser o agente efetivo da modernização do país, retirando-o do imobilismo e do atraso, e de outro a propensão para a centralização absoluta do poder e desprezo pelo jogo político de negociação entre interesses diversos. Aarão Reis (2014) e Motta (2014) sintetizam essa postura com o conceito de *modernismo autoritário*.

Durante o período conhecido como República das Oligarquias, que durou até 1930, os militares ficaram em segundo plano enquanto os latifundiários, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, conduziam o país. Com Getúlio Vargas em 30, as Forças Armadas retornam ao cenário político como peça importante na proposta de centralização da nação, principal bandeira getulista contra o federalismo da Constituição de 1891. Pondo na prática o projeto de Oliveira Vianna, o Brasil precisava de um Estado forte e centralizado como força centrípeta para impedir as forças históricas de dispersão (centrífugas) de nosso país (cf. Vianna, 1987). Para isso era necessário um desenvolvimento da burocracia estatal e

financiamento das instituições de defesa e segurança, ou seja, uma modernização conduzida por um governo autoritário. A partir desse momento os militares sempre se posicionaram nas disputas políticas e interferiram, diretamente em muitas vezes, nos conflitos políticos nacionais. Os militares passam a ocupar o lugar de *tutela* da república, herdeiros do Poder Moderador do Império.

No ano de 1935 ocorrem no Rio de Janeiro, Recife e Natal movimentos revolucionários que ficaram conhecidos como Intentona Comunista. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) buscou fazer uma revolução comunista no Brasil contando muitos militares em sua composição, entre eles Luís Carlos Prestes. A reação do governo getulista foi enérgica e contou com vasto apoio das forças militares e policiais, o que manteve Vargas no poder. O Estado de Sítio foi decretado e se autorizou diversas prisões de suspeitos de ações comunistas de forma arbitrária, contornando a legislação. O PCB (Partido Comunista do Brasil) estimou que mais de 15 mil pessoas foram presas²² por motivos políticos em poucos meses de repressão política (Magalhães, 2012: 89), volume que não se repetiria nem na ditadura iniciada em 1964. Getúlio Vargas já possuía afinidade com os estados fascistas que se estabeleciam na Europa e se identificava com uma posição anticomunista²³ dentro da polarização da época, mas com a Intentona Comunista essa aversão ao comunismo se tornou mais aguda. Somado a isso, políticas de investimento em indústrias pesadas, como de aço e de ferro, e a valorização dos militares, conquistaram o apoio das Forças, sustentando a ditadura do Estado Novo.

A farsa do “Plano Cohen”, que revelava um projeto soviético para a implementação do comunismo no Brasil por uma aliança entre brasileiros e soviéticos infiltrados, e os apoios da Igreja Católica, das Forças Armadas e do bloco dos integralistas deram condições para Getúlio Vargas dar um golpe de Estado em 1937, anulando as eleições, promulgando uma nova Constituição e unindo sua base pelo anticomunismo. A imprensa passa a sofrer censura, as manifestações são proibidas e a propaganda anticomunista se torna institucionalizada, tais como os boatos de comunistas comerem crianças.

As heranças deixadas pelo Estado Novo para a ditadura iniciada em 1964 foram numerosas. Por exemplo: Carlos Marighella foi preso em 1936 arbitrariamente e foi vítima de

²² Em seu livro *Memórias do Cárcere*, o alagoano Graciliano Ramos (2013) relata a prisão arbitrária que sofreu em 1936 sem nunca ter sabido concretamente a razão dela e sem qualquer processo judicial. Alguns nomes conhecidos que estiveram na prisão junto com Graciliano foram Agildo Barata e Rodolfo Ghioldi, além da então esposa de Luís Carlos Prestes, Olga Benário. Ela foi entregue por Getúlio Vargas para a Gestapo nazista como “presente” e executada nas câmaras de gás

²³ Para os militares, em sua versão do Orvil, a Intentona de 1935 foi a “primeira tentativa de tomada do poder” dos comunistas.

torturas nas dependências da polícia política que buscava informações sobre comunistas (ibidem: 93). O policial que prendeu Marighella em 1936, Cecil Borer, também estava em 1964 na prisão do ex-líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN) num cinema carioca. Nessa prisão, Marighella foi baleado mesmo estando desarmado e também foi alvo de sevícias no DOPS. Além do *modus operandi* discricionário e do uso de torturas pelas forças policiais, foi no Estado Novo que se cunhou a imagem do comunista como um agente internacional que procura destruir a nação brasileira e submetê-la à Moscou, que tanto encontrou apoio nas Forças Armadas e nos setores religiosos e conservadores, servindo de alicerce para a construção da figura do “inimigo interno” da Doutrina de Segurança Nacional. O terror de uma iminente revolução comunista persiste até hoje de tão enraizado que ficou no imaginário político, como é demonstrado pelos *alertas* de Olavo de Carvalho e seus seguidores ao Foro de São Paulo.

A declaração de guerra contra o Eixo em 1942 e o envio das Forças Expedicionárias Brasileiras à Itália em 1944 para lutar diretamente contra o fascismo criou uma situação insustentável para Getúlio Vargas. As conhecidas simpatias de Vargas por Mussolini e Hitler, enquanto o Brasil guerreava contra o Eixo, levaram-no, de forma acordada com a elite política, a abdicar da posição ditatorial e convocar novas eleições. Impulsionado pelo prestígio de ter participado da vitória na II Guerra e com apoio do próprio Getúlio Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições de 1945 e pôs em prática o alinhamento político e econômico com os Estados Unidos da América.

Dutra já tinha integrado em 1935 a repressão à Intentona Comunista e, quando presidente, pôs na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil (PCB) e rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética. A proximidade com os EUA possibilitou um acordo de envio para solo norte-americano de oficiais para treinamento e formação. Nesse intercâmbio, oficiais brasileiros tiveram contato com a “Doutrina de Segurança Nacional”, que serviu de base para a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 314) de 1967. Desse intercâmbio vieram as diretrizes da Escola Superior de Guerra (ESG), local de formação e perpetuação da inteligência militar que viria a ocupar a elite dirigente da ditadura civil-militar de 64.

O retorno de Getúlio Vargas à presidência em 1951 foi marcado por atritos e instabilidade. Um dos momentos de maior tensão foi quando o salário mínimo recebeu um aumento de 100%, causando reação imediata de vários setores, incluindo os militares. O ministro do trabalho de Vargas era João Goulart, que foi demitido na ocasião para aliviar a crise. Com a morte de Getúlio Vargas se ensaia um Golpe em 1954, que acaba frustrado. Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 com 35% dos votos válidos, teve seu mandato

ameaçado desde o início por opositores, tendo que se defender de várias tentativas de afastamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Pouco antes do início do governo JK, foi inaugurado no Rio de Janeiro o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) inspirado no *College de France*. Seu propósito era produzir pesquisas e instrumentos para o desenvolvimento nacional: uma “ideologia concreta”, uma ideologia como instrumento. Na prática, o ISEB, em seu primeiro momento, estava disposto a assessorar, a apoiar e a sustentar o Plano de Metas de JK, que seria defendido pelo ISEB como interesse geral da nação. Na leitura do Instituto, haveria fases de desenvolvimento, nas quais o Brasil se encontrava num momento de “transformação”. Apesar de discordâncias internas, o ISEB tinha como concordância que o desenvolvimento nacional convergia para “a definitiva consolidação do capitalismo nacional” (Toledo, 1997: 55). Não era momento de pensar na “luta de classes” e sim na união das classes para o “interesse geral”.

A teoria das classes sociais do Instituto dividia a nação em dois setores: os “dinâmicos e produtivos” de um lado e os “estáticos e parasitários” de outro (ibidem: 133). O que caracteriza esses dois setores de classe é a relação com a industrialização, facilitando-a ou obstruindo-a respectivamente. A fonte das contradições sociais é o *Imperialismo* que obstrui o desenvolvimento nacional, pois é de seu interesse manter nações subdesenvolvidas e dependentes como sustentáculo do capitalismo nos países centrais. Não haveria “luta de classes”, e sim luta interna às classes, em que há uma *burguesia nacional* versus uma *burguesia imperialista*. A luta é entre os que estão do lado da nação e os que são anti-nação. Portanto, como o interesse nacional está presente nas diversas classes e há um movimento conjunto pelo desenvolvimento encabeçado pela ideologia isebiana e o governo de JK, a “revolução anti-imperialista” será pacífica. A luta entre burguesia e proletariado deve ser deixada para outro momento, em uma etapa futura: nesse momento de “transformação” era necessário um grande acordo entre as frações de cada classe interessadas no desenvolvimento nacional.

O movimento comunista mundial foi abalado em 1956 com o “Informe de Khrushchov”, no qual se divulgava os crimes do stalinismo. Um dos mais afetados foi o PCB, que até então apontava para a luta revolucionária por meio das armas seguindo o modelo de revolução soviética. Contudo, ainda abalado pelas notícias de Moscou, em 1958 realizou uma mudança estratégica em confluência com o ISEB, conhecida como a “Declaração de Março”:

Em vez de uma situação crítica, explosiva e catastrófica, os comunistas descobriram no país amplas possibilidades de desenvolvimento; no lugar de classes dominantes coesas e insensíveis às reivindicações populares, perceberam divisões e brechas entre as elites – o que permitia imaginar a hipótese de atrair um setor dominante, a burguesia nacional, para a Frente Única. Em consequência, o recurso à força cedeu espaço às lutas eleitorais, à valorização das instituições políticas existentes, ao caminho pacífico para as transformações da sociedade brasileira. (Aarão Reis, 1989: 23)

A Frente Única aliaria as frações de classe progressistas contra os dois principais inimigos ao desenvolvimento: o imperialismo e o latifúndio. No V Congresso de 1960 do PCB buscou-se um equilíbrio entre a aliança com a burguesia e a luta na legalidade com a intensificação das lutas sociais e pela hegemonia proletária dentro da Frente Única. A *Revolução Brasileira* deveria ocorrer em etapas e de caráter pacífico, sendo o primeiro momento por um capitalismo nacional que unisse todas as classes. Estava abandonada pelo PCB, o principal canal de atuação da esquerda naquele momento, a estratégia revolucionária: o caminho era pacífico e dentro da legalidade, pela luta de massa.

Em 1962, lideranças do PCB (Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois, principalmente) veem o partido desvirtuado de seus princípios originais e dominado por *revisionismos*. Eles decidem se desligar do Partidão e criar o PCdoB, reivindicando-se os continuadores do Partido original de 1922. A divergência entre o PCdoB e o PCB é notadamente sobre a natureza da revolução, que para o primeiro deveria ser violenta e popular, já para o segundo seria pacífica e de união nacional. O abalo do “Informe de Khrushchov” e a mudança do PCB pela via pacífica da revolução também alimentaram os movimentos da 4ª Internacional (os chamados *trotskistas*), da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), que contava com a presença de acadêmicos e estudantes, e dos movimentos da juventude católica, sobretudo no movimento estudantil (a Ação Popular).

Foi no fim do governo JK e início de João Goulart que os comunistas abandonaram a linha de enfrentamento armado pela disputa dentro da legalidade, logo quando a democracia iniciava seu período de instabilidade (ibidem: 25) que culminaria no Golpe. Em 1961, como sinal disso, o principal objetivo do mais importante veículo de esquerda era conseguir o registro legal do Partido, que levou à mudança do nome para Partido Comunista Brasileiro a fim de rebater a suspeita de ser um braço de Moscou no país. Enquanto o PCB se ocupava com a papelada burocrática para a legalização, as forças conservadoras se articulavam para um golpe armado.

Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, ocorreu o segundo ensaio de golpe. Dessa vez era contra a posse de João Goulart, que voltava de viagem da China e era rejeitado

há anos pelos militares e conservadores desde o segundo governo Vargas. Novamente frustrado o golpe pela junção da ala legalista das Forças, do grupo de Brizola e de massiva participação estudantil, movimento conhecido como “Campanha da Legalidade”, Goulart finalmente assumiu cedendo ao arranjo político de seus opositores que decretava o parlamentarismo. O que reforçaria as teses de 1958 e 1960 do PCB de um governo nacionalista, democrático e de união com João Goulart logo foi frustrado pela escolha do conservador Tancredo Neves para primeiro-ministro: ele era contra a Lei de Remessa de Lucros e reprimia movimentos populares e sindicais. Além disso, o ciclo desenvolvimentista de JK cobrava seu preço, elevando a inflação, aumentando o desemprego e a dívida pública. Era a primeira crise interna do capitalismo brasileiro, uma crise *sui generis*, pois no estrangeiro acontecia a “época de ouro” do crescimento econômico e pleno emprego.

A decepção com João Goulart e a instabilidade política e econômica causou no PCB uma avaliação de que o presidente, como representante da burguesia num país ainda não completamente capitalista, oscilava entre posturas progressistas e posturas conciliatórias com os conservadores, sendo necessário, portanto, maior pressão popular para “guiá-lo” pelo caminho revolucionário *correto*. O ecletismo de Goulart, que cedeu aos movimentos camponeses ao defender uma reforma agrária²⁴, fez com que seu primeiro-ministro Neves renunciasse em junho de 1962, o que gerou mais instabilidade política. Negociando e costurando alianças de vários lados, João Goulart finalmente conseguiu que o Congresso antecipasse a consulta popular para janeiro de 1963: a volta do presidencialismo venceu com larga margem, com mais de 90% dos votos. Jango interpretou erroneamente que a vitória esmagadora era mérito seu, quando era uma manifestação popular por governo forte e pelas reformas estruturais (cf. Gorender, 2014: 51).

Ainda não estava claro qual era a posição política de João Goulart. Quando, por exemplo, solicitou o *estado de sítio* em outubro de 1963, confiante no apoio popular que imaginava possuir, nem a direita e nem a esquerda sabiam o que Jango almejava, sendo o pedido negado por todos os lados. No último passo à esquerda da sua dança, o presidente fez um discurso inflamado na Central do Brasil em 13 de março de 1964: desapropriou terras nas proximidades de rodovias, nacionalizou refinarias de petróleo, prometia reformas educacionais e urbanas, deu palanque para líderes estudantis e havia bandeiras do PCB na plateia. A reação foi imediata, levando centenas de milhares de pessoas para as ruas nas conhecidas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” pelas cidades do país. Luís

²⁴ Goulart apoiou a reforma agrária depois de ter duramente reprimido o Movimento Revolucionário Tiradentes, formado pelas Ligas Camponesas e liderado por Francisco Julião, em 1962.

Carlos Prestes, o “cavaleiro da esperança” e secretário-geral do PCB, em março de 1964 defendia no jornal do Partido que qualquer iniciativa golpista seria esmagada pelas massas que estavam organizadas e preparadas para a defesa da democracia, além do apoio das Forças que também eram progressistas.

Há diversas leituras sobre as origens do Golpe. O CEBRAP de Celso Furtado insistiu na tese de que ele foi conduzido pelas forças reacionárias do país, sobretudo o latifúndio. Já outros autores, como René Dreifuss e Carlos Fico, argumentam que o golpe foi dado pela própria burguesia para subjugar o Estado. Também se faz presente a leitura de que o golpe foi bonapartista, no sentido de ser um movimento em que as classes dominantes abrem mão do poder político por um governo autoritário que imponha a ordem e permita a fluência do mercado. Mas, como relata Fernando Henrique Cardoso à Comissão Nacional da Verdade, após o golpe ninguém sabia o que iria acontecer, nem mesmo os militares que tomaram o poder. Não se sabia o quanto ia perdurar, quem ia assumir o poder ou qual seria as medidas repressivas:

"Rapaz, o que tu foi fazer junto comigo, Lúcio [Alcântara, depois nomeado interventor no Diretório Acadêmico XII de Maio da Medicina – Valton se refere à manifestação que houve na Odontologia no dia 1º de abril de 1964 contra o Golpe]?", aí ele **"é porque eu não sabia pra onde ia esse negócio". E realmente ninguém sabia, muita gente se perguntava se ia haver fuzilamento.** Lembro que na Faculdade de Economia um dos líderes estudantis, não vou dizer o nome, se tremendo, disse perto de mim **"tu acha que vão fuzilar?"**, eu disse "não sei se vão fuzilar, mas se forem fuzilar nós já estamos fuzilados, não tem jeito, se nos pegarem nós estamos num ponto que não tem mais volta, a menos que a gente se torne dedo duro e que a gente vá passar pro outro lado", como alguns passaram (Valton Miranda, depoimento em 04 de junho de 2014)

Havia uma grande diversidade entre aqueles que apoiaram o golpe militar: de liberais a favor do livre mercado a ultraconservadores da TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade); de oficiais militares do grupo da *Sorbonne*, de tradição intelectual, nacionalista e democrática, a militares *brucutus* autoritários e fascistas. O que unia a todos era o anticomunismo, que se propagava desde o Estado Novo e ganhava novas dimensões com a Guerra Fria e a interferência direta dos Estados Unidos. Contudo, o golpe foi arquitetado com relativa autonomia (Aarão Reis, 2014: 47): foi fruto das forças internas do país, sobretudo defensivas, que estavam receosas de que reformas profundas destruíssem os valores “ocidentais” (democracia, liberdade, individualismo) e “cristãos”. Na ausência de uma agenda comum e de uma liderança clara que conduzisse o processo, a ditadura nasce já tendo que negociar e administrar forças políticas que muitas vezes se chocavam.

É importante destacar que os militares não deram o golpe sozinhos. A grande mídia exaltou o golpe²⁵, a Igreja o reforçou²⁶ e diversos políticos comemoraram e sustentaram a iniciativa, como Ulysses Guimarães, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. A tentativa de equilíbrio de forças do agora ex-presidente Jango fracassou e os golpistas foram bem sucedidos em vestirem o discurso de defesa da legalidade e da democracia: o “processo revolucionário” foi instaurado para defender as instituições, ameaçadas pelo comunismo de Jango. O Golpe era uma “contrarrevolução preventiva” e seu apoio foi massivo.

A esquerda por outro lado não soube como reagir: “Nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. *Todos ficaram à espera do comando do presidente da república*. Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arraes, Julião e os generais nacionalistas” (Gorender, 2014: 74, grifo do autor). O PCB, a POLOP e o PCdoB supervalorizavam as forças populares na certeza de que elas reagiriam a um possível golpe, preocupando-se mais em fazer pressão ou oposição a João Goulart. O “imobilismo” do PCB, o Partidão, é central na leitura de Gorender (2014: 232) e de outros autores para a radicalização da esquerda após o golpe, pois era culpa do “reformismo” e do “pacifismo” o país ter adentrado numa ditadura. Ridenti (2010: 43) fala de como a oposição avaliava o fracasso de abril de 64 como “falta de decisão e de capacidade das lideranças”, ou seja, faltava uma organização revolucionária de vanguarda. Uma das poucas manifestações públicas de relevância contra a quartelada surgiu do Movimento Estudantil, que se manifestou no dia 1º de abril na Cinelândia, Rio de Janeiro. No Ceará também estudantes se manifestaram na Praça José de Alencar. É sobre a história do Movimento Estudantil (ME) que nos dedicaremos agora.

4.2. O movimento estudantil sempre esteve presente

Em 1968 o escritor e jornalista Arthur José Poerner tentou publicar o seu trabalho *O Poder Jovem* sobre o ME, mas logo foi censurado pela ditadura. Publicado oficialmente apenas em 1979, no clima da reabertura política, o livro foi uma referência para o Movimento

²⁵ O jornalista Mário Magalhães em seu artigo “19 capas de jornais e revistas: em 1964, a imprensa disse sim ao golpe” (31/03/2014) demonstra o quanto a quartelada foi glorificada midiaticamente no início de abril de 1964. Dentre essas capas, há em destaque a capa do jornal O Globo, que agradecia aos militares por “salvarem o país”.

²⁶ “No dia 6 de abril, realizou-se uma *Missa de Ação de Graças* na Catedral de Fortaleza em homenagem às Forças Armadas pela vitória do ‘movimento revolucionário’. O ato litúrgico foi celebrado pelo próprio Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado [...] no sermão, o religioso teria elogiado o *trabalho patriótico das Forças Armadas em defesa da Constituição, banindo para sempre os comunistas do Brasil*” (Farias, 2007: 53).

Estudantil que então se reorganizou, circulando clandestinamente pelas universidades desde 1977. *O Poder Jovem* é considerado um clássico sobre o ME, tanto pela sua vasta documentação histórica como pelas teses que são lançadas, base para muitos outros trabalhos.

Curiosamente, o livro é prefaciado pelo general Pery Constant Bevilacqua, ministro do Supremo Tribunal Militar durante o governo de Castelo Branco e cassado em janeiro de 1969 na inflexão repressiva pós-AI-5. O general era conhecido pelas suas posições nacionalistas e pela defesa da legalidade, fazendo oposição à ferramenta discricionária dos Inquiridos Policiais-Militares (IPM's), usados desde os primeiros dias da ditadura para contornar a legislação com o propósito de punir opositores ao regime. Importante apoio na “Campanha pela Legalidade” em 1961, Bevilacqua seria parte do “aparato militar” de Jango que entraria em ação contra o Golpe de 1964, mas que nunca foi acionado.

Nesse prefácio, o general inicia criticando o direito de greve, que era defendido pelo autor Poerner, por ser um traço de “bolchevismo autoritário” em nossa legislação. Mas que, apesar disso, respeita o autor como defensor da liberdade e da nação. Mais adiante o general inicia o seu elogio aos estudantes que estiveram presentes em todos os grandes momentos cívicos de nossa história, como a campanha abolicionista e pela República. A mocidade para ele é sinônimo de “inocência”, “idealismo”, “devotamento”, cheia de “arroubos”, “esperanças” e “generosidade” (*apud* Poerner, 1979: 13). A juventude sempre lutou e vai lutar pelas boas causas: democracia, patriotismo e valores cristãos (*ibidem, sic*). Mesmo quando são enganados pelo comunismo, é pela leviandade de o confundirem com nacionalismo.

A UNE, para o prefaciador, teve sua época de ouro durante os anos de 1942 e 1945, quando foi uma das primeiras entidades a se posicionar contra o Eixo e cobrar do país um posicionamento imediato. Em 1942, o próprio Pery Bevilacqua esteve na passeata da UNE pela entrada do Brasil na II Guerra pelo lado dos Aliados, o que demonstraria o serviço do nosso país pela liberdade e pela democracia (*apud ibidem*: 15). Depois desse período de ouro, veio o “período de sombra” que foi a contaminação dos estudantes pelo comunismo, tendo na aliança com o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) o pior erro de sua história, pois o CGT é um reconhecido “inimigo da democracia”. Para finalizar o seu texto, ele recomenda que o ME seja tratado com “simpatia, amor e tutela”, pois os erros dos estudantes são por “extravasamentos” cheios de boas intenções.

Por que o autor escolheu o general para prefaciar o seu livro, apesar de suas posições conservadoras? Poerner não é um conhecido defensor dos valores cristãos e não é contra direitos trabalhistas (é antigo filiado do PDT). Muito menos defendeu a ditadura

civil-militar, tendo que se exilar com a decretação do AI-5. O sentido dessa escolha passa pelas duas principais teses de seu livro, que são: 1) o ME ao longo de toda a nossa história, e principalmente com a criação da UNE em 1937, foi o celeiro de nossas principais lideranças políticas e 2) os estudantes levantaram as mais importantes bandeiras de nossa história, sendo algumas delas pioneiros. Sobre essas teses, até mesmo um militar conservador, mas “legalista”, tem que concordar. A experiência estudantil politiza o estudante “no asfalto”, que começa a reconhecer a realidade brasileira e o arcaísmo da estrutura social. O estudante brasileiro, portanto, é um “oposicionista nato” (ibidem: 32), mas não um “rebelde sem causa”: é contra as injustiças do sistema, lutando pelo fortalecimento nacional e sua modernização.

Nesse sentido, o comunismo dos estudantes na década de 60 foi “circunstancial”, por ser a opção de oposição ao “entreguismo” da ditadura civil-militar que se curvava aos Estados Unidos. Num mundo polarizado, a opção contra a “americanização” só poderia ser pelo comunismo. Ou seja, a “comunização” dos estudantes foi somente uma faceta, um momento, da característica central da juventude organizada: o nacionalismo, o interesse nacional, o combate a medidas antipopulares. Em outras palavras, o marxismo dos estudantes era uma ferramenta ideológica momentânea de oposição ao regime. Elias (1997), ao analisar a juventude hitlerista e a juventude que adentrou em organizações armadas na década de 1960, nessa linha de Poerner, também viu algo anterior às ideias defendidas, referindo-se ao conflito entre gerações como o eixo central na luta política de estudantes. Essa leitura “circunstancial” (o marxismo por “ocasião”) sobre o engajamento estudantil no campo marxista do ME será mais trabalhada a frente, no momento que falarmos da “Autocrítica” no Capítulo 5.

Após a II Guerra, a UNE se encontrava politizada na defesa das riquezas naturais brasileiras, sendo a ponta de lança da campanha “O Petróleo é Nosso!”, e sofrendo uma “socialização” com a hegemonia do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Desse período surgiram nomes como de José Frejat, deputado pelo MDB em 1966 e impugnado pela ditadura, e Roberto Gusmão, delegado do Ministério do Trabalho de João Goulart e também perseguido em 1965 (ibidem: 179-80). A maior conquista do “período socialista” foi a gratuidade do ensino universitário.

Em 1949, inicia-se na UNE o “Período Negro”, marcado pela ascensão direitista na entidade sob a liderança de Paulo Egydio Martins, futuro ministro de Castelo Branco. Esse período é destacado pela “apatia e peleguismo”, e pelo intenso intercâmbio com estudantes norte-americanos, com a liderança de Helen Rogers. A dominância direitista foi encerrada pelo grande prestígio que alcançou a luta contra o aumento das passagens de bondes no Rio de Janeiro, em 1956, que culminou numa greve geral organizada pela União Metropolitana

dos Estudantes (UME). Esse acontecimento é tido como uma virada no ME, tornando-o conhecido pela população como influente nas lutas sociais e políticas. Ele é considerado como o ponto de partida para a politização do ME no artigo de Guilhon Albuquerque (1977: 119). A UME era presidida então por José Batista de Oliveira Júnior, que ganhou a eleição de 1956 para a UNE, dando início, nas palavras de Poerner, à “Fase Democrática da UNE”.

Da experiência da greve contra o aumento das passagens surgiu a União Operário-Estudantil Contra a Carestia, que obteve grande repercussão midiática e política, sendo repetida em outros países da América Latina. Os EUA enviaram, em resposta a essa virada à esquerda, a estudante Gloria May para o país. Ela era encarregada de difundir a cultura estadunidense e inserir o espírito anticomunista no Brasil. Mas, na realidade, essas tentativas foram interpretadas pelo ME como tuteladoras e imperialistas, sendo objeto de grande oposição e servindo de impulso para o espírito antiamericano. O combate a essa investida dos norte-americanos deu início à parceria entre comunistas e católicos, que estavam de acordo sobre as lutas nacionalistas de resistência ao imperialismo estadunidense.

O tiro dos EUA havia saído pela culatra. A UNE se destacou nesse período na pressão feita contra Roberto Campos (futuro ministro da fazenda em 1964) pelo *lobby* realizado por ele para empresas nacionais aceitarem financiamento norte-americano na extração de petróleo na Bolívia, o que na prática as desnacionalizava, no episódio que ficou conhecido como Acordo de Roboré. A entidade estudantil, com apoio de outras forças, mas na liderança, conseguiu fazer com que Roberto Campos fosse exonerado do BNDE e que o Acordo Roboré fosse abandonado.

A gestão de Aldo Arantes foi marcante pela participação na “Campanha da Legalidade”, que deu maior visibilidade ainda para a UNE e para seu presidente (depois perseguido pela ditadura). No ano anterior ao início da AP no domínio da UNE, em 1960, foi divulgada a Declaração da Bahia, efeito do I Seminário Nacional de Reforma Universitária ocorrido em Salvador. Era o primeiro texto programático do ME desde o Estado Novo. Nela estão propostas de nacionalização de setores fundamentais e de participação efetiva do proletariado no Estado. Além disso, apontava para a emergência de uma corrente revolucionária de caráter emancipatório. A UNE, com a liderança da AP e suas novas diretrizes, tomava como objetivo a *Revolução Brasileira*.

Porém, a Declaração da Bahia era totalmente abstrata. Nas palavras dos estudantes, uma “sumária reflexão crítica sobre a realidade socioeconômica brasileira” (Sanfelice, 1986: 33). Há análises sobre a concentração de renda, a questão agrária, o sistema político excludente e o imperialismo. Nesse contexto de subdesenvolvimento, a universidade

era elitista e dependente do estrangeiro, sendo preciso uma “universidade existencialmente entendida, comprometida com as necessidades concretas do povo brasileiro” (UNE, Declaração da Bahia, 1961 *apud* Sanfelice, 1986: 35). A luta estudantil seria, sobretudo, pela Reforma Universitária, que seria o meio de interligar a universidade com a sociedade.

Foi com a Carta do Paraná, em março de 1962, que se buscou suprir a ausência de esquema tático: o projeto era “fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo, a negação de qualquer dogmatismo e uma frente cultural ativa da revolução brasileira” (ibidem: 39). Para alcançar isso objetivamente, a tática era levantar a “bandeira do 1/3”, uma forma de combater os velhos professores estratificados em suas cátedras. Desencadeou-se pelo país a campanha pela participação de 1/3 dos estudantes nas Congregações, Conselhos Universitários e Conselhos Técnicos das universidades no que ficou conhecido como Greve do 1/3, deflagrada em 21 de maio de 1962. Pelo país percorreu a UNE-Volante, que discutia as proposições da Carta do Paraná com a massa estudantil, também levando apresentações culturais do CPC (Centro Popular de Cultura).

Do ponto de vista da adesão, a campanha foi um sucesso: conseguiu paralisar a maior parte das 40 universidades que existiam por quase três meses. Entretanto, grupos opositores do governo Goulart, que estava sob o instável parlamentarismo em 1962, utilizavam a greve estudantil para abalar o presidente, o que levou ao Conselho da UNE decretar o fim da mobilização sem que se conquistasse a representação de 1/3: “A UNE, de qualquer maneira, saiu fortalecida do processo e, ao final da gestão de Aldo Arantes, conseguiu, no XXV Congresso, consagrar a sua unidade em torno de uma chapa única que elegeu Vinícius Caldeira Brandt para novo presidente da entidade” (Sanfelice, 1986: 40). A leitura do ME era de que os estudantes haviam conquistado maturidade política com a participação na greve e que o país se encontrava numa “fase pré-revolucionária”, cabendo aos estudantes facilitar o processo junto às classes populares (proletários e camponeses) protagonistas da revolução.

A *revolução* era questão de tempo e, apesar das oscilações, a postura de João Goulart a favor da Reforma Universitária era vista como positiva para o ME. De modo geral, o período do final dos anos 50 e início dos anos 60 era de otimismo com o futuro: o Brasil finalmente se tornaria um país desenvolvido e o crescimento dos movimentos populares no campo e na cidade possibilitaram uma sociedade mais justa num futuro próximo. Como em *Quarup* de Antonio Callado, que se encerra esperançoso com o país mesmo com a repressão policial: o trabalho de conscientização popular seria mais forte do que qualquer poder contrário, mesmo que autoritário e violento.

A UNE e as outras entidades estudantis marcaram, então, presença nos grandes debates públicos até o golpe. Em abril de 1964 a hegemonia era de estudantes católicos, que romperam com a Juventude Universitária Católica (JUC) e formaram a Ação Popular (AP) em 1962, com uma proposta socialista revolucionária, com grande ênfase no trabalho de base. Dois destaques dos trabalhos da AP no movimento estudantil foram a alfabetização de adultos pelo Método Paulo Freire e a programação cultural do CPC. A AP foi uma das principais forças do movimento estudantil cearense, como veremos a frente.

Portanto, o governo civil-militar instaurado com o golpe de 1964 teve que enfrentar o Movimento Estudantil já organizado e politizado. O ME era capaz de exercer pressão de forma efetiva e transitava na cúpula do poder estatal: José Serra, presidente da UNE eleito em 1963 e também de AP, foi um dos oradores do Comício da Central do Brasil em março de 64, na calada do golpe, ao lado do então presidente João Goulart. Os estudantes participavam do debate público e eram reconhecidos como novas lideranças num país que se urbanizava e criava instituições de ensino superior. Porém, o ME mudou com a ditadura civil-militar. Se até o golpe a discussão era “estando no poder, devemos fazer isto”, com a ditadura a luta estudantil passa gradativamente a ser contra o poder. Falaremos dessa mudança e da participação estudantil na luta contra a ditadura no próximo capítulo.

4.2.1. E os estudantes cearenses?

A dissertação de Bráulio Ramalho defendida em 1992 e publicada em livro 10 anos depois foi a primeira tentativa acadêmica e sistemática de analisar o Movimento Estudantil cearense. Suas fontes são jornais, materiais produzidos pelo próprio Movimento, entrevistas e sua experiência de estudante da Faculdade de Filosofia do Ceará (FaFiCe) na década de 60. Seu trabalho articula a história nacional com o desenrolar do movimento local, defendendo que há uma conexão entre os movimentos, mas, por outro lado, também busca encontrar a peculiaridade do movimento estudantil cearense.

Nessa procura pelo particular do caso cearense, Ramalho prioriza a hegemonia do PCdoB no ME que, diferentemente do restante do país, foi central no estado desde o ressurgimento do Movimento em 1966. A preponderância do PCdoB, em sua tese, foi a razão do movimento estudantil ter sido tão relevante no Ceará e de não ter ocorrido nos estudantes a ida para a guerrilha urbana como no eixo Rio-São Paulo. Todavia, sua tese é criticada por Edmilson Maia Jr. (2008) e por alguns depoentes por invisibilizar a importância das outras forças estudantis, como a AP, os trotskistas e a luta armada urbana.

O ato fundador do ME cearense foi a criação do Centro Estudantil Cearense (CEC) em 1931, de caráter assistencialista aos estudantes que vinham do interior estudar na capital. Desde sua origem o CEC se mostrava relevante politicamente, como no pioneirismo a nível nacional ao direito de meia-passagem estudantil (Ramalho, 2002: 45). Durante a ditadura do Estado Novo, o CEC era considerado a única força capaz de pressionar o governo interventor.

Além do CEC, outras entidades importantes eram o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua (CACB) da Faculdade de Direito, precursor na assistência domiciliar a estudantes, e o Diretório Acadêmico XXIII de Maio da Faculdade de Medicina, que rivalizava com o CACB quanto à centralidade no ME. No movimento secundarista havia os grêmios estudantis, que iniciaram como coletivos de estudos literários os quais paulatinamente foram se politizando. No Centro Liceal de Educação e Cultura (CLEC) se reuniam os estudantes para leituras e debates no Liceu, lugar de origem de muitos dos estudantes que foram perseguidos pela ditadura. O local de socialização, lazer e discussões políticas na universidade era o Centro dos Estudantes Universitários (CEU), com suas mesas de sinucas, toca-discos e almofadas.

Reforçando o argumento da relevância do Movimento Estudantil cearense em comparação aos outros estados, Bráulio acentua que a União Estadual dos Estudantes (UEE) do estado foi fundada em 1942, 13 anos antes da recomendação ministerial para a organização estudantil (ibidem: 79). Repercutindo a greve contra o aumento das passagens no Rio de Janeiro de que falamos acima, aqui também se cria a Aliança Operária-Estudantil em 1958 com um programa “nacionalista e populista”, como por exemplo na luta contra a inflação (ibidem: 86). Até o golpe de 1964, a UEE será o núcleo do movimento estudantil no estado, mantendo o DCE em segundo plano. Ela foi alvo de intervenção imediatamente após o golpe.

As duas principais forças internas no ambiente anterior ao golpe eram a JUC e o PCB, sendo o primeiro predominante da universidade e o segundo, no movimento secundarista. Não havia confronto entre as duas forças, o que existia era um ambiente de cooperação. Ambas concordavam que era momento de fortalecer o capitalismo nacional e de ser força auxiliar dos interesses populares, na linha da Declaração de Março de 1958. Também era relevante, como no restante do país, o Centro Popular de Cultura da UNE, que por meio da UNE-Volante esteve pela primeira vez em Fortaleza entre os dias 19 e 24 de abril de 1962. No seu retorno em maio de 1963, a UNE-Volante articulou via Francis Vale (um dos depoentes da Comissão) a criação do GRUTA (Grupo Universitário de Teatro e Arte) e o

CACTUS, também de teatro. Oswaldo Barroso destaca a importância desses grupos na sua entrada na militância contra a ditadura e na sua formação como artista.

A Greve do 1/3 começou no Ceará dia 21 de maio de 1962, 10 dias antes da decretação da Greve Nacional. Aqui foi o único movimento a realizar ocupações na greve, forma essa de protesto desaprovada pela cúpula da UNE. O então presidente da UEE, Manuel Aguiar de Arruda, considerou as manifestações exageradamente violentas e despreparadas, impregnadas de “esquerdismo”. Valton Miranda, que era presidente do DCE, relatou em seu depoimento algumas das ações durante a greve:

esta foi uma ação, vamos dizer, de terrorista, de sabotagem lá na Agronomia. Nós fomos num jipe, eu, o Jorge Carlos Coelho e outra pessoa a qual não recorro o nome. Eu sei que foram fabricados uns ganchos com umas cordas na ponta e esses ganchos eram pra ser jogados na fiação de alta tensão, segurava na traseira do jipe e o jipe puxava os ganchos. Chegamos lá por volta de meia-noite. Os ganchos foram lançados, realmente seguraram na rede de alta tensão e o jipe começou a arrastar a rede de alta tensão. Você não imagina o que aconteceu. *Foi um fogo que corria de uma ponta a outra da rua. Caiu fio pra todo lado. Não sei como escapamos da polícia e da perseguição.* Essa foi uma das coisas. A outra foi aqui na imprensa universitária. *Nós viemos aqui de madrugada, rendemos o vigia e o nosso pessoal que era ligado à engenharia tirou as peças mais importantes das impressoras da imprensa universitária [o objetivo era impedir que a imprensa universitária continuasse se manifestando contra a Greve do 1/3].* No dia seguinte foi uma confusão, ninguém sabia o que tinha acontecido. Até aí tudo bem. Aí um dia nós estávamos numa reunião pra decidir sobre um outro ato mais violento. Foi apresentado um plano por um cara da engenharia. *O plano era dinamitar aquelas caixas-d'água ali do lado da Faculdade de Direito.* Quando ele apresentou o plano eu digo: "Como é isso aí?! Isso aí eu não vou aceitar, mas não vou mesmo. E não só não vou aceitar como viro esse negócio de perna pra cima, porque isso aí vai matar gente e não é pouca. Primeiro que vai matar um monte de gente no hospital, e essa água descendo aqui embaixo". Aí foi essa confusão. [A ação de dinamitar a caixa d'água foi abortada] (Depoimento em 04 de junho de 2014)

A lembrança de Valton evidencia o forte engajamento estudantil em 1962, que já ousava portar armas para objetivos políticos. Porém, essa postura sofreu muita resistência internamente. Além do próprio Valton, que criticou duramente as ações, instalou-se uma crise dentro do movimento estudantil que resultou na renúncia de Mânlio da presidência do DCE em protesto pelas decisões da UEE, tidas como “radicais” e “autoritárias”. Finalmente, quando o Exército invadiu a universidade para expulsar os estudantes em 27 de julho de 1962, não houve resistência. A consequência desse singular enfrentamento dos estudantes, com ocupações e ações armadas, foi a dura repressão ao ME cearense com o golpe. O resultado disso foi a cautela posterior do movimento, especialmente do PCB e sua continuação, o PCdoB. Na tese de Ramalho, a ação exacerbadamente radical na Greve do 1/3 no Ceará “vacinou” o ME cearense contra excessos, dando ao Movimento um caráter mais precavido na rearticulação a partir de 1966.

Enquanto na Cinelândia ocorria a manifestação estudantil contra o golpe, aqui no Ceará houve uma assembleia geral no CEU convocada por Valton. Lá foi decidido que se manifestassem na Praça José de Alencar, onde também se reuniam trabalhadores, secundaristas e outros populares. Mariano de Freitas, que se tornaria uma importante liderança estudantil tempos depois, esteve presente na manifestação da José de Alencar do dia 01 de abril de 1964:

Continuaram as falas das lideranças, incentivando a resistência e a organização popular. A praça foi invadida pelo exército no final da tarde e a dispersão foi inevitável. Alguns colegas se abrigaram na Faculdade de Odontologia, que funcionava vizinho ao Theatro José de Alencar. O Exército invadiu a Faculdade e os desalojou. Estava perpetrada a primeira invasão do Campus Universitário. O desalento foi geral. (Freitas, 2001: 37-8)

Pedro Albuquerque, que na ocasião do golpe estudava na Escola Técnica o curso Construção de Estradas, foi detido em sala de aula. Ele militava na União dos Estudantes Técnicos-Industriais (UETIC) e já tinha ido anos antes para Pernambuco participar das Ligas Camponesas com Francisco Julião. Levado pelo exército ao 23º BC para a presença do coronel responsável, ele é impelido a renunciar à presidência da UETIC, *pedido* esse que ele se recusou a seguir. Sua proposta para o coronel era que se fizesse plebiscito, pois os estudantes deveriam decidir se ele deveria ou não renunciar. O coronel, então, disse: “Olhe, Pedro, isso que você está propondo aí é pra a democracia, nós estamos agora numa fase (eu vou usar aqui uma palavra) de ditadura, fascista, então você tem que compreender a situação agora” (Depoimento em 23 de maio de 2014). Foi então decretada intervenção na Escola Técnica e Pedro Albuquerque vira réu do IPM sobre o PCB²⁷. Liberado após a conversa com o coronel, poucos dias depois ele é sequestrado em sua casa e levado à 10ª Região Militar, onde passa pouco mais de 20 dias preso. Apesar de não estar institucionalizada ainda, como se vê a prática de sequestros já existia em 64 (que se considera “leve” em repressão), sendo apenas desenvolvida e institucionalizada com o crescimento do regime autoritário.

4.3 Por que lutam os estudantes?

²⁷ “O IPM instaurado pelo Exército e sob a responsabilidade do Tenente-Coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, para apurar a ‘subversão’, contabiliza 229 detidos, trancafiados sobretudo nos quartéis do 23º Batalhão de Caçadores (23º BC), da Polícia Militar e da 10ª Região Militar (10ª RM)” (Farias, 2007: 55). Aníbal Bonavides, líder do PCB no estado, tinha o mesmo hábito do secretário-geral Prestes de arquivar tudo que acontecia no Partidão (sua ideia era escrever um livro sobre a história do partido no Ceará). O que ficou conhecido como “Surrão do Aníbal” foi parar nas mãos dos militares e serviu de informação para as forças repressivas (ibidem: 56).

O processo de urbanização e industrialização por que passou o Brasil acentuadamente na década de 50 originou uma parcela da população que possuía acesso ao nível superior, mas não detinha os meios de produção. Sem a necessidade de sobrevivência de vender sua força de trabalho bem como despossuída do poder de barganha de quem detém os capitais, as classes médias urbanas concentradas nas grandes cidades, apesar de reduzidas, passam a ganhar relevância política e ser uma peça importante nas tensões sociais. É esse “operário intelectual” o objeto a ser decifrado na coletânea organizada por José Augusto Guilhon Albuquerque publicada em 1977 pela editora Paz e Terra “Classes Médias e Política no Brasil”. A proposta é superar a problemática das camadas médias para além dos “velhos termos de pequena-burguesia” (ibidem: 30), tratado como aquele estrato idiotizado de visão estreita e manipulado pelas elites. O capítulo IV do livro, autoria do próprio Guilhon Albuquerque, é dedicado ao movimento estudantil.

Esse texto de Guilhon Albuquerque se propõe a ser sistemático. Ele analisa o ME por três aspectos: tipo de organização, funcionamento interno e formas de ação. A organização do ME se constituiria de um monopólio institucional da representação, que contava com verbas estatais, de raras divisões internas e de centralização na UNE: “qualquer novo movimento de ideias que quisesse trazer sua mensagem para o seio do movimento estudantil tinha que se engajar “nas estruturas” (ibidem: 123). Isso exigia organização das mobilizações desde a base, constituindo um movimento partidário na base e unitário na cúpula. Internamente, o funcionamento do ME era de politização de toda a gestão, desde a plataforma de reivindicações até ao preço das apostilas de ensino, o que explica a passagem da luta por interesses corporativos para os macropolíticos: a mobilização estudantil abarcaria a qualidade da refeição no restaurante universitário até as diretrizes da Reforma Universitária, pois tudo estava interligado na grande problemática social, econômica, política e ideológica. Tudo era passível de politização.

Sobre as formas de ação, o ME possuiria duas características principais segundo o autor: o acesso às antecâmaras do poder do Estado e a maior valorização da mobilização ideológica em detrimento da mobilização de massa. Durante as grandes mobilizações anteriores ao golpe, como a Greve do 1/3, os estudantes dialogavam com o Poder (Reitores, Governadores, Presidência etc.) como grupo de pressão por seus interesses. A ação do ME até então valorizava a formação de uma linha sólida de interpretação da realidade brasileira, como foi a Declaração da Bahia de 1961, posicionando-se estritamente contra o uso de violência nas manifestações. O Movimento era defensivo em sua ação, não agindo como massa em luta. Para o autor, o acesso às antecâmaras do poder e a supervalorização do

trabalho ideológico, abstrato, deram as bases para a radicalização do movimento no final da década de 60.

São elencados quatro momentos do ME. O primeiro deles é pela Reforma Universitária, na procura pela profissionalização do ensino superior e pelo compromisso de desenvolver o país. Apesar de muitas bandeiras terem fracassado nesse momento, o ME conquistou a “institucionalização da luta ideológica” (ibidem: 130) com o que futuramente seriam os Ciclos Básicos. O segundo momento foi de Participação no Poder, com inserção direta no Ministério da Educação e Cultura (MEC), na Frente Nacional Popular e na criação de sindicatos. O terceiro momento é chamado de Luta pelo Poder, ao fim do governo de João Goulart, quando o ME se dedica, sob a liderança da AP, para a cultura popular com o CPC e a politização da massa, com o Método Paulo Freire. Enfim, dado a quartelada de 31 de março de 1964, o momento é de Luta Contra o Poder, poder este que desde o início tentou cooptar as entidades estudantis e perseguir lideranças com a Lei Suplicy de que falaremos adiante.

Nessa leitura sistemática de Guilhon Albuquerque, as classes médias da América Latina não têm passado de classe, caracterizando-se pela participação nos excedentes econômicos das classes dirigentes. Cabe à classe média alimentar o Estado (funcionários com papel burocrático), que por sua vez conduz a industrialização e necessita de mercado interno. A entrada do estrato médio na industrialização se dá como consumidor, nunca como produtor, e dado que o propulsor da industrialização é o Estado, a reivindicação de classe desse estrato médio é ser “produtor político” (ibidem: 142). Ou seja, a luta da classe média latino-americana é pela via do Estado e por capital político. O ME no Brasil, portanto, é a manifestação da luta das classes médias por entrada na produção política, resistindo à crescente proletarização do capitalismo tardio. Enfim, o Movimento Estudantil, como na Europa, é essencialmente defensivo.

Marcelo Ridenti (2010), ao estudar o envolvimento estudantil na oposição ao regime civil-militar, discorda em alguns pontos da argumentação de Guilhon Albuquerque. Apesar de reconhecer uma continuidade na mobilização estudantil antes e depois do golpe, como Guilhon Albuquerque, “As evidências vão no sentido de que a maior parte dos universitários que aderiram às esquerdas em geral, e às armadas em particular, politizaram-se enquanto estudantes depois do golpe” (ibidem: 135). Para Ridenti, somado à origem de classe média e contexto do capitalismo subdesenvolvido, houve o movimento interior da própria esquerda de indignação por conta do “imobilismo” frente ao golpe, optando pela radicalização.

Outra concepção a qual Ridenti discute é a de que a luta estudantil traduz o anseio das classes médias por ascensão social pela educação, na concepção do marxismo clássico de pequena-burguesia. Mais do que uma luta por um lugar ao sol, o autor acrescenta o grande sentimento de frustração daqueles que alcançaram o acesso ao ensino: “a frustração das perspectivas criadas durante os governos populistas, isto é, o aparente bloqueio de suas perspectivas de ascensão social, mas também de manifestação cultural e política” (ibidem: 142). Como fica claro pelo episódio do Calabouço em 1968 no qual o estudante Edson Luiz é assassinado, não era apenas o estrato oligárquico e os de classes em ascensão que ingressaram no nível superior. Camadas pobres e proletárias também acreditavam ser no ensino a possibilidade de melhora de vida, lutando e conquistando gradativamente o acesso à universidade: 76% dos alunos entrevistados por Marialice Foracchi em 1963 são da primeira geração universitária da família (in Ridenti, 2010: 143).

Se para Guilhon de Albuquerque a razão da luta estudantil é a defesa contra a pressão das camadas superiores para sua proletarização, para Ridenti foi a junção do caráter defensivo de classe média contra a dominação da classe elitista somado à formação humanista da universidade brasileira que gerou a revolta contra o subdesenvolvimento brasileiro e contra a opção de reforma tecnocrata dos militares. Guilhon de Albuquerque em sua análise privilegiou a situação da classe média no capitalismo latino-americano, já Ridenti se dedicou sobre as frustrações dos jovens que recém-ingressaram na universidade com a esquerda e com o futuro pessoal e do Brasil.

Marialice Foracchi (1965) para o nosso estudo vai além desses dois enfoques. Em seu trabalho, o eixo básico de exposição é a condição de classe média ascendente dos estudantes, mas a essa condição se acrescentam os conflitos geracionais com a família e com o sistema estabelecido. Ou seja, além de ser da classe média ascendente ou da pequena-burguesia, o estudante é um jovem recém-imerso na ordem social. Não é possível separar a condição de classe da condição geracional. As lutas por espaço econômico e político não podem ser separadas das frustrações diante de um sistema social considerado desigual e injusto.

Há para a autora a condição de dependente²⁸ do jovem, anterior e necessária à sua transformação em estudante. Seria impossível se tornar estudante sem o auxílio familiar (ibidem: 33), o que cria laços sentimentais e compromissos entre o jovem e a família. Numa troca simbólica, a família cria as condições materiais e sentimentais para o jovem se tornar

²⁸ Por “dependência” a autora entende “um tipo de relação social no qual os laços de reciprocidade se transformam em compromissos de retribuição” (ibidem: 86). Ou seja, são relações que criam dívidas e deveres.

estudante e o jovem retribui “sendo alguém”, alcançando o sucesso e cumprindo o seu destino de superar a própria família. Ao jovem é transferido o valor da classe média de ascensão vertical obtida pelo trabalho e pela formação educacional. Neles são depositadas as esperanças de escalada social da família.

O trabalho e o estudo, portanto, ao invés de atuarem como fatores de emancipação do jovem, atualizam a dependência que era da família para o sistema socioeconômico. A família atua como mediadora do jovem com o mercado de trabalho, ampliando sua dependência da esfera familiar para as condições socioeconômicas globais (ibidem: 117). Os vínculos de dependência à família se convertem no vinculamento do jovem à classe. Como o “processo de ascensão” é um compromisso e um dever por conta da gratidão à família, a entrada na universidade para se preparar para a ordem social dá ao jovem estudante consciência de sua “posição de classe”. É com a entrada na universidade que o jovem toma consciência de sua posição intermediária entre trabalhador, por se submeter a um salário, e a classe dirigente que lhe contrata, dita as “regras” do sistema e inspira os seus valores.

A classe média é instável, oscilando entre sucessos e fracassos, avanços e recuos. Valoriza a origem humilde, o sacrifício, o fracasso e a volta por cima. Inconsistência, incerteza, ambiguidade e insegurança são as palavras usadas para definir a classe média (ibidem: 93). É própria de sua história buscar melhorar sua própria condição, superar sua incerteza, e é a missão do jovem estudante de concretizar esse anseio, é no estudante que se deposita as expectativas de um futuro melhor (ibidem: 105). O jovem é, então, instrumento de classe da família (ibidem: 115).

A autora entrevistou diversos estudantes que estudavam e trabalhavam e constatou que o trabalho é um empecilho na vida estudantil. Quando bem remunerado, o trabalho é distante do curso escolhido (como, por exemplo, trabalhar com os negócios dos pais e estudar filosofia); quando a fim da área de estudo, o estudante é explorado por baixa remuneração e o pagamento é dado em forma de “experiência profissional”. O trabalho se torna uma experiência frustrante e a expectativa de emancipação se mostra parcial. O “trabalho de classe média assalariada” se revela precarizado e alienante por ser abstrato, independente de seu conteúdo, um trabalho pelo trabalho para sobreviver. O sucesso profissional nessa ordem vigente decorre da precarização, da prostituição e da perda da ética do profissional, ou seja, o sucesso, que é se adequar ao sistema, se torna desprezível (ibidem: 197-8).

Como explicar, então, o jovem que se revolta? A autora explica a rebelião estudantil pelo desejo de “romper drasticamente os vínculos de dependência” (ibidem 182) e

pelo anseio de prosseguir a trajetória da sua classe de origem, qual seja a de afirmação e ascensão social. Esses dois objetivos estudantis foram canalizados para a luta pela Reforma Universitária não limitada pelo aspecto técnico e curricular. A Reforma:

traduz anseios que se orientam, incontinentemente, para uma crítica global e indefinida ao sistema, fundamentada na perspectiva antecipada da atuação profissional [...] a concretização do propósito amplo de transformação da ordem social mediante a redefinição das bases da participação do jovem e do profissional. (ibidem: 190)

Ou seja, a Reforma Universitária ao mesmo tempo emancipa o jovem da alienação do trabalho destinado à sua classe, o trabalho assalariado e alienado, e modificaria o sistema de modo a romper a dominação das antigas classes dirigentes, abrindo canais de ascensão para os jovens. Canalizou os anseios por liberdade e por novas posições sociais.

A politização do jovem teria como ponto de partida a “intenção de alterar os canais da atuação profissional [...], que é o] élan transformador da ação estudantil” (ibidem: 200). O que se iniciou como reivindicações de carreira se transformou em crítica à ordem vigente. O maior exemplo dessa ampliação é a luta pela Reforma Universitária antes do golpe de 64, que de queixas curriculares sofreu extensão para um debate da estrutura social, econômica e política do Brasil, como demonstraram a Declaração da Bahia e, principalmente, a Carta do Paraná. Porém, mesmo quando se amplia para a crítica da ordem social como um todo, a reivindicação estudantil não perde a sua origem como interesse de classe, interesse esse que se refere a melhores condições de trabalho que possibilitem ascensão social.

Quando o estudante passa a querer a transformação da ordem social e se tornar revolucionário, ele faz isso de forma correspondente à sua origem social, que é pequeno-burguesa (ibidem: 246). Nesse sentido, a autora se aproxima da análise de Guilhon de Albuquerque sobre a estrutura do ME, que enfatiza as diretrizes de cúpula fechada e grandes especulações teóricas como compensatórias da incapacidade de saber como agir concretamente. Mesmo que tenha sido escrito antes dos acontecimentos de 68, em que o estudante ocupou lugar central nos acontecimentos, o livro de Marialice Foracchi já sinalizava para o processo de radicalização do estudante, que se outorgava uma **missão** por pertencer à classe esclarecida e o dever de realizar a transformação social. Porém, assim como Foracchi apresentou as condições para a radicalização estudantil, também escreveu sobre os limites e o eventual fracasso que essa proposta poderia obter pela origem social dos estudantes. Ao falarmos sobre as autocríticas nos depoimentos, no Capítulo 6, retornaremos à discussão sobre a condição de classe dos estudantes e se a luta revolucionária estava destinada à derrota.

Para esta nossa pesquisa, Guilhon Albuquerque será importante pela estruturação do ME, no que se refere à organização unitária na cúpula e partidária na base, pelos quatro marcos temporais que adotou e o aspecto defensivo da classe média contra a proletarização que se reproduz na atuação estudantil. Ridenti auxiliará na leitura sobre o sentimento de frustração presente nas organizações de esquerda pós-64, que se rebelaram contra a antiga esquerda e contra as velhas elites que assumiram com o golpe. Ridenti constatou que a maioria dos que foram perseguidos pela ditadura se politizaram **durante** o regime, ou seja, há rupturas entre a esquerda antes e depois de 64; essa observação também ocorreu na Comissão aqui estudada, quando a maioria dos entrevistados contou ter contato com a política “organizada” e “orgânica” na universidade, depois de 64. Esse aspecto é fundamental para o nosso estudo, pois demonstra que há dupla oposição, contra a “velha esquerda” e contra o Estado ditatorial. Essa dupla oposição remete à presença do conflito geracional dos ex-estudantes ouvidos na Comissão.

Por fim, nossa ferramenta de compreensão do engajamento político dos ex-estudantes e as condições de suas atuações políticas partem do trabalho de Foracchi. Nessa pesquisa se aprofunda a condição de classe média ascendente dos estudantes: eles ingressam na universidade com a expectativa pessoal e o dever com a família de subir socialmente pelo esforço e pelo trabalho, como valor de sua classe, mas se deparam na universidade com um mercado precarizado, desleal na sua competição, em um país pobre e desigual.

Reunidos nas universidades tantos jovens com as mesmas críticas e frustrações, as leituras dos teóricos marxistas, com a teoria da opressão e da exploração, confluíram com seus desejos de mudança estrutural do país: o marxismo e o desejo de revolução reforçaram-se e se encaixaram. Frustrações profissionais, sem perspectivas de futuro, um Estado que não sinalizava ouvir essas reivindicações (pelo contrário, só atendia aos interesses externos), sem canais de representação e sem discussões democráticas. Ora, era preciso mudar o país e as organizações de esquerda sabiam como: se obtivessem sucesso, finalmente alcançaremos uma sociedade justa, igualitária e não opressora. E como classe privilegiada com acesso à educação universitária, era dever do estudante conduzir o processo. Retornaremos a essa hipótese depois. Como são as histórias contadas?

4.3.1 Narrativas de origem

A abertura dos depoimentos da Comissão que estudamos era o relato de como havia começado a militância política dos convidados. Os depoentes tinham então que

desenvolver uma narrativa que fizesse sentido para sua inserção no movimento estudantil e nas organizações de esquerda. Traremos algumas dessas formas de explicação dada para a militância e as discutiremos com as teses acima.

Alguns dos estudantes que ingressaram na AP compartilharam, em princípio, a história de participação na JEC (Juventude Estudantil Católica, grupo de secundaristas voltado para causas assistenciais e ligado à Igreja Católica) no período colegial. Os estudantes de famílias católicas e que eram praticantes dessa fé tiveram na JEC a experiência de se voltar para problemas nacionais, como o subdesenvolvimento, desigualdade social e *revolução*:

Eu acredito que era 65, 66 [eu me politizei]. Eu entrei em contato com militantes da JEC e, através do Frei Tito, eu passei a militar pela JEC que tinha uma atividade política e *eu achei que a outra entidade que eu pertencia [outro grupo católico de jovens], que era mais para rezar, não levava o combate à ditadura. Então passei a militar pela JEC* (Valter Pinheiro, depoimento em 28 de abril de 2014)

Geraldo Magela também inicia sua narrativa de origem remetendo à entrada na JEC, que lhe politizou pelo contato com a liderança de Frei Tito de Alencar. Ruth Cavalcante iniciou sua formação no Método Paulo Freire²⁹ graças aos contatos que tinha na JEC. Cinco ex-estudantes reportaram-se ao envolvimento na Juventude Católica, todos eles entrando na universidade entre 65 e 67: somados a Valter, Magela e Ruth estão Helena Serra Azul e Fonsêca. A JEC foi a ponte entre a religião e a futura militância organizada de AP, que abandonou sua origem católica para se direcionar por uma ruptura social. Depois da experiência da JEC, os alunos que entraram depois do golpe na universidade, mas antes do AI-5, acompanharam o aprofundamento da oposição estudantil à ditadura.

Outro local inspirador para a militância lembrado foi o Liceu do Ceará: “Praticamente eu comecei a minha carreira política no Liceu do Ceará. Eu era estudante do curso noturno e minha turma era conhecida como a 'moscouzinho', porque ela era cheia de comunista do PCB. [...] Fizemos diversos cursos de marxismo” (Edson Pinheiro, sua lembrança se refere aos anos de 62 e 63). Francis Vale, um pouco mais velho que os estudantes da JEC/AP, também estudou no Liceu e participava do PCB. Geraldo Magela sonhava em ir para o Liceu pela fama da organização estudantil que lá havia, mas seu pai não permitiu. A liderança do Centro Liceal de Educação e Cultura (CLEC) era de Parangaba, militante do PCB e referência para estudantes do Liceu dessa época e muito citado nos

²⁹ Lincoln Moraes, um pouco mais jovem, fez esse curso do Método Paulo Freire e teve Ruth e Oswald como professores antes de entrar na universidade. Para ele, mesmo que ainda incipiente, foi um primeiro contato com a militância mais “organizada”, militância pessoal que se desenvolveu com a entrada na universidade em 1969.

depoimentos. Outra referência era Tito de Alencar, também do CLEC. O CLEC sofreu intervenção na sua liderança em abril de 1964.

Contato com familiares e inspirações foram muitas vezes retomadas como um contato inicial com a política. João de Paula em Crateús conviveu com o Partido Comunista com o qual seu pai, na sua pequena padaria, fazia as reuniões e ele “observava aqueles movimentos com muita curiosidade e com interesse”:

E como existe aquela coisa, da criança que tem admiração pelo pai, eu via meu pai participando daquela movimentação por uma nova sociedade e tal. ***Então eu já tinha na minha cabeça isso que era como algo de uma conexão romântica de um ideal, com a atividade política.*** E aqui mesmo, no colégio São João, nós tínhamos um grupo de pessoas que se reuniam, que conversavam, entre eles tinha um empresário que é muito conhecido daqui, o Amarílio Macedo, tinha também o Mino, tinham o que a gente chamava de “os católicos” e tinham também os comunistas. Então a gente dizia que era uma “frente única”. Juntava os católicos, esses que eram comunistas (o Assis Aderaldo, que era o Oscar D’ávilla)... então este grupo se reunia e discutia, assistia às palestras do Laudo de Oliveira Lima, do padre Arquimedes Bruno, que eram as pessoas que davam toda uma movimentação à vida política anterior ao golpe de 64. (depoimento em 04 de junho de 2014)

Luís Carlos ia com seu pai, advogado, visitar os presos políticos no 23º BC para levar cigarros e cartas. Arlindo Soares lembrou-se das discussões que ouvia em Massapê com as lideranças políticas. Helena Serra Azul fala de seu pai que sempre tinha sido um homem democrata e progressista e Rosa da Fonseca de seus irmãos mais velhos que se engajaram nas lutas sociais por meio da Igreja. César Barreira conta o papel que o padre Moacir Cordeiro Leite teve para seu engajamento político.

A memória de nossos interlocutores remete também ao clima de debates políticos em seus colégios, após o golpe. Lourival Aguiar, o Zito, relata a disputa pelo grêmio estudantil do Colégio São João, no qual ele chegou a ser vice-presidente. Seu primeiro ato considerado por ele verdadeiramente político (anteriormente ele tinha se limitado a participar dos “quebra-quebras” nas greves, como na de 1/3 em 1962) foi um artigo no jornal do grêmio em que fazia a defesa do voto universal e secreto: o diretor recolheu os exemplares e acusou Zito de subversão. Helena Serra Azul, Oswaldo Barroso, Assis Aderaldo foram estudantes do Colégio São João.

Na “Operação Limpeza” que inaugurou a ditadura, os principais alvos eram políticos vinculados ao governo de João Goulart, sindicalistas, militares, lideranças estudantis e professores estigmatizados como comunistas (Motta, 2014: 23). Sintomático foi a invasão da UnB pelo Exército em 9 de abril de 1964: houve o afastamento do reitor Anísio Teixeira,

substituído por um homem de confiança da ditadura (Zeferino Vaz), e demissão em massa de professores.

Na UFC, os diretórios acadêmicos sofrem a imposição de interventores e professores foram expulsos da universidade. Os professores José de Santos Serra da Medicina, Miguel Cunha da Química e Milton (*Miltofe*) da Física saem da universidade e vão dar aula no cursinho preparatório para o vestibular no Colégio Castelo. No cursinho eles são professores de Helena Serra Azul e suas irmãs, Manoel Fonseca, Francisco Monteiro (Chico Passeata, esposo de Helena) e Marco Penaforte, todas futuras lideranças estudantis e vítimas da repressão. Sobre o contato com esses professores expulsos com o golpe, Helena e Horácio avaliam sua importância para a militância política:

eu acho que eles jogaram um papel importantíssimo. Eram professores que tinham sido expulsos da universidade e que estavam lá junto a esse cursinho [...] *eles discutiam tanto preparar a gente para o vestibular como discutiam muito a questão política. E fizeram assim a cabeça da gente no sentido de ganhar uma perspectiva de luta mesmo, né? Eu achei que foi muito importante.* (Helena Serra Azul, depoimento em 10 de março de 2014)

Colégio Castelo nesse momento tinha sido um dos primeiros cursinhos de Fortaleza, tinha sido montado por professores que já tinham (o professor Américo, e outros professores) sido afastados da Universidade em 64. *E eu estou frisando isso porque a participação no Castelo, no cursinho do Castelo, foi interessante porque algumas discussões sobre a ciência, sobre a importância da ciência, sobre o compromisso do cientista com os problemas nacionais foram exatamente motivados no próprio curso e isso foi me fez procurar Física como o meu curso, como primeira opção eu fiz diretamente para Física.* (Horácio Frota, depoimento em 09 de junho de 2014)

Esses professores afastados pelo golpe eram respeitados por sua capacidade científica e o envolvimento nas questões nacionais, que inspiraram os estudantes no modo de amadurecer suas inquietações. Outra história de influência com professores é de Luís Carlos Paes: de outra geração de estudantes em comparação à maioria dos depoimentos (ingressou na UFC em 1974), ele foi aluno de Machado no Colégio Cearense no momento em que ele foi preso e gostava muito de suas aulas. O desaparecimento de seu professor de Física foi importante para sua oposição à ditadura.

Outras lembranças selecionadas para o início do envolvimento político foram a participação nas campanhas a prefeito de Moura Beleza (especialmente para Oswaldo Barroso, pois seu pai era o vice na chapa) e de Tarcísio Leitão, advogado filiado ao PCB e símbolo da esquerda cearense.

Essas narrativas são como as faíscas que acenderam o gosto pela militância. Nas palavras de Zito: “Intuitivamente eu sabia que [...] eu] era um homem do povo e tinha que

brigar contra os poderosos, contra os ricos. Já tinha uma ideia de classe grande, eu como classe média já tinha noção de que tinha rico e pobre no mundo. Eu era do lado dos pobres.”. Porém, a luta política de forma organizada e *orgânica* se iniciou para grande parte deles na universidade:

Na universidade eu já estava envolvido no movimento estudantil [JEC], *mas a situação na FaFiCe era diferente, porque havia as organizações mais definidas e como eu comecei os meus contatos com vários militantes de várias organizações, eu passei a me interessar por uma literatura marxista, e foi neste período também que eu passei a romper com a igreja.* (Valter Pinheiro)

Na universidade, a organização do ME estava imbricada com as organizações de esquerda, principalmente nas três forças: PCdoB, AP e 4ª Internacional (trotskista). Mesmo os estudantes mais velhos que vinham da militância do PCB, na universidade enveredam para o PCdoB, reatualizando suas vivências políticas: foi assim com Francis Vale, Edson Pereira e Assis Aderaldo, também José Genoíno e Bráulio Ramalho (esses dois últimos não estiveram na Comissão). A trajetória mais comum nos depoimentos é de uma inquietação inicial com a ditadura não muito bem definida, que com a entrada na universidade é canalizada para o Movimento Estudantil e, conseqüentemente, com a aproximação dos partidos que mobilizaram o ME da universidade.

O incômodo relatado pelos ex-estudantes antes da entrada na universidade é descrito como desorganizado e sem *consciência* de propriamente do quê. Muitos informaram participação nas manifestações estudantis da Greve do 1/3 e contra a quartelada de 64, mas reconhecendo que era de forma “inocente” politicamente. Machado e Zito falam de participar pela “molecagem”, pela “emoção” sem formação política. Na explicação de Walmick, a oposição estudante era porque:

[Os estudantes eram] um grupo organizado que via o país ser um laboratório do imperialismo americano. Os americanos vieram pra cá pra dominar e acharam uma forma especial. Ensaíram no Brasil uma forma de se apoderar das riquezas, que é o que eles querem, está aí o Iraque de prova, o Afeganistão, a Síria, a Líbia, eles querem riquezas naturais, principalmente. A gente viveu essa experiência de enfrentar um método novo de dominação [...] *Foi o que fez com que muitos jovens que estavam entrando na universidade passassem a militar e agir politicamente no sonho da gente se ver livre dessa canalha aí.* (Depoimento em 23 de abril de 2014)

Podemos dizer que nas narrativas dos depoentes a entrada nas organizações de esquerda foi um **caminho natural** frente ao rumo que tomava o país com a ditadura. Era, para eles, o único caminho possível diante do governo autoritário que submetia o país ao imperialismo. Não havia outra possibilidade a não ser aprofundar a luta: não foi uma escolha

entre outros caminhos. Os estudantes não escolheram militar contra a ditadura, foram escolhidos pela luta. A repressão só fez aumentar a radicalização estudantil, que desde o início foi impedida de se organizar nas entidades estudantis com a Lei Suplicy³⁰. O sentimento era de que o Brasil precisava tomar outro rumo, independente do imperialismo norte-americano. E a luta que se iniciou por reformas educacionais, pela vaga dos excedentes, contra os Acordos MEC-Usaid e pela Reforma Universitária, paulatinamente se tornou revolucionária contra o sistema capitalista e imperialista.

Houve, portanto, uma afinidade eletiva, no sentido weberiano, entre a *inquietação estudantil* com o subdesenvolvimento brasileiro, que prometia se perpetuar com os militares e sua base de apoio, e as *organizações de esquerda* que propunham um caminho por uma sociedade igualitária e livre. Acompanhando as ideias de Ridenti que falamos acima, a radicalização na luta revolucionária contra a ditadura se acomodava, formando um encaixe, com a frustração da juventude que via no Brasil uma grande potencialidade de uma sociedade *melhor*, mas que era submetida aos interesses estrangeiros e da velha elite latifundiária e dependente do capitalismo dos países do centro. Fechados as possibilidades de atuação política na legalidade, de oposição por dentro das instituições, as organizações clandestinas eram o que restavam.

A leitura que o regime fazia do crescente Movimento Estudantil, como falaremos no próximo capítulo, se dividia em duas explicações: ou via o ME como jovens manipulados pelas organizações comunistas internacionais ou os estudantes sendo “doutrinados” por antigas lideranças locais, os velhos militantes do PCB e professores universitários marxistas. A repressão não tinha conhecimento, como mostram os dados do *Brasil: Nunca Mais* (*apud* Farias, 2007: 32), que grande parcela dos jovens se engajou durante a ditadura e não por “influências” de pessoas mais velhas (era inútil prender as lideranças, pois o Movimento se mantinha organizado). Nossa hipótese, que desenvolvemos mais a frente, é de que a opção pela militância e sua radicalização na luta armada teve como fator importante o “conflito de gerações” do qual fala Elias (1997: 186) sobre os jovens alemães na República de Weimar e na República de Bonn.

³⁰ A lei substituiu a UNE e as UEE's por DNE's e DEE's, numa tentativa de “normalizar” e controlar o ME com apoiadores do regime. Foi um fracasso reconhecido pelo próprio governo e motivo de orgulho na memória dos estudantes pela vitória.

5. MEMÓRIAS EM COMUM

A divisão que fizemos no capítulo anterior entre uma reconstrução da história brasileira, o Movimento Estudantil cearense e a memória sobre a origem da militância de nossos informantes não é mais possível quando, na linha do tempo, adentramos no regime militar. Desde o primeiro dia, com o incêndio da UNE na sede do Flamengo, no Rio de Janeiro, os estudantes se tornaram cada vez mais um dos principais alvos de repressão policial da ditadura e, de modo relacional, uma das principais forças de oposição a ela. No mesmo sentido, o registro mnêmico dos “Anos de Chumbo” ocupa um lugar de dever moral com a história nacional e fator de coesão para o grupo dos anistiados políticos. História, memória e reconhecimento são indissociáveis.

Buscaremos neste capítulo interligar o desenrolar nacional do regime com a memória dos ex-estudantes tendo como chaves compreensivas autores que se debruçaram sobre memória e reconhecimento. Para isso, iniciaremos com uma revisão da literatura que nos ajude nessa passagem.

5.1. Memória, identidade, reconhecimento e autoestima

O corte epistemológico que ampliou os estudos sobre a memória para além da psiquiatria e da psicologia é comumente creditado ao livro *Matière et Mémoire* de Henri Bergson, publicado em 1896. Nesse livro, Bergson constrói o conceito de memória como possuidora de uma lógica própria. Ela é a ponte entre o corpo no passado e no presente, sendo a memória constantemente evocada e atuante no aqui e agora. A memória em Bergson age como “conservação do passado” de duas formas: ou inconscientemente pela “memória-hábito” ou evocada como “imagem-lembrança”:

A burning question de Bergson consiste em provar a espontaneidade e a liberdade da memória em oposição aos esquemas mecanicistas que a alojavam em algum canto escuro do cérebro. Bergson quer mostrar que o passado se conserva inteiro e independente no espírito; e que o seu modo próprio de existência é um modo inconsciente. [...] Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança “vive” em estado latente, potencial. (Bosi, 1994: 51)

Entre os intelectuais franceses que foram formados por Henri Bergson na *École Normale Supérieure* estava Maurice Halbwachs. Depois de ter se dedicado aos estudos de Filosofia na *École*, na qual foi diplomado em 1898, e viajado pela Alemanha para estudar a obra de Leibniz, Halbwachs retorna para a França em 1905 e conhece Émile Durkheim, que lhe atrai com o trabalho realizado na revista *L'Année Sociologique* e o novo campo de saber

que inaugurou. O contato com Durkheim lhe influencia a estudar sociologia, estatística e economia, dedicando-se a estudos sobre a classe trabalhadora, a morfologia social e as causas do suicídio, na linha de seu mestre.

Do entrelaçamento entre as formações com Henri Bergson e Émile Durkheim nasceu o livro *Os quadros sociais da memória* de 1925, que amadureceu para sua obra mais conhecida: *A Memória Coletiva*, postumamente publicada em 1950. Sua proposta é acrescentar à investigação fenomenológica de Bergson o aspecto da memória como uma construção coletiva em constante processo de reatualização pela dinâmica grupal no presente. Sua tese é de que nunca estamos a sós na nossa lembrança (Halbwachs, 1990: 26), isto é, não existe memória individual pura, por mais íntima que ela seja, pois toda memória está relacionada com os laços sociais no momento de sua evocação: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 1990: 51).

A memória coletiva é condição necessária para o sentimento de pertencimento do indivíduo a um grupo. É pelo compartilhamento de lembranças que se cria o sentimento de solidariedade, o reconhecimento mútuo da memória coletiva entre indivíduos dá coesão a um agrupamento, como a família, a classe social, a religião, o partido político etc. A lembrança é “efeito de várias séries de pensamentos coletivos em emaranhado” (ibidem: 52) que muda conforme a mudança nos meios coletivos: “A lembrança [para Halbwachs] é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (Bosi, 1994: 55).

O autor faz a distinção entre memória coletiva e memória histórica. A memória coletiva é “viva”, se perpetua além da escrita e é trocada entre as gerações. A História, por sua vez, é incapaz de registrar os detalhes e se preocupa em determinar os momentos de “corte” e “virada” nos acontecimentos. O inverso realiza a memória coletiva, que busca as similitudes ao longo de tempo para reforçar a identidade do grupo. A memória coletiva é, portanto, a memória do cotidiano, do repetitivo, do que se prolonga.

Se “toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo” do presente (Halbwachs, 1990: 86), o desaparecimento de um grupo corresponde ao sumiço de sua memória. Sem a repercussão em indivíduos interligados no presente, a memória perde sua razão de ser e recai na paralisia da história. A passagem do tempo modifica os grupos, que por sua vez modificam suas memórias, mudando o que deve ser lembrando e retirando da memória aquilo que deve ser esquecido.

A metáfora do conceito de memória coletiva de Halbwachs é a releitura de um livro. O mesmo livro lido em diferentes épocas da vida causa diferentes experiências. Uma passagem que na infância foi de grande impacto, anos depois pode ser considerada desinteressante; o que não fazia sentido, na releitura pode ser enfim compreendido; a identificação com personagens pode ser perdida, dando lugar a novas identificações. Essas mudanças acompanham as mudanças ocorridas no leitor, que amadurece com o passar do tempo, muda de opiniões e conhece novas perspectivas. No caso da memória coletiva, a mudança acompanha a mudança do grupo correspondente na interação com os outros grupos da fisiologia social.

O conceito de memória coletiva de Halbwachs trata a memória nos seus aspectos empíricos que reforçam “os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (Pollak, 1989: 3). É uma memória quase institucional, como fator de coesão, adesão e de função positiva. Ela é semelhante a uma “memória nacional”, que dá base para uma identidade nacional. Não há na proposição de Halbwachs a concepção de memórias concorrentes, em conflito e em relações de dominação. É ao preenchimento dessa lacuna que se propõe Michael Pollak. A nova concepção de Pollak é de não tratar a memória coletiva como “coisa” estabelecida na exterioridade dos indivíduos, mas sim o processo de “coisificação” dessa memória que, para se institucionalizar, teve que silenciar memórias concorrentes. Seu objetivo é estudar “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva” (ibidem: 4). Pollak foi orientado por Pierre Bourdieu e escreveu alguns artigos na revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, não lhe interessando, portanto, o que é “eterno”, “natural” ou “exterior”, e sim o processo de eternização, naturalização e externalização de relações de dominação.

A memória sofre um *trabalho de enquadramento*, com o auxílio de profissionais (historiadores, políticos, memorialistas, produção artística e outros mais), que “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (ibidem: 10). O trabalho de enquadramento se destina a manter a coesão interna e a defender as fronteiras do grupo, sendo portanto intimamente relacionada à identidade individual e grupal. A instauração da memória enquadrada se faz pelo silenciamento das *memórias subterrâneas*, que por seu turno resistem e subvertem a memória enquadrada.

Em suas pesquisas, Pollak observou que as memórias subterrâneas são “zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (ibidem: 8). Há zonas de silêncios, não-ditos, vergonhas e proibições que se perpetuam pelas sombras da memória coletiva (que para Pollak significa o mesmo que

memória enquadrada). A memória subterrânea se perpetua pelas estreitas redes familiares e de amizade, “esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (ibidem: 7).

Halbwachs estudou a memória de cima para baixo, na sua construção como fator englobante e coercitivo sobre os indivíduos, na elaboração de identidade grupal, principalmente a nacional. Pollak, por sua vez, propõe

o procedimento inverso [ao de Halbwachs], aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais. (ibidem: 12)

Onde antes havia harmonia internamente com o grupo que compartilha a mesma memória, em Pollak passa a existir conflitos e violências. Os conflitos exigem da memória subterrânea que faça uma “gestão da memória”, uma negociação que busca um “equilíbrio precário de um sem-número de contradições e tensões” (ibidem:13). No depoimento, não há apenas a reconstrução factual dos acontecimentos: há a reconstrução da identidade no presente do testemunho, em que se define o seu lugar social e sua relação com os outros:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas [...] isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (ibid, 1992: 204)

Axel Honneth (2013) propõe uma síntese entre as estilizações positivas e negativas sobre o estudo de “grupos”. De um lado estariam os estudos freudianos, os trabalhos de Adorno e os estudos de gangues, que analisam a experiência grupal pelos seus aspectos “massificante” e alienante; do outro, os estudos da psicologia social norte-americana (sobretudo George Mead) e de Jean Piaget, que se dedicam à importância da comunidade cultural na formação de valores. Para a visão negativa há o exagero nos traços regressivos dos grupos; já para a visão positiva, exagera-se o fortalecimento do *eu* e da autonomia na experiência grupal. A solução dessa dicotomia é pensar “grupo” como “um mecanismo social fundado na necessidade ou no interesse psíquico do indivíduo, porque o auxilia na

estabilidade e ampliações pessoais” (Honneth, 2013: 61). Não apenas como reflexo das fraquezas humanas, nem apenas como produtora de autonomia, a vivência em grupo e a identificação com semelhantes estão inseridas na luta por reconhecimento (ibidem: 77).

As perspectivas acerca da memória de Halbwachs e Pollak podem ser diferenciadas pelas suas características de separar o lado positivo e o lado negativo da memória coletiva. Se para Halbwachs a memória é criadora de identidade, de individualidade e de sentimento de pertença, para Pollak a memória enquadrada é violenta e produz identidades fragmentadas e permeadas por sofrimento. Partindo da teoria do reconhecimento de Honneth (2003), os conflitos no campo da memória são causados pela “infração de expectativas de reconhecimento” (ibidem: 258), causando sentimento de desrespeito, que engendram lutas por autoconfiança, autorrespeito e autoestima, pois é preciso ser reconhecido para se constituir como humano.

A autoconfiança se refere às relações primárias e marcadamente afetivas. Ela alude à separação entre o eu e o mundo no momento em que a criança percebe que há um dentro e um fora, o eu e o outro separado de si. Na tenra idade precisamos da confiança de que, apesar de não ser mais um todo fundido com o objeto primordial (tradicionalmente na figura materna), nós teremos o cuidado e o afeto do outro quando necessitarmos. Na linha do psicanalista Donald Winnicott, esse momento de separação entre o eu e outro nunca é perfeitamente conclusivo, sendo a luta por amor e por autoconfiança permanente ao longo da vida. Mais do que isso, nossa inserção no mundo social é conduzida pelo desejo de retorno da situação primordial. Porém, esse aspecto da teoria do reconhecimento se destina ao mais íntimo da formação da individualidade, no que haveria de mais elementar na participação em sociedade, que é a tentativa de positivamente equilibrar o trauma da separação do eu e o mundo. Para nossa investigação são as duas próximas categorias de respeito que nos auxiliam.

Há dois tipos de respeito que estão na base dos conflitos sociais. O primeiro deles é o reconhecimento jurídico de possuir a autonomia necessária para decidir sobre normas morais compartilhadas. É o respeito moral que obriga a tratar o outro como pessoa (ibidem: 182), na busca de um tratamento igualitário. O reconhecimento da capacidade de poder se orientar moralmente e a ampliação de seu status de pessoa com o aumento de direitos, que significa maior capacidade moral, é o que forma o autorrespeito. A privação de direitos e a avaliação coletiva de uma incapacidade de formar juízos morais são os propulsores da luta por respeito jurídico. É a luta pelo reconhecimento de ser capaz de seguir as mesmas regras, de ser, portanto, igual juridicamente ao outro.

O outro *respeito* se refere à estima social. Aqui se luta pelo reconhecimento valorativo de traços de personalidade, inserido numa gradação socialmente estabelecida. Na *comunidade de valores* há critérios predeterminados de estima social e julgamento intersubjetivo, que classificam os sujeitos por reputação e prestígio. A autorrealização dos indivíduos depende da estima social que se alcança nesse reconhecimento. Há uma “luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida” (ibidem: 207). É a procura por autoestima o “solo mais fértil” para formação de grupos (ibid, 2013: 67). As pessoas se unem num “nós” que compartilha características em comum e se inserem nos conflitos sociais para que seus traços sejam reconhecidos como prestigiosos. Os grupos se esforçam pelo reconhecimento de suas próprias habilidades porque a autoestima é fundamental para a autorrealização de si e na construção da identidade pessoal e coletiva.

O que Axel Honneth propõe é uma teoria social que compreenda as lutas sociais impulsionadas por “sentimentos de injustiça em vez de constelações de interesses dados” (ibid, 2003: 255). Uma teoria social que se despregue do utilitarismo e enxergue os conflitos sociais como lutas por amor, respeito e estima, que se alcançam no reconhecimento recíproco de sua condição humana, de sua igualdade jurídica e de sua importância social.

Alistair Thomson (1997) pesquisou as memórias de ex-combatentes australianos na I Guerra Mundial (1814-1918) questionando como elas se relacionavam com a lenda nacional do soldado corajoso e incansável, o *Anzacs*, que foi uma importante ferramenta no processo de unificação da Austrália como criadora do sentimento nacionalista. Ao ouvir a história de vida dos ex-combatentes, Thomson observou, além das divergências entre as idealizações das lendas produzidas e as histórias reais (processo semelhante a Pollak), as apropriações que os indivíduos faziam da memória coletiva para compor uma boa narrativa de si. Os ex-combatentes inseriram em suas memórias grandes feitos e fizeram de si a imagem de heroísmo *a posteriori*, deixando de lado o que contraria essa memória celebrativa. A relação entre memória coletiva e individual não é trabalhada como uma pressão vertical unilateral e opressora, e sim como uma relação em constante negociação subjetiva pela “necessidade de compor um passado com o qual possamos viver” (ibidem: 57). A composição da memória transcorre, portanto, pelo trabalho de dar harmonia entre o passado e o presente e entre o individual e o coletivo: é dessa produção de harmonia entre esses dois pares que se produz a identidade pessoal.

Há nessa perspectiva semelhanças com a psicanálise no aspecto da *economia psíquica*, no princípio de o aparelho psíquico recalcar elementos causadores de sofrimento e

reforçar aqueles que são prazerosos, numa produção que não necessariamente é *real*, pois pertence ao que Freud chama de *realidade psíquica*. Em outras palavras, o passado lembrado não necessariamente condiz com os fatos objetivos que aconteceram, bastando que subjetivamente pareça plausível e que traga ganhos simbólicos. É comum a produção de *falsas lembranças* que cumprem um importante papel na ocultação de aspectos indesejáveis à consciência. Após algum tempo de proximidade com seus entrevistados, Thomson observou rachaduras nas narrativas celebrativas do ex-combatentes, que com o decorrer da intimidade e na confiança estabelecida entre pesquisador e pesquisado, acabou revelando memórias que contradiziam a imagem de “heróis”, numa espécie de *retorno do recalçado*, que por muitas vezes os próprios entrevistados não lembravam.

José Gerardo Vasconcelos (1997) trabalhou em sua tese sobre a memória dos ex-militantes cearenses do período ditatorial a partir dos conceitos de memória coletiva e memória subterrânea de Michel Pollak. Seu ponto de partida é que houve repressão política para o silenciamento das memórias de oposição ao regime, que foi empurrada para as sombras da memória. Porém, a investigação do pesquisador também encontrou

conflitos simbólicos internos, organizados em torno de várias concepções de memória. Temos então: a *memória heroica* do militante, a *memória ressentida* da família ou a *memória envergonhada* do delator, passando, assim, a constituir nova disputa mnemônica no próprio campo da *memória subterrânea*. (idem: 20)

Essa tipologia segue três sentimentos, que são o de “sonho”, de “silenciamento” e de “esquecimento” respectivamente. É o sonho de um projeto revolucionário (ibidem: 91) que sustenta a memória subterrânea das vítimas, que se abnegaram pelo projeto de transformação social. Além disso, a memória dos “heróis” mortos pela ditadura, que levaram com eles o sonho revolucionário, são o que fazem a memória resistir apesar da opressão. O verdadeiro status de herói só foi alcançado pela morte em combate, e é nesse sentido que a memória de Bergson Gurjão de Farias é lembrada na tese de Vasconcelos na dedicatória, na abertura do trabalho e outras diversas vezes.

Danyelle Nilin Gonçalves (2006) investigou quais as lutas simbólicas envolvidas nos atos de reparação promovidos pelo Estado brasileiro às vítimas da ditadura. A autora analisa os relatos da Comissão Wanda Sidou no seu aspecto estratégico dos postulantes em convencer a essa comissão seu merecimento e passar para a condição de restituído pelo Estado (idem: 109) financeiramente e simbolicamente. Na tentativa de convencimento, os relatos mobilizam diversos valores simbólicos das vítimas, como ter marcas físicas ou

psicológicas dos sofrimentos, ter tido sempre comportamento honroso, inclusive quando preso, e possuir “virtudes” humanas gerais. Gonçalves (idem: 200), assim como Vasconcelos (1997), atentou para as brigas internas por reconhecimento sobre os atos reparatórios, chegando a uma gradação moral que vai dos mais merecedores aos menos merecedores: os que foram mortos estão no topo, pelo exemplo de *firmeza ideológica*, e aqueles que optaram pelo exílio em países de primeiro mundo são vistos como covardes que optaram pelo caminho mais fácil. Concluindo sua tese, a autora discute que nem todos aqueles que foram restituídos oficialmente pelo Estado são moralmente tidos como merecedores por todos ex-perseguidos, pois a reparação em si é tida como equivocada por parte dos perseguidos políticos, pois o envolvimento política deve ser *desinteressado financeiramente*, isto é, movido por valores não mensuráveis pelo dinheiro: a revolução, a utopia, a justiça social.

Nossa caixa de ferramentas teóricas é essa. Halbwachs nos auxiliará no aspecto de coesão e similitude compartilhadas nos depoimentos, construindo teoricamente a memória individual como uma elaboração inserida na coletividade e geradora de **vínculos**. Apesar de ser produzida *individualmente*, a fala dos depoimentos são tecidas pelos valores comuns do grupo constituído dos que “lutaram contra a ditadura”. Os pontos marcantes e desnecessários, os companheiros e os crápulas, os acertos e os erros, o que lembrar e o que esquecer: são elaborações coletivas com o objetivo de manter o grupo coeso e relevante socialmente na relação com outros grupos. Nesse sentido, num campo de disputa política, manter a coesão interna é fundamental para a força do grupo. É a similitude compartilhada que dá aos entrevistados a identidade de “ex-perseguido político”.

Essa elaboração coletiva remete ao aspecto da luta por reconhecimento tanto por respeito jurídico como por autoestima como nos fala Axel Honneth. Na luta pelo **reconhecimento jurídico** dos direitos dos familiares e das vítimas de violações de direitos humanos, a memória do grupo de ex-perseguidos políticos precisa se homogeneizar e se apresentar publicamente como unida por um interesse comum. No entanto, na esfera da luta por **estima social**, a unidade se desfaz em microconflitos internos pelo heroísmo e pelo mérito particular, e o que parecia uniforme se desmembra em divergências entre o que ocorreu no passado e o que explica o presente e o futuro. É nesse sentido que as memórias se situam conforme a identidade que cada um ocupa nas organizações de esquerda e na gradação de valores estudada por Gonçalves (2006).

Na produção coletiva da memória ocorre um “enquadramento” que violenta as memórias que não correspondem aos desejos dominantes. Michel Pollak é importante para contar o outro lado da história, aquele que não condiz com o militante de “firmeza ideológica”

e que depois conseguiu dar a volta por cima, sendo estimado socialmente. As *memórias subterrâneas* escancaram os conflitos e os esquecimentos forçados pelo projeto de produção de uma memória coletiva. É nesse momento em que o enquadramento falha e escapam memórias envergonhadas, memórias tabus e risos constrangedores.

O trabalho de “enquadramento” na memória também ocorre em diferentes esferas sociais, não apenas na parcela “dirigente” da sociedade. Fazendo comparações entre a literatura especializada e os depoimentos, observaram-se equivalências e concordâncias entre eles, demonstrando que a memória dos ex-estudantes, perante as disputas com outras memórias acerca do passado ditatorial, foi registrada em trabalhos acadêmicos e pôde se perpetuar pelo tempo, apesar do grande esforço estatal pelo seu desaparecimento. Há, então, um “cânone” da versão dos anistiados políticos sobre o passado reforçado pelos trabalhos e que também existe nas narrativas mnemônicas da Comissão. Os depoimentos e a bibliografia sobre o tema formam um sistema de reforço mútuo. E, enquanto “memória enquadrada”, esse cânone esconde diversas memórias subterrâneas dos ex-estudantes.

A concepção de “composição da memória” de Thomson auxilia no aspecto das múltiplas negociações realizadas pelos sujeitos que testemunham sua história de vida. Há negociação com o grupo pertencente, com os externos ao grupo, com o passado e com o presente. Como na composição está em jogo uma boa história de si, Thomson dá elementos para questionar quais interesses subjetivos estão em jogo nas memórias relatadas. A composição da memória como um processo de luta por respeito jurídico e pela estima social.

5.2. Memórias que devem ser registradas

A primeira frase do livro de memórias de Sílvio de Albuquerque Mota (2009: 25), dirigente da ALN no Ceará, é: “Esta é uma narrativa necessária. O cumprimento de um dever”. A história de sua organização, a ALN, é descrita por ele como até então falha e mal contada, sendo o seu livro um registro necessário para esse capítulo importante da história da luta cearense contra a ditadura. Em outro livro de memória, “Nós, os Estudantes” de Mariano de Freitas, o autor fez um verdadeiro trabalho de historiador para listar os nomes completos daqueles que ocuparam as entidades estudantis até dezembro de 68 e daqueles que participaram dos congressos clandestinos da UNE. A memória dessa geração não pode ser esquecida, ela deve resistir à pressão de que seja abandonada.

Ao término do depoimento, era comum notar nos convidados uma expressão de satisfação e de felicidade. Deixava-se clara a honra de participar da Comissão da Verdade e o

cuidado de detalhar as informações e cooperar com os documentos que possuía. Contar a história da universidade durante a ditadura é um *compromisso* dos que viveram aquele período, é a realização de dever com a pátria, com a própria história e com o futuro, para que não se repita.

Mesmo que cansado de dar tantos depoimentos:

chegou num momento que eu dizia que eu não aguento mais esse negócio de dar entrevista sobre o período da ditadura. *Esse negócio já faz muito tempo, é bom a gente virar a página.* Mas, quando eu comecei a perceber que ainda tem gente dizendo que ditadura pode ser solução, aí eu disse: “Não, então a página não pode ser virada não”. *Quer dizer, pra mim, enquanto houver uma pessoa, um brasileiro, enganado sobre a possibilidade de a ditadura ser solução e não de ser um grande problema, eu dou entrevista até ficar bem velhinho, eu converso, eu falo, eu conto história, porque pra mim não pode se deixar de contestar coisas deste tipo.* Portanto, quando eu recebi o convite de vocês, eu disse: “Vou lá, não tem nem o que contestar não.” (João de Paula)

Tentaremos, agora, registrar as lutas que não podem cair no esquecimento. Contra o esquecimento público defendido pelo Estado brasileiro e contra a versão que entusiasma o regime, a memória estudantil encontrou eco em trabalhos históricos, jornalísticos e das ciências sociais, formando uma sólida tradição de interpretação. Principalmente sobre os anos 64 a 68, o trabalho de registro dessas memórias é intenso e formam o “cânone” da resistência contra a ditadura civil-militar.

5.2.1. Reorganização e protesto contra a ditadura entreguista

Dias após o golpe, em 9 de abril, foi assinado pela Junta Militar o Ato Institucional Um, o AI-1, que inaugurou as várias tentativas de legalizar o discricionário da ditadura civil-militar. Seu principal objetivo era criar mecanismos legais para realizar o que ficou conhecido como “Operação Limpeza” de eliminação de opositores e as condições para eleições indiretas para presidente. Os alvos de cassação dos direitos políticos (por 10 anos, em mais um exemplo dos “ares de legalidade” que o regime se dava) da “Operação Limpeza” eram especialmente os identificados com o antigo governo de Goulart e lideranças de organizações apontadas como “focos de subversão” pelos golpistas: sindicatos, universidades e PCB.

Flávio Suplicy de Lacerda foi o ministro escolhido para a pasta do MEC, a qual assumiu no dia 15 de abril. O ministro é chamado de “aberração” e uma “colônia de vírus” por Arthur Poerner (1979: 265), que cita a fala de Suplicy qualificando os estudantes de “escorpiões, agitadores e ladrões” (ibidem). O objetivo do ministro era resolver o *problema*

universitário por três frentes: criar mecanismos de inquéritos administrativos que expurgassem professores e funcionários, buscar *domesticar* e *limpar* as organizações estudantis e elaborar um projeto de Reforma Universitária modernizante. Foi durante sua gestão que se assinou os acordos com a *United States Agency for International Development* (Usaid) e se sancionou a lei que leva o seu nome, Lei Suplicy, que substituiu as entidades estudantis por outras *legalizadas*.

Uma das estratégias adotada pelo governo para o “controle” das organizações estudantis foi a de impedir a participação dos “maus alunos” no Movimento Estudantil por meio da Lei Suplicy, adotando critérios de desempenho acadêmico, imaginando que os “agitadores” tinham más notas por, supostamente, mais se importarem com subversão do que com estudos, visão que vai permanecer até o fim do regime. Outra forma de ação para fragilizar o ME foram programas que “ocupassem” o estudante, supondo que subversão era falta de trabalho e excesso de tempo livre, tais como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIE-E) e o Projeto Rondon (Cunha, 2007: 62).

Nos registros dos depoimentos os meses após o golpe são caracterizados pelo receio de se manifestar. Havia uma grande dúvida de qual rumo o regime tomaria e o medo de perseguições. Na UFC, os Diretórios Acadêmicos sofreram intervenção e no DCE Valton foi trocado por Sérgio Duque, chamado de “dedo-duro” por Francis Vale. No que se refere a expurgos, foram 8 professores aposentados pela “Operação Limpeza”: Miguel Cunha Filho (catedrático da Química), Dóriam Sampaio, Osvaldo Evandro Carneiro Martins, Pontes Neto, Milton Ferreira (conhecido como *Miltofe*), José dos Santos Serra, Olavo Sampaio e padre Arquimedes Bruno (Barreira; Baima; Pinto, 2014: 299). Esses professores tiveram que se mudar ou dar aula em cursinho, como foi o caso de Miltofe, Serra e Miguel Cunha que vão para o Colégio Castelo e são lembrados como inspiradores na memória de alguns dos ex-estudantes como dissemos.

Os estudantes dos centros econômicos do país tentaram em junho de 64 a reorganização da UNE, que havia sido incendiada no dia do golpe e declarada ilegal, mas foi duramente reprimida, com estudantes presos e com denúncias de maus-tratos na prisão (Poerner, 1979: 256). Na tentativa de se reerguer e na resistência da Lei Suplicy, sancionada em novembro de 64, os estudantes realizaram em 1965 o XXVII Congresso da UNE em São Paulo, na clandestinidade, que elegeu Antônio Xavier da AP como presidente. Ali houve o primeiro racha interno da entidade, que se dividiu em, de um lado, a AP com a POLOP, com a maioria, que defendia boicote às eleições convocadas pela Lei Suplicy para os DA's e DEE's, e a volta das entidades extintas, principalmente as UEE's; do outro lado estavam os

moderados do PCB, que defendiam a participação nas eleições convocadas pelo regime e a luta na legalidade.

A meta da chapa vitoriosa da AP no Movimento nacional foi seguida pelos movimentos estaduais, o que também ocorreu no Ceará. O boicote às eleições do DEE foi um sucesso e estava aberto caminho para o retorno da UEE. Geraldo Magela e João de Paula se lembram desse período de articulação da AP cearense de retorno da UEE:

A primeira tentativa de fazer algo que ocorreu foi uma articulação que surgiu a partir da Ação Popular, *ai o Mariano deve se lembrar de quando foi...* A minha dúvida é se isso foi no fim de 65 ou começo de 66. O certo é que a Ação Popular, que tinha conseguido rearticular a UNE, que a UNE também tinha sido colocada na clandestinidade [...] A Ação Popular reorganizou a UNE e conseguiu realizar um congresso clandestinamente, se não me engano em Belo Horizonte [Belo Horizonte seria no ano seguinte, 1966], e a partir dessa tentativa de reorganização do movimento nacional ela definiu uma estratégia de criar as UEE's, que eram as Uniões Estaduais dos Estudantes. [...] Houve até eleição em alguns lugares. ***Eu vi uma foto até, no livro do Mariano***, uma foto da eleição da faculdade, a gente votou em eleição direta e tal, mas depois, logo, acho que no dia seguinte, eles não permitiram aquilo e prenderam várias pessoas. (João de Paula, depoimento em 04 de junho de 2014)

João de Paula tinha razão ao se referir a Mariano, que em seu livro traz com precisão os estudantes cearenses que foram ao XVII Congresso e a tentativa de rearticulação da UEE do estado. O autor enumera os treze estudantes cearenses que estiveram no congresso clandestino, todos da AP, dentre eles René Barreira, Francisco Moura, Expedito e Jônio (nomes referidos nos depoimentos da Comissão). Ele também descreve as eleições que ocorreram em setembro, com grande participação estudantil nas urnas e apresenta a foto citada por João de Paula, dos estudantes votando no “Território Livre das Mangueiras” da Medicina (Freitas, 2001: 84). Jônio Emígdio de Castro foi eleito presidente da UEE do Ceará e a principal bandeira era contra os acordos MEC-Usaid³¹.

Porém, a organização do ME liderada pela AP não passou impune: “Em novembro de 1965, depois de fazer um levantamento minucioso, o Ministério da Justiça através da Polícia Federal, iniciou a prisão de centenas de militantes da Ação Popular em todo país” (ibidem: 60). No Ceará, todos os estudantes que participaram do XVII Congresso e

³¹ “A UEE era só agitar mesmo, propor palavras de ordens contra, por exemplo, o Acordo MEC-Usaid, que se caracterizou por eles tentarem colocar aqui um inspetor de aluno, eles queriam ser bedel aqui dentro. Empurraram dinheiro pro Castelo Branco. Eram basicamente métodos democráticos de ganhar no grito, a pressão popular, pressão de massa. Ninguém falava de luta armada, nada disso, só coisa de recuperar a democracia por meios quase legais. Só não era legal porque eles haviam determinado que era ilegal e você poderia morrer.” (Walmick Vieira sobre a breve participação na UEE em 65)

outras lideranças da AP foram presas, como Hélio Leite e Luiz Edgar Cartaxo de Arruda, somando 19 prisões de lideranças estudantis da AP (Ramalho, 2002: 143).

Enquanto isso, o DCE permanecia sob o interventor Sérgio Duque. Sinal da despolitização da representação estudantil operada pela ditadura foram as Passeatas dos Bichos de 65 e 66, que reduziram as tradicionais referências políticas, limitando-se ao desfile dos calouros (Maia Júnior, 2008: 218)³². Nas palavras de Valton, os Diretórios “viraram grêmios lítero-musicais”, pobres politicamente. Até o mês de abril de 66, com as novas eleições, a mobilização estudantil era limitada aos secundaristas, que conseguiram recuperar o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC) do interventor e realizar o primeiro congresso da entidade no estado, sob a liderança de Arlindo Soares, Mário Albuquerque e Lourival Aguiar, o Zito.

A prisão das lideranças que tentaram reerguer a UEE é, na tese de Bráulio Ramalho, fundamental para compreender o ME cearense durante a ditadura. Ao mesmo tempo em que a investida da AP de recriar o ME fora da *legislação* foi reprimida em 65, o PCdoB crescia sob a liderança de Ozéas Duarte. Militante do Partidão desde 1961, quando participou pela Campanha da Legalidade, Ozéas entrou em 1963 na Faculdade de Direito e foi preso no 23º BC logo após o golpe, no IPM que processou militantes do PCB - o mesmo de Pedro Albuquerque. Desiludido com o *imobilismo* do PCB diante da ditadura que se instaurou, Ozéas começa a articular um partido que cumprisse a demanda por mais firmeza contra o regime, o que significava sair da opção pacifista do PCB e optar pela estratégia da luta revolucionária. O partido que prometia cumprir essa mudança era o PCdoB.

Para compor o PCdoB que nascia no estado, Ozéas chamou seus antigos companheiros de PCB: Valton Miranda, Assis Aderaldo, Francis Vale, João de Paula, Pedro Albuquerque e Carlos Augusto, o Patinhas. A ação que nascia como uma ruptura com o antigo Partidão se tornou a manutenção dos antigos militantes sob a nova sigla. Havia, enfim, uma peculiaridade no Movimento cearense: o PCdoB como hegemônico, o que contrariava o restante do país, mas com forte influência do modo de fazer política do PCB. Se por um lado o PCdoB tinha em seu programa nacional a revolução armada a partir do campo, de influência maoísta, no Ceará, por conta de seus membros, ele era marcado pela tática de negociação,

³² Na memória de Mariano Freitas (2001: 57), por outro lado, a Passeata dos Bichos de 65 foi um exemplo de como se luta contra a ditadura, pelo uso da criatividade e da inteligência. Ele participou da organização dos estudantes da Medicina que desfilaram em protesto à ditadura com uso de máscaras, numa alusão à atividade médica, mas que simbolizavam a censura e a repressão. Na sua memória, o protesto foi compreendido e atingiu o objetivo de criticar o regime, com apoio dos populares do centro. Esse é mais um exemplo de como há diversas facetas da memória.

trabalho de base e preocupação com as demandas cotidianas dos estudantes. Francis exemplifica essa tática: “Essas coisinhas que antes ninguém ligava, que só queriam saber de política... É o bebedouro, é a falta de giz, os probleminhas básicos da universidade”³³. Como veremos, a hegemonia e a importância do PCdoB no ME cearense é palco de tensões na memória dos ex-estudantes.

Nas eleições de abril de 66, Homero Castelo Branco, sempre lembrado como um sujeito “democrático” e contra a ditadura nos depoimentos, se articulou pela retomada do DCE das mãos do interventor. Fez um trabalho próximo aos Diretórios Acadêmicos e conseguiu o apoio para se eleger em chapa única. Apesar de não estar vinculado a nenhum partido, ele era muito próximo do PCB e do PCdoB e cumpriu um importante papel de dar maior visibilidade ao DCE e investir em grupos culturais, como o GRUTA. O foco da gestão era o dia-a-dia do estudante e para reestruturar um ME forte e atuante. A memória sobre a sua presidência é de um negociador capaz de dialogar com as diferentes vertentes, de barganhar conquistas com a reitoria e de unificar opositores, adquirindo melhorias para os estudantes, como a volta da administração da residência universitária para o DCE. Nas palavras de Bráulio (2002: 164), é a volta do prestígio e da credibilidade do Movimento junto ao estudante iniciada por Homero, seguida e ampliada pelo PCdoB nos anos seguintes, a explicação do grande sucesso na primeira metade de 1968 das manifestações populares lideradas pelos estudantes. Em 1974, já graduado em Economia e de volta ao Piauí, Homero foi eleito deputado estadual pelo ARENA, o que indica sua vertente de política mais orgânica do que ideológica.

Como falamos, a tese de Arthur Poerner é de que o ME sempre esteve envolvido nos principais debates políticos da história brasileira. Mesmo que perceba a mudança que ocorreu no Movimento na década de 50, na crescente politização, para o autor há uma continuidade entre as bandeiras nacionalistas do antigo ME (como na campanha do “O Petróleo é Nosso”) e a futura oposição à ditadura. O ano 1966, portanto, ocupa um lugar central em seu livro. Esse período é considerado por ele o mais estimável do ME: quando a luta era contra o imperialismo e pelas liberdades democráticas, bandeiras que se condensam na luta pela Reforma Universitária. O XVIII Congresso da UNE desse mesmo ano, realizado em Belo Horizonte com apoio do Convento dos Padres Franciscanos, o caminho estabelecido era o da negociação e da pressão popular, e contra os a política dos excedentes e a cobrança de anuidades, isto é, por questões estudantis e de interesse nacional. O ano de 1966 é tão

³³ Ao contrário disso, Inocêncio, trotskista, disse que “bebedouro não é preocupação de revolucionário”.

memorável para Poerner porque o ME não havia alçado voos maiores do que suas possibilidades como, para o autor, fez em 68.

No “Setembro heroico de 1966” (Poerner, 1979: 274), os estudantes estavam envolvidos em greves, suspensão de aulas e manifestações. É o ano da volta dos estudantes às ruas, após dois anos de errância. Foram 178 estudantes presos durante esse mês, principalmente na madrugada do dia 23, conhecido como Massacre da Praia Vermelha, em que a polícia invadiu a ocupação estudantil na faculdade de medicina da UFRJ, que lutava pela Reforma Universitária. Mais de 600 estudantes foram agredidos a cassetetes e pelo “corredor polonês” dos policiais. O dia 22 de setembro ficou então registrado como Dia Nacional da Luta Contra a Ditadura.

Os anos de 1966 e 1967 são caracterizados pela volta dos estudantes às ruas, que retomam o cenário político como grupo de pressão contra a “modernização autoritária” e a tutela estadunidense. As tentativas de conter o engajamento estudantil foram um fracasso reconhecido pelo próprio governo e a força exercida pelos estudantes já era tratada como “a questão estudantil” pelos dirigentes. A Lei Suplicy foi revogada no dia 28 de setembro de 66, em meio à repercussão negativa da repressão policial que resultou no Massacre da Praia Vermelha. Na ocasião, o futuro presidente Costa e Silva reconheceu o “exagero policial” e prometeu que no seu governo os estudantes voltariam à vida pública de forma legítima (Poerner, 1979: 278).

Na UFC, no final da gestão de Homero à frente do DCE, organizou-se “a hora da virada” do movimento cearense (Maia Júnior, 2008: 195): a Passeata dos Bichos de 1967, ocorrida no dia 1º de abril. Cercada de ameaças e boatos de repressão, a Passeata teve de pedir autorização para o Exército, que a concedeu graças à ajuda do General Dilermando Monteiro, comandante da 10ª Região Militar³⁴. No estudo de Edmilson Maia Júnior, que tem como um dos principais objetos as manifestações estudantis nas Passeatas dos Bichos, o ano de 1967 aparece como uma iniciação política para os estudantes, que se depararam com debates sobre a educação nacional, críticas à ditadura e cobranças de um posicionamento político.

A intenção do DCE, na fala do seu presidente, Homero Castelo Branco [ao Jornal O Povo de 30/04/1967], foi fazer com que a passeata dos calouros de 1967 fosse “ordeira e não um mini-carnaval como nos anos anteriores”, pois isso não é próprio

³⁴ Havia resistência por parte do Secretário de Segurança Pública Miramar da Ponte para a realização da Passeata, tida como foco de subversão, além de muitos boatos sobre os “riscos” decorrentes da politização dos estudantes divulgados na imprensa. O gal. Dilermando visitou pessoalmente os estudantes, até confeccionou um cartaz e defendeu a tradição nacionalista do Movimento Estudantil “que combate o que está de errado na administração do estado”. O general agiu como um militar nacionalista, próximo ao gal. Pery Bevílacqua, que prefaciou o livro de Artur Poerner.

de “quem luta realmente por uma causa”. [...] a passeata teve um tema: “a infiltração imperialista estrangeira no ensino universitário brasileiro”, mensagem que os cartazes e faixas deveriam expressar. [...] O caráter político do evento, assim, ganha uma atenção especial por parte das entidades estudantis [...] como um marco na luta pelos interesses universitários. A escolha do tema reflete a presença de uma bandeira capaz de aglutinar grupos e pessoas e expressar bem a situação de reformulação da estrutura universitária na cidade. (ibidem: 197)

Um caso emblemático desse período ocorreu na Medicina, no primeiro dia de aula de 1967. O professor Aprígio Mendes Filho tentou aplicar uma prova de histologia com questões extremamente difíceis, com perguntas sobre assuntos de “nota de rodapé de livros” (palavras de Helena Serra Azul), a alunos recém-ingressados na universidade. A turma não aguentou calada, boicotou a prova e o professor decidiu dar nota zero para os que protestaram:

Logo no primeiro ano houve a grande manifestação, que foi o começo das grandes manifestações no Ceará e que começou por uma besteira: ***um professor dava zero em todo mundo então houve uma revolta contra ele e daí essa revolta da medicina se transformou em manifestações de rua e cresceu.*** Nesse período era o Diretório Acadêmico XII de maio, se eu não me engano era o Mariano de Freitas que era o presidente do diretório. (Manoel Fonseca)

Como a gente fazia a luta específica vinculada à luta geral, nós começamos essa luta aí na nossa turma, foi em 1967, foi a primeira grande manifestação do curso de Medicina [...] Nessa greve nossa tivemos apoio da Medicina toda, depois fizemos passeata, a Universidade toda apoiou a gente, aí a gente acabou saindo vitoriosos dessa luta... O professor chamou, explicou-se, disse que ele queria era uma qualidade de ensino, que não queria ferrar estudante, fez uma outra prova e fez uma recuperação. Até hoje a gente se dá muito bem com ele. (Helena Serra Azul)

Mariano (2001: 124~) conta que essa mobilização foi tomando grandes proporções, envolvendo o Diretor da Faculdade de Medicina, Walter Cantídio, os presidentes do DA e do DCE e grande parte da turma prejudicada (cerca de 80% da turma). O desfecho do “Caso Carcará” (era o apelido do professor pela sua exigência) foi a vitória dos professores, que aceitaram fazer outra prova, somar e dividir por dois. Mas, apesar disso, esse acontecimento aglutinou a turma e mostrou a importância de se organizar para protestar contra as “estruturas vigentes”. O “Caso Carcará” reforça a tese de que os estudantes já estavam prontos para radicalizar, bastava uma causa ou um motivo.

É no ano de 1967 que ocorre a grande politização do ME cearense, na esteira do processo que ocorria nacionalmente. Há a escalada dos problemas locais (qualidade do ensino, perspectiva de carreira profissional, Reforma Universitária) para os problemas gerais (imperialismo estadunidense e crítica à ditadura) como apontou Helena e a literatura sobre o tema, numa visão compartilhada sobre a situação. No nível nacional, as prometidas eleições

gerais não ocorreram, foi promulgada uma nova Constituição de viés ditatorial e assumiu Artur de Costa e Silva, que apesar de propalar um discurso democrático, na prática reforçava os órgãos de segurança. Ou seja, ficava claro que o país entrara numa ditadura sem data para terminar. Os estudantes reivindicavam mudanças e paulatinamente se organizavam em partidos, que era a forma de com mais eficácia se opor ao regime. É nesse momento que se delineiam as três principais forças do ME cearense.

O PCdoB contava com os antigos militantes do PCB trazidos, principalmente, por Ozéas Duarte e conquistava novos membros, como José Genoíno Neto da FaFiCe e Bergson Gurjão de Farias dos Institutos Básicos (ingressou na Química). A Quarta Internacional (os trotskistas ou TT's) tinha grande força na Faculdade de Direito, com Inocêncio Uchôa como presidente do DA e estudantes que vieram do movimento secundarista, tais como Arlindo Soares, Lourival Aguiar e Teresa Helena. A Ação Popular se constituía de estudantes que vieram da JUC e da JEC e se concentrava na Medicina (conhecidos como o “pessoal do Mariano”) com Francisco Monteiro, Helena Serra Azul, Manoel Fonsêca, Marco Penaforte, o próprio Mariano Freitas (eleito presidente do DA da Medicina em 1967) e também Geraldo Magela da Agronomia e Ruth Cavalcante da Pedagogia.

Homero tentou nomear o seu sucessor em 67, Francis Vale, mas a Quarta Internacional e a AP barraram, pois queriam participar da escolha do próximo nome. Depois de um momento de impasse, Homero surge com o nome do até então pouco conhecido estudante da Medicina, João de Paula, para a presidência e uma composição de chapa que contemplasse as forças do ME. A proposta é debatida e acatada pelos representantes estudantis. Em todos os registros desse período, que vai do final de 67 ao início de 68, há uma grande nostalgia e boa lembrança. Como fala Ruth:

Quando foi em 67 eu fui convidada a compor chapa que o João de Paula era presidente. Foi um movimento interessante porque todas as correntes políticas estavam ali, todas: AP, PCdoB, os trotskistas. *Qual era a outra chapa que ia concorrer com essa? [em tom de pergunta retórica]* Então eu entrei para vice-presidente. O João era o presidente. Tinha o Paulo que era o secretário, o Lincoln, e eu. *Foi uma campanha belíssima, porque nós percorremos sala por sala desta universidade. A aceitação era muito grande. Então foi uma eleição altamente democrática neste sentido.* E também muito complexa, porque havia correntes muito antagônicas que às vezes se chocavam. Mas o João era muito habilidoso, tinha uma facilidade muito grande de articulação. Então tudo isso facilitou a nossa gestão. Foi uma gestão de altos movimentos. (Ruth Cavalcante)³⁵

³⁵ Pedro relembra a composição da chapa: “Então, formamos uma chapa, ‘Unidade e Luta’, que unia o PCdoB, AP e trotskistas e independentes. Era João de Paula, do PCdoB, na presidência; eu na 1ª vice-presidência, também do PCdoB; na 2ª vice-presidência José Galba de Menezes Gomes, que era responsável pela assistência universitária; na 3ª vice-presidência acho que a Ruth, pela AP; secretário-geral Paulo Lincoln Carneiro Leão

Os estudantes estavam enfim organizados em suas entidades estudantis. A Lei Suplicy teve o efeito contrário de aglutinar o Movimento, que gradativamente reconhecia a ditadura como um empecilho para as conquistas sociais, sobretudo a Reforma Universitária. Os anos de 66 e 67 são os anos de passagem do ME como grupo de pressão por causas estudantis para oposição direta à ditadura e pela transformação social. Houve uma linha de raciocínio que vinculava os problemas sociais ao imperialismo, que tinha a ditadura como aliada e que, portanto, os esforços deveriam se voltar para a derrubada do regime. É a escalada da radicalização. Nas palavras de Inocência Uchôa:

Diga-se de passagem, essa luta ela nos transformou rapidamente, né? Em 65 eu entrei na faculdade tinha certeza de que eu ia ser advogado. Em 66 já não tinha tanta certeza. ***Em 67 eu estava pouco preocupado em ser advogado, eu não queria ser advogado, eu queria fazer a Revolução***, e a revolução ia indicar o que eu ia ser na frente: podia ser um líder revolucionário, num futuro governo popular eu poderia ser um burocrata, podia ser um soldado, podia ser um juiz, o que seja.

E na fala de João de Paula:

Agora na minha gestão houve a coincidência de que a movimentação nacional estudantil na verdade pegou fogo aí, que foi no final de 67 pra começo de 68. Então, quando eu cheguei ao DCE, o clima entre os estudantes já era um clima completamente diferente daquela, eu diria, pasmaceira que ocorreu logo depois de 64, que o refluxo após a repressão tinha provocado. O Homero, assim só pra clarificar bem, teve um grande papel, eu diria, organizativo, ele montou as estruturas, organizou tudo direitinho, mas as condições políticas em que ele fez isso eram muito difíceis ainda. Não tinha como ele ir além disso, mas teve esse grande mérito. E aí, quando assumi a minha diretoria, nós já assumimos numa outra condição política, já havia um começo de efervescência. É como aquele fenômeno da água que vai ferver e que aparece uma primeira bolha, aparece uma segunda e quando se vê entra em ebulição. ***Ali quando começou minha gestão estavam surgindo as primeiras bolhas do processo de ebulição do que veio culminar no final de 68. Aí tivemos um período de muitas lutas.***

O ano de 1967 se encerrou com a manutenção da ditadura e sem perspectiva para o seu encerramento. Até 1966, a ação militar na área da Educação era basicamente repressiva, perseguindo opositores e punindo por meio de IPM's. Mas, com o crescimento da "Questão Estudantil", os militares assumem o controle que estava na mão dos civis dos dois principais impasses: a Reforma Universitária e o engajamento estudantil. O então ministro do MEC em 67, Tarso Dutra, se mostrou incapaz de solucionar os problemas e o governo optou por criar a Comissão Especial Meira Matos, que objetivava investigar a situação das universidades

Matos, que era independente; o 2ª secretário o José Machado, PCdoB. Era uma chapa onde o PCdoB tinha mais força" (Pedro de Albuquerque).

brasileiras com o propósito de arquitetar a Reforma Universitária *ideal e resolver* a oposição estudantil ao regime. O Relatório Meira Matos, principal documento sobre a visão que os militares *linha dura* tinham do ME, foi enviado ao presidente no início de 1968 e era o prenúncio das mudanças na forma do governo lidar com as universidades, como se mostrou depois com o AI-5 e o Decreto 477. Com o *fracasso* até então dos ministros do MEC de conquistar os estudantes, era o momento de adotar a estratégia a *manu militari*.

5.2.2. O intenso ano de 68

O ano de 1968 é referido na memória coletiva por suas mobilizações populares pelo mundo, principalmente de jovens. É o ano em que ocorreu a Primavera de Praga, a luta dos negros por direitos civis nos EUA e a ebulição estudantil em Paris no conhecido “maio de 68”. Além disso, as mobilizações contra a Guerra do Vietnã se intensificaram e despontaram regimes autoritários pela América Latina. No Brasil, a ditadura civil-militar ainda mantinha o Congresso e a imprensa com *aparentes* liberdades, num discurso de “revolução transitória em defesa da democracia”. Porém, a oposição interna do governo por mais autoritarismo ganhava força. A chamada *linha dura*, que se alimentava da crescente oposição popular ao regime, conseguiu, ao final do ano, o desejado fechamento total da ditadura.

Há um vasto registro sobre o ano de 1968 na literatura, na historiografia e no jornalismo. Nos depoimentos ouvidos na Comissão, é sempre lembrado como um ano de muita mobilização e de radicalização. Uma das versões mais conhecidas sobre o ano de 68 é a do escritor e jornalista Zuenir Ventura (1988): “1968 – O ano que não terminou”. No livro de Ventura, o ano de 68 foi a rebelião da juventude que se engajou contra a família e descobriu o mundo usando drogas e experimentando sua sexualidade. Sobretudo no início do livro, a versão de Ventura é a da juventude deslumbrada com a liberdade alcançada com a saída da casa dos pais e que imaginou poder mudar o mundo, ou em outras palavras, que foi *ingênua* e *sonhadora* de querer lutar contra a ditadura. Muito próxima da versão de Gabeira (2009) da que falamos anteriormente, demonstra a mobilização de 68 como uma ilusão dos estudantes. Há, também, muito o tom de humor em seu livro, descrevendo situações de festas, bebedeiras e piadas, como quem conta divertidas histórias do passado. De certa maneira, é possível que o leitor encerre o livro imaginando a esquerda como “festiva”, sem seriedade, ou imatura e deslumbrada, tomando decisões inconsequentes. Apesar de descrições detalhadas dos eventos de quem esteve presente e das informações de primeira mão, o livro de Ventura não será nosso norteador.

O caminho que tomaremos ao estudar o ano de 68 e a memória dos ex-estudantes será o trabalho de Valle (2008), “1968: o diálogo é a violência”, no qual a percurso do ano de 68 girou em torno de quem agredia e de quem era agredido, ou seja, de quem era o violento. Análise dividida em quatro principais eventos durante o ano, a autora percebeu a mudança de posições ocupadas pelos polos *governistas* e *estudantes*, mudança que foi observada nas tomadas de posições dos jornais e na opinião pública.

Bráulio Ramalho (2002) também se dedica extensamente sobre o ano de 1968 para entender o ME cearense. Há, ao fim do livro, uma análise sobre o ano e uma detalhada linha do tempo sobre os acontecimentos. É preciso guardar o ano de 1968 para que ele não seja esquecido, pois ele simboliza a luta estudantil e a repressão da ditadura, que a partir de 68 deixou de ser *envergonhada* para ser escancarada.

Antes da Reforma Universitária aprovada no final de novembro de 68, o ingresso na universidade pública não era classificatório, bastando obter a pontuação necessária para entrar no ensino superior. Porém, esse modelo de seleção acabou por gerar a situação conhecida por “excedentes”: candidatos que tinham obtido a pontuação necessária, mas que estavam além do número de vagas de suas faculdades.

Essa situação já ocorria há alguns anos, mas no ano de 68 foi especialmente conflituosa no Ceará. A estratégia dos “excedentes” no ano de 68, apoiado pelo ME, foi a de acampar nos jardins da Arquitetura e, depois, no da própria Reitoria. Expulsos truculentamente pelo reitor Fernando Leite, que usou do Exército, os estudantes vão enfim para a Praça Clóvis Beviláqua em frente à Faculdade de Direito. Esses acampamentos foram situações de grande troca entre os estudantes, pois lá se juntavam aos excedentes também veteranos e os que já haviam obtido sua vaga.

No 1º de março do ano foi convidado pelo reitor Leite para dar a aula inaugural o general Dilermando Monteiro, comandante da 10ª Região Militar, na Faculdade de Direito, ao lado do acampamento dos excedentes, que já durava mais de um mês:

Aí no dia da aula inaugural a gente resolveu ir pra lá [a decisão foi conjunta com o DCE], para auditório da Faculdade de Direito. Na hora da aula eu faria um protesto. Convidamos os estudantes a se retirarem, aí eu fiz o protesto na hora que o reitor passou a palavra para o general e falei lá aquelas coisas: que não cabia e tal, que aquilo não podia ser. Mas não era nada em desrespeito ao general, mas que não cabia à aula inaugural da universidade e que aquilo era uma atitude inadequada. Convidei todos os estudantes e saímos todo mundo, e aquilo foi um pandemônio. Aí, rapaz, deu uma confusão nessa universidade. Reuniram o Conselho Universitário, não me chamaram... (João de Paula, depoimento em 04 de junho de 2014)

O Conselho Universitário decidiu por suspender a representação estudantil na universidade, tornando bloqueadas as atividades dos Diretórios Acadêmicos e do DCE por seis meses. Contudo, essa medida teve o efeito reverso de fortalecer mais os estudantes (cf. Ramalho, 2002: 245), que se reuniram na resistência à suspensão e entraram em greve, realizando diversas manifestações contra a medida:

Nós entramos e o nosso batismo na Universidade foi a própria manifestação, a greve geral da Universidade como decorrência da punição do João de Paula pelo... na aula inaugural ele fez um protesto e foi punido em função disso e nós, antes mesmo de iniciarmos o curso, nós tivemos todo um processo de articulação, de vivência no DCE, porque a Universidade estava naquele processo e foi a possibilidade que nos deu de aproximação e conhecimento, né? De Helena Passeata [apelido de Helena Serra Azul], Chico Passeata [apelido de Francisco Monteiro, companheiro de Helena]. As diversas lideranças, né? O Bergson, o Sérgio, o Arlindo. Porque passamos a conviver, mesmo antes de começar, no dia a dia desse movimento, que foi inicial. (Horácio Frota, depoimento em 9 de junho de 2014)

Mariano de Freitas optou por ser esse o evento que abriria seu livro de memórias. Encarar um general do Exército numa solenidade, que contava com a presença de oficiais na plateia e do reitor, merece seu destaque porque representa aquilo que não pode ser esquecido da memória de sua geração: a coragem, a ousadia, o sentido de justiça.

É em meio a esse ambiente político que ocorre o primeiro evento elencado por Valle (2008) para entender o ano de 68: a morte do estudante secundarista Edson Luís no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, na noite de 28 de março. Numa manifestação contra o preço da refeição e pelo fim de uma obra no Restaurante, a polícia reprimiu a manifestação com armas de fogo, que vitimou Edson Luís com um tiro no peito e ferindo outros mais. Durante toda a noite houve um grande impasse sobre onde se realizaria a autópsia, com receio de acobertamento do regime, e com forte mobilização popular. Nas palavras de Zuenir Ventura (1998: 96), no dia seguinte havia mais de cinquenta mil pessoas nas ruas do Rio de Janeiro, numa multidão que só se compararia com o enterro do ex-presidente Getúlio Vargas.

Nos jornais, o tom era de crítica à ação policial. Edson Luís não era nenhuma liderança, era mais um estudante vindo do interior para estudar na cidade grande, o rapaz comum, que poderia ser o filho de qualquer um. Pela primeira vez o ME recebia apoio de diversos setores, como a mídia e a Igreja, desde o início do regime (Valle, 2008: 69). O regime, surpreendido pela adesão popular à causa estudantil, acreditou que isso era uma ação encabeçada pelo PCB em aliança com a Frente Ampla, que foi imediatamente cassada. No dia 31 de março, em comemoração à “Revolução”, Costa e Silva defendia a paz e a estabilidade,

que os “agitadores” queriam impedir com os atos de subversão (ibidem: 54), referindo-se às manifestações pela morte de Edson Luís.

O acontecimento da morte de Edson Luís revelou a divergência interna do ME em duas posições condensadas nos presidentes da União Metropolitana dos Estudantes (UME), Vladimir Palmeira, e de Luís Travassos, presidente da UNE. Por um lado, Palmeira adotava uma postura mais moderada, defendendo o ME como força auxiliar e voltado para a luta específica pela educação, criticando ações violentas e provocativas, sendo o recurso da violência apenas defensivo. Travassos, por outro lado, defendia que a luta devia se voltar contra a ditadura e sua sustentação, o imperialismo estadunidense, repudiando a postura de se limitar às manifestações pacíficas e pelo uso da violência revolucionária. Essa divergência interna se manterá por todo o ano, encerrando-se com a impossibilidade de negociações do AI-5.

Por todo o país se realizaram manifestações contra o uso excessivo da força pela polícia contra os estudantes. Em repressão às manifestações, os policiais utilizaram-se daquilo que sabiam fazer em situações de crise: usar mais violência. Houve feridos em Brasília e em Belo Horizonte, e o estudante Ivo Vieira foi assassinado em Goiânia.

A semana inteira desde a morte de Edson Luís foi de acirrado conflito, sobretudo nas manifestações que se organizaram para o dia 1º de abril contra o regime. A ideia defendida pela UME de Vladimir Palmeira era de realizar uma mobilização pacífica, mas a situação saiu do controle e o clima é de guerra pelas ruas de diversas cidades. O cenário era de Estado de Sítio no 1º de abril e qualquer manifestante era considerado “inimigo da pátria” (ibidem: 59).

No Ceará, o 1º de abril foi marcado por uma grande manifestação que ficou conhecida como “Quebra-quebra do USIS”, evento muito lembrado nas falas dos ex-estudantes à Comissão e de grande destaque no livro de Maia Júnior. Ele será mais bem estudado à frente, por conter diversas disputas sobre sua memória. Como registro do “Quebra-quebra do USIS”, há quase uma batalha campal entre a polícia e os manifestantes, com a prisão de alguns estudantes e muitos feridos, também com uso de armas de fogo pelos policiais.

Nesse primeiro evento estudado por Valle, a morte de Edson Luís, os estudantes são representados nos jornais como vítimas de uma violência desproporcional e ainda dispostos ao diálogo, mesmo que com grande oposição interna (chamados “reformistas” os partidários de Palmeira e “divisionistas”, os de Travassos). A maioria estudantil apoiava a posição pelo diálogo e pelo protesto pacífico. As passeatas, até o início de junho, eram pelas

bandeiras educacionais: “a falta de verba nas universidades, o acordo MEC-Usaid, a criação de fundações e a política educacional do governo” em geral (ibidem: 105). Contudo, mesmo em situações pacíficas, como a concentração anterior a uma passeata, era reprimida duramente pela polícia, que tomara por ilegal qualquer crítica ao governo.

Numa quinta, dia 20 de junho, os estudantes haviam marcado com autoridades do MEC e o então reitor da UFRJ uma reunião para debaterem sobre as bandeiras educacionais do ME na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, persistindo na alternativa de dialogar com o governo. Inesperadamente a polícia reprimiu a massa estudantil, com 311 presos e grande violência (ibidem: 108-9), sobre a qual se estamparam os jornais no dia seguinte.

Na sexta-feira, os estudantes se reuniram para protestar pela repressão da noite anterior e dialogar com o ministro Tarso Dutra, mas espontaneamente populares foram participando do movimento no centro do Rio de Janeiro. A repressão policial foi tanta que os estudantes fugiram e o confronto se deu entre os policiais e aqueles que haviam aderido ao protesto, sem serem estudantes. Até helicóptero foi usado pela polícia para reprimir a manifestação. O conflito ficou conhecido como a Sexta-feira Sangrenta, com vinte e oito mortos: vinte e sete civis e um policial. Também foram mais de mil pessoas presas. Na avaliação de José Roberto Arantes (*apud* Valle, 2008: 116), o governo agiu como se estivesse contra uma guerrilha urbana organizada. Já para os militares, a culpa era da excessiva cobertura da imprensa, que manipulava a opinião popular a favor dos agitadores; o SNI sustentava que havia forças externas infiltradas nos estudantes com o objetivo de enfraquecer a “Revolução” (ibidem: 117). Ainda indeciso de oficializar o Estado de Sítio e pressionado internamente para fechar de vez o regime, a primeira medida legal de Costa e Silva é censurar os meios de comunicação sobre a “crise estudantil” e a Lei 5.439, que criminalizava menores de idade envolvidos em ações que ameaçavam a segurança nacional. Era o ensaio do AI-5.

Em Fortaleza, a violência policial repercutiu nos estudantes, que se reuniram para protestar em frente à Faculdade de Odontologia, no acontecimento que ficou conhecido como Massacre da Praça José de Alencar, ocorrido no dia 24 de junho. O estudante Antônio Juvenal Nogueira da Agronomia foi baleado com dois tiros, que o fizeram ficar em estado grave, numa tentativa de atentado ao estudante Arlindo Soares, liderança dos trotskistas. O estudante Assuero Castro Pinto também foi baleado na coxa, em frente à Faculdade, que foi depredada pelos policiais. Foi nesse evento que Bergson Gurjão foi espancado enquanto tirava uma

bomba debaixo de um carro (Maia Júnior, 2008: 92)³⁶. Outro ferido durante o Massacre foi Fonsêca:

Aí eles [os policiais] pegaram o Fonsêca e deram uma cacetada na cabeça do Fonseca que abre, chega fica aberto, teve que pegar ponto e tudo. No dia seguinte, o quê que a gente fez: pegou o Fonsêca, disposto, magrinho: *“Fonsêca, o quê que a gente vai fazer? A gente não pode se calar não!”*, *“Vamos mesmo assim?”*, *“vamos”*. *Fomos a todas as salas de aula levando o Fonsêca, lembro bem... Não lembro quem eram as outras pessoas, mas eu lembro que estava eu, Fonsêca e outras pessoas. [...] Entramos de sala em sala de aula, para mostrar para o pessoal o que é que a repressão fazia. Isso aí era assim. Todo mundo ficava... 80% ficava do nosso lado.* (Helena Serra Azul, depoimento em 10 de março de 2014)

Todos os dezesseis entrevistados por Maia Júnior participaram do Massacre - seis deles também depuseram à Comissão. Diversas são as memórias sobre esse episódio, com a novidade dos estudantes estarem se preparando para se defenderem e rechaçar a polícia: havia o “dispositivo de segurança”, comandado pelo Fabiani Cunha, e o uso de coquetéis *molotov*, desenvolvidos pelo pessoal da Química, Física e Farmácia, que não precisavam de pavio. Ou seja, apesar de ainda defensivo, o conflito estava escancarado e a violência já era esperada pelo Movimento Estudantil. Além disso, o ferimento a bala a dois estudantes e mais outros com ferimentos graves, como Fonsêca e Bergson, causou grande repercussão na mídia e alimentou a reação estudantil, que criou “um campo de protesto amplo e disseminado pela cidade” (Maia Júnior, 2008: 98), com comícios relâmpagos e debates por Fortaleza. O enfrentamento paulatinamente vai se tornando questão de sobrevivência, não mais de opção.

Após o apoio de diversos setores da sociedade civil, principalmente o de mães, o governo acatou o pedido de manifestação popular no dia 26 de junho de 68 na cidade do Rio de Janeiro, naquela que ficou conhecida como “Passeata dos 100 mil”. Sem repressão policial e de grande proporção, a Passeata é o maior evento na memória coletiva sobre o ano de 68, muitas vezes confundida com a morte de Edson Luís. Ela é divulgada em livros, em registros fotográficos e na mídia. Apesar de pacífica, o tema da violência esteve presente: seja para combater a violência policial, seja para defender o uso da violência para o movimento revolucionário. As pautas começavam a mesclar bandeiras estudantis, como a reabertura do

³⁶ “ali era um guerra e não tinha nada de bala de borracha não [no Massacre], era bala mesmo. ***Inclusive eu presenciei a coisa do Bergson Farias Gurjão, ele era meu amigo.*** O Bergson era um cara gente boa e tudo [...] ele foi lá olhar a passeata, bem intuitivamente, aí quando chegou lá: pau, bomba e soltaram uma *molotov* de lado do carro da polícia e o gás ia para debaixo do carro e ia incendiar o carro. Aí ele pegou bobamente, mais outro que foi balançar o carro para tirar ele do fogo, e os caras da polícia pensavam que ele estava balançando para botar pra cima, pra poder estourar logo. Ora, como que o cara ia fazer... ia explodir o carro em cima dele, se ele fosse botar, né? Ele estava era tirando do carro. Quando ele balançou, balançou o carro, chegou um cassetete desse tamanho e abriu a cabeça dele, uma paulada aqui no meio da cabeça dele que ele arriou ali mesmo. Foi fratura na base do crânio, botaram ele lá no pronto-socorro particular” (Lourival Aguiar, depoimento em 12 de março de 2014)

Calabouço e a Reforma, com outras mais amplas, como a libertação de presos nas manifestações e o fim da censura aos jornais. Mesmo sendo um grande momento de união entre as forças populares que se opunham ao regime, a Passeata demonstrou e contribuiu para o “racha” do ME do qual já falamos: “revolucionários” e “reformistas”. Havia disputa se era “o povo *organizado*” que derruba a ditadura ou se era “o povo *armado*” que derruba a ditadura nos gritos da manifestação.

Logo em seguida, no dia 27, ocorreu aqui no Ceará o momento tido como auge do ME cearense, a Passeata dos 20 mil (alguns se referem como 30 mil):

Isso causou [a repressão policial], por exemplo, lá no Rio de Janeiro, a Passeata dos 100 mil, 100 mil pessoas foram pras ruas protestar. A mesma coisa no Ceará, aqui em Fortaleza, como vocês sabem, nós conseguimos fazer uma passeata com 30 mil pessoas, Passeata dos 30 mil. ***Fortaleza pequena, uma universidade muito pequena, quer dizer, os pais foram pra passeata, e foram sabendo que ia ser reprimida.*** Secretário de segurança foi pra televisão no dia anterior dizer com todas as letras: “pais e mães: não deixem seus filhos sair de casa, não deixem eles irem para a universidade, não deixem eles irem para a passeata, porque ela vai ser reprimida”, desse jeito, com todas as letras. E de fato foi, se preparou pra reprimir, ***só que a população foi com gosto. 30 mil pessoas, rapaz, imagine 30 mil pessoas nessas ruas estreitas de Fortaleza, foi assim uma imensidão. E isso foi assim um grande momento, por conta dessa indignação popular com os atos da ditadura.*** Claro que era o estopim, o momento, foi a morte do Edson Luís, mas na verdade aquilo exprimia o sentimento da população, com as dificuldades criadas pelo governo militar em todos os campos, não só no campo da economia, mas também no campo da política, no campo da imprensa, no campo da universidade. (Inocência Uchôa, depoimento em 26 de março de 2014)

Os grandes protestos não se limitaram a esses dois episódios. No dia 4 de julho, no Rio de Janeiro, ocorreu a Passeata dos 50 mil em protesto contra a não liberação dos presos e a não reabertura do Calabouço. Em Fortaleza os protestos ocorrem quase diariamente durante o fim de junho e início de julho pelo Centro da cidade.

O governo ditatorial estava sob pressão crescente. No mesmo dia da Passeata dos 100 mil, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) realizou uma ação no Quartel General do II Exército, em São Paulo, na qual vitimou o soldado Mário Kozel Filho (muito lembrado pelos defensores do regime). No interior de São Paulo, trabalhadores entram em greve e se mostram organizados contra o regime, contando com o apoio dos estudantes. Crescia a paranóia militar com a intervenção externa nas mobilizações e o papel da mídia como incentivadora dos protestos. Os jornais são censurados e o estado da Guanabara é ocupado por policiais e militares do Exército, sendo proibido qualquer protesto, o que era ameaçado por repressão armada. Além disso, no Congresso se intensificava as denúncias contra o governo e a “linha dura” cobrava mais firmeza na “Guerra Revolucionária”.

Em agosto, o governo invade a UnB a mando de Gama e Silva com todas as forças repressivas: PM, DOPS, PF, SNI e Polícia do Exército. A invasão foi tão agressiva que sofreu críticas até de deputados da ARENA no Congresso. O Caso Para-Sar³⁷ foi denunciado nos jornais e foi defendido abertamente pelo Ministro da Aeronáutica, que disse ser necessário matar pela pátria brasileira os maus brasileiros que seguem interesses alienígenas (Valle, 2008: 179). Em Fortaleza, o novo presidente do DCE, José Genoíno Neto, foi preso em São Paulo e denuncia sevícias sofridas nas mãos dos policiais, gerando manifestação estudantil (Ramalho, 2002: 255-6). Como disse João de Paula, a água borbulhava cada vez mais.

O terceiro momento trazido por Valle é a “Guerra da Maria Antônia”, em outubro. Durante um *pedágio* para arrecadar dinheiro para o XXX Congresso da UNE, estudantes da Faculdade de Filosofia da USP são agredidos com ovos e pedras pelos estudantes da Mackenzie. No dia seguinte, o conflito se agravou e a Rua Maria Antônia, que separava as duas faculdades, Mackenzie e Filosofia da USP, foi cenário de uma luta de pedras, bombas e armas. Há várias versões sobre quem iniciou a guerra e qual foi a participação da Guarda Municipal, se cooperou com a Mackenzie ou se simplesmente foi omissa sobre o conflito.

Foi o primeiro momento em que o ME utilizou abertamente armas de fogo, com a justificativa de que a direita (a Mackenzie e o CCC) estava armada. No segundo dia de guerra, o secundarista José Guimarães é morto por policiais infiltrados na Mackenzie, que recebia reforço do Comando de Caça a Comunistas (CCC). Porém, “Diferentemente do crime contra Edson Luís, a morte de José Guimarães não apenas deixa dúvidas quanto ao seu ‘assassino’ [se foi um policial ou um estudante] como também, na visão de alguns, depõe contra o próprio movimento estudantil” (Valle, 2008: 187). Liderados por José Dirceu, os estudantes saíram em protesto pela morte de José Guimarães por São Paulo, no dia 4 de outubro. O que começou como pacífico foi duramente reprimido pela polícia e desandou numa luta franca, com a queima de diversos carros, inclusive da polícia, e mais feridos e prisões.

O clima se torna cada vez mais de guerra. No Rio, programou-se uma passeata em solidariedade à Faculdade de Filosofia da USP para 8 de outubro em que a polícia prometeu utilizar-se da repressão de tempos de guerra (ibidem: 202). Resultado: 82 estudantes foram presos enquanto se dirigiam à concentração e a passeata foi impedida de acontecer.

³⁷ Era um projeto de usar oficiais e sargentos da aeronáutica para raptar e soltar opositores políticos de aviões a 40km da costa brasileira, no oceano (Valle, 2008: 178). Zuenir Ventura (1988: 194-203) relata a negação do capitão paraquedista Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho de executar o Para-Sar e as perseguições que ele sofreu por se recusar a cooperar com a ditadura.

Na Guerra da Maria Antônia ocorreu uma mudança de posição ocupada pelo ME. Nesse episódio, o Movimento Estudantil aparece como o desencadeador da violência e a polícia como “ordeira e protetora”, como aquela que pacificou a guerra: “a imagem divulgada pela grande imprensa é a da violência estudantil, controlada pela polícia, que desarticula o ‘conspirador’” (ibidem: 206). Jornais que defendiam os estudantes e repudiavam a repressão policial passaram a criticar a “baderna estudantil” e cobram intervenção policial para encerrar a violência.

O Relatório Meira Matos já havia afirmado que o ME era um opositor interno sustentado por forças externas, isto é, era um agente do comunismo internacional que devia ser eliminado. Munido dos documentos apreendidos na invasão da UnB, que confirmavam a presença de partidos de esquerda na universidade, e agora com a violência da Guerra da Maria Antônia, os militares criaram a imagem de que a universidade estava infestada de terroristas armados que precisavam ser combatidos. Somado a isso, greves operárias se iniciavam em diversos estados, principalmente Minas Gerais e São Paulo. No Congresso, o deputado Márcio Moreira Alves realizou um discurso que inflamou as Forças Armadas, pedindo à população que boicotasse o desfile de 7 de setembro e que as moças não namorassem com militares.

O ponto nevrálgico é que os próprios estudantes não estavam claramente decididos sobre o uso da violência. Oscilavam entre se armar para se defender e se armar para ser o agente efetivo do combate à ditadura. Como um pêndulo que ia e vinha entre se defender e tomar a iniciativa do combate. Nessa oscilação, o governo ditatorial se utilizou dos momentos em que pendia para a *violência revolucionária* para justificar uma ação policial nas universidades e contra os estudantes. A morte de um secundarista em outubro não sensibilizou os jornais da mesma forma que em março porque a vítima de outubro, supostamente, estava também se utilizando de violência, ou seja, não era tão inocente assim. Não era mais uma “vítima pura”. Reprimidas a bala pela polícia e a imagem dos estudantes questionada por suas ações agressivas, os protestos na segunda metade de 68 se esvaziavam:

Você já via claramente desenhado o que depois foi acontecer: o movimento estudantil foi se radicalizando e foi diminuindo o número de pessoas que participavam, porque mesmo na grande efervescência, ebulição social, porque 68 não era só movimento estudantil [...] havia uma ebulição social em todas as dimensões. Mesmo assim, com esse crescimento, a gente já via que estava diminuindo a quantidade de pessoas que iam e ficando mais combativo, porque também o pau foi cantando mais ligeiro. A gente ia notando claramente: as pessoas que estavam dispostas a lutar até um certo nível de risco, mais do que aquilo as pessoas não iam. E a gente ficava nisto: tentando puxar gente e a gente mesmo notando que tinha que avançar. Uma contradição terrível que a gente viveu na época,

porque por um lado a gente tinha que avançar na luta e por outro lado, como a gente dizia, a gente olhava para trás e cada vez menos gente atrás de nós. (Lourival Aguiar, depoimento em 12 de março de 2014)

No fim de outubro estava programado para ocorrer o XXX Congresso da UNE, em São Paulo. Organizado pela liderança de José Dirceu, cerca de mil estudantes de todo o país foram clandestinamente para um sítio na cidade de Ibiúna, no interior, para o Congresso. Cercado por uma aura de segredo e normas de segurança, o Congresso foi invadido logo no seu segundo dia por grande contingente militar, que deteve os estudantes no que ficou conhecido por “Queda de Ibiúna”:

Quando nós acordamos, que ia começar de fato as plenárias (tinha havido uma antes que era praticamente briga), no outro dia quando a gente levantou para tomar café, já estava cercado, era literalmente num buraco mesmo. *Mais soldado do que estudante*. Em torno de 800 estudantes. [Os militares estavam] com cachorro e tudo. Então nós caminhamos em fila indiana, praticamente 12 km na chuva, enrolados num cobertor do CRUSP que a gente tinha trazido. Fomos paradoxalmente para um presídio chamado de Tiradentes (Ruth Cavalcante, depoimento em 03 de abril de 2014)

Depois de alguns dias no Presídio Tiradentes em São Paulo, o governo cede à pressão de liberar os estudantes dos outros estados. Os cearenses voltam de ônibus para o seu estado e têm, então, a prisão preventiva decretada. As principais lideranças estudantis detidas em Ibiúna foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional e tiveram prisão decretada. Foram 71 estudantes denunciados, sendo 10 deles do Ceará: José Genoíno, Bergson Gurjão, João de Paula, Arlindo Soares, Inocêncio Uchoa, Pedro de Albuquerque, Ruth Cavalcante, Marco Penaforte, Assis Aderaldo e Francisco Inácio. Essa proporção de estudantes cearenses enquadrados pela LSN é muito lembrada como demonstração da importância do ME do Ceará, que mostrou destaque a nível nacional. Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos e Jean-Marc von der Weid também foram presos sob acusação de ameaça à Segurança Nacional no mesmo processo de Ibiúna.

Desde que começamos essa reconstrução histórica, alguns momentos foram classificados como de “virada” para o Movimento Estudantil. Falou-se nas manifestações de setembro de 66, na Passeata dos Bichos de 67, nas graves repressões policiais às manifestações no Rio e em Fortaleza, que culminaram nas passeatas dos 100 e dos 20 mil. Nos depoimentos também surgiram diversos momentos em que o ME sofreu “viradas”, tais como nos protestos contra a suspensão dos DA’s e do DCE após a aula inaugural de 68 ou o Quebra-quebra do USIS. A palavra mais usada para descrever os anos de 64 até o início de 68 é a de “reorganização”. No caso do ano de 1968, a palavra escolhida é “radicalização”.

Na narrativa dos ex-estudantes e nos estudos sobre o tema, o ano de 68, em que já havia um governo ditatorial mas ainda mantendo aspectos democráticos, há fortemente a concepção de um processo crescente de radicalização dos estudantes, sobretudo naqueles que militavam em entidades estudantis e tinham participação em organizações e partidos de esquerda, por diversos fatores.

As medidas do governo para controlar, tutelar ou impedir o engajamento estudantil fracassaram em sua maioria. Desde 64, com a Lei Suplicy, até o ano de 68 com a criminalização dos protestos, os estudantes se utilizaram das ações do governo como impulsionadores da coesão e crescimento do ME. As medidas repressivas direcionadas aos estudantes entre os anos de 64 e 68 funcionaram como justificativa para o ME agudizar sua luta, ampliar suas demandas e ser agente da derrubada da ditadura e da mudança revolucionária do sistema. Além disso, as tentativas de diálogo e negociação se mostravam inúteis e também reprimidas, aumentando a perspectiva de que apenas por meio da ação violenta os estudantes poderiam ser ouvidos pelo governo.

Quando os estudantes organizados vão aderindo à perspectiva de luta aberta contra a polícia e os protestos pela cidade se tornam batalhas campais, o resultado foi o afastamento do apoio popular. A adesão popular obtida no primeiro semestre de 68 foi lida pelo Movimento, em consonância com as organizações de esquerda, como a iminência de uma situação revolucionária. Ou seja, era preciso não perder a oportunidade de transformação do sistema que estava dada, e isso ocorreria por meio da militarização e condução das massas pela vanguarda revolucionária: “O desfecho desse processo de sectarização, no qual, frequentemente, a insatisfação estudantil foi manobrada em proveito de grupos militares da ‘linha dura’, beneficiou os que defendiam o fechamento ainda maior do regime” (Cunha, 2007: 62).

Paralelamente a isso, o governo se deparava com uma situação de instabilidade e fragilidade ainda não experimentada. Exemplo disso foi a rejeição por parte do Congresso ao pedido de cassação do deputado Márcio Moreira Alves no início de dezembro, demonstrando a perda de *controle* do governo dos deputados. A “redução de prestígio do governo” (Motta, 2014: 148) e críticas recebidas de jornais, do Congresso e de setores da sociedade civil serviu de munição para editar o Ato Institucional número 5, o AI-5, que oficializou uma ditadura sem mais adornos democráticos. No que se refere às universidades, o AI-5 foi recebido com

otimismo pelo Grupo de Trabalho pela Reforma Universitária (GTRU) instituído pela presidência, pois possibilitaria a modernização autoritária desejada³⁸.

Não é à toa que os trabalhos sobre o ME de Maia Junior, Ramalho, Poerner e Sanfelice delimitam seus estudos até o ano de 69. O AI-5 e o posterior Decreto 477 de fevereiro de 69, que “foi concebido para dismantelar o movimento estudantil” (Motta, 2014: 154), são tradicionalmente tidos como responsáveis pelo fim das lutas estudantis organizadas em entidades. Os poderes discricionários outorgados para o regime, somados à vigilância e punição de estudantes por órgãos de segurança, impossibilitaram a opção pela negociação e pelos interesses próprios dos estudantes como grupo de pressão. As opções foram reduzidas a três: enfrentamento armado, clandestinidade ou abandono da militância política. Era o fim dos anos mais brilhantes do Movimento Estudantil.

5.2.3 Clandestinidade, cacos de representação e o renascimento do ME

Na linha do tempo das memórias dos ex-estudantes há grandes semelhanças nas suas falas quando se referem até ao final do ano de 68. Relatam as dificuldades logo após o golpe, as perseguições, as tentativas de reorganização do Movimento e seus sucessos, com o apogeu atingido em 68. Compartilham os mesmos eventos, como as grandes passeatas e protestos, falam das mesmas lideranças e dos estudantes que conviviam na universidade. É possível, portanto, falar de uma unidade coletiva dessas lembranças dos anos de 64 a 68, estabelecida e registradas nas diversas entrevistas e trabalhos sobre a temática. Intervalo de tempo que dá nome à Associação 64/68 liderada por Mário Albuquerque, esse período ocupa o lugar de “cânone” da memória dos estudantes, demonstrando a coragem e a glória daqueles que incomodaram tanto a ditadura militar a ponto de ser necessário o completo fechamento do regime. As memórias que contamos até o momento são *públicas*.

Por outro lado, o ano de 69 surge como o início do período de dispersão das narrativas mnemônicas. A partir desse momento as histórias pessoais se particularizam e os momentos em que se fala dos mesmos eventos se reduzem. Porém, a *marca* de ter se oposto ao regime permanece em todos, mesmo naqueles que abandonaram a militância. Seja na clandestinidade, na inserção na produção, na semi-clandestinidade ou na vida legal, todos eles possuíam a *marca* de subversivo e sofreram perseguição policial por isso. É sobre as

³⁸ “Eles [o GTRU, que contava com 11 membros, um deles o cearense Valmir Chagas] manifestaram otimismo quanto ao futuro das universidades, entendendo que o AI-5 poderia ter papel positivo em sua modernização. [...] Chagas lamentou o aspecto repressivo do AI-5, mas disse que ele deveria ser visto apenas como meio para se chegar a um fim. Se o AI-5 ajudasse a alcançar a reforma universitária, estaria justificado”. (Motta, 2014: 151)

tentativas de se manter no engajamento político ou simplesmente sobreviver que nos deteremos agora.

Logo no dia 16 de dezembro, na segunda-feira, após o Ato Institucional da sexta-feira à noite, Ruth Cavalcante e Assis Aderaldo foram presos ainda pelo processo referente ao Congresso de Ibiúna. Assis é levado à Polícia Federal e é interrogado por Laudelino Coelho, que (para Assis Aderaldo) já demonstrava saber de toda a organização do PCdoB. Não havendo prisão feminina para a presa política Ruth, ela é levada para o Hospital da Polícia Militar. Para ela, ao contrário de Assis, a repressão estava ainda muito desorganizada nesse instante logo após o AI-5.

Helena Serra Azul, que teve a casa invadida pela polícia no domingo, dia 15, não vê outra possibilidade que não seja entrar na clandestinidade: “O Golpe Militar é que vai jogando você na clandestinidade” (depoimento em 10 de março de 2014). Depois de poucas semanas em casa de parentes e amigos escondidos da repressão, Helena e seu marido Chico vão para o interior de Pernambuco a pedido da Ação Popular, na tática de se integrar na produção.

A universidade se fechou para os que estavam engajados no Movimento Estudantil. Antes mesmo do Decreto 477³⁹ de fevereiro, o reitor Fernando Leite demonstrou seu alinhamento e compromisso com o regime ao impedir sumariamente a matrícula de Inocêncio Uchoa, Pedro Albuquerque e Arlindo Soares: “Ato monocrático, sem processo administrativo, sem direito de defesa, sem nada, simplesmente baixou o ato” (Inocêncio Uchoa, depoimento em 26 de março de 2014). Inocêncio e Arlindo, ambos da 4ª Internacional, impedidos de permanecer no Ceará, partem para auxiliar a organização em Recife. Manoel Fonseca quase foi preso durante a perseguição contra Helena e também se vê sem possibilidade que não seja a clandestinidade: ele adquire identidades falsas para si e para a esposa e se desloca para Campina Grande. Seu curso em Medicina foi abandonado⁴⁰.

O ano de 69 foi o ano de transição para o futuro governo de Médici. Foi o início da universidade reformada, do crescimento econômico, recrudescimento da Lei de Segurança Nacional e de vultosos investimentos na área de segurança. Era o auge da modernização autoritária e das contradições do regime, que de um lado criava cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras e de outro criava a Operação Bandeirantes (OBAN) e os

³⁹ Chamado de “AI-5 das universidades”, o Decreto 477 dava poderes para os reitores, que em grande maioria se alinhavam com o regime, de expulsar os alunos arbitrariamente. Além disso, funcionários e professores poderiam ser expulsos ou aposentados sem inquérito ou processo (Motta, 2014: 153).

⁴⁰ As narrativas sobre perseguição e violações de direitos humanos serão enfocadas no próximo capítulo, na seção “Denúncia”.

DOI-Codi's. Os impulsos modernizadores e conservadores coexistiam (Motta, 2014: 289) e se sustentavam pelo princípio de “desenvolvimento com segurança”. Se por um lado os professores tinham agora projeto de carreira e dedicação exclusiva, por outro foram criados mecanismos de controle como o AC-75, que aposentava compulsoriamente professores “subversivos”.

No dia 29 de agosto de 1969 o general-presidente Costa e Silva sofreu um derrame cerebral que lhe afastou da presidência, assumindo a Junta Militar composta pelos chefes das três Forças. Contradizendo a legislação criada pela própria ditadura, o regime dá um golpe em si mesmo e impede que o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, que era contrário às medidas do AI-5, assumisse. Instável pela quebra constitucional e pelo afastamento do presidente, o regime ainda foi surpreendido por aquilo que foi provavelmente a maior ação da luta armada brasileira: o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, que obrigou a ditadura a negociar com as organizações clandestinas e libertar 15 presos políticos. As consequências foram o AI-13 e o AI-14, que estabeleciam o banimento e a pena de morte aos opositores que ingressaram luta armada, e mais outras mudanças legislativas que recrudesciam a ditadura. Em 30 de outubro assumia Emílio Garrastazu Médici, que foi ápice da política repressiva. Numa verdadeira caçada, morre Marighella em 4 de novembro de 1969, assassinato muito comemorado pelo regime.

Uma das principais teses sustentadas pelo livro de Motta (2014) é de que a dicotomia “resistência” e “colaboradores” é falsa no que se refere à ditadura civil-militar. Houve diversas negociações, idas e vindas, acomodações, adesões e resistências. Com efeito, o regime sabia que não poderia apenas reprimir seus opositores, pois isso seria utilizado contra ele, e parte para uma estratégia de atrair e produzir apoiadores com as disciplinas de “Educação Moral e Cívica” para o nível escolar e os “Estudos dos Problemas Brasileiros” para o ensino superior. Incentivou professores de esquerda, com bolsas e projetos de pesquisa financiados, desde que eles fossem “discretos”.

Houve uma mão dupla entre o Estado ditatorial e os intelectuais na universidade: incentivos por parte do governo e, da outra parte, moderação em sua militância, nos “jogos de acomodação” (ibidem: 310). Não foram raras as situações de intelectuais que se opunham ao regime com contratos assinados com o governo, principalmente depois do processo de distensão (ibidem: 322). Além disso, as pessoas que estiveram no lado “resistência” e as outras do lado “repressão” eram de um estrato social parecido, de classe média intelectualizada ou ascendente, não sendo raros os casos de ajuda ou amolecimento da

perseguição por questões familiares (possuir parentes nos órgãos de repressão, por exemplo), ao qual Motta chama de “personalismo”.

Desse modo, a modernização autoritária negociava apoio ou a simples descrição por um lado, e por outro financiava chacinas e Casa de Horrores’s pelo país. No caso das universidades, em 1970 assume Jarbas Passarinho o MEC. Político hábil, que procurou reduzir a indisposição estudantil e diminuir a influência da esquerda na universidade, ele aumentou o número de vagas no ensino superior facilitando as instituições privadas e concentrando as vagas no sudeste do país, o que facilitava o controle autoritário. Também contou com grande apoio da maioria dos reitores. Um dos sinais dessa ambiguidade foi o ministro ter aceitado participar de um debate ao vivo na televisão com a representante estudantil Rosa da Fonseca em 1971, acontecimento que falaremos mais a frente.

Todas as entidades estudantis foram consideradas ilegais depois do AI-5. No início de 69, os estudantes se organizaram para uma manifestação contra a ilegalidade do Movimento:

se tirou em uma decisão do DCE que deveríamos começar o ano com a manifestações em todas as instituições, em todas as faculdades, afirmando principalmente que *a UNE somos nós, o grande slogan era essa, A UNE SOMOS NÓS, não adianta impedir que ela vai continuar existindo.*
(Horácio Frota, depoimento em 09 de junho de 2014)

Mas logo foi reprimida e o próprio Horácio depois foi alvo do Decreto 477, sendo expulso da universidade e nunca mais retornando para o seu curso de Física. De acordo com o depoimento de Rufino, ainda se atuou clandestinamente após o AI-5: “eu acho que até 71 a gente manteve uma coisa ainda clandestina. Foi na época em que a gente ainda fazia algumas manifestações, pichação, foi a época em que a Rosa foi pro debate com o Passarinho e deu uma bofetada na cara do Passarinho [risos]”. Aimberê Botelho foi preso em julho de 1970 enquanto pichava com sua célula do PCdoB e Lincoln Moraes também foi preso enquanto distribuía panfletos da AP na UECE.

Num sinal dos tempos, em abril de 69, Walmick Vieira cola grau numa sala escondida. O receio do regime era que as colações de grau possibilitassem manifestações e discursos políticos. Essa situação fez com que os estudantes adotassem estratégias de resistência diante dos canais de representatividade que estavam cada vez mais escassos. Por um lado foi investido em esquemas de segurança, como a divisão em células que se encontravam publicamente por meio de códigos, nos chamados “pontos”, e por outro se tentou adentrar em entidades legais que antes não tinham fins políticos para, de dentro,

realizar mobilização política. Foi esse o caso dos órgãos colegiados de estudantes, associações culturais e as entidades atléticas:

eu entrei na universidade na faculdade de Ciências Sociais exatamente no início de 69, quer dizer, foi logo depois do AI-5, e logo depois foi todo um processo de reorganização do movimento estudantil, ***me lembro muito de uma reunião num sítio***, porque as reuniões eram todas clandestinas, uma reunião no sítio definindo qual seria a estratégia para retomar o movimento estudantil diante daquele quadro que até se chamou "o golpe dentro do golpe", porque representou realmente um endurecimento da ditadura na época. Então, foi toda uma estratégia montada e ***dentro dessa estratégia a gente começou a participar dos órgãos colegiados, os quais a gente não dava a menor importância, porque os centros acadêmicos foram fechados***, tudo na clandestinidade, então tinha que ter alguma maneira de retomar e uma das estratégias era ocupar os espaços nos órgãos de representação. Outra era a questão do esporte, lá fomos nós ocupar ***as associações atléticas, a FUCE [Federação Universitária Cearense]*** na época que ia promover os intercâmbios e naquela movimentação poderia passar outras coisas, a própria questão de atividades culturais também. Foram principalmente essas duas. E isso abertamente, porque aí tinha as ações que a gente fazia: as reuniões, os encontros e as eleições que se faziam clandestinamente pra centro acadêmico, pra DCE. [...] foi todo um processo de retomada, se faziam essas reuniões clandestinas e se faziam essas ações abertas. Aí tinham as panfletagens que a gente fazia, chegávamos de manhã cedinho e tinha os funcionários da universidade que eram amigos e até prestavam atenção pra a gente fazer a panfletagem, colocar panfleto nas carteiras, nos banheiros. (Rosa da Fonseca, depoimento em 16 de maio de 2014)

Os estudantes tinham direito à participação nos órgãos colegiados da universidade, que até o momento possuía como principal propósito decidir sobre questões burocráticas e administrativas. Os estudantes eram escolhidos pelo voto e os candidatos não podiam ter faltas maiores que 20% nas disciplinas e nenhuma nota abaixo da média de aprovação. Como se imaginava que subversivo era mau estudante, esse critério barraria a participação política dos estudantes engajados na luta contra a ditadura. Porém, o que ocorreu após o AI-5 e o Decreto 477 foi a canalização desses estudantes proibidos de participarem em Diretórios Acadêmicos para órgãos colegiados que não eram ocupados anteriormente. Como continua Rosa da Fonseca:

Então eu tinha que ter 80% da presença, média acima de 7 ou 8, que era justamente que eles raciocinavam que ***os estudantes subversivos, como eles chamavam, não frequentavam aula e nem estudavam, que era essa a caricatura que eles tinham, eles achavam que com esse critério não ia chegar nenhum subversivo nos órgãos colegiados. Eles duvidavam da nossa capacidade [risos]***. A gente foi ocupando primeiro o departamento de sociologia, depois o conselho departamental, que na época era eu, a Vania Cisne, o Chico Teófilo, que na época era da Comunicação e das Ciências Sociais. Eu sei que a gente terminou chegando ao Conselho Universitário. Quem eram os representantes universitários na época, em 71? Eu, o Júlio Penaforte, o Auto Filho, o Paulo Petrola, o Ciarrine e a companheira dele, a Eliane. Éramos os seis mosqueteiros no conselho universitário. E ali a gente fazia as polêmicas e tudo, mas o objetivo principal era que, na condição de representante do

conselho universitário, a gente podia reunir os estudantes, saber como estavam as coisas.

Rufino, que atuou nas Fundações Atléticas, assim se referiu a elas: “A gente percebeu que o esporte era um foco de direitistas. Pelo menos para eles não fazerem a festa. Não entrem e chamarem o coronel para abertura dos jogos. [risos]” Sua postura foi crítica com relação a essa ação, não detalhando mais a militância dentro das Fundações.

Os depoimentos sobre a atuação estudantil nessas entidades nada mais falaram após a prisão de Rosa em 71. O cerco militar se estreitava cada vez mais. As narrativas dos depoimentos durante esses anos do governo Médici são relatos do **estado de exceção** imposto a partir do AI-5. Por outro lado, as ações armadas cresceram no estado. Elas haviam se limitado ao enfrentamento dos policiais nos protestos e ações de propaganda, como a bomba no IBEU em outubro de 1968 (Farias, 2007: 163), mas no ano de 69 se agudizam. As ações atingiram o auge no final desse ano, com a tentativa de assalto ao Banco Mercantil, a qual gerou grande repercussão na imprensa, e no início dos anos 70. As ações armadas no Ceará eram comandadas pela ALN e pelo PCBR.

Farias (2007: 170) fala sobre a impossibilidade defendida nos jornais de ocorrer ações *terroristas* no Ceará pelo nosso povo ser pacífico e ordeiro, não aceitando subversões e que combateria o “terror”. Com o avanço das ações armadas, a nova retórica era que os *terroristas* eram jovens imaturos e manipulados por militantes advindos de outros estados. Como Airton de Farias demonstrou em sua pesquisa, os militantes que se engajaram na luta armada eram em grande maioria cearenses natos e, fundamentalmente, houve sim luta armada no Ceará apesar do esforço de acobertamento.

Em março de 70, com a ação do PCBR ao carro pagador do London Bank em Fortaleza, a repressão policial demonstrava não saber como reagir ao confundir ações políticas com os crimes comuns, conforme mostram os jornais da época. Havia uma desestruturação dos aparelhos repressivos até o início do ano de 69, que se modificou com a criação da Polícia Federal, em outubro de 69, tido por Farias como o início da centralização federal na ação policial contra a oposição política no Ceará. Foi no início de 70 que ocorreu a nomeação do Secretário de Segurança do Estado pela presidência, o que mostrava o comprometimento do governo federal na perseguição política.

Se por um lado a repressão se aprimorava, por outro as ações armadas dos opositores ao regime cometiam um *erro fatal*⁴¹ em agosto de 70, com o justicamento de um

⁴¹ Esse julgamento de São Benedito como um erro capital é compartilhado nos depoimentos, no estudo de Farias e no livro de memórias de Silvio Mota. É como um “lugar comum” da memória sobre o período.

comerciante na cidade de São Benedito pela ALN, no Caso de São Benedito⁴². A queda em série dos militantes das ações armadas e a vinda de Sérgio Paranhos Fleury ao estado para organizar a OBAN e o futuro DOI-Codi praticamente encerraram as ações armadas em 72. A rápida supressão da ALN e do PCBR deixou o aparelho repressivo sedento por novas vítimas, que começa a fazer uma caça aos antigos militantes e instituir a tortura como regra.

Foi somente depois de 74, quando já assumira Geisel e seu programa de distensão, que paulatinamente se retornou a atuação estudantil, mesmo que incipiente:

Quando eu entrei na faculdade, em março 74, de Engenharia Mecânica, na realidade estávamos findando o governo Médici, o período de maior violência política... o que eu sentia era assim: *todas as famílias, os pais e os amigos dos estudantes universitários, orientavam esses estudantes para não participarem de nada, não se envolver com política*. Havia um certo clima de medo muito grande. “Cuidado com o pessoal da Polícia Federal, do SNI”. Havia esse clima, natural, por conta do governo Médici que estava acabando naquele período. [...] Mas acabaram, deixou de existir o DCE da UFC e deixaram de existir todas aquelas entidades representativas dos estudantes, restando só as associações atléticas e naquela nova estrutura que fora criada na universidade, a representação estudantil. Eles acabaram com os cursos com aquela reforma universitária. (Luís Carlos Paes, depoimento em 02 de junho de 2014)

O clima descrito na universidade era de medo. Luís Carlos narra como lentamente houve reorganização de um jornal, chamado de “O Movimento”, que tinha por programa a defesa das liberdades democráticas e o aumento do nível de vida dos trabalhadores, demonstrando o engajamento da oposição à ditadura pelo retorno da democracia. Para Luís Carlos, havia um consenso de que era o momento de militar com paciência e ganhar espaços aos poucos, não era mais possível falar de “revolução”. Ele foi eleito para a Associação Atlética da Engenharia em 77 (ainda estavam proibidas as entidades estudantis) e a partir da Associação iniciou a reorganização do DCE. Finalmente, em 79, houve novas eleições para o DCE, na qual Luís Carlos se elegeu presidente, tido por ele como resultado da grande força que obteve a luta pelo retorno da UNE. Assim ele descreve a sua atuação:

E na realidade durante todo esse período a gente tinha o cuidado muito grande em tudo que a gente ia fazer na universidade de procurar *sempre fazer coisas contando com a adesão ampla dos colegas*. A gente tinha o cuidado muito grande de tanto pelo discurso quanto pelas atividades, a gente não se isolar. A grande bandeira nossa era essa. *A gente fazer atividades e ter um discurso que possibilitasse a gente sempre aglutinar, juntar mais e mais pessoas em torno para não dar margem a perseguições e coisas do tipo*. (Depoimento em 02 de junho de 2014)

⁴² Traremos detalhes sobre esse caso no momento que falaremos das memórias autocríticas.

Ainda com a forte presença da perseguição sanguinária que ocorreu aos opositores nos anos anteriores, as organizações estudantis retornaram nesse momento, no ano de 79, motivadas pelo trabalho de massa e pela ampliação da base popular. O momento era de luta pela Anistia e volta da democracia, da tentativa de negociar com o governo e se alinhar com a opinião popular. A experiência da luta armada havia sido traumática para a geração que havia atuado nos anos 60 e que servia de inspiração para a geração de estudantes que no fim dos anos 70 retomaram a UNE e o ME.

Em linhas gerais, os estudos sobre a ditadura civil-militar dividem em três os principais momentos. O primeiro que vai do golpe de 64 a dezembro de 68: os primeiros expurgos na Operação Limpeza, a permanência de instituições democráticas, o crescimento dos órgãos de repressão da *linha dura*, a crescente pressão popular pelo fim da ditadura e o intenso ano de 68, no qual os estudantes desempenharam papel central. O segundo momento é do Ato Institucional número 5 ao início do governo Geisel: conhecido como Anos de Chumbo, foi o momento em que a Doutrina de Segurança Nacional operou de forma escancarada, classificando a oposição política como inimigos internos e adotando políticas de combate semelhantes a situações de guerra. Por fim, do governo Geisel em diante, com a política de distensão lenta, gradual e segura: retorno da militância contra o regime, dessa vez insistindo na política de massa e no retorno da democracia, e a política nacional pelo esquecimento ditatorial, da qual falamos no Capítulo 3. Essa é a marcação temporal considerada “canônica” e que norteia também este trabalho.

O objetivo deste capítulo foi relacionar as pesquisas empíricas e a literatura sobre o tema com os depoimentos ouvidos na Comissão. Os depoimentos em muitos momentos concordam com a bibliografia, formando o que estamos chamando de “cânone”: a *versão verdadeira* defendida pelo grupo dos ex-estudantes e registrada nos trabalhos. Tal como nos estudos, os depoimentos seccionam o passado ditatorial em três fases, classificavam os mesmos eventos como relevantes e avaliavam o regime de forma alinhada com a literatura. O maior exemplo dessa versão que é reforçada e reforçadora dos depoimentos é o *Brasil: Nunca Mais*, principalmente na visão de um Estado autoritário cruel em oposição a militantes a favor da democracia.

Para se estabelecer como memória coletiva dos grupos dos que sofreram perseguição durante a ditadura, essa narrativa teve que se simplificar para abranger o maior número de memórias individuais e silenciar as versões antagônicas. Com o ângulo de visão mais abrangente, há uma linha narrativa semelhante compartilhada e que representa o “cânone”: entrada na universidade entre 64 e 68, contato com as organizações no Movimento

Estudantil, ida para os grandes protestos em 68, repressões policiais e total fechamento com o AI-5. Depois se fala do estado de exceção completo, da clandestinidade, de sequestros, de torturas e das prisões. Contudo, quando aproximamos nossa lente para as histórias individuais, essa narrativa se fragmenta. É sobre essa fragmentação que falaremos no próximo capítulo.

6. A NOSTALGIA, A DENÚNCIA E A AUTOCRÍTICA

Os estudantes desse período que são nossos informantes contaram a história por que passou o Brasil a partir de suas experiências subjetivas. Ao narrar esses acontecimentos e exporem suas interpretações e sentimentos sobre eles, os ex-estudantes relataram as frustrações e os medos em decorrência do golpe de 64; a retomada das entidades estudantis e seus grandes feitos nos anos que vão de 66 e 68, com grande nostalgia e orgulho; os conflitos contra a polícia nos protestos, que demonstravam a coragem e a bravura; as perseguições que eles sofreram, as humilhações e as vítimas inocentes; a situação de encarceramento, o regime discricionário da ditadura, a gratidão pelos que ajudaram, muitas vezes nem sendo militantes políticos; o retorno da prisão, a situação de pária, as dificuldades de retornarem à vida ordinária e a capacidade de darem a volta por cima, apesar de tudo. Mas também contam os erros de estratégia, os fracassos, os equívocos de leitura da situação, as traições e se envergonham sobre algumas memórias. Ou seja, muito além de narrarem fatos ou acontecimentos, eles contam experiências subjetivas, permeadas de sentimentos e interpretações. Nesse ato de lembrar, há vários processos de negociações na produção de uma memória que seja agradável para si e para o grupo que se identifica.

Esses sentimentos evocados são múltiplos. Para estudá-los, serão trabalhados em três categorias: nostalgia, denúncia e autocrítica. A primeira delas, **nostalgia**, engloba os bons sentimentos trazidos, as boas histórias e causos, o agradecimento àqueles que ajudaram e, principalmente, os grandes feitos geracionais, que exaltam o valor e demandam reconhecimento do grupo identitário dos perseguidos pela ditadura. A segunda categoria de memórias é a de **denúncia**, na qual são relatadas a desmoralização, a situação de “pária” e a condição de perseguido por um estado de exceção. Nessa memória é fundamental o compromisso de registrar as outras formas de prejuízos e os danos que vão além da dor física. Por fim, as memórias de **autocrítica** criam rachas e fissuras na narrativa bem-sucedida da “resistência à ditadura”: nesse momento são problematizadas as decisões “imaturas”, a própria organização ou organizações outras são criticadas, e as situações que contradizem a “boa memória” emergem, sobretudo a do delator.

Nossas categorias se assemelham às adotadas por Vasconcelos (1997), que são as de memórias heróicas, ressentidas e envergonhadas, porém se diferenciam em pontos importantes. A *memória heróica* se assemelha ao aspecto de exaltação de si e do grupo pertencente no sentimento de *nostalgia*, contudo menos no seu aspecto de manter o “sonho” vivo em que insiste o autor, e mais no reforço da identidade de “herói da democracia”, no

sentido de angariar reconhecimento social, tanto jurídico como de prestígio. A *memória ressentida* se remete principalmente aos amigos e familiares dos desaparecidos, ao sentimento de revolta e por desejo de justiça. Passados 20 anos entre os trabalhos de Vasconcelos e este, muitas conquistas foram alcançadas pelos grupos familiares, havendo menos “silenciamentos” e mais canais de denúncia. Apesar de ainda haver ressentimento, nos depoimentos foi mais frisado a capacidade de resiliência, o de dar a volta por cima, e de hoje não denunciar apenas os torturadores, mas também contar as histórias marginais de repressão policial. Por fim, na *memória envergonhada*, Vasconcelos fala sobre aqueles que devem ser esquecidos, que são os delatores e os que passaram para o outro lado, os “arrepentidos”. Apesar de haver situações constrangedoras nos depoimentos à Comissão que poderiam estar numa memória “envergonhada”, preferi adotar uma categoria mais ampla de autocrítica, pois os delatores também seriam produtos dos erros políticos cometidos pelos militantes das décadas de 60 e 70. Na autocrítica, a memória é permeada de conflitos acerca do rótulo de “heróis”, sobre conquistas e derrotas, sobre aqueles que não deram “a volta por cima” e sobre as divergências políticas da época. Para além do esquecimento que haveria na “memória envergonhada”, na autocrítica se expõe as disputas internas ao campo da memória dos nossos interlocutores.

6.1. Nostalgia

Apesar do ambiente de seriedade da Comissão que envolvia respaldo jurídico, os depoimentos se sucederam num clima amistoso e descontraído. Os ex-estudantes estavam felizes de estarem ali, mesmo que o assunto enveredasse para perseguições e dificuldades. Como observou Jônathas (Oliveira, 2016: 77) em suas entrevistas: “o sentimento atual, da maioria, não é de arrependimento, mas de orgulho e de contribuição para a liberdade do país”. Prestar depoimento à Comissão foi um prazer para os ex-estudantes. Relembrar as histórias, reencontrar antigos colegas e companheiros de luta, rir dos tempos de juventude e poder se orgulhar com o passado glorioso. De modo geral, para os depoentes é uma honra participar da geração que lutou contra a ditadura, e a elevação da estima de sua própria geração é por muitas vezes reforçada por eles próprios.

Para o grupo de sentimentos bons trazidos ao presente nos depoimentos chamaremos de nostalgia. Há grande nostalgia pelos feitos coletivos (direitos conquistados pelo Movimento Estudantil, por exemplo) e pelas realizações individuais (ter resistido à tortura é uma delas). Ambos, coletivos e individuais, reforçam a narrativa gloriosa da geração dos anos 60 e 70, ainda não superada na coragem, ousadia e engajamento político. Também

há nostalgia quando se fala sobre a rede de apoio e solidariedade com que contaram os perseguidos pela repressão, mesmo aqueles não envolvidos com a militância.

6.1.1. Os grandes feitos da geração revolucionária

Os depoimentos se referem ao envolvimento com o Movimento Estudantil em geral de forma nostálgica. Pelos amigos, pela situação de saída da família, entrada na universidade, as discussões intermináveis sobre política e os caminhos para o país se livrar do imperialismo. Sobretudo sobre o período de 64 a 68, a lembrança é agradável para quem recorda. Helena assim se lembra do ano de 1967, seu primeiro na Faculdade de Medicina, com alegria:

a nossa turma se organizava, 80% da turma participava, fazia cartaz, passava o dia no centro acadêmico. Aprendi a jogar sinuca, a gente ouvia música, então era uma coisa prazerosa, a gente ficava o dia todo na faculdade, o que dava dinheiro, namoro, né, tudo, era porque você ficava o dia todo [...] Quem sempre apoiava a gente lá era o Belchior, que era estudante de Medicina. A gente embaixo das mangueiras. Quando a gente ia estudar à noite, principalmente anatomia, o Belchior levava o violão... tinha uma música dele que levou anos para sair, eu ouvi quando eu já estava presa porque... Eu não sei por que demorou tanto, que é uma que fala do Oriente, num sei quê... Eu não me lembro o nome dessa música, e essa música a gente já tinha ouvido dele lá na Faculdade de Medicina, que ele tocava e tudo, lá embaixo das mangueiras, que era um local em que a gente chamava de “território livre das mangueiras”, que até hoje a gente não deixa ninguém cortar uma daquelas mangueiras, porque tem uma história, que fica ali no meio, ali no meio das mangueiras. (depoimento em 10 de março)

Apesar das várias linhas e disputas, os estudantes formavam um grupo unido que conseguia superar as divergências pontuais. Segundo Inocêncio:

a gente podia divergir muito, brigava muito, *mas na hora que se decidia, todos aderiam àquela decisão*, mesmo que não concordasse com ela integralmente; então se a gente marcava uma passeata, ia todo mundo; se a gente marcasse a greve, as pessoas podiam até não ter concordado, mas se a maioria tivesse determinado isso, aí seria cumprido. Então isso nos fazia, eh, as nossas mobilizações eram grandes, fortes. (depoimento em 26 de março de 2014)⁴³

A universidade era o grande espaço de socialização. Além de pertencer ao importante momento da vida dos entrevistados, que é a saída da família para entrar na *vida adulta*, na universidade se vive o momento pessoal de formação da identidade política e o lugar no mundo. Karl Mannheim (1982: 67-95) ao estudar a sociologia formal das gerações

⁴³ No mesmo sentido, Pedro fala sobre as decisões sobre a Residência Universitária: “a partir do momento em que era decidido aquele procedimento era radicalmente obedecido, não importa se nas residências iam trotskistas ou AP, não importa”. (Depoimento em 23 de maio de 2014)

define que além da co-presença é necessária “a participação no destino comum” (ibidem: 85-6) para a formação de uma identidade geracional. Há algo mais do que estar perto. Essa participação no destino comum compartilha os mesmo estímulos recebidos e os elabora da mesma forma⁴⁴, constituindo o que o autor chama de “unidades de geração”. A unidade de geração possui grandes semelhanças na consciência de seus membros e é “uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formadas por elas” (ibidem: 87).

A convivência e a similaridade compartilhada entre os nossos entrevistados cria o que Ricoeur (2010: 189) chama de **laço geracional**: a “participação não-reflexiva em um destino comum como pela participação real em intenções diretivas e tendências formadoras reconhecidas”. Dizendo de uma forma simples, os nossos interlocutores viveram as mesmas coisas e elaboram-nas de forma parecida. Eles formam, portanto, um grupo unido por valores e referências semelhantes. Os depoimentos são muito parecidos de maneira geral. Não apenas em suas falas, os ex-estudantes também se assemelham pela forma de se vestir, de se portar, pelo sotaque. Terem nascido em épocas parecidas, pertencerem à classe média que tinha acesso à universidade no Ceará na década de 60, ingressarem no Movimento Estudantil e a experiência de criminalização fazem dos depoentes da Comissão um grupo que, quanto mais em visão panorâmica, mais se assemelha.

Não apenas no aspecto cognitivo ou moral, como uma integração lógica e de valores da qual fala Durkheim (1996), os ex-estudantes formam inter-relações concretas com vínculos de amizade, familiares e matrimoniais. Estudaram nos mesmos colégios (São João, Castelo, Cearense, Liceu etc.), tendo sido colegas anteriormente à universidade muitas vezes. Alguns casados entre si (Helena Serra Azul e Chico Monteiro, João de Paula e Ruth Cavalcante, Manoel Fonseca e Iracema Serra Azul, Machado e Cacau, também irmã de Helena etc.) ou com relações familiares próximas (Rosa é irmã de Fonseca, Pedro Albuquerque é irmão de Mário Albuquerque). Muitos mantêm até hoje amizade e contato, e se referem nas suas falas sobre os encontros e conversas que tiveram entre si há pouco tempo, e citam companheiros em suas falas.

Um exemplo de proximidade que se estendeu daquela época até hoje são os encontros anuais para comemorações na data da anistia (Gonçalves, 2006: 126), o 28 de

⁴⁴ É possível que pessoas pertencentes à mesma realidade geracional (ter nascido na mesma época e no mesmo lugar, ou mesmo convivendo entre si), isto é, recebendo os mesmo estímulos sociais, elabore-os de maneiras distintas, formando assim o que Mannheim chama de “unidades geracionais” diferentes. Por exemplo, outros estudantes na UFC nos anos 60 podem ter formado outras personalidades e identidades, não pertencendo à unidade geracional dos ex-estudantes perseguidos pela ditadura civil-militar que estamos estudando (Mannheim, 1982: 87).

agosto, um espaço de construção comum da memória e de reafirmação do pertencer ao grupo dos *ex-perseguidos políticos*. Numa proposta de um conceito intermediário entre a “memória coletiva” de Halbwachs e a “memória individual” da fenomenologia, Ricoeur (2007: 141) fala de “uma faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros”, no que chama de memória do que são os **próximos**, como aqueles que **envelheceram juntos** e compartilham aprovações mútuas. Nesse sentido, os depoentes da Comissão incorporaram semelhantes formas de elaborar o passado no que diz respeito à crítica ao regime ditatorial e da importância pessoal e política do Movimento Estudantil. Gonçalves (2006: 193) diz que “o grupo que comumente se denomina de *anistiados, vítimas da ditadura, perseguidos políticos, ex-militantes, ex-presos, torturados*, é extremamente heterogêneo”, pelos diferentes extratos da sociedade abarcados nessas categorias, no entanto, neste estudo, quando delimitamos apenas nos estudantes universitários, podemos argumentar que, ao contrário, formam um grupo bastante homogêneo.

Há o aspecto de classe, como lembra Inocêncio:

nós, como éramos de classe média, conseguíamos nos mobilizar com mais facilidade, claro, então a gente tinha mais mobilidade, até porque nós éramos também de classe média. Na época a universidade era muito elitista, *né?* não tinha pobre na universidade. Raro.

Mas também uma proximidade mais profunda, aquela que se refere à formação de uma unidade geracional. Os ex-estudantes formam, então, um **grupo** com regras internas próprias e significados específicos. Como fala Honneth (2013: 62), é na vivência em grupo que as pessoas são capazes de se formarem como *eu*, pois é em relação umas com as outras que elas alcançam reconhecimento. Manter o grupo unido e elevar a sua importância retorna para o indivíduo na forma de reconhecimento, no sentimento de pertencimento e na autoestima. Nos depoimentos há momentos de valorização da própria geração e de seus feitos, e também o uso do momento para registrar as grandes façanhas pessoais. Como sujeitos que estão na luta por reconhecimento, os ex-estudantes procuram elevar a estima de seu próprio grupo e de si mesmos. O espaço obtido na Comissão, legitimado pela perseguição política sofrida, é um momento propício para se lutar por reconhecimento, de se valorizar enquanto pessoa e enquanto grupo. É o momento de mostrarem o quanto são valorosos e que merecem respeito e reconhecimento.

Uma satisfação trazida é ressaltar a importância social e política que o movimento trouxe. Pedro descreveu assim sua sensação de felicidade por ter feito parte do ME nos anos 60 e os ganhos conquistados pelos e para os estudantes:

[Nossas realizações] nas residências universitárias, todas as residências que estão aqui na Avenida da Universidade foram conquistadas dessa época. E tinha também residência na Carapinima, residência feminina. Foi na nossa época, foram conquistadas. *Eu gosto de passar aqui andando e fico emocionado*. Eu digo "puxa, nós construímos, deixamos essas coisas aqui". Essa residência aqui da Praça da Gentilândia foi da época do Castelo Branco, foi o Castelo Branco que construiu. Então essas residências nós conseguimos. (Depoimento em 23 de maio de 2014)

Essas conquistas estudantis devem ser valorizadas e respeitadas, foram frutos de muitas lutas, mesmo sob uma ditadura. Esses *feitos* só foram possíveis porque o Movimento Estudantil tinha o apoio da massa estudantil, apoio que foi conquistado por méritos políticos de seus membros e de seus princípios de atuação: o ME sabia ouvir as demandas, realizar os interesses estudantis e conquistar o respeito pelo desempenho acadêmico.

Como falou Helena Serra Azul acima, a grande maioria dos estudantes participava das mobilizações comandadas pelo ME. Edson relembra que grande parte da Farmácia estava unida com o ME. Geraldo Magela cita o grande trabalho de preparação para o vestibular feito pela AP na Agronomia, que tinha pelo menos 40 dos 70 alunos novatos ou nos quadros ou como área de influência em 1967. No *Caso Carcará*, no início de 67 na Medicina de que falamos no capítulo 5, quase toda a turma se manifestou contra o professor exageradamente exigente, e disso se discutia toda a estrutura educacional com a turma e a conjuntura política. Machado e Horácio citam a Física como um curso altamente politizado, no qual a maioria estudantil estava junto com as reivindicações do Movimento. Ou seja, os Centros Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes conquistaram os alunos, que participavam dos debates, socializaram em seus espaços, admiravam as lideranças e compareciam nos protestos. O saudoso ano de 68, protagonizado pelos estudantes na rua contra a polícia e a ditadura, só foi possível porque o ME contava com sua base: os estudantes em geral.

Como fala Rodrigo Motta (2014: 154), os militares de fato temiam as organizações estudantis, que cresciam de forma assustadora para eles. A motivação para o Decreto 477 era conseguir impedir o poder estudantil: “ninguém tinha muita coragem de falar alto com a gente porque a gente era muito organizado, então quando mexia com um era um fuzuê” (Walmick Vieira, depoimento em 23 de abril de 2014).

Os ex-estudantes por diversas vezes se remeteram a esse sucesso do ME no meio estudantil durante os anos 64 e 68. Foi muito falado o aspecto de preparação que eles tinham nas organizações:

E lá no PCdoB foi onde a gente aprendeu a ter *disciplina partidária* [...] aprendemos que tínhamos que ser um bom aluno para ser liderança. [...] Agora a gente foi preparado para ter disciplina, ser bom aluno, a grande coisa do PCB foi essa, a gente era assim. ***Os caras queriam preparar as lideranças, tanto intelectualmente, como com aquela firmeza partidária de disciplina.*** Tanto é que eu não gosto de chegar atrasado a canto nenhum. E até hoje eu tenho isso, dificilmente chego atrasado num canto. Se estou esperando por aquelas reuniões que ficam uma hora depois, aquele negócio do cara dizer “vamos marcar meia-hora antes para chegar... vamos marcar às 9:30 para chegar às 10h”, mando logo para a puta que pariu, ou marca na hora ou não marca. Vem desta época do PCB. (Edson Pereira, depoimento em 06 de março de 2014)

Como algo que advinha do Partidão, as futuras organizações mantinham esse princípio de os estudantes engajados no Movimento serem os melhores para obterem prestígio e serem reconhecidos como lideranças:

A gente tinha que ser bom aluno, porque você tinha que ser de fato representação de estudante, então, por exemplo, eu nunca tive uma reprovação no meu currículo, nunca, e além de ser bom aluno, a gente tinha uma relação muito boa não só com os estudantes, como com os professores (Helena Serra Azul, de AP, depoimento em 10 de março de 2014)

Eu entrava em qualquer sala de aula. Eu me lembro do André Haguette, que era aquela autoridade, ele dizia: “pode entrar, eu deixo, mas vamos pelo menos determinar o seu tempo.” ***Eu tinha uma aceitação dos professores, também porque eu fazia por onde, porque eu era uma boa aluna. Eu aliava a militância ao fato de também ser estudante.*** (Ruth Cavalcante, também de AP, sobre ter que se desdobrar com a atuação no ME e os estudos, depoimento em 03 de abril de 2014)

Prova do sucesso na formação disciplinar dos militantes, fala Horácio, é que “não é por acaso que você verifica que as pessoas que foram punidas, todas [elas], apontavam como possíveis profissionais bem-sucedidos e acabam se transformando logo depois em professores, em profissionais [bem sucedidos]” (Depoimento em 09 de junho de 2014). Outra herança da disciplina partidária do PCB era o aspecto inclusivo:

Nós, do DCE, tínhamos a educação lá do Partidão, que era a de que qualquer pessoa que se manifestasse simpática à democracia nós dizíamos “é um dos nossos”. ***Havia uma cultura da inclusão, e não da exclusão. Bastava que as pessoas tivessem um mínimo de simpatia, nós já as colocávamos ao nosso lado.*** Quem tem muito disso hoje em dia é o Tarcísio Leitão. Pra ele todo mundo é comunista [...] ***O partido era rigoroso no recrutamento, mas era aberto na capilaridade para os simpatizantes, os que marchavam na luta contra a ditadura.*** Aí a gente adotou uma questão muito importante, que não era o que marcava o movimento estudantil nessa época, que era ***o respeito às regras do jogo e aos procedimentos.*** Regra do jogo é o jogo

democrático. Eleição dos centros acadêmicos. Se a gente perdesse a eleição, não tinha problema: o importante era fortalecer institucionalmente o centro acadêmico. [...] ***E isso nos fortaleceu muito na Universidade, o respeito às regras do jogo*** (Pedro Albuquerque, depoimento em 23 de maio de 2014)

E, fundamentalmente, o de saber aliar a luta geral com a luta específica, a explicação mais recorrente entre os próprios estudantes e muitas vezes repetida. Essa explicação foi desenvolvida por João de Paula, presidente do DCE nos anos de 67 e 68:

há uma coisa que eu entendo que explica porque nós tivemos uma, eu diria, uma adesão tão massiva dos universitários do Ceará ao movimento contra a ditadura. É que o trabalho desenvolvido pelo DCE sempre combinou duas coisas: ***ele fazia a luta política por liberdade, e isso qualquer jovem tem a tendência de aderir a uma luta desse tipo, nenhum jovem se conforma com oposições, restrições, cerceamentos; então nós fazíamos essa luta política contra o regime mesmo, e aí era uma dimensão de uma contestação do regime, mas nunca deixamos de fazer, de ter atenção, de dedicar tempo, de dedicar energia ao trato das coisas que eram mais diretamente do interesse dos estudantes.*** [...] Eu, pessoalmente, vinha muito aqui na reitoria tratar com o Vice-Reitor de Assuntos Estudantis [...] questões que eram do interesse dos estudantes, que era aumentar o número de vagas nas residências, era a melhoria da alimentação, da qualidade do restaurante. Eram coisas que os estudantes sentiam muito proximamente. Então o movimento estudantil do Ceará nunca se descuidou disso: fazia a luta política geral, mas dizíamos assim: ***é combinar a luta geral com a luta específica***, tratar daquilo que são os interesses mais sentidos pelos estudantes e colocar isso dentro do contexto político geral. Então eu atribuo a força que nós tivemos aqui no nosso movimento a essa expressão que ele teve. (Depoimento em 04 de junho de 2014)

Mesmo que o PCdoB tenha surgido no Ceará como contraposição ao “pacifismo” e ao chamado “reformismo” do Partidão, o modo de operar do PCB permaneceu nos militantes que se moveram para o PCdoB. Valton, que disse ter praticamente fundado o PCdoB no Ceará junto com José Augusto Menezes, é um exemplo dos estudantes que eram do PCB e que depois migraram para o PCdoB mantendo a mesma postura. Assim ele descreve seu modo de atuar:

Eu era muito mais diplomata e capaz de lidar com as situações, fazendo sempre uma aproximação das pessoas sem tornar as pessoas, vamos dizer, criminosas: era meu inimigo político mas eu não considerava criminoso, nem eu atacava as pessoas de um modo truculento, e nunca tive isso. Daí porque certas pessoas dentro da universidade, mesmo tendo posição inteiramente contrária, tinha uma certa simpatia por mim, inclusive o reitor Martins Filho. ***O reitor várias vezes dizia assim "se todo comunista fosse assim, eu podia estar convivendo com esses comunistas"***, porque eu era firme nas minhas convicções, mas nunca agredia pessoalmente. (Depoimento em 04 de junho de 2014)

Apesar de ser um princípio também adotado pela AP, defendido por Helena Serra Azul e Mariano de Freitas, o vinculamento entre a luta específica e geral, de criticar a ditadura

e cuidar da refeição do Restaurante Universitário, é identificado com o PCdoB⁴⁵. Bráulio Ramalho (2002) elenca três razões para o ME ter granjeado o apoio maciço dos estudantes: a questão moral (administração democrática da qual Pedro falou, credibilidade, prestígio), a questão cultural (Grupo Cactus de teatro, o GRUTA) e a questão da hegemonia, a razão mais importante. Nesse último aspecto, Ramalho argumenta que o sucesso do ME cearense se deve à dominância do PCdoB, que por sua vez mantinha os valores do PCB (no restante do país o PCdoB era sectário). Além da “união das questões específicas com as gerais”, o ME sentava no Restaurante Universitário com os estudantes (ibidem: 173) e negociava com as outras forças, inclusive com os opositores (a polícia, por exemplo, nos dias de protesto). Tinha, portanto, grande apreço pela negociação e pela inclusão. Os militantes do PCdoB que alcançaram a liderança do ME eram mais experientes, melhores alunos e mais carismáticos (ibidem: 180), na definição do autor. Ou seja, para Bráulio Ramalho, o ME cearense deve a relevância obtida no meio estudantil, nos protestos de rua e no Congresso de Ibiúna à hegemonia do PCdoB, partido ao qual o próprio autor fazia parte nos anos 60.

Mas a AP e os trotskistas, ou TT's, também têm lembranças que reforcem a memória gloriosa de suas organizações. Horácio Frota fala que “na Ação Popular nós nos caracterizávamos por passeata com qualquer coisa, tinha que fazer [risos], tinha que sair uma passeata” (Depoimento em 09 de junho de 2014), e Helena Serra Azul lembra-se de seu falecido esposo, o Chico Passeata, que sempre organizava e puxava protestos pela cidade, nos ônibus e nas praças, nos “protestos relâmpagos”. Outra ação merecedora de lembrança por parte da AP eram os trabalhos populares, sobretudo o Movimento de Educação de Base, com base no Método Paulo Freire, do qual foi fundamental para a trajetória de Ruth Cavalcante, Oswald Barroso e Lincoln Moraes, todos futuros militantes da Ação Popular. Outro destaque da AP foi o chamado “pessoal do Mariano” no curso de Medicina, dos quais Helena e Manoel Fonseca depuseram na Comissão.

Apenas Lourival Aguiar, o Zito, e Inocêncio Uchoa foram entrevistados pela Comissão advindos do trotskismo. Por um dos destaques dos TT's ser no movimento secundarista, não foram muitos os que depuseram à Comissão. Também tive a oportunidade

⁴⁵ Assim disse Francis Vale: “Os estudantes desempenhavam um papel muito importante na luta ideológica indo pra rua, denunciando [... e nos perguntávamos:] “Como é que nós vamos ganhar os estudantes?”, *porque a grande divergência que a gente tinha com os trotskistas e com o pessoal da AP é porque eles queriam jogar a política na frente: “Vamos lutar contra o imperialismo!” e nós [do PCdoB]: “Pera aí.”* A gente pra mobilizar esse pessoal aí a gente precisa falar coisas que mexam com eles. Então a gente começou um processo lá a faculdade de como estão os bebedouros e tal. *Essas coisinhas que antes ninguém ligava, que só queriam saber de política.* É o bebedouro, é a falta de giz, os probleminhas básicos da universidade. Começamos a mexer com isso aí.” (Depoimento em 09 de junho de 2014)

de conversar com o principal líder trotskista, Arlindo Soares, por e-mail, pois ele mora na cidade de Recife. Inocêncio destacou sua eleição para o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua do Direito, com ampla maioria, no ano de 68 com a chapa Aliança Operária-Estudantil-Camponesa. Zito se deteve longamente sobre a retomada da representação estudantil secundarista, o CESC, da mão do interventor. Junto com Arlindo, Zito e os TT's retomaram o CESC e realizaram o primeiro Congresso da entidade sob a ditadura. Em seu e-mail resposta, Arlindo contou sobre essa façanha:

Os militares haviam colocado uma Junta Interventora no CESC, mas não se deram ao trabalho de mudar os estatutos. Então aproveitamos a brecha estatutária e conseguimos derrubar os interventores dentro da legalidade através de um Congresso convocado por dois terços dos Grêmios filiados. *Passados tantos anos ainda me surpreendo como – um grupo de jovens entre 15/17 anos - teve a capacidade de vencer os meandros burocráticos e a vigilância dos militares e demais órgãos de segurança.* Na segunda gestão desse grupo, liderada por Nanci Lourenço Fernandes, o discurso do CESC radicalizou-se bastante incorporando palavras de ordem mais fortes contra a ditadura, pela liberdade de expressão, contra o imperialismo e de apoio a lutas dos vietnamitas, e outras.

Porém, o momento mais importante dos TT's foi a eleição para o DCE de 68. Grupo minoritário, tido como radical e instável (sequer tinham uma sigla própria), taxado de sectário e estar sempre em disputa interna, gerando diversos rachas, o grupo dos trotskistas não ameaçavam a hegemonia do PCdoB que se estabelecia desde a gestão de Homero Castelo Branco no DCE, em 66. A 4ª Internacional se limitava às faculdades de Administração e de Direito. Mesmo assim, nas eleições de 68 que concorriam as três principais forças (José Genoíno pelo PCdoB, Mariano de Freitas pela AP e Arlindo Soares pelos trotskistas), Arlindo Soares e Zito se sentiram como vencedores apesar do resultado:

Eu acho que a gente perdeu, mas a gente perdeu, digamos assim, com honra. Porque a gente qualificou o debate, realmente foi muito bom etc. Mas nós ficamos satisfeitos com o Genoíno ter ganhado, porque era uma força hegemônica, era o pessoal que estava mais preparado, digamos assim, para dirigir. *Se nós, trotskistas, tivéssemos pegado, o pau tinha cantado mais cedo, mais ligeiro, a gente tinha apanhado muito mais e talvez tinha se liquidado mais cedo. Porque a gente ia pra cima, aí era só o que eles queriam mesmo.* Eles iam liquidar, quanto mais a gente fosse pra cima, mais ligeiro eles iam lascar a gente porque eram muito mais fortes. (Lourival Aguiar, depoimento em 12 de março de 2014)

Mesmo que tenha sido derrotado, Arlindo saiu de cabeça erguida. Aliás, para Zito, a derrota foi positiva, porque os trotskistas eram os mais “combativos”. Arlindo Soares em sua resposta por e-mail reforçou o quanto foi importante para a universidade essa eleição, mobilizando a massa estudantil e trazendo para o debate questões globais, tais como a Guerra

do Vietnam e se existia ou não “burguesia nacional” no Brasil. Se para os trotskistas as eleições foram gloriosas, o auge, para o PCdoB, embora tenha vencido, foi um momento de mudança de princípio e de atuação, permeado de autocrítica de que falaremos mais a frente, pois se abandonava a possibilidade de luta dentro da legalidade.

Disciplinados, engajados, preocupados com as questões locais e gerais, respeitados pelos outros estudantes: assim são descritos os estudantes que estavam engajados no ME na oposição à ditadura. Essa valorização do Movimento está inserida na exaltação maior que é a geração dos anos 60, na ideia da geração que quis revolucionar e mudar o mundo. As qualidades positivas dos militantes das organizações clandestinas se ampliam para a geração que não “aguentava calada” as injustiças e enfrentava os “poderosos”. Ruth se refere à sua geração: ***“Nós fomos de uma geração que a gente queria mudar a humanidade. Olha só como nós éramos ousados: nós queríamos mudar o jeito da humanidade ser. Então era ousado demais o nosso projeto, o nosso sonho”***.

Também houve a comparação da “geração sonhadora” com as que lhe sucederam:

eu acho que foi uma geração que sonhou, que quis fazer muito e deu um sentido a sua vida e que tem que manter essa esperança viva e forte, coisa que eu não vejo muito nas gerações atuais. Vejo as pessoas meio acomodadas, desesperançadas, não tem saída, não tem nada, e a gente tem que continuar. Foi uma geração que, apesar de ter sofrido, mas que viveu intensamente, fortemente, e que acreditava muito na vida. [...] [sobre um amigo que lhe questionou se lhe chateava não fazer sucesso com suas obras teatrais] Mas eu nunca quis isso [sucesso comercial]! Não era isso que eu queria, eu queria uma coisa maior, eu queria transformar o mundo, eu não queria me projetar, não era essa a missão da gente, a missão da gente era maior, era transformar o mundo. Se fosse só isso, projetar meu nome, eu não tinha nem ficado no Ceará. Ia ter feito outra coisa. O projeto não era se realizar profissionalmente, não era esse o projeto. (Oswald Barroso, depoimento em 24 de junho de 2014)

A perda desses valores que a geração possuía, para Rosa, está intimamente ligada para as mudanças que o regime realizou na universidade, no sentido de torná-la tecnocrata:

na época de 68, e me coloco como da geração de 68 porque nós participamos ativamente daquele período, havia ainda essa ideia do compromisso com a transformação, com as pessoas, com a sociedade, então a universidade voltada para responder aos desafios colocados pela sociedade. E depois passou essa coisa dessa individualização, a formação profissional, a vida acadêmica relacionada com esse produtivismo, que só ascende quem fizer tantos cursos, trabalhos, artigos. A universidade perdeu quase que totalmente o pensamento crítico, e de responder às questões da vida, enfim. (Rosa da Fonseca)

Além de valores merecedores de prestígio, a geração a qual os estudantes pertencem se tornou também uma raridade, algo que se perdeu. Ao final dos depoimentos, quando perguntados sobre os prejuízos decorrentes da ditadura na universidade e para si

próprios, por diversas vezes foi falado do impedimento dessa geração de atuar politicamente, como um grande prejuízo para o país essa geração ter sido perseguida, pois nunca mais se *produziu* homens e mulheres movidos por esses ideais. Nesse sentido, no estudo dos pedidos na Comissão de Anistia, Gonçalves (2006: 118) fala sobre o aspecto estratégico que remetia ao *idealismo* usado para conquistar o direito à indenização: “quando se referem às lutas [...] fazem questão de lembra o fato de que eles lutavam por uma sociedade mais *justa, fraterna e solidária*. Esses três adjetivos estão muito presentes, ressaltados em vários relatos, principalmente daqueles que tinham militância partidária”.

É observado nos trabalhos sobre a “resistência” o reforço da ideia de que foi uma geração que lutava pelos seus “sonhos” e por uma sociedade “melhor”. Por exemplo, Vasconcelos (1997: 91-92) põe como central no engajamento político a ideia de *sonho*, que inclusive é a ideia base de uma das suas categorias de análise, a da memória heróica. Era o sonho que mantinha os militantes na luta mesmo sob um Estado de Exceção e na condição de clandestinidade. E esse sonho que mantinha os militantes na luta era materializado na figura dos heróis. Não apenas durante a ditadura, ainda no presente os militantes se mantêm juntos e resistindo contra o esquecimento pelo “sonho” e pela memória dos heróis para Vasconcelos. A tese de Vasconcelos é de que as memórias de luta persistem pela sobrevivência desses valores associados com entrega, coragem e o desejo de uma sociedade melhor.

Não apenas Vasconcelos (1997), mas outros trabalhos, como o de Farias (2007) em diversos momentos e de Rozowykwiat (2014: 23), que fala em “jovens idealistas”, reforçam a ideia dos sonhos e do idealismo. Essa versão também se encontra nos livros de memórias de Mariano Freitas (2001) e de Silvio Mota (2009). Explicar a luta dos jovens, mais especificamente dos estudantes, por conta dos “sonhos” é partilhar a narrativa da geração movida por “ideais maiores”, ou, em outras palavras, é concordar com os ex-perseguidos sobre o reconhecimento que se deve ter com a geração que ousou lutar contra a ditadura. A ideia de “sonho” fortalece o orgulho e a autoestima de nossos interlocutores, por possuírem os valores escassos de lutar por utopias.

Elevar a luta estudantil ao patamar de “idealista” pode demonstrar a sedução pela narrativa de nossos interlocutores ou, por outro lado, se desdobrar na crítica a essa geração como inocente, iludida e imatura. Tanto a valorização daqueles que sofreram perseguição quanto a imagem “festiva” e “infantil” do engajamento estudantil derivam desse pensamento “idealista” da luta. Um deslumbramento com o “mudar o mundo”. Este trabalho tenta outro caminho. A ideia do “sonho” e “geração revolucionária” surge, portanto, como valorização da identidade geracional na luta por reconhecimento nos depoimentos, e não como uma

explicação em si. Enfim, para fins de análise, a narrativa dos “sonhos” está inserida na luta por autoestima e respeito para o grupo identitário dos estudantes ao mesmo tempo que desresponsabiliza e aloca os ex-estudantes no lugar de “ingênuos” e “encantados” pela luta política.

6.1.2. As façanhas pessoais: o heroísmo

No subcapítulo anterior nos detivemos na valorização dos ex-estudantes em seu aspecto de grupo geracional e político, no qual são intensificados os laços em comum e o pertencimento a um grupo identitário. Contudo, os depoimentos eram espaços também para se lutar por reconhecimento por virtudes pessoais e para se obter estima e valorização para si. Era o momento de deixar registradas as realizações, algumas incríveis e outras discretas, mas sempre dignas de inscrição. Em algumas ocasiões, mesmo que se tratasse de méritos pessoais, isso também servia com exaltação de toda a geração que participou no combate à ditadura ou da organização pertencente, sendo os “grandes heróis” o maior exemplo disso.

A situação do depoimento era propícia para uma narrativa gloriosa do próprio passado e de seus companheiros de militância. Na luta por reconhecimento, os depoentes ressaltaram o valor de entrega, de coragem, de engajamento e de resistência. Algumas dessas narrativas se tornaram conhecimento comum e se repetiram em diferentes depoimentos, outras são mais íntimas e estão ligadas ao processo de compor para si mesmo uma boa memória, agradável para si e prazerosa de relembrar (Thomsom, 1997). Eram mobilizados sentimentos de alegria pelas façanhas e de orgulho, como, por exemplo, de ter resistido à tortura ou se manter na luta apesar das desvantagens práticas. Muitas dessas lembranças compõem o lugar comum da memória de nossos informantes, principalmente as que se referem ao momento de crescimento da mobilização estudantil: as grandes passeatas, enfrentamentos com a polícia e a participação dos estudantes da universidade. Porém, é depois do AI-5 que os feitos coletivos dão lugar para as atuações individuais.

Um desses momentos cercados de entusiasmo foi a fuga de Ruth Cavalcante do Hospital Militar em abril de 1969. Ela havia tentado fugir desde o primeiro dia, em dezembro de 68, mas acabou identificada por um policial na porta do Quartel em que foi detida: “Isso [a primeira tentativa frustrada] me deu a ideia de arquitetar uma fuga - não vou ficar! Desde o primeiro dia certa que os dias que eu passasse ali [seriam] iguais a *Papillion*, que fugiu várias vezes”. Pensando nos detalhes, Ruth Cavalcante começou a oferecer aulas para as enfermeiras e se aproximar dos policiais que a vigiavam no Hospital com o propósito de se aproximar e

pedir mais privacidade nas suas visitas familiares. Assim falava para os policiais: “olha, é muito inconveniente a minha família vir me visitar e eu não poder falar assuntos íntimos de mulher e vocês pregados na porta. Fique passeando aí, qual o perigo se eu tô aqui dentro? Nenhum”.

no começo eles olhavam tudo, mas depois não. Então eu comecei a mandar minhas roupas para serem lavadas em casa, para não pegar doenças (“não quero que minha roupa seja lavada no hospital por medo de doença”), e minhas irmãs traziam a minha roupa de casa. Li muito, li tudo de *Papillon* para me inspirar, li tudo o que era de Graciliano Ramos, “Memórias do Cárcere”, li tudo o que quis dentro da prisão. [...] *Eu criei uma rotina. O pior da prisão é a monotonia, de tudo do mesmo jeito. Tinha hora de fazer ginástica, de ler, de escrever, de lavar o banheiro, eu lavava azulejo, por azulejo – o diretor dizia “você vai mudar de quarto porque eu nunca vi um banheiro mais limpo”. Eu criava uma situação dentro da prisão para não entrar em depressão por causa do isolamento. Sozinha.* Eu tinha somente a hora da visita de quatro às cinco [...] E as irmãs do colégio Imaculada começaram a me visitar e era a qualquer hora, pelo fato delas serem freiras elas vinham de qualquer hora, de manhã, meio-dia, à tarde. Eu pensei em sair na hora das freiras, porque se fosse na hora da visita oficial eu ia chamar muita atenção, eu iria comprometer os outros.

O plano se desenhava. Sozinha, Ruth Cavalcante elaborou uma rotina de resistência diante da monotonia da prisão e se preparava para fugir, tal como Henri Charrière, o lendário *Papillon*, que fugira da Ilha do Diabo. O modelo de hábito de freira foi disponibilizado pela irmã Elizabeth do Colégio Imaculada e a peruca castanha estava preparada para esconder os cabelos loiros que chamavam atenção. Porém, o plano teve que ser acelerado porque o seu advogado tinha informações de que Ruth seria enviada para São Paulo, o que seria perigoso para ela devido à estrutura repressiva que existia na capital paulista. Como falou Ruth, não tinha problema em adiantar a fuga, já estava tudo pronto.

Qual era o plano? Era que a Neuma (minha irmã que é do meu tamanho, só que ela é morena) entraria com a roupa, a peruca e uns óculos bem grande para cobrir parte do rosto, de saia, porque eu passava o tempo todo de calça comprida (de saia a pessoa fica muito diferente), e ela traria a roupa e traria a roupa para ela trocar na sacola, porque ela trazia mesmo a minha roupa lavada na sacola e ninguém desconfiaria disso. Então ela entrou ladeada pelo Fonseca e pelo Oswald Barroso, que eram do partido e que se prontificaram a correr esse risco comigo. Então ela entrou e deixou a carteira de identidade lá, porque tinha que deixar, subiram os três e minhas irmãs já estavam lá. Eu entrei no banheiro para trocar a roupa e a Neuma também. *Eu tinha criado uma sistemática de que todo dia que terminava a visita eu ia tomar banho.* Os soldados diziam: “mas a senhora no lugar de tomar banho para receber as visitas, toma é depois?”, “não, é porque eu fico muito excitada, com muito calor, e prefiro tomar banho.” *Mas isso era parte do plano, porque ele foi minuciosamente pensado.* Então quando a gente trocou de roupa, eu liguei o chuveiro e tranquei a porta e peguei a chave, para dar mais tempo enquanto eu saía. Aí eu saí. *Nisso os soldados não ficavam mais na porta, porque eu tinha pedido para eles ficarem passeando.* [...] a gente tinha que sair exatamente às cinco horas, porque era a hora

que os visitantes iam saindo e saía aquele “bolo” de gente, não sabia quem era visita dos doentes, quem era visita minha, ia muita gente visitar. (Ruth Cavalcante)

A fuga funcionou como tinha sido prevista. Libertada da prisão, Ruth passa um período escondida em um sítio, vai para Recife e, depois, é chamada pelo partido para ir a São Paulo articular a Comissão Nacional da Ação Popular. Segundo ela, foi por conta do reconhecimento obtido pela fuga, que havia se tornado assunto de jornais pelo país, que lhe indicaram para atuar nessa importante, porém arriscada, função já no período de grande repressão do governo Médici.

A entrevistada fez questão de destacar as suas qualidades: a engenhosidade, a coragem e a sapiência de manipular os policiais e o sistema de segurança. A fuga de Ruth Cavalcante é exemplar: foi motivada por uma prisão injusta, durante a sua aula nos Institutos Básicos, e racionalmente arquitetada para nada de imprevisto ocorresse. Além disso, fez os policiais parecerem idiotas: a capa do jornal do dia seguinte era “Subversiva foge da prisão ao som de Jerry Adriani”. Sua fuga é paradigmática porque se desenrolou de modo como deveria ter sido todas as ações de um militante na luta contra a ditadura: inteligente, astuta, planejada, justa e bem-sucedida. Sua história de fuga ocupa um lugar prestigioso na memória sobre os “Anos de Chumbo” no estado do Ceará, ela pertence à narrativa de heroísmo de quem se engajou na luta contra a ditadura. Ela está no rol das “boas histórias”, aquelas que são boas de lembrar e repetir, mesmo que todos já saibam.

Outro momento “bom de contar” foi quando, em 71, Rosa da Fonseca foi convidada para um debate na condição de representante do Conselho Universitário (como falamos, esse era um dos poucos canais que restavam para mobilização estudantil depois do AI-5 e do Decreto 477) com o então ministro da educação, Jarbas Passarinho: “como eu não era muito conhecida, justamente porque quando entrei na universidade já em 69 e participava dessas atividades, mas não na linha de frente, eu não era identificada pelos órgãos de repressão” (Rosa da Fonseca, depoimento em 16 de maio de 2014). O ministro vinha para o Ceará lançar as diretrizes do que viria a ser a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e viu nessa ocasião uma possibilidade de mostrar que o regime, apesar das crescentes críticas internacionais acerca de suas violações de direitos humanos, ainda dialogava com a população, sobretudo com os estudantes e professores.

Convidada a participar num debate na televisão ao vivo com o ministro da educação, Rosa dialogou com o DCE que persistia na clandestinidade e com os estudantes sobre se participaria ou não do debate e, se sim, o que os estudantes gostariam que fosse colocado ao ministro.

*Nós saímos para fazer assembleia de tudo quanto era curso, “nós vamos fazer porque o ministro vem, nós temos que apresentar as reivindicações e tal”. Lembro até de uma assembleia da veterinária da UECE, na época já funcionava onde é hoje o Itaperi. Nós levantamos uma série de questões [...] **A gente fez essa movimentação, foi um rebuliço na universidade, eu anotei todos os pontos e fui [para o debate].** Chegamos lá eu, a Norminha e o Bosco me acompanhando. Havia um estúdio, um auditório com uma arquibancada. Me lembro muito da cara do Valter Cantídio, que era o reitor, sentado bem no primeiro batente da arquibancada e batendo palma desesperadamente para o ministro [riso]. (Rosa da Fonseca)*

No debate, estavam presentes um representante dos estudantes secundaristas, a Rosa como representante dos universitários, um representante dos professores e o ministro. Autoridades na plateia, um ministro de Estado e ao vivo na maior emissora do Ceará, a Verdes Mares. Rosa narrou como foi o debate:

Ele falou, falou, falou, falou, falou, fez a propaganda do que o governo estava fazendo aquilo, *aquilo outro* pela universidade e que ficavam falando da universidade “mas há o diálogo”, resumindo, “tanto é que temos aqui essa jovem representante dos estudantes que vai aqui dialogar conosco” tal, tal, tal. ***Eu sei que falou e quando ele passou a palavra pra mim, a primeira coisa que eu disse foi “em primeiro lugar, seu ministro, eu quero dizer que eu não me sinto representante dos estudantes”, “por quê?”, “porque os nossos representantes muitos estão presos, outros na clandestinidade, perseguidos, os nossos centros acadêmicos fechados”.*** Aí eles começaram a ver que o negócio não tinha dado certo [risos]. Aí fui falando, falando [...] todos os problemas da universidade, lembro que faltava mercúrio cromo na faculdade de medicina, porque na época ainda se utilizava mercúrio cromo. ***E eu ia falando e ele ia se exasperando e querendo gritar e querendo se meter e eu dizia “calma, seu ministro, o senhor não falou e eu lhe ouvi? Então agora me escute”.*** Aí ‘puf, puf, puf’. Inclusive o senhor falou que resolveu o problema dos excedentes na universidade: o senhor não resolveu, vocês mudaram o critério, a quantidade de vagas continua a mesma”. E falou das verbas, na época era 4% pra a educação e 40% pra as forças armadas, aí eu coloquei isso. ***E ele sempre querendo se meter, muito impaciente, se levantava e eu mandava ele se acalmar,*** o certo é que ele perdeu a cabeça quando eu falei da história da fossa, que tinha uma fossa aberta ali em frente ao restaurante universitário e já era ali onde é hoje, em 71. Não lembro o ano em que mudou pra lá. E ali na parte da frente tinha uma fossa aberta e borbulhava, e a gente ficava indo ao reitor Valter Cantídio para consertar e ele dizia que não consertava porque não tinha verba. Aí eu fui dizer isso: “tanto é que tem uma fossa aberta em frente ao restaurante universitário e o reitor disse...”. Aí ele perdeu a cabeça: “eu tenho lá nada a ver com fossa, eu sou ministro da educação”. Eu disse: “sim, eu estou dando um exemplo, não estou dizendo que o senhor vai resolver a fossa não, mas o reitor tá dizendo que não resolve por causa disso”. ***Sei que ele foi perdendo a cabeça e eu terminei dizendo: “e se o senhor quer realmente se encontrar com os estudantes, tem uma assembleia hoje à tarde lá na engenharia (exatamente no pátio ali onde hoje é a cantina) e o senhor pode ir lá e conversar diretamente com os estudantes”.*** “Você está pensando o quê? Vocês vão jogar casca de banana em mim, vão me chamar de gorila!” [risos]. Ele perdeu completamente a cabeça, e o pobre do Nazareno Albuquerque, que estava coordenando o debate, ficou branco, amarelo, toda cor, e olhava pra mim, e fazia gesto como mandando me calar. Terminou nisso. Ainda viemos à reitoria, para uma reunião do Conselho Universitário com o ministro e tal, e aquele clima pesadíssimo, polícia federal pra todo lado e o pessoal até com medo de se aproximar de mim. (Rosa da Fonseca)

Desafiar um ministro no auge da perseguição política ditatorial é um ato de coragem. O debate de Rosa é uma narrativa respeitável e valorosa porque traz o militante como alguém capaz de exercer um ato político mesmo que suas consequências sejam danosas para si. Depois do debate, de fato, Rosa foi presa, torturada, enquadrada pelo Decreto 477 que lhe expulsou sumariamente da universidade e foi espancada por três dias sem parar. Num ato inesperado para o regime, Rosa escancarou as verdades que a repressão política escondia por meio de censuras, ameaças, prisões e morte. Desconcertou um ministro ao vivo, ao mesmo tempo em que fazia o reitor ficar desesperado com a situação. Eudes Baima, professor que compunha a Comissão e mais jovem que Rosa, comenta que era criança durante o episódio e que aquilo causou grande repercussão, tendo lhe ficado na memória a situação.

A inteligência e astúcia de Ruth e a coragem e bravura de Rosa compõem o que chamamos de “façanhas pessoais” que extrapolam seus limites e se tornam motivo de orgulho para todo o grupo que compartilha a identidade e a memória de ter lutado contra a ditadura. São histórias já conhecidas e divulgadas, mas que permanecem sendo contadas e reforçadas pela valorização que faz para os jovens que enfrentaram o regime.

Para Vasconcelos (2000: 110), são “os atos de heroísmo, articulados aos sonhos coletivos construídos pela esquerda brasileira”, que mantêm viva a memória dos ex-presos políticos apesar do esforço de esquecimento exercido pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, é fundamental que se perpetue a memória e os atos dos “heróis”. Marighella é um exemplo disso:

Marighella transforma-se rapidamente num mito para a esquerda. Encarnava a resistência, a coragem, a valentia e encantava, principalmente quando se tinha a possibilidade de definir caminhos que fossem mais apropriados para um novo projeto de humanidade (ibidem).

As mortes de Carlos Marighella e Carlos Lamarca resultaram na “consciência da derrota” do projeto revolucionário naquele momento de grande perseguição. Contudo, não era uma derrota permanente, não era o fim da guerra. Suas mortes mostravam que a revolução não era mais possível naquele contexto de crescimento da repressão e isolamento das organizações clandestinas, mas, pelos seus atos e pelas suas posturas diante do mundo e da

opressão⁴⁶, eles mantinham vivo o sonho de uma sociedade diferente⁴⁷. Ou seja, não sendo mais possível fazer a revolução imediatamente, era preciso manter a memória dos heróis para não se perder o sonho. Nessa perspectiva, o verdadeiro herói é aquele que morreu nas mãos da repressão política, porque ao sacrificar a vida pela causa revolucionária adquiriu o “passaporte para entrar na história” como um exemplo a ser seguido. Marighella e Lamarca são figuras inspiradoras para aqueles que pertencem à comunidade de memória dos que militaram contra a ditadura.

Outras personalidades que aglutinam a memória sobre o regime são os desaparecidos: opositores políticos do regime que não tiveram um paradeiro conhecido. Na gradação de valores estudada por Gonçalves (2006: 195), o desaparecido político é sagrado, sendo aquele que ocupa o lugar de maior respeito e honrarias. A morte no contexto de forte repressão, no enfrentamento de uma máquina estatal muito mais poderosa do que as organizações, é o ápice de reconhecimento que se pode alcançar nessa comunidade de memória:

O significado da morte de alguns militantes considerados unanimemente como símbolos da resistência [...] é uma construção, pois os militantes por mais firmes que estejam na defesa dos chamados “ideais revolucionários”, por mais que arrisquem a vida como prova do seu empenho na “luta contra a ditadura”; só se transformaram verdadeiramente em “heróis” no momento em que foram mortos pela repressão (Vasconcelos, 1997: 49)

No limite, só o militante morto ou desaparecido se completou como revolucionário.

Bergson Gurjão Farias está neste lugar sagrado. Injustamente agredido durante o “Massacre da José de Alencar”, torna-se vice-presidente do DCE na chapa de José Genoíno em 1968, tem a prisão decretada no Congresso de Ibiúna a revelia e é processado pelo decreto 477, sendo expulso da universidade. Sem alternativa além da clandestinidade, é um dos participantes da Guerrilha do Araguaia em 1974 e uma de suas primeiras vítimas. Há poucos

⁴⁶ Marighella foi preso logo após o golpe de 64, dentro de um cinema carioca. Magalhães (2012) descreve que foram precisos vários policiais para prendê-lo, mesmo já baleado. Depois de solto pela polícia (que não tinha qualquer mandato judicial para a prisão), Marighella escreve o livro “Por que resisti à prisão”, que aconselhava ao prisioneiro político a como se comportar na situação de interrogatório e tortura, de modo a não dar nenhuma informação importante à polícia. Cecil Borer, agente do DOPS responsável pela prisão de Marighella, disse aos seus comandados nos preparativos da ação no cinema para tomarem cuidado, porque ele era “valente”.

⁴⁷ “Então, acho que a maior atitude ou homenagem que nós podemos fazer a todos os companheiros que realmente tombaram e que não podem estar aqui dando esse depoimento é realmente dimensionar essa crítica categorial ao capitalismo e construirmos um movimento social para romper com essa lógica e construir essa nova relação social, que a gente diz que é a emancipação humana. Todos continuam presentes na nossa luta.” (Rosa da Fonseca)

anos se tornou o primeiro desaparecido do Araguaia a ser reconhecido por DNA (Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/05/2009). Depois de agredido no “Massacre”, Bergson passou por uma “escalada” revolucionária de acordo com Lourival Aguiar:

O Bergson ficou tão indignado com aquilo que ele começou a adquirir uma consciência maior, e aí foi ligeiro. A cada mês ele adquiria uma consciência maior. ***De forma que, em menos de um ano, o Bergson virou um militante disciplinado, já preparado para a guerrilha. Uma coisa assim: um foguete. Ele, um filhinho de papai, que só jogava basquete, gente boa, mas virou um revolucionário assim em um ano.*** (Depoimento em 12 de março)

Nele estão todos os pontos que criam a imagem do herói dos estudantes: a liderança no movimento estudantil, a prisão ilegal, a permanência da luta na clandestinidade, a ida para a guerrilha e a morte cruel nas mãos da repressão enquanto pegava em armas. Sua radicalização é fruto da truculência policial, justificando a sua ida para a guerrilha como única opção possível, e não por um “espírito violento” ou terrorista, como a ditadura tentou fazer acreditar. Bergson também sintetiza os crimes do regime militar, que desperdiçou jovens talentosos que não tiveram outra opção senão lutar contra sua ditadura com armas. Se “o crime aproxima as consciências honestas e as concentra” (Durkheim, 2010: 75), Bergson é constantemente lembrado e atualizado como fator de pertencimento à *memória da resistência* no Ceará. No seu relatório final, enviado para a CNV, a Comissão da Verdade das Universidades do Ceará escolheu o caso de Bergson para exemplificar a repressão no estado, confirmando a formação ideal típica de seu caso.

Maia Júnior (2008: 131) fala de Bergson como o “militante ausente”: constantemente lembrado e trazido nas falas. Homenageado nos encontros anuais de anistiados políticos e figura maior dos estudantes que militaram contra a ditadura no Ceará, é a biografia de Bergson que abre a tese de Vasconcelos (1997), com uma emocionada descrição de Rita de Araújo Marques:

Olha como ele era lindo – mostra o retrato do Bergson. Ele era muito inteligente, alegrava todo mundo. Quando ele se ausentava, era como se tudo escurecesse. Quando ele assobiava, era como se o mundo clareasse. [...] Ele era uma pessoa muito boa, sensível, equilibrada, carinhosa, amorosa, séria, comprometida até aquele cabelinho louro que ele tinha clarinho. (*apud* Vasconcelos, 1997: 17-8)

Bergson ocupa esse lugar ideal do que foi a *luta contra a ditadura*. Porém, ele é um caso limite. Os depoentes da Comissão estão vivos, não foram ao limite de pôr a própria vida à causa revolucionária. Contudo, houve uma busca de distribuição desse valor heroico pelos depoentes, que buscavam correspondências de si com os exemplos ideais de Marighella

e Bergson, por exemplo. Nas palavras de Vasconcelos, é “o discurso heroico do militante que supervaloriza todos os atos, como se quisesse recompensar a si mesmo pelos seus feitos memoráveis” (ibid, 2000: 112).

Ter permanecido na luta depois do AI-5 e entrado na clandestinidade é uma forma de sacrifício que busca reconhecimento. Seria mais fácil simplesmente abandonar a luta política. As prisões sucessivas e as dificuldades de articular um combate ao regime levaram à militância durante o ápice da perseguição política, entre 1969 a 1976, a se transformar num **compromisso moral** ao invés de um ato político (Ridenti, 2010: 362-3). A tática e a estratégia deram lugar para a sobrevivência, a resistência e a cobrança moral.

Numa guerra cada vez mais perdida, os militantes que persistiram na clandestinidade se isolavam e se preocupavam cada vez menos com a macroestrutura ditatorial e se voltavam para um inimigo personalizado em agentes da repressão e traidores (ibidem: 273). A revolução e a “vitória” na guerra foram postas de lado. Não era mais pelo propósito de transformar a sociedade, mas sim honrar os companheiros mortos e pela “honra” revolucionária. Porém, apesar de todo o risco de morte e sofrimento, de uma entrega não mais por uma causa, mas pela dívida moral com os companheiros que foram vitimados, Ridenti (ibidem: 260) diz que vários dos militantes da luta armada desse período afirmaram que aqueles anos foram “os anos mais felizes de minha vida”.

Então, olhando para trás, a constatação é que valeu ter participado do movimento que ocorreu aqui dentro dessa universidade de ter feito parte da oposição à tentativa de cercear a vida universitária em sua plenitude, valeu muito a pena... Como sempre vale a pena você se opor a qualquer tipo de opressão. (João de Paula, depoimento em 04 de junho de 2014)

Mesmo que não seja possível se equiparar com esses heróis dos quais falamos, que são quase mitos para a memória do período, os nossos informantes também fizeram atos de coragem que lhe orgulhavam. Um momento de valorização de si é ter resistido às torturas físicas e psicológicas durante os interrogatórios e não ter fornecido nenhuma informação ao regime:

Eu tava a disposto a não abrir. Eu pensava que eu até me suicidaria, pularia desse prédio, mas não abro. E na época eu tinha preocupação muito grande porque se falava que existia um comprido que lhe davam e que você falava toda verdade. E eu tinha muito medo deles me darem esse comprimido. [...] Eu acho importante também dizer que uma das coisas que eu acredito que eu não tenha citado o nome de ninguém. *Acho que foi a formação moral da minha família, do meu pai, foi muito importante nesse sentido. Me ajudou bastante também um documento escrito pelo Marighella, que era dizendo como você devia se comportar.* E ele descrevia todos

os papéis, tipo: esse cara vai dar uma de bonzinho, esse cara vai te torturar, esse cara não-sei-o-quê... E eu eventualmente pra um ou outro dizia: “Olha, eu posso contar pra você, mas pra ele eu não conto...”. Aí eu contava a mesma história que eu contava pra um, eu contava pro outro. ***Então não abri o nome de ninguém. Eu conversei muito isso com as pessoas em dizer que fui torturado e não abri***, mas eu gosto de dizer também que não é fácil e você não pode condenar as pessoas que abriram. (Geraldo Magela, depoimento em 16 de maio de 2014)

O motivo para não “abrir” informações sob tortura elencado por Geraldo Magela no trecho citado acima foi a formação moral e o contato com o livro de Marighella. Em outras palavras, o *delator*⁴⁸ ou é fraco moralmente ou mal formado politicamente. Mais adiante em seu depoimento, Magela desenvolve a sua explicação para não ter delatado sob tortura:

Eu era uma pessoa muito preparada e me preparei muito psicologicamente pra ser preso. Então eu esperava barra pesada. Não fui esperando que lá eu teria tratamento de *gentleman*. Então li... Eu me lembro de que o Patinhas me deu um livro que falava sobre prisão. Eu acho que era do Carlos Danieli. [...] Eu conversava muito com o João Batista⁴⁹ sobre prisão. Eu tinha certeza que o João Batista seria morto nas primeiras 5 ou 6 horas, se ele fosse preso, como foi... E ele dizia isso: ***“Olha, quem tem o mínimo de responsabilidade como a gente tem, que chegou ao nível de direção, tem que provocar a morte cara!*** Tem eu chegar lá e botar pra derreter com os caras. Se um dia eu for preso eu vou seguir essa linha.”. Então a gente se preparou muito. (Geraldo Magela)

Em apenas um depoimento foi dito que a repressão havia conseguido extorquir informações que prejudicasse outros companheiros durante as torturas. Com efeito, em todos os outros depoimentos a narrativa era de não ter dito nada que comprometesse outro militante:

O papel do revolucionário é não dizer, não deixar pistas para que as forças repressivas localizem os outros membros do grupo. Dizer seria um ato desonroso para os códigos de ética da esquerda e o delator não só rompe a cultura de esquerda, mas, principalmente, fere o divino que habita no sofrimento dos “companheiros” que foram capazes de resistir, usando o silêncio como arma e o corpo como escudo, tendo como recompensa a possibilidade de eternizar suas lembranças (*memória heroica*) na vida ou na morte sem dissolver o ser humano presente no militante. (Vasconcelos, 1997: 60)

A resistência durante os interrogatórios era outra forma de luta política:

Eu só falava das pessoas que eu podia ter um álibi. Mas eu nunca confirmava que as pessoas eram da organização. Inclusive até por princípio, a gente sempre teve essa formação de dizer que ***na cadeia a gente também faz a luta quando não entrega ninguém, e que estamos contribuindo para que a luta continue lá fora***. (Valter Pinheiro, depoimento em 28 de abril de 2014).

⁴⁸ A controversa figura do delator será mais bem desenvolvida à frente.

⁴⁹ João Batista Franco Drumond, militante da AP que depois ingressou no PCdoB. Assassinado na “Chacina da Lapa” em dezembro de 76 em São Paulo.

Ter “resistido à prisão” é compartilhar uma parte do valor das figuras heróicas, como Marighella. É motivo de orgulho e reforça o imaginário do militante das organizações clandestinas como alguém moralmente elevado. Vencer o confronto simbólico com o torturador faz parte do repertório de valores do *bom* militante. No entanto, há valores mais sutis que também foram dignos de registro mnemônico. Um deles é ter aberto mão de melhores condições econômicas ou profissionais para permanecer na militância:

Eu era programador de computador, ganhava um bom salário, na época tipo 3600 cruzeiros, por exemplo. ***E fui trabalhar no Movimento pra ganhar 500 cruzeiros, quer dizer: cai de 3600 para 500. Mas era uma coisa que me dava mais prazer e combinava com o meu ideal de mudança, de transformação.*** Eu era filho, como disse, da classe média, não precisava daquele dinheiro pra me sustentar então me demiti e fui fazer movimento estudantil (Luís Carlos Paes, depoimento em 02 de junho de 2014)

Edson Pereira aceitou propositalmente repetir um ano de seu curso de Farmácia para poder continuar articulando o Movimento Estudantil sob clandestinidade:

um fato importante da minha vida foi que o pessoal do partido [PCdoB] disse que eu tinha que continuar, eu ia me formar em 71, e o pessoal disse que estava querendo organizar o movimento estudantil. ***E eu tinha que ser reprovado numa matéria que me permitisse passar o ano.*** (Depoimento em 06 de março de 2014)

Assis Aderaldo buscou compensar o afastamento da militância organizada, o “desbunde”, com o apoio dado aos companheiros de outras formas:

Fim de 70 eu entrei na IBM [empresa de informática]. Trabalhei em algumas empresas lá, depois fui a Aracaju. Passei um tempo afastado do partido, mais ou menos em 70. ***Não que eu tivesse divergência, porque ajudava quando precisava de muita coisa, mas problemas da clandestinidade e de falta de perspectiva política mesmo. Abandonei um pouco a militância, mas sempre ajudava, quando precisava eu estava lá, minha casa era aparelho.*** Mas passei um tempo, como o pessoal dizia antigamente, "desbundou". (Depoimento em 30 de junho de 2014)

Como analisou Gonçalves (2006), nos pedidos de indenização na Comissão de Anistia havia uma gradação de merecimento que tinha no topo os desaparecidos políticos e mortos pelo regime, os quais eram cercados de sacralidade. Essa gradação decrescia para os anistiados que sofreram sevícias e torturas, principalmente aqueles que ficaram com sequelas causadas pelos suplícios, seguidos pelos que foram presos e perseguidos. Mesmo que não tenha tão grande consideração como os desaparecidos e mortos pelo regime, ter sido preso, torturado e perseguido traz consigo grandes quantidades de prestígio. O respeito e o

merecimento dados aos que sofreram na clandestinidade se opõem a certo desprezo pelos que se exilaram e, sobretudo, à punição moral para os que delataram e cooperaram com a polícia política. Existem, portanto, critérios de classificação das posições internas ao campo dos anistiados políticos que giram em torno de honra, coragem e abnegação diante da repressão.

O que se observou nos depoimentos da Comissão da Verdade aqui estudada foi uma busca pela posse desses valores para se alcançar posições reconhecidas como heróicas ou honradas. Mesmo em ocasiões que se afastou da militância, ressaltava-se o comprometimento com os companheiros ou, pelo menos, uma boa explicação tal como “a vitória era impossível” ou que se temia pela própria vida ou a vida da família. Por outro lado, quando se frisava a resistência sob tortura, ela acontecia pelo comprometimento aos companheiros de militância e pela honra. Ou seja, “resistir à prisão” é enaltecer a própria identidade de quem “lutou contra a ditadura”: faz parte da constituição do militante de esquerda das décadas de 60 e 70 suportar as sevícias. É preciso reconhecer que não é para “qualquer um” suportar um martírio físico e psicológico. Mais do que um interesse financeiro ou utilitário, nos depoimentos o que se buscava era reconhecimento: respeito, glória, congratulação, valorização, amor e estima.

A lembrança do “pacto de responsabilidade com a luta”, de não ter abandonado os valores e correspondido aos deveres do revolucionário é uma lembrança **gratificante** (Vasconcelos, 2000: 113). É prazeroso poder contar a própria história de forma orgulhosa, de ser feliz pelo que realizou no passado.

Um caso exemplar é o de Lourival Aguiar, o Zito. Quando era secundarista, ganhou a disputa pelo grêmio do Colégio São João e participou da retomada do CESC dos interventores em 1967 com Arlindo Soares graças a sua articulação em mais de sete colégios de Fortaleza, num feito que considerado “incrível”. Quando ingressou na universidade, na Escola de Administração, logo “foi notado” pela sua liderança: com dois meses era líder de turma; com quatro meses já era secretário-geral do Diretório Acadêmico da faculdade. Importante: o secretário-geral Lourival Aguiar era mais importante que o presidente, tal como na URSS, porque na hora de ir para a rua e para o “pau” com a polícia, o “banana” do presidente Nanan dizia para seguirem Zito, o líder de fato, não a ele próprio, o presidente. Mesmo com a derrota de Arlindo na eleição de 68 para o DCE, sua chapa trotskista perdeu com “honra, porque qualificou o debate”. Aliás, ainda bem que não ganhou, porque senão “o pau tinha cantado mais cedo”, isto é, os estudantes teriam sofrido mais repressão ainda. Zito após o AI-5 se tornou um cidadão atípico, “não tinha ninguém parecido comigo”: trabalhava na Esso, ganhando muito bem (ênfaticamente algumas vezes que ganhava muito bem), sendo um funcionário exemplar, e de outro lado mantinha correspondências clandestinas com

trotskistas, vivendo o que chamou de “semiclandestinidade”. Quando foi preso, durante o expediente na Esso, resistiu à prisão e quase conseguiu fugir ao pular do carro em movimento e sair correndo, mas acabou recapturado. Nos interrogatórios, superou o major Azambuja com astúcia e não cedeu ao carrasco Laudelino Coelho, dois conhecidos torturadores, não liberando qualquer informação comprometedoras. Não chegou a sofrer as cruéis torturas, como choque elétrico e pau-de-arara, mas foi impedido de dormir, beber água e se alimentar. Foi o primeiro preso político do IPPS, com a ficha 01, e se manteve “firme” durante a sua prisão. Zito talvez seja o melhor exemplo de auto satisfação em lembrar o próprio passado. Embora não completamente glorioso nos critérios coletivamente construídos de reconhecimento, para si próprio Zito construiu uma boa memória de contar. É essa satisfação de poder falar do próprio passado que chamamos de nostalgia. Sua história de “luta” foi contada com sorriso no rosto.

6.1.3. Gratidão e agradecimento

Um dado inesperado que surgiu durante o primeiro depoimento prestado à Comissão, o de Edson Pereira, foi a cooperação que existia entre os alunos do Movimento Estudantil e os professores, um apoio não necessariamente por afinidade política:

Eu nunca vi um entrosamento tão grande como o dos estudantes com os professores. Impressionante. O Dr. Borges Sales, que era médico, dava até papel e dinheiro para nós. E ele sabia que ou ia para o DCE ou para o Partido. O Professor Maurício, extremamente conservador, também dava um trocado para gente. O pessoal da química analítica, a professora Maria do Carmo, ela sabia quem ia para as manifestações, [quem] ia para passeata [...] A gente faltava muita aula, então ela deixava tudo preparado, para quando a gente [voltasse] meio-dia para fazer as práticas, e depois ela dava a nota, porque ela sabia que a gente estava em movimentos. A gente tinha muito apoio de professores (Edson Barbosa, depoimento em 06 de março de 2014)

Cientes que os alunos estavam comprometidos com o ME, os professores lhe dava condições de prosseguir com os estudos:

*quando o Chico fazia o terceiro ano, o doutor Tomé, Geraldo Tomé [...] foi professor do Chico [...] o Tomé era carrasco. Olha, era aquela coisa assim, para tirar uma nota boa com o Tomé era um desespero [...] ele [Chico] tinha um microscópio, porque era Patologia, e tinha um lugar de cada aluno – aí o Chico ia para as passeatas, para todas essas coisas que a gente fazia – ficava lá o microscópio do Chico. [...] Os meninos chegavam e diziam assim “professor, cadê o Chico?”, “não, ninguém senta nesse microscópio do Chico não que a qualquer momento ele chega” (risos). **Aí ele chegava, ele ajudava, ensinava tudo, sabe, aí teve assim uns lances muito legais,***

então o Tomé foi um desses. (Helena Serra Azul, depoimento em 10 de março de 2014)

Houve professores que também ajudaram os alunos perseguidos pelo regime a voltarem para a universidade depois da prisão, como Manoel Fonseca que pôde voltar à faculdade, apesar de seu “atestado ideológico” não permitir: “teve um período [...] que eu saí da prisão e voltei pra faculdade e nisso aí foi fundamental a posição do Doutor Zé Carlos Ribeiro. Eu tenho que ele contrariou até o 477 e permitiu que eu voltasse pra faculdade. Ele era o coordenador do curso” (Depoimento em 09 de maio de 2014). Edson Pereira acredita que não foi enquadrado no Decreto 477 pela proteção dada pelos professores, principalmente pelo professor Rabelo. Helena Serra Azul registra o apoio que recebeu dos professores Elias e Paulo Marcelo Martins no seu retorno à universidade.

Mesmo em situação em que professores seriam rotulados de “reacionários” ou “de direita”, os alunos contaram com seus apoios:

vou falar de um de *um diretor que também merece meu reconhecimento público, que era o diretor da Escola, chamava-se Doutor Barbosa, que nessa rotulagem ele seria um homem de direita, mas era um homem que pensava e que ele não via no Movimento Estudantil nenhum crime*, era uma... vamos falar em guerra, mas era uma guerra de ideias, e ele defendia os estudantes da Escola de Engenharia. Barbosa me chama, eu presidente do Diretório com boas relações com ele, nunca fui censurado [...] nunca Barbosa levantou a voz para mim e um dia me chamou “Marcos, eu estou sendo pressionado pela Polícia Federal, Laudelino Coelho (famoso Laudelino Coelho, por sinal fui tirar o passaporte um dia desses, é rua Laudelino Coelho, né? “Filho da P.”) <Helena: Um absurdo, é um absurdo mesmo.> ...“Laudelino Coelho, tão me dando prazo, a ordem é para retirar você, então o formalismo é enquadrá-lo no 477 e a perspectiva de expulsão. E eu tô lhe chamando aqui, porta fechada no meu gabinete, que eu vou fazer tudo para você não ser expulso”. “Como assim?”, “Você tem que arranjar outra Universidade, você tem que ir embora, e eu seguro as pontas e não vou instaurar esse Inquérito, eu enrolo o Laudelino.” (Marcos Sampaio, depoimento em 19 de maio de 2014)

o Denizar Macedo, que era conhecido como um homem de direita, e ele se proclamava [...] me chamou, ele era o vice-reitor de assuntos estudantis, aqui na reitoria e disse: *“Olha, não há nenhuma dúvida sobre as nossas diferenças ideológicas. Você é de um lado e eu sou de outro. Você é da esquerda e eu sou da direita. Agora o seguinte, eu sou da direita, mas eu tenho certos princípios e em nome desses princípios e em nome deles é que eu vou lhe dizer um negócio: procure não dormir na sua casa, porque você sabe que eu sou professor do Colégio Militar, tenho relações de amizade com os militares e eu tomei conhecimento que tem um grupo de oficiais que está planejando lhe sequestrar. Então tome seus cuidados... Eu me sinto no dever de lhe prevenir disso.”*. Então eu diria assim: era uma relação de conflitos claros, porque nós vivíamos brigando, mas *havia, digamos assim na parte dos dirigentes da universidade, um certo respeito pela gente*. Porque eles também no fundo, lá no fundo, deveriam dizer: “Poxa, esses meninos tem razão em um bocado de coisa. Universidade não é pra compactuar com esse tipo de coisa. Isso não faz parte da universidade, do espírito acadêmico”. (João de Paula, depoimento em 04 de junho de 2014)

Eu fui advertido por algumas pessoas na faculdade com quem eu me relacionava com mais frequência. Uma dessas pessoas era o Pe. Freire, ele era professor de história. Ele era irmão de um coronel. Mas ele dizia que o irmão dele não aceitava o que estava acontecendo no país. A gente sabe que havia militares que não concordavam com aquele regime. ***Ele me falou para ter cuidado, porque o Limoeiro do Norte era um celeiro da direita.*** (Valter Pinheiro, depoimento em 28 de abril de 2014)

Não apenas os professores ajudavam os alunos e os outros professores, como também os funcionários. Horácio Frota conta que no curso de Física havia um entrosamento entre o corpo discente e os funcionários da faculdade, principalmente com o Gil, que escondia documentos da polícia e avisava quando eles iam à universidade para procurar “provas”. De certo modo, a universidade surgiu nos depoimentos como um espaço de cooperação para além das posições políticas, sobretudo com o recrudescimento do regime pós-AI-5.

A literatura sobre a ditadura civil-militar que paulatinamente alcançou espaço com a distensão política, a partir de 79 com os livros de memórias e estudos acadêmicos, teve marcadamente o tom de denúncia. Havia o risco de se perder a memória do regime ditatorial que perseguia e torturava opositores, pois a vontade expressa do regime era pelo esquecimento. A atitude de divulgar os absurdos cometidos pela polícia política tinha prioridade sobre outros aspectos do período autoritário. Nos anos oitenta e noventa, quando ainda se recuperava os testemunhos das vítimas e se começava lentamente a se reconhecer as violações de direitos humanos, não fazia sentido falar algo diferente das denúncias de tortura, prisão e morte. Nesse sentido, o projeto *Brasil: Nunca Mais* desde o seu nascimento tem uma perspectiva de “corrida contra o tempo” e de salvaguardar uma memória que corria o risco de se perder. Era preciso resistir à pressão pelo esquecimento investindo no registro literário e acadêmico do que ocorreu durante o regime.

O impulso para novas pesquisas dado pela Comissão Nacional da Verdade criou oportunidades para novos enfoques. O aspecto de denúncia estava relativamente sedimentado com o registro oficial das graves violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro no Relatório Final da CNV, o que abria novas possibilidades ainda não investigadas intensamente. Os depoentes, nesse contexto, permitiram-se falar de ângulos que recebiam menos atenção. Aliás, como falaremos adiante, havia um “cansaço” de falar sobre torturas e prisões em alguns dos entrevistados. Inocêncio, por exemplo, ao falar do deputado Martins Rodrigues, destaca a importância de quem lutou na “legalidade” e fora das organizações: “esses caras tinham uma compreensão de que estavam numa ditadura – eles não chegavam a se expor tanto, mas eles se expuseram também” (Depoimento em 26 de março de 2014).

Histórias que antes eram consideradas “menores” ou “desimportantes” num momento que exigia a denúncia do regime repressivo conquistaram o merecimento de inscrição. Pessoas que antes poderiam ser julgadas de “covardes”, “preguiçosas” ou “omissas”, por não enfrentarem diretamente o regime, pegando em armas ou na clandestinidade, nos últimos anos obtiveram reconhecimento pela ajuda e pela atuação contra a ditadura. Resgatar esses antes classificados como “pequenos feitos” e apoios prestados humaniza as pessoas que estiveram sob uma ditadura. Rebate a concepção polarizada entre “heróis e carrascos” e alivia a cobrança interna à própria comunidade de memória dos depoentes pelo “militante revolucionário” de fibra moral, destemido e completamente justo:

Eu presto uma homenagem aqui, eu quero botar isso em letras garrafais no meu documento, sabe a quem? *Às pessoas que apoiaram, porque os heróis são os presos, os exilados, os que morreram... e os que arriscaram a sua vida para poder sustentar a gente?* Por exemplo, a Lúcia Helena, a Nazaré lá do Rio: *são essas pessoas que deram suporte e que são totalmente desconhecidos e que não são reverenciados.* (Ruth Cavalcante, depoimento em 03 de abril de 2014)

A abertura de possibilidades com a relativa consolidação das denúncias e a distância temporal dos acontecimentos viabilizou essas novas histórias que antes ficariam de lado. Isso faz surgir um sentimento de **gratidão** por aqueles que ajudaram nos momentos difíceis, muitas vezes atitudes sutis ou de lados diferentes do embate político. O momento do depoimento era a oportunidade de publicamente agradecer. Esse agradecimento foi acompanhado por grande emoção por Marcos Sampaio e Inácio Arruda.

Marcos Sampaio foi bastante racional durante seu depoimento. Tinha uma narrativa já pronta sobre sua biografia, da qual separou em cinco mais importantes momentos, e trazia os documentos relativos à sua prisão e à universidade. Mesmo quando relatou ter escutado as torturas de outros presos políticos, manteve-se no domínio de sua fala. O único momento em que Marcos Sampaio mudou seu tom de “discurso planejado” foi quando relembrou a ameaça de expulsão por que passou no início de 69 pelo seu envolvimento no Movimento Estudantil:

Existiu uma coisa muito bonita que você sabe que daquelas brigas horrorosas que a gente tinha, os problemas da esquerda. Com os trotskistas, com os trotskistas e com o PCB. Uma coisa bonita foi que eu vivia nas turras com o trotskismo nas discussões internas na faculdade. *Pois bem, quando eu fui ameaçado de expulsão, foi comovente a defesa que esse pessoal tomou de mim, foi quem organizou essa greve.* Isso foi uma coisa que eu jamais esqueço daquilo ali, até... me emociono [voz embargada]. Isso me esclareceu muita coisa, entendeu? *O nome dele, dessa pessoa que eu gostaria muito de me encontrar com ele, abraçá-lo, Raimundo Sérgio, um cara muito inteligente.* (Depoimento em 19 de maio de 2014)

Raimundo Sérgio foi o articulador de uma greve na Escola de Engenharia contra a expulsão de Marcos Sampaio num momento em que já vigorava o Decreto 477 e o clima de medo se instaura na universidade. Relembrar esse apoio, apesar das divergências políticas, fez Marcos Sampaio se emocionar e chorar.

Inácio Arruda foi chamado pela Comissão por ter participado da invasão da sala da ASI da UFC em 1986, da qual falamos no terceiro capítulo. Inácio passou um dia preso no IPPS e foi interrogado pela Polícia Federal, que já havia abandonado a “*abordagem violenta*” com os presos políticos. Enquanto estava na antessala para depor à polícia, Inácio narrou:

Eu comecei a ouvir um burburinho de manifestação. Nessa hora, o Benedito Bizerril estava lá, que era o advogado. Um deles [policiais disse]: “ih, rapaz, tá chegando uma molecada aí”. Foi na janela e “ah bom, não tem ninguém lá embaixo não, um bando de gato pingado”. O Benedito Bizerril tinha acabado de chegar e disse “*Inácio, tem milhares de estudantes lá embaixo*”. Foi nessa hora que o Ricardo Azevedo, que era presidente do DCE, subiu, pediu para falar com a gente e tal. *Subiu o Ricardo e outra pessoa que eu não me lembro, lá do movimento estudantil. Peguei o poema, que estava dentro da minha cueca, e entreguei para o Ricardo: “oh, lê isso aqui lá”... eu vou me emocionar [voz embargada, choro], desculpa... <César: Nada.> [suspiro] Bom... aí eu fui depor, né? Fui depor com aquela energia que eu tinha recebido ali da turma.* Ricardo me deu um abraço e tal. [...] quando ele acabou de ler [o poema de Bertolt Brecht que Inácio havia recortado de um jornal e escondido na cueca] foi uma gritaria da turma. Eu disse “bom, agora já está na hora de eu depor”. Eu entrei e o delegado era muito truculento, Cesar Nunes. [...] Foi um depoimento muito tenso. Eu me lembro que o escrivão se atropelava. Por que aconteceu esse negócio com o escrivão? Porque o escrivão normal do processo era um cara que era meu colega na faculdade de Direito, e ele pediu para não ser o escrivão na hora que eu fosse depor. [...] o Hortêncio, eu me encontrei com o Hortêncio nos corredores da Polícia Federal e ele me disse “Inácio, sou o escrivão desse inquérito, mas eu não tenho coragem de pegar o teu depoimento”. [suspiro e choro] (Depoimento em 02 de junho de 2014)

Rosa da Fonseca também se lembrou de sua mãe, que encarava os policiais para saber como estava sua filha, principalmente depois de descobrir que ela estava sendo torturada. Edson contou sobre o reencontro acidental na prisão com um amigo de infância que se tornara militar, que passou a lhe ajudar dando uma melhor comida e mais conforto. Helena Serra Azul registrou o apoio das freiras com as presas políticas em Recife, que enfatizavam não importar as posições políticas, e sim a condição humana. José Rufino agradeceu aos colegas que o ajudaram com as provas, oferecendo ajuda: “Rufino, nós vamos pegar a prova e vamos sentar com você, nós não vamos fazer não, que é para tu passar no concreto [disciplina na engenharia]” (Depoimento em 26 de maio de 2014).

Um lugar especial ocupado no sentimento de gratidão e agradecimento é dado à advogada Wanda Sidou. Os entrevistados defendidos ressaltaram sua competência na defesa

dos presos políticos e sua coragem de assumir casos que poderiam lhe prejudicar tanto profissionalmente como na própria vida: “A minha advogada, que foi excelente, a doutora Wanda. Uma mulher extremamente corajosa, admirável. Nunca me esqueço da mecha branca no cabelo... Ela acusava os militares nas frentes deles: ‘Vocês deviam era respeitar os estudantes’” (Lincoln Moraes, depoimento em 27 de junho de 2014).

Além de criar e perpetuar os laços sociais, como diz Simmel (2004), a gratidão sentida pelos nossos informantes remete a uma complexificação dos estudos sobre a ditadura recente brasileira, ao se ater sobre as nuances e atitudes que não se encaixam na dicotomia “heróis” versus “carrascos”, incapaz de explicar, por exemplo, a situação por que Helena e sua irmã Cacau passaram na prisão:

teve um cara, que a Cacau reconheceu, esse cara apareceu sem máscara, sem nada. *Esse cara esteve na nossa cela várias vezes. E era uma coisa muito estranha, depois a gente soube que ele era um cara que esteve envolvido em tortura.* Não lembro o nome, ela me disse várias vezes e não consigo decorar, mas ela sabe. E a gente não tinha como denunciar porque isso tudo foi sequestro, não era legal. Esse cara chegou pra a gente já no final do depoimento, antes do último interrogatório da Cacau, ele chegou e disse *“vocês não vão pensar que eu sou uma pessoa boa não: nós estamos indo embora amanhã, vocês não falam nada. Sei que vocês estão protegendo outras pessoas, mas eu vi vocês e me lembrei das minhas filhas, então nós estamos indo embora amanhã. Mas não pensem que eu sou uma pessoa boa porque não sou, se não eu não estaria nesse negócio”.* *Esse cara era um cara da repressão, mas não posso dizer que isso não aconteceu, a Cacau viu, inclusive.* (Helena Serra Azul, depoimento em 10 de março de 2014)

Portanto, as lembranças sobre as ajudas e o sentimento de gratidão, muitas vezes de forma inesperada, permitem que se analise a construção coletiva da memória como algo permeado de idas e vindas, contradições e vicissitudes. Humaniza pessoas que não foram para a luta armada, as pessoas de direita e, no limite, até mesmo torturadores. Revela as histórias que ficariam sem lugar numa proposta dicotômica: um exemplo disso foram os apoios recebidos por relações familiares ou de proximidade, como a família militar que protegeu Valton Miranda e César Barreira que reencontrou um antigo vizinho na sala de interrogatório. Também alivia a cobrança moral sobre os militantes, que passam a compartilhar o reconhecimento com aqueles que ajudaram de maneiras sutis.

6.2. A denúncia

A razão de ser da Comissão Nacional da Verdade era finalmente investigar e reconhecer de forma oficial as violações de direitos humanos perpetradas por agentes do Estado durante a ditadura civil-militar. Seu propósito era trazer para a esfera pública o que

durante as últimas três décadas se limitava a esforços privados de resgate do que havia acontecido nos “porões” do regime. Porém, como falamos, no Relatório Final não se trouxe algo profundamente novo ou inesperado do que se sabia sobre a atuação do regime ditatorial. O CNV foi mais importante pelo seu aspecto simbólico, de uma conquista da luta contra o esquecimento das ações lesa humanidade do Estado brasileiro, do que precisamente por trazer fatos novos. O boicote feito pelas Forças Armadas à CNV, vista pelos militares como um ato de revanchismo, fez do Relatório a inscrição oficial do testemunho e dos documentos guardados por vítimas, familiares e defensores de direitos humanos.

Portanto, o depoimento é fundamental para o que se sabe acerca dos crimes lesa humanidade do regime. O que se conhece sobre o passado ditatorial recente é baseado fundamentalmente no acúmulo de testemunhos, que em seu conjunto foram criando a história legítima do ponto de vista metodológico e ético. Sem a participação das instituições que impuseram o estado de exceção, que abdicou do movimento de tornar pública a memória da repressão, o que resta sobre a ditadura é o testemunho, a única coisa que nem o campo de concentração de Auschwitz conseguiu eliminar (Agamben, 2008). Algo sempre resta da destruição da humanidade, o testemunho (ibidem: 136), que retira da possibilidade de contar a própria história o impulso para sobreviver apesar de toda a violência (ibidem: 25).

A Comissão da qual participamos se referia especificamente à atuação dos agentes no âmbito das universidades: repressão ao Movimento Estudantil, perseguição a professores e alunos, delatores, infiltração policial etc. Embora se propusesse a questões específicas da UFC, como expulsões e expurgos na universidade, a Comissão tornou-se mais precisamente um registro das trajetórias de estudantes da universidade nas décadas de 60 e 70 que sofreram repressão política. Indo além da universidade, a Comissão pôde ouvir também o desdobramento da atuação no movimento estudantil na vida dessas pessoas que foram perseguidas por razões políticas. Nesse sentido, houve espaço tanto para o registro da atuação policial na universidade como a trajetória dos estudantes após o afastamento dos estudos: a entrada na clandestinidade ou o desligamento da militância orgânica, por exemplo. Essa amplitude ajuda a entender como atuava o regime ditatorial ao longo do tempo, esclarecendo o seu funcionamento. Neste subcapítulo, buscaremos pensar sobre o regime policial instaurado pela ditadura, principalmente com o Ato Institucional 5, a partir das narrativas de prisão, tortura e expurgos de nossos informantes.

6.2.1. Ditadura, um estado de exceção

Hannah Arendt (1989) em seu trabalho *Origens do Totalitarismo* procurou fazer uma genealogia dos regimes nazistas e stalinistas, remetendo às suas fontes no antigo antissemitismo e nos governos ditatoriais europeus. Uma das características principais do regime totalitário é que, a rigor, ele nunca foi ilegal. No caso do nazismo, a Constituição de Weimar se manteve intacta, sobretudo sobre o funcionamento da máquina burocrática, mas na prática o regime atuava por meio do poder absoluto do *Führer* (ibidem: 444). No regime totalitário, vive-se sob uma Constituição que na realidade só é seguida quando é do interesse de quem está no poder.

Essa falsa legalidade característica dos regimes totalitários, para a autora, advém das ditaduras instauradas no continente europeu no contexto do imperialismo. As ditaduras multinacionais na Rússia e no Império Austro-Húngaro eram governadas por meio de decretos estabelecidos pela burocracia:

O burocrata que, sendo mero administrador de decretos, tem a ilusão de ação permanente sente-se tremendamente superior a esses homens “pouco práticos”, eternamente emaranhados em “sutilezas legais” e, portanto, fora da esfera do poder que, para ele, é a fonte de tudo (ibidem: 276)

Nesse tipo de regime ditatorial, sustenta-se que outra forma de governo seria “lento” e ineficiente, contrário às necessidades de decisões imediatas para se controlar uma população hostil:

Era amplamente vantajoso o regime de decretos no domínio de territórios extensos com populações heterogêneas e na política de opressão. Sua eficiência é superior simplesmente porque ele ignora todos os estágios intermediários entre a fonte emissora e o meio de aplicação, e porque impede o raciocínio político do povo graças à retenção de informações. [...] É muito útil na implantação de uma administração centralizada porque suprime automaticamente toda a autonomia local. (ibidem)

Dentro da concepção de Hannah Arendt, a ditadura civil-militar brasileira não foi um regime totalitário. A forte presença da hierarquia num regime militarizado é uma barreira para o regime totalitário em que a vontade do líder supremo é ilimitada. Porém, há uma linha de continuidade entre as ditaduras e os regimes totalitários, que compartilham diversos traços e formas de funcionamento. O Estado ditatorial, como o totalitário, é instrumentalizado para seguir “a vontade da nação”, que é tida como superior à lei (ibidem: 309) e corporificada no líder maior. Além disso, o governo totalitário cria o “suspeito objetivo”, que ameaça a nação e deve ser eliminado por autodefesa (ibidem: 474). Perseguir um “suspeito objetivo” foi tão importante para a perpetuação do regime nazista que ele se metamorfoseou conforme as

circunstâncias, como no genocídio realizado na Polônia, não se restringindo apenas a judeus. O totalitarismo é uma forma de guerra interna que legaliza o extermínio de uma parcela da população que é classificada como ameaça à nação e ao Estado, por variadas razões conforme a conveniência. Somado ao extermínio de ameaças internas, os regimes totalitários e ditatoriais vivem numa falsa legalidade jurídica, na qual a lei está submetida à vontade do governo, sendo mutável conforme a circunstância.

Desenvolvendo a concepção de totalitarismo de Hannah Arendt, Giorgio Agamben (2004) fala de uma generalização do Estado de Exceção no final do século XX, que deixa de ser uma medida provisória para se confundir com a própria situação normal do poder. Em nome da segurança, instaurou-se uma “democracia protegida” que se desdobra num estado de exceção (ibidem: 29). O estado de exceção é uma fratura na norma para proteger a norma, ou seja, defende a norma lhe suspendendo. A lei está em vigor, mas sem aplicação: os atos fora da lei adquirem valor de lei. (ibidem: 61).

Em outras palavras, em nome da defesa do Estado de direito, cria-se um vazio jurídico arbitrário: um dos paradoxos do estado de exceção quer que, nele, seja impossível distinguir a transgressão da lei e a sua execução, de modo que o que está de acordo com a norma e o que a viola coincidem, nele, sem resíduos (ibid, 2002: 65)

Nesse vazio jurídico, há pessoas que são destituídas de seus direitos básicos, sendo reduzidos ao que Agamben chama de *vida nua* (Agamben, 2002). A vida nua é uma vida que não merece viver. O autor italiano parte da punição da Roma Antiga em que casos extremos eram punidos com a condição de *homo sacer*, em que sua morte deixa de configurar um homicídio. O *homo sacer* é legalmente assassínável e, num estado de exceção, é papel do Estado matá-lo em nome da segurança.

O “intervencionismo militar” foi recorrente durante o século XX no Brasil. Desde a Proclamação da República em 1889 se fortaleceu a posição das Forças Armadas como um poder “arbitral-tutelar” que moderava e defendia a “legalidade”. Nilson Borges (2003: 18) fala de “uma cultura militar no Brasil”, na qual os militares são vistos como defensores da ordem institucional e os paladinos dos interesses nacionais. Já em 1930, durante a ascensão de Getúlio Vargas, o general Góes Monteiro já falava na criação de uma “mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria” (ibidem: 20) nos militares, no que ficou conhecida como “Doutrina de Segurança Nacional” (DSN). Essa “mentalidade” foi desenvolvida e difundida na Escola Superior de Guerra (ESG), centro de formação da elite militar brasileira após a II Guerra, com intercâmbios na Europa e Estados Unidos.

Conforme Borges (ibidem: 24): “a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”. A neutralidade é impossível: ou se está a favor da nação ou se é uma ameaça ao país. A DSN transformou a política em estratégia militar: a luta política se transfigura em guerra interna, envolta por táticas e estratégias de propaganda, informação e manipulação: “Trata-se de aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos e, de outra parte de assegurar a não-oposição ativa contra o projeto político da Doutrina” (ibidem: 28). Nesse sentido, a repressão política é um ato **moralizador** que visa eliminar qualquer obstáculo para o seu domínio e a execução de seus propósitos, classificando opositores como **inimigos internos**.

Com efeito, a DSN estabelecia um Estado de crise permanente que impossibilitava quaisquer condições para a prática dos direitos humanos: numa situação de guerra interna, direito à defesa e *habeas corpus* são vistos como empecilhos para a “vitória” por causarem lentidão nas medidas “necessárias” contra o inimigo. Legitimados pela posição de “autênticos e únicos representantes do Estado”, como autônomos aos segmentos sociais e pairando acima dos interesses particulares, os militares e seus burocratas criaram uma rede repressiva de informação, onde no topo se encontrava o SNI, que cresceu e conquistou tamanho poder que saiu do controle do próprio Estado: entre 74 e 85 a principal oposição ao regime advinha internamente dos agentes que exigiam o Estado policial, contra o processo de distensão.

O golpe militar desde o início se autoproclamou reativo a uma ameaça “comunista” ou a um perigo de “caos interno”, pela defesa da ordem social e das instituições. Uma “contrarrevolução preventiva”. O nome “democracia” era comum nos discursos oficiais: a versão golpista foi de que a democracia brasileira era ameaçada pelo comunismo internacional que atuava por “filiais” brasileiras, espalhando a desordem por meio de agitação, subversão e greves. O estado de exceção em Arendt e Agamben, quando se instaura, declara-se como passageira em defesa da norma, mas, na realidade, passa por uma rotinização: ele se torna a própria norma. Ele atua por meio de decretos e sem a intermediação e participação da sociedade, o que é a condição perfeita para o Estado atuar na “defesa” da norma contradizendo a própria norma que alega assegurar. Dito de outra maneira, o estado de exceção legaliza os crimes estatais para defender o próprio Estado de Direito. Infringir a lei como “mal necessário” para a existência da lei, o que na prática torna a lei sem valor.

Medidas de segurança numa “democracia vigiada” precisam de arbítrio, o que não condiz com a divisão dos poderes e o debate público. Na primeira fase do regime civil-militar,

tentou-se um misto de instituições democráticas com a centralização nas mãos dos presidentes-generais, sendo as medidas repressivas limitadas aos Inquéritos Policiais Militares (IPM's). Contudo, a leitura principalmente do segmento da “linha-dura” era que a situação só piorava e que era necessário eliminar as barreiras legais que ainda existiam para se vencer a “guerra”. A autoritária Constituição de 1967, que institucionalizou a DSN (Borges, 2003: 39), não foi o suficiente para vencer a “guerra interna”. Em 1968, com Congresso, manifestações e imprensa pressionando o governo, a DSN é finalmente empregada em sua completude e sem adornos democráticos com o AI-5.

O ponto é que os militares e civis que estiveram no poder durante a ditadura viam o debate público como uma perda de tempo. Norteados pelo binômio “desenvolvimento econômico” com “segurança”, o momento que melhor sinaliza a DSN são os anos de 69 a 73: crescimento do Produto Interno Bruto e completa liberdade de ação para os agentes de segurança *caçarem os terroristas*. Como o projeto é a eliminação moral, não apenas física, os agentes de segurança empregaram métodos de tortura e humilhação nos interrogatórios, além de uma maciça propaganda nos meios de comunicação: divulgavam a oposição política como perigosa, terrorista e inimiga de todos e os opositores como criminosos crueis ou jovens doutrinados por agentes comunistas infiltrados.

6.2.2. Narrativas de prisão e de tortura: o objetivo era humilhar

O momento da prisão é lembrado com detalhes nos depoimentos e nos livros de memórias. Em *Gracias a la vida*, Cid Benjamim (2013) inicia seu relato com a descrição minuciosa de sua prisão. Gabeira (2009) e Salinas Fortes (2012) também escolheram esse momento para abertura do livro. Na Comissão, a prisão surgia pela metade do testemunho, quando já se havia contado o início da militância e a participação (geralmente intensa, mas em alguns casos mais breve) no ME. No ato de prisão o regime se mostrava *tal como ele era*.

As primeiras narrativas de prisão se remetem ao Congresso de Ibiúna, em outubro de 1968, no interior paulista. Nesse momento ainda não se agia abertamente como se existisse numa guerra interna, mas já se mostravam as características do estado de exceção: alunos foram julgados à revelia e prisões preventivas foram decretadas arbitrariamente. A prisão preventiva das dez lideranças do Ceará impossibilitou a continuidade desses estudantes na universidade, sendo um momento decisivo em suas trajetórias. Ruth Cavalcante passou quatro meses presa no Hospital Militar, até finalmente fugir, Pedro Albuquerque entra na completa clandestinidade e Assis Aderaldo se refugia na Bahia, onde consegue continuar os estudos e

se afasta da militância. Porém, o regime também perseguiu estudantes que não eram lideranças antes do escancaramento do estado de exceção.

Duas semanas antes do AI-5, José Machado foi preso por distribuição de panfletos numa fábrica de óleo de oiticica. Militares disfarçados de operários efetuaram a sua prisão: “O que é que me chamou a atenção: normalmente quando a gente distribuía panfleto os operários recebiam o panfleto, dobravam, botavam no bolso e iam embora” (Depoimento em 28 de abril de 2014). Assim que Machado e seu companheiro chegaram para distribuir os panfletos, os militares disfarçados mostraram um enorme interesse pelos dois. Como participante da comissão de segurança do DCE, treinado em caratê e jiu-jitsu, Machado ainda tentou resistir à prisão, mas os policiais sacaram a arma e renderam os estudantes.

Foi levado para o DOPS e lá foi interrogado por Luís Coelho, delegado de polícia: “Luís Coelho parecia um gravador, sabia decorado todas as manifestações, todas as passeatas, o horário que começava, o que tinha acontecido e que horas tinha terminado. Ele sabia tudo”. O sobrenome “Machado” é considerado de família rica, então os agentes do DOPS preferiram não se envolver em “problemas” e o enviaram para a Polícia Federal. Na PF foi interrogado pelos agentes Lucena e Pires, outros dois reconhecidos como torturadores. Não chegou a ser torturado fisicamente nessa prisão, em dezembro de 68, mas: “Ele encostava o revólver no meu ouvido, uma pistola no meu ouvido e dizia que ia atirar”. Impressionava ao jovem Machado estar sendo ameaçado de morte por conta de um panfleto, então não ficou desesperado, só podia ser um blefe. Como seria possível tal violência por conta de panfletos? O maduro Machado reconsiderou essa esperança na juventude uma ingenuidade, porque já se iniciava tempos em que se mataria por conta de panfletos. Com dois meses de prisão no Quartel da Polícia Militar, Machado foi suspenso por um ano da universidade: essa suspensão do curso de Física não possui nenhum documento ou registro, foi um ato discricionário do diretor da Física. Não havia mais a linha divisória entre a legalidade e ilegalidade.

O depoimento de Machado Bezerra é interessante porque ele foi preso nesses dois momentos distintos:

Quando foi em 72 o Telmo caiu, caiu lá em São Paulo, derrubando todo mundo. [...] *Veio a equipe do Fleury⁵⁰, aí foi muito diferente do que aconteceu em 68 com o Pires.* Eu fui pego a um quarteirão lá de casa, já me deitaram num piso de veraneio,

⁵⁰ Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi delegado do DOPS de São Paulo e participou da criação da Operação Bandeirantes (OBAN), que serviu de base para os Doi-Codi's. Ganhou destaque nacional na ação que assassinou Marighella, em novembro de 69. Antes de atuar na repressão política, liderava o “Esquadrão da Morte”, milícia policial que chacinava “bandidos” a pedidos de empresários. Pela sua atuação no DOPS e no Doi-Codi, Fleury foi condecorado com a Medalha do Pacificador pelo Exército e “Amigo da Marinha” pela Marinha de Guerra. Morreu de afogamento em 79, numa controversa situação suspeita de “queima de arquivo”.

botaram uma manta por cima e quando chegava ao quartel, depois eu soube que era o 23º BC. ***Eles iam me dando murro e chute sem me perguntar nada.*** [...] Quando eu voltei [do banheiro], amarraram minhas mãos, minhas pernas. Disseram assim: “Nós vamos lhe apresentar a um grupo de São Paulo”. [...] era o Fleury. Eu levava um murro e um chute, isso eu amarrado, as mãos e as pernas e com capuz. Porque eles passaram a usar capuz. [...] ***“O chefe do esquadrão da morte”, aí o cara me dava um murro e um chute. (Eles usavam nome de guerra, tinha um que o nome era “terrorista”). “O do CCC”, Comando de Caça dos Comunistas, aí um murro e um chute. “Esse aqui é caveira, é do MAC”, um murro e um chute. Ia dando o nome das organizações. As que eu gravei mais foram esses: um murro e um chute. Começaram a me espancar.*** Primeiro me deixaram só de cueca, me vestiram com uma bermuda e me deram uma rodada assim, soltaram meu corpo e bati com a cabeça na parede. Até hoje tenho aqui a cicatriz, sangrou na hora. ***Nem limpar não foram, nem fazer curativo não.*** Sei que nos dois primeiros dias me torturaram 24h sem parar. Não bebia, não comia nada. As equipes se revezavam. Botaram afogamento, choque elétrico. O pau de arara não é como sai nos filmes normalmente não. Na minha época estava um pouquinho piorado. Era o pau de arara normalmente, tortura insuportável que você tem impressão que vai morrer, que não vai suportar e olha que eu era um atleta. [...] Mas na minha época foi pior. Botava capuz, lhe dava um choque da pele do testículo para a cabeça do pênis e às vezes dava um choque do dedo da mão direita, da mão esquerda ou então do dedo da mão para o lóbulo da orelha. ***Mas o que me fez mais medo foi essa da pele do testículo para a cabeça do pênis. Isso durante o pau de arara e batiam nas extremidades da mão e nas extremidades dos pés. Segundo os médicos, dizem que essas pancadas causam mais dores.*** Era pau de arara manhã, de tarde, de noite. Afogamento, choque elétrico. Tortura assim que me chamou muita atenção foi o que eles chamaram de banho chinês. Amarravam a mão da gente pra trás, amarrava os pés, as pernas, e botava uma corda na boca, a gente tinha que morder a corda. Colocava de cabeça pra baixo num tanque e você já entrava engolindo água. É diferente do afogamento, porque no afogamento você pode suspender a respiração. Entrava engolindo água. O cara contou: 1,2,3,4,5 aí tira. ***Quando tira é pior do que o pau de arara, a gente tem a sensação que vai morrer, espirra sangue, é maior confusão.*** [...] ***Quando foi no final do depoimento, além dessas torturas, eles me levaram para uma praia enterraram meu corpo todo, deixaram só a cabeça de fora, a maré vinha, cobria, depois descobria.*** Veio um carro militar e passou de tal maneira que a minha cabeça ficou entre as duas rodas. Eu já estava assim como se tivesse em estado de alucinação e descontrole total. Quatro dias sem comer, sem beber e apanhando, a cabeça da gente fica... [...] ***O cara batia com a garrafa de refrigerante na minha cabeça. Depois dizia assim: eu não gosto do número ímpar. Batia de novo. “Eu não gosto do número par”. Nessa brincadeira a tarde todinha. “Não gosto do número ímpar”. “Não gosto do número par”.*** Quando terminou, que eu passei a mão aqui era só caroço das porradas. [...] Quando eles me jogaram na solitária, estava tão mal que eles tinham algemado minha mão para trás e me deitaram por cima da algema que não consegui desvirar e eu era magro e era uma tortura, tipo um ferro aqui forçando. [...] Houve outro lance: quando eu estava lá, nessa posição de cabeça pra baixo, eu ouvi assim de longe, como se fosse uma reunião. Parou a conversa, o cara chegou: ***“nós fizemos uma reunião ali e decidimos que vamos lhe matar. Agora você escolhe, quer morrer de porrada, de choque, de afogamento ou de tiro?”.*** Eu: “Eita diabo, vou morrer tão jovem”. Fiquei na minha lá. Quando eles voltaram: E aí decidiu? “Rapaz, eu não tenho prazer nisso não, vocês escolham, eu não vou escolher não”. Fiquei em tratamento médico, fiquei nessa solitária, passei 48 dias na solitária depois dessa solitária. (José Machado Bezerra, depoimento em 28 de abril de 2014)

Estava em jogo muito mais do que “colher informações” dos *subversivos*. O objetivo da ação repressiva era destruir moralmente o inimigo, humilhá-lo, destituí-lo da

condição humana. Ao contrário do que se propaga com as “técnicas de torturas científicas”⁵¹, o objetivo da tortura não é fazer falar, e sim fazer **calar** (Arantes, 2013: 90). Com os jogos psicológicos, ameaças ou brincadeiras com a vítima de tortura, como as que colocamos em destaque no depoimento de Machado, o agente da repressão tem por objetivo destruir a dignidade humana: eliminar a possibilidade de a vítima voltar a se inserir socialmente na condição de igual ao outro. Nesse sentido, o torturado na situação de completa submissão aos agentes policiais, feito de brinquete e com uma vida sem valor, está numa condição de *homo sacer* de que fala Giorgio Agamben. A vida e a morte do preso político da ditadura estão sob uma decisão arbitrária do agente, como uma decisão burocrática.

A busca pela destruição moral do preso político foi expressa no depoimento de Helena Serra Azul. Quando foi presa no interior de Pernambuco com o seu marido, Helena estava grávida de seu primeiro filho, que terminou por nascer na prisão. Durante o seu julgamento, a promotora pôs em questão suas qualidades como mãe:

A principal acusação deles era que eu era uma irresponsável, porque como que eu era uma grávida, tinha largado tudo, eu era uma mãe irresponsável. Tinha gente da família que havia ido lá, não lembro mais quem era, o pessoal chegava e chorava. Eu lembro que eu, horrorizada com o Manuel no braço, e os caras dizendo que eu era uma mãe irresponsável (Helena Serra Azul, depoimento em 10 de março de 2014)

Em outros momentos, a vontade de eliminação do outro era explícita:

Na sala de cirurgia um desses caras que estava na porta, isso era 1970, não era da segurança do presídio, era uma segurança do sistema de informação deles, ligado ao DOPS de Recife. *O cara diz assim pra mim "tomara que tu morra", na hora que eu estava indo pra a mesa de cirurgia. Era uma guerra aquilo ali, mas desigual, não era uma guerra porque a gente era massacrado. Eles viam como inimigo mesmo. Ele disse isso e na ponta da língua eu respondi "pois não vou lhe dar esse gosto". Os médicos me apoiaram, não queria me deixar sair do quarto pra caminhar, disseram "aqui dentro quem manda é a gente". (Helena Serra Azul)*

Enfim, para enfatizarmos o aspecto de destruição moral desenvolvida pelo agente, citamos a fala de Valter Pinheiro sobre as torturas na “Casa dos Horrores”, em Maranguape, em 1973:

nesta parte superior, eles me colocaram numa mesa, eu suponho, porque eles tiveram que me alçar para me colocar em cima dessa possível mesa. Ela também era uma

⁵¹ Hoje é conhecido o intercâmbio entre agentes estadunidenses e brasileiros de técnicas de torturas numa condição de “guerra interna”. A CIA e a Operação Condor difundiram pela América Latina formas de torturas de prisioneiros políticos, sendo conhecido o agente Dan Mitriane. Por outro lado, os agentes brasileiros se orgulhavam do “pau-de-arara” ser uma tecnologia genuinamente brasileira, criada durante a escravidão.

mesa úmida. Alguém perguntou: “doutor, a gente vai fazer aquilo mesmo?” e o Xavier disse: “é, comecem aí” e jogaram gelo nas minhas partes genitais. Primeiramente água gelada e depois gelo. ***E o Xavier disse: “olha, nós vamos aplicar uma anestesia em você porque você vai ser castrado e capado. Já que você não quer colaborar, vai ser castrado e capado. Enquanto a anestesia vai fazendo efeito, você vai pensando, se resolver falar, a gente suspende”***. Não sei se pela sugestão, eu não sentia mais nada da barriga para baixo. Eu achei que eles poderiam ter aplicado uma anestesia mesmo. Então o Xavier começou: “Castra! Capa! Esse terrorista que não quer colaborar mesmo”. Nisso aí eu me senti desfalecer, porque eu não tinha a menor dúvida de que eles podiam fazer aquilo. Com isso eu desmaiei. Quando eu fui tornando, eu já estava na Polícia Federal, lá na cela. Eu tentava me examinar, eu estava com muito medo. Eu estava apavorado mesmo, eu me tremia, achava que estava castrado e capado. E resolvi mesmo enfrentar e verifiquei que tudo não passou de um terrorismo psicológico. (Depoimento em 28 de abril de 2014)

Antes do interrogatório, durante o ato de prisão ou sequestro, o regime já revelava o objetivo de humilhação:

Eles [policiais] disseram: “tu se prepara que vem coisa quente por aí.” Não deu outra. ***Chegaram dois caras e me botaram um capuz e me levaram para esse tal de “inferno verde”. Houve as tradicionais torturas.***⁵² E eu notei quando o cara disse que era do Doi-Codi, que tratasse ele sempre por doutor [...] ***eu notei que eles queriam mais era me destruir psicologicamente do que qualquer outra coisa. Era desmoralizar... aí eu disse “tá legal”. A escola do PCB era boa nisso [...]*** eu disse uma poção de mentira e outras verdades, mas eu notei que não tinha muito interesse em mim, porque eu fui um dos presos do fim da queda. (Edson Pereira, depoimento em 06 de março de 2014)

A polícia agia, como determinava a DSN, como se estivesse enfrentando perigosos terroristas:

quando eu olhei, tinha uma metralhadora apontada para a casa. Eu mesmo fiquei apavorado com tanta coisa absurda. Puxa! Eu me senti assim com um poder que eu nunca imaginava. Porque a informação que foi passada para eles era que eu tinha farto material subversivo. Eles foram atrás de um terrorista na mentalidade deles. Então tinha metralhadoras, soldados do exército, e um desses caminhões do exército. (Valter Pinheiro, depoimento em 28 de abril de 2014)

Valter ressaltou a força desproporcional e a exibição de agressividade, até mesmo com os livros: “eles foram logo recolhendo a máquina, o rádio e colocaram abaixo os livros. Eles não precisavam jogar os livros no chão, mas eles olhavam e jogavam no chão. E folheavam os livros para ver se encontravam alguma coisa” (Valter Pinheiro).

Os episódios de humilhação foram frequentes nos depoimentos. Desde piadas, passando pela exigência do torturador Xavier de ser chamado de “doutor”, até as sevícias que envolveram órgãos genitais, de diversas formas o regime mostrava que sua intenção era de

⁵² Oswald Barroso (depoimento em 24 de junho de 2014) fala dessa prática em Recife, demonstrando ser disseminada: “DOI-Codi era a coisa mais horrível do mundo. Enfiaram logo um capuz na cabeça, algemaram, deram logo umas porradas, tiraram a roupa, enfiaram num camburão”.

eliminação moral. Por outro lado, havia a propaganda que elevava o potencial violento das organizações clandestinas: Ruth conta que os soldados levavam familiares para visitarem, a fim de conhecerem a “perigosa terrorista” que tinha passado na televisão. O estado de exceção brasileiro, com a Doutrina de Segurança Nacional, criou um fosso entre os militantes e o restante da sociedade. Não apenas violentos, mas também sujeitos amorais e transgressores. Na situação de tortura, o agressor não via ali um ser humano, e sim uma grave ameaça geral: à nação, aos valores, à ordem, a tudo. Não apenas pelas informações, a tortura buscou matar simbolicamente o opositor da ditadura.

6.2.3. Outras formas de prejuízos e as vítimas inocentes

A noção de prejuízo foi fundamental para se consolidar as denúncias dos “porões da ditadura”. Era preciso que se relatasse as torturas, ameaças e sequelas permanentes pela ação cruel dos agentes da repressão, que tinham sido anistiados. Como fala Gonçalves (2006: 92) sobre os pedidos de indenização na Comissão de Anistia, a perseguição política era apresentada como causa de desventuras pessoais permanentes, ela era responsável por danos físicos e morais prolongados. A ênfase dada aos malefícios pessoais duradouros tinha a dimensão estratégica de angariar a indenização, mas também tinha o propósito de inscrever a memória que estava sob o risco de desaparecer. Como dissemos, nos anos após o fim do regime, as narrativas sobre a crueldade das torturas sobrepujaram as histórias dos outros tipos de violência. Do ponto de vista legal, apenas a “ofensa moral” não era suficiente para conseguir a indenização (ibidem: 110), deixando de lado as narrativas de violência moral e as outras formas de agressão, que puderam na Comissão aqui pesquisada se apresentar.

Helena Serra Azul, que estava alinhada com a proposta da Comissão de Anistia de registrar os prejuízos permanentes para os envolvidos na luta contra a ditadura, tinha essa preocupação de trazer isso em seu depoimento:

Mas na hora quando eles souberam, quando os meninos contaram [que estava grávida do primeiro filho], passaram a fazer isso [torturas]. À noite ameaça de aborto, empurrão, essas coisas que eu nem gosto muito de contar, e eles torturaram o Chico na minha frente. Tanto que isso é uma coisa se eu não sei se é pior: ser torturada ou fazer isso para você confirmar. Inclusive fiquei com uma sensação horrível de que você é culpada, é uma sensação horrível. Depois que eu saí da prisão, no primeiro carnaval, não consigo lembrar se foi em Recife ou se foi aqui, eu vi um policial espancando um rapaz e eu fiz maior escândalo, mas eu fiz um escândalo, eu me descontrolei, era como se estivesse revivendo aquele negócio. (Depoimento em 10 de março de 2014)

Helena também contou sobre os esquecimentos que se obrigou para não delatar ninguém, motivados por um medo tão grande do interrogatório, que se tornou uma sequela que até hoje não superou, esquecendo sem querer de nomes e lugares. Porém, essa fala de Helena não foi a regra. Nos depoimentos foi mais presente a noção de **superação** da experiência violenta e de prejuízos numa forma mais geral e subjetiva. Um exemplo interessante ocorreu no depoimento de Assis Aderaldo, quando ao final do depoimento ele foi perguntado quais eram na sua visão os principais danos sofridos pela universidade e para si próprio em decorrência do golpe militar:

*Além de cortar a cabeça de uma ou várias gerações, que não tiveram a oportunidade de uma formação política... Você [para César Barreira] pegou também essa época, fomos contemporâneos, se discutia muita política, tudo. **Essa animação de participação e o culto à discussão, à palavra, valorização da militância. Eu vejo esse como o maior prejuízo** [...] vejo o aspecto da militância, da formação dessa meninada em termos de contestar, discutir. Há uns anos atrás eu entrei no mestrado na UECE de Políticas Públicas [...] Uma das coisas que me impressionou no começo (a meninada brilhante, as meninas fantásticas, eu era o vovozinho deles) [...] os meninos às vezes, quando se discutia uma coisa, diziam "mas isso aí é ideológico, essa é uma posição ideológica". Isso é uma posição que me tá encucada, se você coloca uma posição por ideologia é falsa. [...] Acho que isso ainda é rescaldo desse medo, desse perigo. **Perdas eu tive, mas isso não me impediu nem de viver alegremente nem de conseguir sobreviver até razoavelmente. Eu estou satisfeito, consegui ser feliz à minha maneira.** Tenho sequelas da idade, das doenças, problemas de depressão, mas de resto vou levando.*

Virgínia: *Você acha que esses problemas são consequência [da repressão]?*

Assis Aderaldo: *Não acho. Depressão é coisa que, às vezes olho pra trás e talvez eu já tivesse na juventude, só que eu não tinha tempo, no meio da militância, da paixão, não tinha tempo. (Depoimento em 30 de junho de 2014)*

Esse trecho traz alguns elementos para se pensar. Quando perguntado sobre prejuízos, ele reforça a imagem dos valores de uma geração que se perdeu: o gosto pela política, com a participação e o engajamento. Um dano simbólico, referente a valores, de perda de uma postura diante do mundo de uma geração. Ao falar sobre si mesmo, Assis Aderaldo reconhece que sofreu pela perseguição, mas que isso foi superado, não tendo “sequelas” ou prejuízos permanentes em decorrência da militância, e sim pelas desventuras da própria vida. Virgínia, professora participante da Comissão, interessada no registro de danos pessoais e na documentação das consequências do regime civil-militar, tenta provocar uma associação entre problemas pessoais de Assis e a repressão sofrida, mas ele foi categórico: não houve. Não empenhado em ganhar uma causa, como nos pedidos estudados por Danyelle Gonçalves, e podendo analisar de forma distante os acontecimentos, Assis Aderaldo não responsabiliza a repressão policial por nenhum problema pessoal por que passou, tudo foi superado.

De modo geral, ocorreu nos depoimentos uma expressão de **cansaço** ao se falar de torturas e sequelas. A insistência no registro desses crimes lesa humanidade tornava falas como “aconteceram as torturas que todos já conhecem”, “aquilo que se sabe” ou “não gosto de falar sobre isso” bastante frequentes, sem entrarem em detalhes e abordando outros assuntos em seguida. Rosa da Fonseca, por exemplo, que possui sequelas no corpo decorrentes da tortura (que só fui saber depois de seu depoimento), não falou sobre isso na Comissão. Pode-se supor que Rosa não falou sobre isso por acreditar ser de conhecimento geral, amplamente divulgado, não sendo necessário mais registrar isso. Contudo, essa hipótese é contraditória porque Rosa falou sobre outros eventos que são de “conhecimento geral”, como seu debate com o ministro Jarbas Passarinho. Então não é apenas para “não se repetir” que o assunto sobre as torturas é deixado de lado.

A decisão de falar ou não das torturas sofridas mobiliza diversos fatores. Walmick Vieira passou dois dias na “Casa dos Horrores” de Maranguape, lugar máximo das violações de direitos humanos e de vazio jurídico, mas não descreveu qualquer tortura sofrida, deixando apenas subentendido e logo mudando de assunto. Por outro lado, Valter Pinheiro descreveu em detalhes as torturas sofridas na Casa dos Horrores, que dentre as diversas sevícias esteve a ameaça de castração da qual falamos. Lourival Aguiar, o Zito, não foi torturado da forma “mais cruel”, mas descreveu em detalhes o seu interrogatório, em que foi impedido de dormir e beber água. Lincoln Moraes descreveu as torturas sofridas nas mãos de Laudelino e Pires, ressaltando a bravura de ter resistido, bravura citada como exemplo de “heroísmo”.

O trabalho de Arantes (2013) se debruça sobre os aspectos do trauma ocasionado pela tortura: os danos psicológicos permanentes que a situação de *vida nua* e a completa subjugação podem ocasionar, sendo o exemplo recorrente trazido pela a autora o suicídio de Frei Tito já na França, tempos depois da prisão no Brasil. Falar do próprio sofrimento não é agradável, relembrar situações de profunda dor não faz sentido se não tiver algum outro propósito que compense o mal-estar. Sem dúvidas, tangenciar o assunto “tortura” envolve a economia psíquica de não abordar assuntos dolorosos, mas, observando a Comissão, acreditamos que há mais do que isso.

O **cansaço** de falar sobre as torturas sofridas presentes em muitos dos depoimentos estava associado com o desejo de superar a narrativa de vitimização dos presos políticos. Isso fica mais claro quando analisamos a situação oposta, a de falar da tortura: quando eram trazidas as descrições das sevícias sofridas, era como oportunidade de ressaltar a resistência e a integridade moral de não delator companheiros, como nos casos de Zito e Lincoln Moraes. Ou seja, falar da tortura ressurge como oportunidade de obtenção de

reconhecimento, de valorização pessoal. Já no caso de Valter Pinheiro, a descrição detalhada das torturas sofridas estava envolvida numa luta pelo reconhecimento como pertencente ao grupo dos que *lutaram contra a ditadura*: Valter é pouco conhecido pelos outros anistiados, não sendo estudado em nenhum outro trabalho (seu convite se deu por ele representar a atuação repressiva nas faculdades do interior do Estado, por ter sido preso em Limoeiro do Norte, estando fora do “centro”). Como um *outsider*, Valter buscou com o seu sofrimento obter enfim o reconhecimento de seus pares, estar dentro da comunidade de memória.

O cansaço também se referia ao propósito de poder falar sobre outros acontecimentos, não apenas da tortura: contar boas histórias, eventos marcantes, narrativas pouco conhecidas ou deixadas de lado. Rebater o clichê sobre pensar na ditadura só como um momento de torturas. Inocêncio Uchôa, por exemplo, não detalhou as torturas sofridas, mas se estendeu longamente sobre a sua atuação no movimento sindical, ressaltando que não parou de militar depois que foi preso. Por quê?

O depoimento de Manoel Fonseca provavelmente foi o que mais foi evidente na demonstração de “cansaço” ao falar sobre a própria história como militante clandestino na ditadura. Fonseca não foi exultante sobre sua atuação estudantil: considerou que fez nada extraordinário quando foi do ME, mesmo tendo sido dirigente local da AP. Quando se jogou na clandestinidade com a esposa e começou a trabalhar em fábricas, no contexto pós-AI-5, conta que não foi por um projeto revolucionário, mas por falta de opção mesmo, para sobreviver economicamente. Distante e sem interesse de permanecer militando na AP, continua vinculado ao partido por falta de opção, por serem as pessoas do partido aquelas que ele conhecia, não por uma “entrega ao ideal” ou “sonho”. Preso e torturado (sem entrar em detalhes) por 40 dias, não dá nenhuma informação à polícia porque não sabia de nada, e não porque possuísse alguma firmeza moral ou compromisso - talvez acabasse contando algo se de fato soubesse. Quando perguntado sobre os prejuízos pessoais sofridos, Fonseca assim responde:

Tudo isso a gente passou, teve tortura, teve filho que foi sequestrado. Então, talvez a sorte... o termo usado agora é a resiliência (a capacidade que a gente tem de diante de uma situação difícil de soerguer), talvez a gente praticou muito isso. De superar essa situação toda e não ficar louco. Eu não gosto de falar muito da tortura, mas ela deixa a pessoa completamente vulnerável. Você não é ninguém, você fica exposto. Durante muito tempo eu não podia ouvir um bem-te-vi cantar porque quando eu fui preso tinha um cantando próximo. Eu não podia ouvir a batida de uma porta de carro com força porque me lembrava da hora que eu fui preso. A Iracema tem um horror a telefone, ela faz tudo no computador, mas telefone... porque tinha uma campainha que tocava. Então essas coisas ficaram por um tempo, mas depois a gente passou a ressignificar essas coisas. [...] Então, é claro que no começo, quando a gente volta pra faculdade, o pessoal olha assim com um pouco de medo da gente, a

gente fica como se fosse um pária. *Mas eu acho que a gente conseguiu superar e acho que estamos bem da cabeça. Eu, Iracema, meus filhos.* A gente tentou muito não afetá-los, não ficar remoendo as coisas. A Iracema não dá entrevista sobre tortura. Nada. Só quando precisa muito... Ela só fez algumas... E a gente preservou muito os filhos. (Depoimento em 09 de maio de 2015)

Fonseca durante seu depoimento não demonstrou grande satisfação de contar sua história. Não viu como um momento de celebração de si. Quando foi sequestrado com sua esposa e seus dois filhos pequenos em Recife, os agentes policiais ficaram com a posse de seus filhos, num dos casos mais bárbaros do regime. O momento em que Fonseca deixou a fala fluir, sem precisar ser perguntado ou estimulado, foi quando relatou sua participação na fundação do Partido dos Trabalhadores no Ceará e a atuação como secretário na Prefeitura na década de oitenta, divagando sobre os conflitos políticos daquela época. Mesmo que reconheça a crueldade da tortura, o centro da fala de Fonseca é a resiliência e a superação. Contudo, no final de seu depoimento, ao lembrar o reencontro com seu filho mais velho depois do cárcere, Manoel Fonseca veio às lágrimas: “*O Ernesto* [filho de Fonseca] *logo depois que ele foi entregue, ele não queria falar comigo, porque parece que eles diziam que eu queria matar a Iracema* [sua esposa]. *Ele dizia: ‘Eu não quero saber de você. Você quer matar minha mãe’.* [momento de emoção]” (Manoel Fonseca).

A narrativa de Fonseca priorizou outros aspectos da vivência em uma ditadura. Ao falar dos danos sofridos, trouxe o caso da destruição do Instituto de Medicina Preventiva (IMEP), que pela presença de professores próximos ao PCB foi abolido. No IMEP se estudava Antropologia, Sociologia, História e outras ciências humanas além das áreas da saúde, era de uma tradição médica humanista e sanitarista. O IMEP possuía um valor castrado pela ditadura e foi uma perda irreparável sua extinção. Outro dano que Fonseca priorizou foi a prisão de sua companheira Iracema por 40 dias, apesar dela não possuir qualquer militância: foi simplesmente presa, torturada e “devolvida” (*sic*), sendo depois absolvida.

Os depoimentos estavam relativamente distantes da obrigação de resistir contra o esquecimento por meio da *vitimização* e da narrativa de sofrimento de si. Com isso, houve abertura para denúncias de outros tipos de violência, como as vítimas pouco conhecidas, os chamados “expurgos brancos” sofridos e a situação de “pária” depois da prisão.

Oswald Barroso registrou em seu depoimento o suicídio de Bartolomeu, que era ator e membro do GRUTA: ele foi preso, torturado e humilhado por ser homossexual. Valton Miranda fala de seu amigo Nelson, que militava no ME: sujeito brilhante, falava doze línguas, Nelson não resistiu à pressão da situação de perseguido e se suicidou. Helena Serra Azul contou que uma prima sua, muito próxima e criada junta, foi presa, interrogada e ameaçada

mesmo não tendo qualquer envolvimento político, apenas por ser próxima à Helena (que aconselhou à prima que entrasse na Comissão de Anistia). João de Paula, quando preso em 1969, presenciou esta situação:

Eu me lembro de um caso que ficou marcado: Era uma menina bem... Janete, o nome dela. Uma estudantezinha, e ela era mirradinha, magrinha, franzina. E foi o exército que a trouxe, trouxe a menina, ela toda esbagaçada e ficou lá vários dias e se recuperou [no IPPS]. *Quando os militares vieram pegar ela de novo [...] presos comuns que tinham visto como ela chegou e eles fizeram uma confusão que o diretor [da prisão] disse lá, chamou o Exército, e disse: “Olha, eu não vou entregar essa moça não, porque se eu entregar eu vou ter aqui uma rebelião...”* Quer dizer, aqueles bichos embrutecidos, aquilo lá eram criminosos de todos os tipos, assassinos, ladrões e tal. Mas diante daquela coisa, eles viram, eles viram a menina como tinha chegado lá e sabiam que os militares tinham trazido daquele jeito. E na hora que eles vieram, fizeram uma confusão: era batendo lata, penico... coisas que eles fazem nas prisões. (Depoimento em 04 de junho de 2014)

Trazer essas histórias se faz importante para ressaltar que não foram perseguidos apenas “terroristas em ações armadas” como sustentou a versão oficial e os entusiastas do regime até os dias de hoje. O autoritarismo policial do Brasil não se iniciou na ditadura e nem se encerrou com ela. Essas histórias de repressão fora do binômio “resistência” e “ditadura” ampliam o escopo de atuação policial: todos se tornam vítimas em potencial da arbitrariedade do estado de exceção. Um exemplo disso foi o caso do médico Bruno, confundido como médico que teria ajudado Gilberto Telmo na ação de São Benedito, sendo preso e torturado por engano. Oswald Barroso contou que, durante a sua prisão, com vários agentes armados invadindo sua casa, seu cachorro foi assassinado arbitrariamente.

Outro tipo de prejuízo inscrito nos depoimentos foi a situação de “pária” e os “expurgos brancos” sofridos. Após sair da prisão, Lourival Aguiar disse que foram os piores meses que passou na vida, na condição de “leproso” em que ninguém queria se aproximar dele por medo. Inocêncio Uchôa também falou sobre sua situação liberto da prisão, que foi quem chamou essa situação de “pária”.

Os “expurgos brancos” era uma forma menos explícita de o regime punir os opositores políticos. Motta (2014: 175~) fala das várias formas que a ditadura encontrou de perseguir aqueles de opiniões discordantes sem apelar para o sequestro e a prisão, tais como boicote para a promoção profissional, impedimento ao acesso de bolsas de estudos ou financiamento de projetos. O regime fazia o que eles chamavam de “triagem ideológica” e barravam aqueles estigmatizados como “subversivos” ou comunistas de diversas formas. Edson Pereira foi demitido de seu cargo na prefeitura da cidade de Granja pelo seu “antepassado político”. César Barreira contou que foi impedido de dar aula em 73 pelo seu

“passado político”. Da mesma forma, Helena Serra Azul foi proibida de assumir seu emprego na Secretaria de Saúde do Estado pelo seu passado político. Assis Aderaldo contou:

um colega me chamou para trabalhar na SECREL. *Mas o Ricardo disse que era muito meu amigo, mas que não podia [aceitar que Assis trabalhasse na SECREL] porque ele trabalhava com vários órgãos do governo federal e tal.* Também acho que ele tinha lá as suas razões, ele ia perder seus contratos. Lascava ele e não ia resolver meus problemas. (Depoimento em 30 de junho de 2014)

Oswald Barroso foi limitado a escrever no caderno de arte e cultura do jornal O Povo para não ter espaço para falar de política. Quando pediu seus dados à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Oswald encontrou que foi seguido pelos órgãos de informação por anos: “até 88 eles me acompanhavam. Eu entrei no jornal, eles *‘infiltrou-se no jornal O Povo para fazer subversão’*, *‘foi trabalhar nas cooperativas: infiltrou-se’*. **Tudo era infiltrado.** Tudo que eu fazia era subversão. Eles acompanhavam o dia-a-dia da pessoa até 88” (Depoimento em 24 de junho de 2014). Valton Miranda contou a humilhação que foi colar grau separado de seus colegas, proibido de discursar contra o golpe, como se tivesse cometido um crime ou algo indigno.

Finalmente, procuramos nesse momento do trabalho apresentar outro aspecto do regime ditatorial para além das torturas e prisões. O objetivo era ressaltar a violência moral perpetrada pelos agentes policiais e trazer histórias menos conhecidas de perseguição e prejuízo. Ao falarmos das “vítimas inocentes” e dos expurgos brancos, temos o objetivo de rebater a concepção de que o país estava numa guerra contra “organizações terroristas”: na realidade, as forças opositoras foram inflacionadas. Ocorreu uma situação curiosa a partir de 1972. Quase todas as organizações dizimadas, com a grande maioria dos militantes presos, as forças repressivas ociosas buscavam qualquer tipo de suspeita. Foi nesse momento, sedentos por vítimas, que Walmick Vieira há anos distante da militância política (pelo menos cinco anos que não atuava politicamente em partidos) e Valter Pinheiro foram presos: já eram professores, mas pelo seu passado “impune” foram presos. Sem possuírem um alvo para descarregar as forças repressivas, os órgãos de segurança começam a pressionar o governo por meio de atos terroristas, sendo o mais famoso deles o Atentado ao Riocentro em 1981.

Nesse sentido de ampliar a noção de perdas e prejuízos, Geraldo Magela assim falou sobre a entrada na Comissão de Anistia pelo direito de ressarcimento:

Me questionaram muito: “Você não vai pedir indenização?”. *E eu disse: “Não, porque o que os militares fizeram pra mim não tem preço. Eles me mataram numa coisa fundamental. Todas as minhas amigas eram em Belém, eram em Fortaleza... É aquelas que a gente faz pela adolescência”.* Eu chego aqui, o pessoal

da praia, que hoje não mora mais ninguém na praia, ainda se dá um jeito de reunir, marcar almoço pra gente conversar, ficar jogando conversa fora... Quer dizer, eram os meus amigos que estavam aqui e eu fui obrigado a ir embora daqui [...] *só quem viveu 4 anos clandestino, sem ter uma amizade, você não tinha um amigo, não podia se relacionar com ninguém* (Depoimento em 16 de maio de 2014)

Os prejuízos da ditadura não foram apenas físicos, mas principalmente morais. Nesse sentido se faz importante contar sobre as outras histórias, ampliar o foco da discussão apenas da tortura, mudando a atenção da vitimização⁵³ para a atuação política e outros tipos de consequências do regime, como fizeram nossos informantes.

6.3. A autocrítica

O livro de memórias do professor Luiz Roberto Salinas Fortes, *Retrato Calado*, é um livro direto e de pouco sentimentalismo. Preso três vezes pela repressão policial a partir de 1970, sendo a primeira delas pela Operação Bandeirantes (OBAN), o livro de Salinas nem é um livro de exaltação de si e da memória da “resistência”, e nem é um livro de denúncia e vitimização. Tal como nos livros do italiano Primo Levi sobre o campo de concentração e o fim da II Guerra (*É isso um homem?* e *A Trégua*), há no livro de Salinas uma zona cinzenta, na qual se misturam algozes e vítimas, uma narrativa aquém do bem e do mal (Agamben, 2008: 31). Nas palavras do próprio autor, as torturas criaram uma “contaminação recíproca” (Fortes, 2012: 41) entre os lados envolvidos, e se aproveitar dessa situação para se congratular como pessoa é um “heroísmo barato”. Não há lugar para vitórias ou conquistas, todos os lados são derrotados.

O momento central do registro mnemônico de Salinas foi quando, durante as sessões de tortura, ele entregou uma companheira de militância, ou seja, ele foi um delator e fracassou no seu “dever revolucionário”:

[o torturador] me mostra a fotografia daquela outra amiga que acharam entre minhas coisas e que, durante a sessão-relâmpago dos raios doloridos [choque elétricos sofridos], dos arrepios descarregados dos fios grudados nos dedos dos pés, durante a agonia vomitara eu seu nome e a informação. Sinistra colaboração, covardia, por que não resisti como o vietcongue? E agora a consequência da fraqueza. (ibidem: 62-3)

⁵³ Tal como ocorria nos pedidos da Comissão de Anistia: “Mesmo alguns dos que afirmam sua militância o fazem sem muito alarde, em poucas frases, sem fazer uma conexão direta entre a participação política e a prisão. Nota-se que nas narrativas a maior importância dada é em relação à ideia de injustiça da prisão e das sequelas advindas. Há um processo de “vitimização” do sujeito e daí se depreende que, ao suprimir a história de militância ou da participação política na luta contra a ditadura, a injustiça pela prisão se revela maior.” (Gonçalves, 2006: 103)

Salinas não foi como os heróis Carlos Marighella e Apolônio de Carvalho, que resistiram às sevícias e ainda humilharam os torturadores, demonstrando com isso serem pessoas muito melhores que os “crápulas”. Quando foi preso, o autor parecia perdido, não entendendo o que estava acontecendo, era feito de juguete nas mãos dos policiais: na realidade, os policiais estavam vários passos à sua frente, eram muito mais espertos e inteligentes que ele. No fim do interrogatório, ao sair do recinto de torturas, quase pede desculpas aos policiais por não ter sabido o que fazer diante de tantas perguntas (ibidem: 57). Era um pedido de perdão por não poder ajudar e pela sujeira que fez sem querer na sala (pela tortura, Salinas defecou involuntariamente).

Como ocorre com Primo Levi, que registra em suas memórias as situações em que teve de se submeter à corrupção no campo de concentração e que só se salvou por ter ido à enfermaria, por acaso, não por um ato de bravura ou de coragem, Luiz Roberto Salinas não se posiciona como um herói ou como alguém digno de algum reconhecimento especial. Não há nenhum feito glorioso, nada extraordinário. Na realidade, ele está mais próximo de um “anti-herói”, por registrar as limitações, hesitações e fraquezas. Ou, de forma mais precisa, Salinas está fora das dicotomias “heróis” e “vilões”, “vítimas” e “carrascos”: submetido ao estado de exceção, só há o que perder, nada a ganhar. Escrever seu testemunho é uma forma de realmente dar para si uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, de tentar aceitar para si mesmo que cedeu ao torturador não por ser “menos” capaz, e sim pelo sistema que destrói a dignidade humana.

Neste momento do trabalho, ao falarmos sobre a autocrítica, traremos os momentos dos depoimentos que se contrapõem à narrativa que analisamos sobre o sentimento de nostalgia. A unidade da comunidade de memória mostra suas fissuras internas, a figura do herói é problematizada e a ideia de uma geração gloriosa é, mesmo que sutilmente, criticada e motivo de riso. As pressões morais por “firmeza ideológica” mostram sua faceta cruel e os temas “tabus” põem em cheque a narrativa que glorifica a resistência.

6.3.1. Cobranças morais e desilusões com a luta

Daniel Aarão Reis (1990), em “A revolução faltou ao encontro”, analisou a estrutura interna das organizações clandestinas que lutaram durante a ditadura, procurando nos militantes que participaram da luta contra o regime as “crenças” que funcionaram como “mitos coesionadores” das organizações. Os comunistas, quando procuravam as razões para o golpe ter acontecido e a “revolução” não ter sido bem sucedida, buscavam explicações nas

falhas das próprias organizações: excesso de discussão teórica, radicalismo pequeno-burguês, falta de estrutura organizacional, problema na composição dos partidos etc. Ou seja, o fracasso ou o sucesso eram responsabilidades do Partido, nunca da realidade externa.

Essa supervalorização das capacidades do partido revolucionário fazia com que as análises da situação se enviessem pela “utopia do impasse”: a ditadura logo colapsaria, entrando numa estagnação, e ocorreria a revolução “inevitável” (ibidem: 54). Por exemplo, a análise comum à decretação do AI-5 foi que ele era expressão do isolamento da ditadura, um “golpe de desespero”, um sinal de “debilidade” (ibidem: 69).

Eu brinco muito às vezes com o Arlindo [Soares], porque isso ficou muito marcante, eu digo às vezes nas nossas análises de distanciamento da realidade e da conjuntura: estávamos em uma reunião do DCE, bastante polêmica, sobre a nossa atuação, de como fazer e tal... e eu lembro - *é por isso que eu brinco muito com o Arlindo, uma análise de conjuntura perfeita [tom de ironia]*, nós não sabíamos [que] o ato (AI-5) já estava sendo decretado, mas nós não sabíamos disso: *estávamos discutindo, dizendo que o capitalismo internacional, no atual momento, não teria força de dar nenhum golpe e que nós teríamos que avançar e passar [adiante] (risos)*. E quando eu chego em casa e abro a televisão, tava sendo noticiado o AI-5 e eu disse: “Essa análise de conjuntura foi importantíssima, o que estávamos dizendo da impossibilidade estava acontecendo.” (Horácio Frota, depoimento em 09 de junho de 2014)

A utopia do impasse era um “fatalismo positivo”: a vitória revolucionária era questão de tempo. Ou seja, embora com táticas diferentes às do PCB tradicional, optando pelo guevarismo (modelo cubano) ou pelo maoísmo (modelo chinês), as premissas e as análises da realidade sócio-econômica eram as mesmas nas organizações “dissidentes” que as do antigo PCB, que se referiam à Internacional Comunista: “a caracterização da crise econômica como antessala para a crise política e explosão social e a visão catastrófica – o capitalismo agoniza – e teleológica do processo social – a história tem um rumo, o mundo marcha para o socialismo” (ibidem: 71).

Com efeito, as cisões internas no PCB não ocorriam pela ruptura com os princípios de pensamento, mas pela crítica de os “princípios” não estarem sendo devidamente empregados (ibidem: 110), isto é, as dissidências continuavam o projeto marxista-leninista do Partidão: a “Revolução” está sempre avançando, mesmo com reveses, cabendo à organização de vanguarda guiar o processo como detentora da “teoria científica da marcha da história”. Contudo, como se mostrou, ao invés de sinal de fraqueza e um ato apenas defensivo do regime, o AI-5 foi uma ofensiva de um Governo que se fortificava e preparava um novo ciclo de prosperidade. Não era um momento de colapso.

O “partido de vanguarda” dava aos militantes “sensações e noções – inebriantes – de superioridade” (ibidem: 119). Ser membro do “agrupamento de elite”, os quais eram os partidos revolucionários, era se distinguir de uma pessoa comum tornar-se dirigente do processo que iria mudar o mundo. Contudo, essa transformação dos militantes em “novos seres especiais” obriga ao membro do partido, por sua vez, o cumprimento de uma série de obrigações: o militante está sempre em débito com o partido. A dívida com o partido não para de crescer e a culpa da derrota é pela falta de “doação” ao partido. Para ser um militante “como se deve” é preciso corresponder a um “leque de virtudes”: ser “estudioso, firme, discreto, seguro, solidário, ligado à massa” (ibidem: 121). O militante deveria ter uma vida exemplar: *“um militante de um partido é uma espécie de padre, de freira: ele cumpre missões, ‘vá pra tal canto, vá pra tal canto’. Eu era um militante do partido antigo. Não me interessava saber pra onde eu ia”* (Pedro Albuquerque, depoimento em 23 de maio de 2014). Aarão Reis chama de “complexo da dívida” essa cobrança impossível de ser correspondida pelo militante, que é a culpa de todos os fracassos por não ter sido “bom o suficiente”.

Na busca de corresponder às cobranças por dedicação e virtudes, existia uma série de tarefas que o militante deveria realizar. Havia os **debates teóricos** para formular os argumentos de autoridade e as referências revolucionárias internacionais, em que também se estudava a “realidade brasileira” (ibidem 124). Era necessário separar tempo e dedicação para os **debates político-teóricos internos**, em que se interiorizava a linha política do partido, formulavam-se as linhas de ação e produziam-se os “informes”, como panfletos e comunicados. Por fim, tão importante quanto as outras duas tarefas, existia o **trabalho de massa** como tarefa externa, recrutando novos quadros e fazendo a política de penetração: agitação e panfletagem em áreas populares, portas de fábricas, favelas etc.

Como as demandas eram impossíveis de serem correspondidas de forma satisfatória em todas as áreas (domínio teórico, atividade partidária interna e o trabalho de massa), sendo inevitável a prioridade em alguma tarefa em detrimento de outra, ocorria uma concentração em alguma atividade que gerava sua correspondente crítica: “internistas”, “burocratas”, “frentistas”, “massistas”, “tarefeiros”, “teoricistas” etc. Todas as organizações tinham falhas internas por não serem capazes de fazer “tudo”, sempre era possível apontar algo que não estava perfeito. Sempre faltava algo.

A militância era um “Trabalho de Sísifo”⁵⁴: miragem inalcançável, porém estimulante e capaz de dar coesão à organização (ibidem: 129). Nesse sentido, os “heróis” dos quais falamos ocupam um lugar de celebração da autoridade que “amplifica o complexo da dívida, pois o arquétipo será sempre inalcançável, insuperável” (ibidem: 130). No limite, se todos os militantes fossem como Carlos Marighella, a revolução seria vitoriosa. Conseqüentemente, se a revolução não foi bem sucedida, foi porque os militantes não eram suficientemente bons como Marighella: estavam em falta com o partido.

Além do ideal não correspondido pelos militantes, outra explicação dada pelos partidos para os fracassos era a influência pequeno-burguesa nas organizações: “esquerdismo ou direitismo, timidez ou audácia, conciliação ou aventura, passividade ou ativismo” (ibidem: 147), tudo era culpa da presença da mentalidade pequeno-burguesa dentro das organizações. Era necessário que o pequeno-burguês se suicidasse enquanto classe para renascer como revolucionário. Em todas as organizações havia o dilema de como superar a composição pequeno-burguesa e de como penetrar na classe operária, a *verdadeira* vanguarda revolucionária. Esse dilema tinha sua razão de ser: conforme mostraram os dados do BNM, o tipo comum de militante que foi preso pela ditadura era universitário, jovem, urbano e homem. Isso numa realidade brasileira de população com baixa escolaridade e ainda marcadamente rural.

O cerne da discussão para Aarão Reis é que as organizações revolucionárias eram agrupamentos de **elite**. A relação era ambígua com essa origem intelectualizada dos militantes, que por um lado subestimavam a “questão democrática” e a luta institucional, mas por outro teorizavam a importância da adesão popular e do trabalho de massa. Constantemente divididas e indecisas, as organizações comunistas culpavam a si mesmas pelo fracasso revolucionário, pois a revolução em si era inevitável, sendo o problema a falta de disciplina partidária e “entrega” de seus membros.

Marialice Foracchi (1965: 288) também fala da condição ambígua do estudante que se engaja na militância política: o estudante reconhece sua condição pequeno-burguesa, mas quer superá-la. Nesse afã de superar a si mesmo, de cometer o suicídio da sua origem de classe, “alguns setores do movimento estudantil desenvolvem uma linha contrária de argumentação [contra o ME se limitar a ser grupo reivindicativo] que busca estabelecer não os direitos mas os *deveres* do estudante” (ibidem: 290). Como discutimos no Capítulo 4, o

⁵⁴ “Evitar o ‘esquerdismo’, não derivar no ‘direitismo’, e não esquecer que a equidistância entre os dois – o ‘centrismo’ – deveria ser também repudiada: nada mais intolerável para um revolucionário do que ficar ‘em cima do muro’” (ibidem: 133).

Movimento Estudantil outorga para si mesmo uma missão como “classe esclarecida” de participar como liderança da mudança social, muito semelhante à estrutura do partido de vanguarda estudado por Aarão Reis. O estudante seria o ator social responsável pela conscientização das massas por conta de sua condição privilegiada, seria o condutor do movimento revolucionário, o cérebro.

Foracchi é crítica das possibilidades de práxis estudantil. A condição de classe dos estudantes impossibilita o protagonismo revolucionário por três fatores: 1) Confinamento estrutural da pequena-burguesia, que lhe distancia da sociedade como um todo; 2) Ambígua posição ideológica, que impede uma unidade de classe (a classe média é instável); 3) A atomização de categorias transitórias, como a condição de estudante (ibidem: 291-2). O mote do ME de “ousar com prudência” escancara a contradição interna desse movimento que teria acreditado ser capaz de revolucionar o país. Nesse ponto, Aarão Reis e Marialice Foracchi discordam: para o primeiro autor, a “revolução faltou ao encontro” não por problemas das organizações de vanguarda (elas eram semelhantes às das revoluções russa, chinesa e cubana), mas pela dissintonia entre a sociedade e a vanguarda; para a autora, por outro lado, desde o início a composição de classe média dos estudantes, que depois enveredaram para luta armada, fadava a luta revolucionária ao fracasso.

Nossos informantes falam com distância da vivência estudantil e a atuação na clandestinidade. Essa condição possibilita a autocrítica desse sistema de cobrança e de superação de si mesmo, trazendo muitos dos elementos estudados por Aarão Reis e Foracchi. Por exemplo, sobre a inflação das próprias capacidades:

Então a gente achava que era muito engenhoso, espirituoso [...] conseguir uma fuga dessa [a fuga de Ruth Cavalcante]... nesse tempo era uma ilusão muito grande, eu achava, porque a gente se achava muito forte, muito poderoso, muito capaz de fazer as coisas. Depois o pessoal inventou uma *molotov*, o Machado e o pessoal da Química, inventou uma *molotov* que pelo atrito no chão ela explodia. (Oswald Barroso, depoimento em 24 de junho de 2014)

Essa fala de Oswald Barroso demonstra uma oscilação. Ela se inicia em tom de crítica com a “ilusão muito grande” da época, de se sentir capaz de “fazer muitas coisas”, mas logo em seguida relembra uma das façanhas dos militantes da época, a de produzir um coquetel *molotov* sem pavio que facilitava o confronto com a polícia nas manifestações de 68. Oswald parece querer dizer que os estudantes se equivocaram sobre as próprias capacidades, mas ao mesmo tempo faziam coisas incríveis. Nosso informante parece criticar os equívocos da época ao mesmo tempo em que exalta as façanhas.

Relembrar as discussões da época contém consigo a crítica do “despreparo” e a ignorância sobre as questões políticas internacionais:

Eu me lembro de que na primeira reunião da AP era uma discussão sobre o conflito sino-soviético. *Eu disse “o que é sino-soviético pelo amor de Deus? Que palavra sino é essa? De onde vem essa palavra, sino?”*. Aí, quando terminou, “é o jeito a gente perguntar ao Pet [Petrúcio] Maia o que é isso, o que quer dizer essa palavra sino”. Então eu fui perguntar. Ele foi explicar. *Nós éramos completamente analfabetos em relação ao contexto internacional, as grandes políticas. Daí foi que a gente começou a estudar. Mais diretamente, obrigatoriamente, era Mao Tse-Tung, praticamente era bíblia [frisos], era basicamente o livro vermelho que a gente estudava.* (Ruth Cavalcante, depoimento em 03 de abril de 2014)

Essa autocrítica nas entrelinhas questiona como seria possível revolucionar um país sem saber o que significa “sino”? Ao mesmo tempo, a fala de Ruth Cavalcante traz o esforço dos estudantes para se prepararem, estudando para obter a qualificação necessária. Os estudantes não estavam “prontos”, mas estavam se formando, superando-se. Eles estavam no processo. A participação em grupo de estudo, em discussões, a busca pelo conhecimento teórico e político foram muito lembrados, registrando que a militância política formava os estudantes para luta política.

Em diversos momentos se trouxe a leitura que só “deu errado” pela incapacidade do militante, que não era “bom o suficiente”:

eu acho que nós caímos muito porque o brasileiro é muito indisciplinado, se tivesse seguido a norma de segurança não tinha caído nem um terço. Obviamente deve ter sido o KGB que as normas que passou para Cuba. *As normas eram muito bem elaboradas, por exemplo, você era de uma célula você não deveria conhecer ninguém pelo nome real, nem o endereço, nem onde morava, nem o local de trabalho, só deveria tomar conhecimento de uma ação quem participava dela.* Todo bem elaborado. Não beber. Eu me lembro de uma vez um dos nossos começou a beber: “ei, macho, num tem uma regra aqui que não é pra beber”. “Que é isso, macho, eu bebo me garanto mais”. Aí de repente ele começou a falar em Guevara, em Fidel Castro, Marighella, Lamarca, onde não tinha nada a ver. A sorte é que não tinha nenhum policial. [...] *era discutido amplamente as normas de segurança.* (Machado Bezerra, depoimento em 28 de abril de 2014)

Machado explica as prisões pela falta de compromisso com o sistema de segurança, uma falta de disciplina partidária. Uma melhor adequação às regras, com maior preparo e entrega, teria evitado boa parte das prisões e, provavelmente, obtido sucesso revolucionário. Em outras palavras, faltou apenas corrigir essas falhas dos militantes, porque

do ponto de vista *teórico* tinha tudo para dar certo. A culpa era dos próprios militantes, que não tinham as qualidades necessárias. Nos conceitos de Aarão Reis, a culpa pelo fracasso seria dos estudantes que não “pagarem” a dívida com o partido.

Se por um lado há a crítica do despreparo, por outro há a autocrítica de acreditar ser possível viver como um operário, mesmo sendo de origem das classes médias:

Para você ver: a gente tinha muita ilusão, muita ilusão, muita ilusão. Não sabia com quem estava lidando. [...] o Manoel Domingos também preso, torturado. E aí eu digo “não, cara, eu não fico aqui não” e aí eu fui, eu saí de casa [...] era insustentável viver desse jeito. *Daí eu fui morar com os operários, fui realmente morar com os operários, que era o meu grande sonho.* [...] Aí morava com esse pessoal. Para tu ter uma ideia, o chão era de barro, terra batida, barro, tinha dia que eu tirava dez bichos-de-pé do meu pé. Eu andava com aquelas sandálias franciscanas, porque eu sempre andava vestido assim meio hippie, com calça boca de sino, camisa, cabelão, bolsa a tiracolo e sandália. *Tinha dia de tirar dez bichos-de-pé do meu pé. Mas eu achava o máximo [riso].* Comecei a namorar com essa castanheira [operária] [risos], aí que eu achei bom mesmo: a pobre, rapaz, sofria tanto [com o trabalho na fábrica]... aí eu conheci a vida popular de sofrimento. (Oswald Barroso, depoimento em 24 de junho de 2014)

Seguindo a linha maoísta, os militantes de AP, como Oswald Barroso, tinham a determinação política de seus militantes ingressarem na produção e integrarem-se com as classes populares. Era a concretização da “morte” da origem de classe média, tendo que ir para o campo se aproximar de camponeses e para as fábricas ficarem junto aos operários. A *correção* da origem de classe média possibilitaria o sucesso revolucionário, talvez por isso Oswald se sentisse tão feliz vivendo como um operário: estava finalmente se tornando um agente revolucionário capaz, abandonando sua condição de classe. Era seu momento de protagonismo. Helena Serra Azul conta as dificuldades no sertão pernambucano: “isso era um verdadeiro horror, porque tinha que tomar leite escondido [para tratar dos furúnculos adquiridos pelo trabalho no canavial], e essas coisas que se choca, a questão da cultura, papel higiênico, que era difícil lá, desodorante” (Depoimento em 10 de março de 2014); ela também contou o estranhamento da população local com um casal (Helena e Chico) completamente dissonantes dos próprios camponeses.

Abdicar completamente da identidade pessoal, incluindo mudar de nome, exigia uma entrega que, em algumas vezes, se transformava em desilusão com a luta. Assim conta Ruth Cavalcante sobre os meses que passou no Vale do Ribeira:

O Vale da Ribeira, que saia bala até de dentro das árvores, onde estava o Lamarca. O lugar mais perigoso do país. Porque o partido queria fazer uma guerrilha ali e outra no Araguaia. Ali onde estava o Lamarca. Aí nós fomos para lá, para o Vale do Ribeira, eu e o João. Ficamos lá um ano, e foi quando entramos em

contradição: **“isso não tem sentido!”** De um companheiro para o outro você tinha que andar quase um dia, isolado... **aquela loucura!** João disse: “não tá vendo que isso não tem fundamento?” A gente lia até os anúncios de venda de carro, porque não tinha o que ler. “João, não tem sentido um negócio desse, pelo amor de Deus, a revolução vai levar 300 anos para acontecer desse jeito.”[...] **Quando o Pedro Pomar chegou, nós falamos: “companheiros nós não queremos ficar aqui não, não tem a menor condição, porque isso vai levar anos para acontecer. Nós queremos nos desligar do partido.”** Foi tão complicado para a gente se desligar desse partido. (Depoimento em 03 de abril de 2014)

João de Paula explica de outra forma o abandono da militância pelo PCdoB:

foi a minha conclusão de que a coisa do PCdoB, que era o ideário da União Soviética, depois da China... Nesse ínterim, isso foi no ano de 72, ocorreu a aproximação da China com o Nixon. E a China tinha conquistado todos os jovens mais sonhadores porque dizia que a União Soviética não representava mais os ideais da defesa do socialismo, porque tinha se rendido aos americanos. E a China se aproxima dos EUA. **Só sei que eu disse: “Não. Esse negócio não dá mais pra mim, gente. Eu estou fora e eu não concordo com isso não. Pra mim está muito claro que há um jogo de interesses. Aqui é a China defendendo seus interesses como país. Eu sou interessado nos interesses do Brasil. Não quero saber mais desse papo, eu quero sair daqui.”** (Depoimento em 04 de junho de 2014)

A desilusão com a militância, que significa se afastar do “complexo da dívida” com o partido, é um tema delicado. Mesmo quando o militante se desliga de modo organizado do partido, é para se tornar simpatizante ou contribuinte eventual (Aarão Reis, 1990: 135). Havia grande receio de se tornar um “traidor”, sendo necessário que o afastamento fosse feito com cuidados. Horácio Frota e Assis Aderaldo reconheceram que se afastaram na militância, mas que sempre apoiaram quando podiam durante a década de 70 com abrigo e logística e, depois, atuando pela Anistia. O afastamento da luta no período é muito associado com as impossibilidades de se atuar num governo ditatorial, pelas informações de companheiros que estavam sendo torturados e mortos. Era questão de sobrevivência, não se tinha escolha. É uma justificativa que, nas entrelinhas, é também um pedido de desculpas. Não se entra em “contradição com o partido” sem razão.

No caso de Ruth e João de Paula, foi pela situação considerada por eles como esdrúxula de se isolar no Vale do Ribeira e achar que assim aconteceria a revolução. Outro caso lembrado foi o de Marco Penaforte, que era liderança estudantil e militante da AP, que durante a prisão se dedicou exclusivamente à religião (“entregou-se a Jesus”, disse Lourival Aguiar). Essas histórias são menos gloriosas, menos exaltadas. Foram contadas rapidamente, sem muitos detalhes. Como o depoimento era lugar de celebrar a si mesmo e à comunidade de memória dos que “lutaram contra a ditadura”, abordar as decepções, abandonos e desilusões se torna um tema deixado de lado. A crítica ao “complexo da dívida”, que exigia dos militantes serem teóricos, políticos, carismáticos, guerreiros, proletários e bons alunos, dentre

outras exigências, é feita com sutileza na maioria dos casos. O mais comum foi o tom elogioso da própria geração e do próprio grupo político.

A autocrítica mais comum era com relação ao “despreparo” e à ilusão, no sentido do trecho que citamos acima de Oswald Barroso. Porém, é possível uma crítica mais aguda. Arlindo Soares é um caso interessante nesse sentido. Ele, para explicar o porquê de a revolução não ter ocorrido, fala da “desorganização, infantilidade muito grande” (Rozowykwiat, 2014: 153). Na prisão em Pernambuco veio a mudança política, um “esclarecimento”: optou por uma militância mais “técnica”, aberta e legal. Passa a defender a luta democrática dentro do capitalismo, que apesar dos problemas, mostrou-se o melhor sistema. É crítico das lutas da época: eram antidemocráticas, queriam derrubar a ditadura para impor outra. Na década de 80, Arlindo se filiou ao PMDB e se aproximou de Jarbas Vasconcelos. As críticas de Arlindo nos remetem aos conflitos internos e aos assuntos “tabus” no interior do grupo de memória.

6.3.2. Conflitos internos e assuntos tabus

Quando falamos sobre nostalgia, privilegiamos os aspectos de semelhança, coesão e proximidade entre os estudantes. Essa homogeneidade é ressaltada nos momentos em que se busca reconhecimento e pertencimento à “geração que lutou contra a ditadura” e ao “ME que marcou época”, que jamais foi igualado no impacto social. Para angariar reconhecimento e valorização, os depoentes enfatizaram o que eles tinham em comum. Porém, houve em diversos momentos a demonstração de conflitos internos e temas que abalavam a construção coletiva dessa identidade valorizada.

Um desses momentos de conflito entre os membros dessa identidade “autovalorizada” foi quando Lourival Aguiar falava sobre as três forças do Movimento Estudantil que participaram da eleição para o DCE em 1968:

Zito: Então, tinha uma do PC do B, tinha uma da AP e tinha os trotskistas. As três forças que existiam na universidade. *A nossa força [trotskista] era a mais radical, mas era a menor. Era a mais combativa.*

Helena: (balança a cabeça negativamente e ri discretamente)

Zito [que percebe a negativa de Helena]: Claro, eu já ia dizer: bote as aspas... *É porque na linha de frente na passeata quem estava lá e levava as primeiras bordoadas era a Aliança Operária Estudantil Camponesa [trotskista].*

Helena: Isso foi brincadeira [de minha parte]... [como quem pede para desconsiderar a sua reação]

Zito: Eu sei. [volta à narrativa sobre o Movimento Estudantil] (Lourival Aguiar, depoimento em 12 de março de 2014)

Apesar da formalidade de Helena Serra Azul enquanto integrante da Comissão que entrevistava Zito, ela não pôde mascarar o incômodo pela opinião de serem os trotskistas os mais “combativos”. Sua reação espontânea foi de discordar do entrevistado. Helena aos 18 anos entrou na clandestinidade, foi para o interior de Pernambuco com o marido, recém-casada, para se inserir no meio canavieiro para fazer a “revolução” inspirada no modelo maoísta adotado pela AP; ela foi presa e torturada estando grávida e seu filho nasceu durante o cárcere. Ela não aceitou que Zito, o qual não foi torturado e não entrou abruptamente na clandestinidade, mantendo uma vida parcialmente legal, sendo sua atuação pela “Revolução” receber jornais trotskistas clandestinos pelo correio, considerasse a si mesmo enquanto trotskista o “mais combativo”.

Maia Júnior (2008) descreve diversos conflitos internos entre as posições partidárias. Em seu livro, a luta por reconhecimento está muito voltada pela valorização da própria linha política: o PCdoB como sendo a organização mais articulada, a AP como a mais organizada e que conduzia as manifestações e os trotskistas como os mais dispostos ao enfrentamento nas manifestações. A tese de Bráulio Ramalho sobre a hegemonia do PCdoB é bastante criticada por Maia Júnior, que vê o trabalho de Ramalho como um exemplo da busca pela valorização do próprio partido. Se no momento de nostalgia valorizava-se a conduta inclusiva do PCdoB, na autocrítica ele surge como impeditivo para o enfrentamento:

No primeiro confronto a polícia levou a pior, não sabia (também não tinha os escudos que tem hoje), não tinha a menor noção de lutas marciais, e a gente só dava porrada neles. *Mas a gente queria fazer mais e o PCdoB freando a gente. Por isso que o Fabiani deu a ideia: vamos criar outro [grupo para atuar nas manifestações], do jeito que tá aí não dá não. A gente queria bater na TFP. A gente batia na TFP. A TFP vivia esculhambando com a gente. Nós não queremos apenas ir para as manifestações, nós queremos pegar o pessoal da TFP e dar um monte de péia. Tocamos fogo no carro da TFP. A gente era bem mais doído do que você imaginava.* (Machado Bezerra, depoimento em 28 de abril de 2014)

Como falamos nos capítulos 4 e 5, o ME pendulava entre a posição de grupo de pressão e a radicalização pela luta revolucionária, num conflito que se tornou claro em 1968 entre as linhas de Vladimir Palmeira e de José Dirceu no Congresso de Ibiúna. Esse dilema não foi resolvido no presente. A discussão se se deveria ter radicalizado mais na luta ou se era preciso mais cautela e recuo estratégico perpassou muitos depoimentos. Valton Miranda, que militou no PCB e depois no PCdoB, era a favor da cautela e contou sobre um episódio com Sales, militante da ALN:

"Valtão, quero que tu veja um negócio" [disse Sales] - isso foi antes de São Benedito. Ele me levou ali perto do palácio do bispo, onde tem umas casas por trás,

ali onde a prefeitura funcionou um tempo. Fomos lá, ele tirou umas tábuas de uma casa que tem um assoalho de tábua, e eu digo "o que é que tem aí, Sales?", eu não enxergava; *aí ele "pega, passa a mão". E estava cheio de armas. "E tu quer essas armas pra quê?", "rapaz, nós temos que nos preparar pro processo revolucionário", e eu disse "eu vou é esquecer que eu ouvi essa besteira".* (Depoimento em 04 de junho de 2014)

Para Valton, pegar em armas era uma “tolice”, um “radicalismo pequeno-burguês”. Inocêncio Uchôa, contrapondo-se à imagem de que os militantes que pegaram em armas eram mais “corajosos”, justifica a posição de sua linha política:

nós da 4ª Internacional achávamos que tinha que fazer revolução armada, inclusive nós tínhamos participado de um processo guerrilheiro lá na Bolívia, *mas a gente achava que no Brasil nós não tínhamos força militar, nós tínhamos que acumular força militar, achávamos até assim um pouco irresponsável – no bom sentido, né, um pouco apressado – era a chamada “pressa pequeno-burguesa”, e você queria pegar de arma na mão sabendo que não vai pra lugar nenhum, não tinha como.* (Depoimento em 26 de março de 2014)

Nosso informante ressalta que mais adiante a 4ª Internacional pegaria sim em armas, afinal não há revolução sem confronto, mas não naquele momento, que era inapropriado. Importante o cuidado que Inocêncio tem ao chamar de “irresponsável” o caminho pela luta armada, amenizando logo em seguida a avaliação. O debate acerca do quanto a luta deveria ter se radicalizado remete a dois eventos que estamos chamando de “tabu”.

O primeiro deles é o “Caso São Benedito”: a ALN do Ceará se organizava com o comando nacional para iniciar uma guerrilha na cidade de São Benedito, na Serra da Ibiapaba. José Bento era um proprietário de terras que doou armas e apoiava a ALN na região (Mota, 2009: 54). A filha de José Bento se envolvia com o comerciante José Armando Rodrigues, sujeito importante na cidade que sairia para vice-prefeito pela ARENA nas próximas eleições. Ocorreu que certo dia José Bento vai a Fortaleza pedir a execução de José Armando Rodrigues o acusando de possuir uma lista dos integrantes da ALN que ele (José Armando) entregaria à polícia. Mas não era só isso: o comerciante tinha tirado a “honra” da filha de José Bento, sendo dever da organização “fazer justiça”. Sílvio Mota, que era o dirigente da ALN, estava sob treinamento em Cuba, deixando o comando da ALN para Sales, que decide por praticar o “justiçamento” de José Armando Rodrigues. O comerciante foi detido pelos integrantes da ALN e morto com quatro tiros. Seu corpo foi jogado por um barranco.

O “Caso São Benedito” teve grande destaque nos jornais e mobilizou grande contingente policial. A fuga foi frustrada e todos os envolvidos na ação foram presos, nos quais estavam Gilberto Telmo e Sales. A avaliação de Sílvio Mota do Caso São Benedito é

que ele foi um erro crasso que arruinou uma organização que desde 1967 se fortalecia no Ceará (ibidem: 76), isto é, jogou no lixo todo o trabalho da ALN. Subestimaram o poder da polícia, caíram na “conduta triunfalista” (ibidem: 78). Na lógica apresentada por Aarão Reis, Silvio Mota julga o Caso como um “erro de comando”, um desvio de liderança, culpando principalmente Sales, que quase foi justificado pela ALN e condenado ao ostracismo.

Airton de Farias (2007: 193) propõe uma análise que fuja de termos passionais ou individuais. A investigação do que foi São Benedito, que praticamente dizimou a luta armada no Ceará, tem que contextualizar o “clima de paranoia” que crescia nas organizações, principalmente depois da morte de Antônio Bem Cardoso na cidade de Jati, dois meses antes do Caso. A tese de Farias é que o “justiçamento” do comerciante estava inserido na crescente repressão policial, que pressionava os militantes. Em outras palavras, o Caso São Benedito era fruto do encurralamento das organizações armadas, que por outro lado tinham excesso de confiança nas próprias capacidades: a soma do “triumfalismo” com a pressão repressiva resultou numa morte que, para a memória de nossos informantes, mancha a identidade do militante como alguém de moral elevado. A morte de um “inocente” rebaixa a luta armada ao patamar da ditadura, isto é, praticando violação de direitos humanos. Entre as críticas que se fez a ação, destacamos a fala de Valton:

houve também, logo depois, não lembro a data, aquela história de São Benedito, que envolveu algumas pessoas. Eu sabia que haveria aquela história do pessoal que estava indo pra São Benedito. *Eu digo "rapaz, São Benedito não é aquelas montanhas lá de Cuba, não é a Sierra Maestra não. A Ibiapaba não é a Sierra Maestra não"*. E acabou uma coisa meio trágica, porque depois, no dia em que eu soube que mataram uma pessoa lá (tá vendo esse tipo de maluquice que dá)... Eu sempre tinha o tino do psiquiatra, eu separava o que era doídice de uma decisão política relativamente racional, porque nenhuma decisão política é absolutamente racional. Então esse tipo de coisa eu achava que não tinha sentido, porque o processo revolucionário não se deflagra senão com condições objetivas muito adequadas, que isso não existia e que aquilo era uma coisa complicada. E isso acabou acontecendo. *Uma dessas pessoas era o Sales, que tinha essa mania do sectarismo*. (Depoimento em 04 de junho de 2014)

O outro assunto conflituoso de se falar foi o protesto conhecido como “Quebra-Quebra do USIS”. No dia primeiro de abril de 1968 se organizou um protesto com as várias forças do ME contra o golpe que completava quatro anos. Maia Júnior (2008: 230) fala em duas versões sobre o que aconteceu: a primeira delas conta que de forma **espontânea** os estudantes começaram a jogar pedras e paus na fachada do USIS (*United States Information Service*), símbolo do imperialismo estadunidense; a segunda versão fala de uma **ação deliberada** do PCdoB, que queria mostrar firmeza e radicalização (há poucos dias ocorrera a morte de Edson Luiz). O início da depredação do USIS acarretou em grande conflito com a

polícia, sendo alguns estudantes presos e causando grande repercussão nos jornais. A consequência do “Quebra-Quebra” foi a criminalização dos protestos.

Há uma preocupação muito grande, nas composições [de memória], em se evitar mais detalhes acerca de um episódio em que o movimento agride antes de ser agredido, em que “radicaliza” e que acabou por criar argumentos negativos para o movimento e para a ação dos grupos políticos (ibidem: 235 *sic*)

Para o autor, a versão “espontânea” tenta salvaguardar a memória do ME como não-sectário e não-violento. Pedro Albuquerque, por outro lado, argumenta que a ação do “Quebra-Quebra” foi deliberada, fazendo uma análise do Movimento Estudantil em 1968:

Em 68 entrou o Genoíno. [...] Genoíno era o presidente do DCE. Importante destacar o porquê do Genoíno. O candidato do partido era eu, mas meu nome era muito a cara do partido, e atrairia uma oposição muito forte de trotskistas e AP, e o partido não conseguiria ampliar mais. **O partido precisava de um discurso mais contundente.** O partido tentava entrar na área de apoio dos trotskistas e da AP. **Pra conseguir esse apoio precisava de um candidato que fizesse um discurso também próximo da AP e dos trotskistas. O negociador era eu. Era um discurso não para se aproximar da AP e dos trotskistas, mas para invadir as bases deles. A orientação do partido era "nós temos que enfrentar a violência da polícia com a nossa violência".** Tínhamos que partir pra essa etapa, até então nossa luta era democrática, ampla, dentro da universidade. **Em 68 começamos a dizer que nós precisávamos enfrentar a violência com a violência.** Foi nesse ano que começamos a possuir bomba *molotov*. **Ainda na nossa gestão nós decidimos quebrar o USIS. A quebra do USIS não foi um movimento espontâneo. Havia uma decisão tomada para quebrar o USIS. Pra quê? Pra simbolizar a nossa luta contra o imperialismo. O Genoíno cumpriu muito bem o papel.** [...] nessa eleição o Genoíno fazia o discurso, cumpria o papel. **Foi um ano de muita violência, de choque, a gente começou a levar as bombas molotov, já surgiam na universidade os grupos da ALN, um grupo que já pensava em luta armada. As coisas eram dirigidas nessa direção.** (Depoimento em 23 de maio de 2014)

A memória desse evento racha as opiniões. Helena Serra Azul considerou um equívoco, que só fez afastar o Movimento da população. Como citamos, Pedro Albuquerque fala que ele foi um momento importante de radicalização. O “Quebra-Quebra do USIS” também rebate a posição inocente do ME, que estava passivo nos confrontos com a polícia ou que tomava apenas a posição defensiva.

Nesse ponto queria dizer que nós não fomos apenas vítimas desse processo, nós também fomos sujeitos do processo. Não importa se tinha ou não ditadura, nós já fazíamos política antes da ditadura. **Nós éramos atores políticos, independentemente da ditadura. Nós não podemos apenas fazer o discurso da vítima, a gente estava dentro do processo,** no governo do João Goulart já lutávamos por reforma agrária, todas as reformas, transformações do Brasil. Nós éramos atores políticos e sociais intensamente. (Pedro Albuquerque)

Outro assunto delicado de se falar é sobre os “delatores”, aqueles que “traíram” o movimento e “mudaram de lado”. Se Bergson é o “militante ausente” do sentimento de nostalgia, Telmo⁵⁵ é a figura sombria da memória sobre a luta contra a ditadura. Falar dele era desconfortante: momento de reticências e tom de voz baixo. Mesmo que José Machado tenha o responsabilizado claramente por sua prisão.⁵⁶ Telmo envolve um engodo entre ter sido vítima ou vilão, principalmente depois que deu entrada no pedido de reparação na Comissão de Anistia. Gilberto Telmo é responsabilizado pela queda em massa do PCdoB, pela ruína da ALN e, inclusive, pela prisão de diversos inocentes, como o Doutor Bruno e o pai de Helena Serra Azul. Silvio Mota (2009: 140) é taxativo: os delatores sabiam o que lhes esperava na prisão, portanto são sim culpados e traidores, o que não significa diminuir o crime contra a humanidade dos torturadores. Esse debate sobre o lugar do “delator” remete à gradação dos valores, que Assis considera cruel:

Havia esses processos em que muitas pessoas foram afastadas porque fraquejaram. Não é o caso de se passar pro outro lado (casos em que viravam o diabo). Mas ainda há hoje muitas conversas, aquela restrição "fulano falou, não aguentou a porrada", faz uma gradação. Uma vez um amigo meu falou pra mim "não, tu apanhou pouco", e eu digo "também acho, apanhei tão pouco que não aprendi até hoje". Eles fazem uma gradação do teu sofrimento, do teu... eu acho cruel. (Depoimento em 30 de junho de 2014)

Assis Aderaldo para reforçar sua visão cita o caso do livreiro Majela⁵⁷:

o caso de um companheiro nosso que foi preso naquela época e correu naquela época, e naquela época corria tudo, muita bobajada, que ***ele tinha aberto tudo, demonizaram o cara***. O cara se escondeu, não aparecia em canto nenhum e marcou umas três vezes que ia lá na [Comissão de] Anistia e não aparecia. Um dia ele foi. Eu já estava com o depoimento dele do processo aqui da Auditoria [Militar]. Ele prestou esse depoimento preso ainda no Paulo Sarasate. O Majela trabalha aqui, é

⁵⁵ Foi estudante de Química da UFC e militou na ALN. Sua história é nacionalmente conhecida, como por exemplo: “O delator quer dinheiro”, matéria sobre Telmo na revista IstoÉ (17/08/2012). Nessa matéria a irmã de Helena Serra Azul, Maria do Carmo (Cacau) defende que ele não foi torturado, e sim que desde o início era um colaborador, o que o coloca imediatamente no lado do “inimigo”, junto com o Cabo Anselmo.

⁵⁶ “o Telmo caiu, caiu lá em São Paulo, derrubando todo mundo. De acordo com a doutora Wanda o depoimento dele era dessa altura aqui [referindo-se à quantidade de informações que ele ofereceu para a repressão]. Levei azar, mestre”. Já Helena Serra Azul associa de forma rápida o depoimento de “folhas e mais folhas” de Telmo com a prisão em massa de militantes do PCdoB em 1972.

⁵⁷ Um dia eu estava comprando livros numa livraria da Av. Treze de Maio e lá se encontrava Majela, que eu ainda não tinha reconhecido, e presenciei isto: no balcão da livraria um sujeito que se dizia policial começou a defender as ações repressivas da ditadura, pois elas teriam salvado o país do comunismo. Imediatamente Majela se alterou, levantou-se e começou a gritar com dedo em riste: “nunca defenda a ditadura! foi um governo criminoso que, eu vi com meus próprios olhos, matou e torturou amigos meus!”. E não parou de condenar a fala do suposto policial, ficando cada vez mais alterado e falando mais alto. Foi preciso que o filho de Majela lhe retirasse da livraria, por receio com a saúde do pai.

livreiro [...] ele estava preso no IPPS e ele entregou os torturadores na frente, foi de uma coragem danada porque ele tinha que voltar lá e podiam pegar ele em qualquer madrugada e buscar. ***O tratamento dessa questão valeria a pena vocês fuçarem, dói mas muita gente foi injustiçada pra cacete nesse negócio, quer dizer, como se torturasse novamente o torturado que não aguentou porrada.*** Eu não sei se eu passasse por um negócio diferente do que eu passei se eu não dizia tudo. Ninguém pode bater no peito e dizer [...] é um erro e, de certo modo, uma prepotência de quem não apanhou muito. Não existe, tem caras que numa situação de pau contam [...] voltando pro Magela, o cara teve muita coragem. [...] No fim dessa história ele fez um desabafo. ***Ele disse "olha Assis, essa é a primeira vez em que eu estou falando o assunto desde aquela data". Nem com a mulher ele falava e ninguém perguntava, porque sabia que aquilo ia arrebentar com o cara. O que era a tortura e a incompreensão.*** (Assis Aderaldo)

Apenas um dos depoentes afirmou ter sido responsável pela prisão de companheiros, mas sua “falha” foi apaziguada pelas condições em que ela ocorreu:

quando você sabe que a pessoa foi presa, você sustenta no máximo 10 dias, aí você vai embora. Só que já tinha passado 23 dias, e o pessoal não tinha saído de casa, aí foi foda, né? No caso era o Fonseca, a Iracema e os filhos. [...] ***Para mim, eu não tinha respondido, no pensamento, a essa perguntas e tinha dito já, revelado, onde estava o Fonseca e a Iracema. Aí eu digo “Porra, entreguei”, aí os caras como viram que eu estava muito doido, aí foram lá, me levaram lá para cima, “agora você vai ter um tratamento aqui, vamos chamar médico, não sei o quê”*** (Oswald Barroso, depoimento em 24 de junho de 2014)

Como a delação é um assunto delicado, não foi muitas vezes abordado. Zito, por exemplo, pediu para o gravador ser desligado quando falava sobre a intervenção no CESC, para não parecer que estava condenando algum colega. Sobre os “dedos-duros” havia menos complacência que com os que “abriram sob tortura”: Horácio fala abertamente de Cândida e Araújo como colaboradores do regime dentro da universidade.

A tese de Gonçalves (2006) analisou as diferentes disputas sobre o *merecimento* ou não de se receber a indenização na Comissão de Anistia. Nesse julgamento interno dos anistiados, a autora trabalhou com a gradação de valores da qual falamos. Nessa classificação exercida no interior do campo dos anistiados, as posições dos delatores, como Telmo, e de quem partiu para o exílio são criticadas. Interessante que, na disputa sobre aqueles que tiveram a vida mais “fácil” ao partir para o exílio, Ruth Cavalcante (que se exilou na Alemanha com João de Paula) produziu um raciocínio na Comissão muito semelhante ao dado na entrevista para Danyelle Gonçalves, como se tivesse passado por uma elaboração anterior:

muitas vezes as pessoas veem o exílio apenas como um ganho. É um ganho, porque você terminar um curso na Alemanha, você ter chance de conhecer vários países, mas você perder a vinculação com a sua pátria, só os escravos souberam definir isso

com o *banzo*. O *banzo* é uma coisa indizível. Do que se tem saudade? Eu tenho saudade da Helena, da minha mãe, tudo são concretos. O país é a questão da cultura, dos valores... *Você ter saudade dos valores? Como é que pode? Saudade da música, da cultura, do cheiro das coisas? Então, é uma saudade indizível, só sentida mesmo, porque o exílio traz isso. Muitas vezes eu me sentia como se eu estivesse no palco representando, porque eu não fazia parte daquilo ali. A cultura, o jeito de a gente ser, é uma marca de identidade tão profunda que o exílio é doloroso nesse sentido. É doloroso.*” (Ruth Cavalcante, depoimento em 03 de abril de 2014)

Os conflitos internos e os assuntos “tabus” fragilizam a construção da identidade coletiva de nossos informantes, principalmente no seu aspecto unificador. As posições sobre a luta armada, a radicalização da luta e o julgamento dos “delatores” são divergentes, contudo não o suficiente para abalar a construção da identidade compartilhada. Para finalizarmos, citamos duas falas que discordam sobre a derrota ou a vitória, mas que, mesmo assim, reforçam os laços e os valores em comum:

Eu somente queria dizer, para concluir, que eu passei por essa situação porque eu tinha convicções políticas, porque eu achava que tinha que contribuir mesmo. *E não participei apenas porque eu queria que mudasse da ditadura militar para um estado de direito burguês. Eu não estava na luta para isso: estava na luta para a tomada do poder, e diferente da maioria que acha que nós fomos derrotados, eu não penso assim.* Eu acho que nós travamos uma luta que nós acreditávamos. A nossa luta foi interrompida e houve erros. A questão da guerrilha não foi o caminho realmente de se fazer essa luta, ficamos isolados do povo. *Não houve uma organização de massa dos trabalhadores, da classe operária, dos trabalhadores do campo, não houve essa organização para termos todo esse apoio e concluir com a tomada do poder.* Podemos ter sofrido uma derrota militar, mas o fato de cinquenta anos ainda estarmos perturbando esse pessoal e começar a haver uma cobrança, eu entendo como uma vitória. *O fato de eu estar vivo, e de muitos companheiros estarem vivos, foi uma vitória, porque eles não queriam ninguém vivo, porque eles queriam uma eliminação radical de todos os que eles diziam que eram comunistas, terroristas.* Na realidade os terroristas eram e ainda são eles, porque ainda hoje praticam atos de terrorismo: as forças armadas estão aí não para proteger o que eles chamam de pátria, mas para proteger a propriedade privada. *Então nós saímos de uma derrota do ponto de vista militar, mas tivemos e estamos tendo uma vitória, e que essa luta foi interrompida, mas deve prosseguir.* Enquanto existir o capitalismo, tem de haver a luta para derrubar esse sistema, porque com esse sistema não tem solução para as drogas, não tem solução para a saúde, para o desemprego, para educação. Para coisa nenhuma. *Somente a transformação social em direção ao socialismo é que vai dar resposta para isso. Tenho essa convicção.* (Valter Pinheiro, depoimento em 28 de abril de 2014)

Digo que nós fomos derrotados. Uma parte do pessoal diz que nós fomos vitoriosos porque conseguimos afastar a ditadura e eu digo "sim, mas o nosso objetivo não era esse, nosso objetivo era muito maior". E nós estamos derrotados, porque não conseguimos ainda romper com essa lógica [...] Então, não vou dizer que não valeu a pena porque fizemos a luta, muitos companheiros deram a vida, mas acho que, se não conseguirmos fazer essa ruptura, vamos ficar devendo isso para a história e para os companheiros que tombaram. Então, acho que a maior atitude ou homenagem que nós podemos fazer a todos os companheiros que realmente tombaram e que não podem estar aqui dando esse depoimento, é realmente dimensionar essa crítica categorial ao capitalismo e construirmos um movimento social para romper com essa lógica e construir essa nova relação social, que a gente diz que é a emancipação

humana. *Todos continuam presentes na nossa luta.* (Rosa da Fonseca, depoimento em 2014)

Derrotados ou vencedores, a luta deve continuar. Mesmo em discordância, os posicionamentos de Rosa e Valter confluem para o engajamento político que não pode parar. Os conflitos internos existem, mas não têm força o suficiente para abalar a coesão interna da comunidade de memória.

6.3.3. *Do que riem os estudantes?*

Ao contrário do que se espera de um depoimento sobre perseguição política, observamos na Comissão muitos momentos de bom-humor, de riso e de sátira. Inicialmente se imaginava que isso estaria dentro do sentimento “nostalgia” o qual trabalhamos anteriormente, mas com o avanço do trabalho foi se revelando um traço de autocrítica nesse riso. Esse riso normalmente acontecia nos momentos em que se falava de alguma “ação” ou algo típico daquela época: causou grande riso quando Aimberê Botelho contou que o nome do jornal de seu grupo político era “O Canhão”, por exemplo. Era um riso acompanhado pelos membros da Comissão, como um código compartilhado. Quando era falado sobre os “equivocos” da época, normalmente se acompanhava um riso: “O diretor [do colégio cearense] era um cara que, hoje, eu até entendo que ele era uma cara progressista [risos]... na época, no auge da nossa juventude, quem não estava do nosso lado não era progressista. [mais risos]” (Geraldo Magela, depoimento em 16 de maio de 2014).

A dedicação apesar do reverses também causou riso:

eu me lembro de uma panfletagem que nós fomos fazer na Santa Cecília, aquela fábrica de têxtil na Parangaba: nós na linha do trem, a pé, com uma lata de piche, porque não tinha dinheiro pra comprar spray, não sei nem se tinha spray na época, mas era lata de piche na linha do trem a pé pra fazer o pichamento e voltar. Teve uma vez até que uma pessoa foi presa, não lembro se a Mirtes. *Me lembro de uma vez que eu ia com uma sacola com panfletos pra divulgar numa fábrica ali perto da Francisco Sá e quando eu ia me aproximando da fábrica o fundo do saco rasgou e foi panfleto pra todo lado e eu digo "pronto, tô lascada"* [muitos risos] (Rosa da Fonseca, depoimento em 16 de maio de 2014)

A inocência e a ingenuidade também eram motivos de risadas:

nessa época eu tinha 19 anos. Quando me vi diante do Coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, entrei na sala e o escrivão era o Major Botelho, que era meu vizinho. *Aí quando eu vi o major Botelho, numa máquina de escrever, para datilografar o que eu estava falando, foi nesse momento em que me senti como um adulto. Até então eu não tinha me sentido como adulto na minha vida. Foi a partir desse momento em que pensei "poxa, sou um adulto, o que estou falando aqui, diante do Major Botelho, que era um homem inacessível"*. Isso é muito interessante, quando o

pessoal fala em maioria penal. E aí depois quando o Coronel perguntou "o senhor faz proselitismo na escola?" *Eu: "proselitismo... Coronel, eu não sei o que é proselitismo". Aí ele foi explicar o que era proselitismo [risos de todos].* (Pedro de Albuquerque, depoimento em 23 de maio de 2014)

Alguns depoimentos tiveram a presença do riso de forma mais acentuada. Edson Pereira contou algumas piadas, como o trocadilho do nome do Reitor Fernando Leite, chamado de "Rei'Tolete". Horácio também foi irônico em seu depoimento quando lembrou das discussões sobre os caminhos da ditadura, que era vista como encurralada e sem saída, num trecho já citado, o que depois se mostrou totalmente equivocado. Horário também riu bastante do fato de tudo se tornar passeata: "Olha, manifestações e passeatas (risos) eram muitas, isso aí todo dia. Ia acabando depois e *entrando na Ação Popular e nós nos caracterizávamos passeata com qualquer coisa que tinha que fazer [risos], tinha que sair uma passeata.*" (Depoimento em 09 de junho de 2014). Geraldo Magela também contou outras situações motivadoras de riso, como quando a

AP resolveu (nós tínhamos de 15 a 20 militantes de todo o setor operário) que dava pra gente fazer uma greve do setor têxtil para protestar contra o AI-5 [risos]. *Hoje a gente vendo isso ri, né? [mais risos] É muito voluntarismo, né? E o que é pior é que nós paramos algumas fábricas.* (Depoimento em 16 de maio de 2014)

Porém, o depoimento que mais se caracterizou pela ironia e pelo riso foi o de Oswald Barroso. Já lhe citamos quando falou sobre a "ilusão muito grande" e a felicidade que teve quando foi morar com operários e namorou uma operária. Outro caso contado por ele foi:

[Falando sobre os coquetéis *molotov* levados para as manifestações] Era desse material de pano, esses materiais de limpeza. Uma bucha, você levava uma caixa de fósforos e ainda levava um pouco de gasolina para você jogar na bucha, acender a caixa de fósforos... *Ora, quando a polícia vinha de lá para cá, daqui que você tire essa garrafa, botar gasolina nessa bucha, acender o fósforo... Polícia já tinha passado por cima de você, muito [risos].* E o Zé Maria (eu me lembro dessa história) pegou a garrafa, botou assim na coxa e saiu correndo de medo [mais risos]... *Pessoal dizia "oh! fraqueza ideológica!". Tinha um negócio de fraqueza ideológica [risos].* (Depoimento em 24 de junho de 2014)

O riso de Oswald é uma crítica velada a todo o sistema de compromisso criado entre o militante e a causa revolucionária. Oswald e outros depoentes riram quando relembavam o quanto se sentiam capazes e importantes. Esse riso é o do idoso que olha para si mesmo jovem, que critica a ingenuidade, mas ao mesmo tempo simpatiza com aquele tempo passado.

Nesse sentido, dar risada sobre as ações e as ilusões da época de estudante engajado é uma forma de criticar essa identidade geracional ao mesmo tempo em que lhe situa

num tempo em que “as coisas eram diferentes”. É importante frisar que o riso só é possível naqueles que já “deram a volta por cima”. Valter Pinheiro, que seria um *outsider* na comunidade de memória dos que “lutaram contra a ditadura”, deu um depoimento bastante sério: era preciso construir o seu reconhecimento como uma vítima. Só é possível criticar a própria identidade quando se tem o reconhecimento grupal.

Pelo riso nós podemos compreender o engajamento estudantil na luta contra a ditadura fora da dicotomia que ou lhe venera, com um herói, ou lhe idiotiza, tratando-o como jovem iludido que não sabia o que estava fazendo. O riso pede que o ouvinte compreenda as circunstâncias do que está sendo narrado, ao mesmo tempo distanciando e facilitando a compreensão.

Nobert Elias (1997) se debruçou sobre duas gerações de jovens que lutaram contra uma ordem vigente: a juventude que compôs as milícias da República de Weimar no entre guerras e a juventude que se organizou em partidos clandestinos de linha marxista contra a República de Bonn, na década de 60. As semelhanças entre a geração que lutou contra a República Federativa da Alemanha e a geração que aqui estudamos são relevantes: ambas eram formadas por extrato de burguesia ascendente, de jovens que se rebelaram contra seus pais. No caso alemão, tinha a queixa moral de não ter havido verdadeira punição pelo passado nazista. Não sofrendo coerção econômica evidente como na contradição capital/trabalho para se rebelar, o “marxismo burguês” de que fala Elias (*ibidem*: 221) se alimentou da sensação de coerção mais voltada para as oportunidades. A revolta era contra uma sociedade injusta e de escassa mobilidade, com papéis engessados e sem troca de posições sociais. O marxismo, então, cumpria a função de purificar moralmente o passado nazista e de luta contra o *establishment* representado pelos mais velhos que barravam as oportunidades na Alemanha da década de 60. De forma sintética, foi uma luta de jovens marginalizados da burguesia contra a geração estabelecida nas posições de poder. Em síntese, a sensação de estar sob um regime estático e sem perspectiva era o combustível dos grupos “terroristas” na República de Bonn.

No Capítulo 4 nos detivemos no prefácio escrito por um militar ao livro de Poerner. Mesmo postulando posições contrárias ao autor do livro que prefaciou, o coronel Bevilacqua falou do engajamento estudantil como independente da causa política em si, que depois se mostrou na tese do livro *O Poder Jovem*. Nessa linha, o trabalho de Foracchi (1965) fala da motivação política como luta por espaço na sociedade, que na integração do jovem lhe frustra com o trabalho precarizado: pelo trabalho o jovem percebe os problemas da estrutura social e faz crescer o desejo de mudança.

Na tentativa de uma síntese de nossa reflexão, a militância revolucionária funcionava como um meio dos jovens criarem uma sociedade que lhes reconhecesse suas qualidades. O riso, portanto, não é de diminuição ou de negação do passado, mas de reconhecimento que a luta não era precisamente no espectro marxista, mas sim por uma mudança. Pelo riso se faz a crítica dos aspectos geracionais e de classe dos estudantes que lutaram contra a ditadura, mas sem abalar o vínculo criado pela memória compartilhada. Funciona como um mecanismo que permite a problematização do próprio grupo sem, contudo, abalar as estruturas que lhe sustentam. Rir dos momentos de radicalização ou das “ilusões” é reconhecer as próprias limitações ao mesmo tempo em que cria empatia e compreensão.

7. SÍNTESE FINAL, LACUNAS E O PORVIR

Esta dissertação precisa ser lida como inserida no tempo em que foi produzida. Quando ela foi iniciada, na primeira metade do ano de 2014, o Brasil ainda vivia um momento de entusiasmo consigo: viria a Copa do Mundo de futebol e o país melhorava nos índices econômicos e de distribuição de renda. De modo geral, havia uma perspectiva positiva sobre a política brasileira, que tomava medidas importantes como a Comissão Nacional da Verdade e programas que facilitavam o acesso da população ao ensino superior.

Contudo, como se sabe, os anos seguintes foram desastrosos em vários sentidos. No que se refere precisamente à memória do passado ditatorial, a impressão é de que o “tiro saiu pela culatra”. Por razões que ainda precisam ser investigadas, houve uma explosão de revisionistas e negacionistas sobre o que foi a ditadura, resgatando mentiras e versões que há anos estavam sepultadas, tais como só ter sido vítima da ditadura quem estava na luta armada, isto é, só houve mortes em “combate”.

Enquanto eu ouvia “Ustra Vive!” se tornar um grito de guerra dos eleitores de Jair Bolsonaro, que são na sua maioria jovens e de minha geração, eu me dedicava a ouvir e a ouvir novamente os depoimentos prestados na Comissão da Verdade das Universidades do Ceará. Enquanto eu via os cartazes que pediam “intervenção militar”, eu trabalhava sobre a construção do grupo dos que “lutaram contra a ditadura”. Em certo momento fiquei tão confuso que decidi me isolar do que acontecia “no presente”: avaliando hoje essa decisão, ela foi fundamental para que eu encontrasse as ideias de analisar os depoimentos com as noções de “geração” e “identidade”.

Normalmente, ao abordar o tema da ditadura, é comum fazer referências a Halbwachs (1990) e Pollak (1989 e 1992). O primeiro para enfatizar o aspecto unificador e de produção de identidade da memória, no que ela é capaz de unir e formar coesão nas pessoas: essa seria a memória coletiva impositiva. O segundo destaca os conflitos relacionados à memória, tratando do processo de produção da memória coletiva como uma luta que silencia as memórias “derrotadas”, relegadas a espaços subterrâneos e minoritários, persistindo principalmente pela memória oral: é a memória dos vencidos e das minorias.

Nos estudos sobre a ditadura militar brasileira, os testemunhos de presos políticos ocupam o lugar de *resistência* e de *luta* na memória para serem lembrados e registrados. Na luta contra o silenciamento e a violência estatal, houve uma “corrida” pela memória da luta armada, da oposição política e das crueldades perpetradas pelo estado brasileiro. O trabalho

que sintetiza a busca pelo registro das violências estatais e dos testemunhos das vítimas é o *Brasil: Nunca Mais* de 1985.

No entanto, existem dificuldades em reconhecer que essa memória dos "anos de chumbo" e dos "porões do regime" se tornou a memória dominante sobre a ditadura. É a memória que Martins Filho (2002) chama de "memória militante". Surgida da luta contra o processo de esquecimento liderado pelo próprio regime na época da *abertura política*, as "memórias de luta" alcançaram, ao longo das décadas de 2010, uma posição hegemônica nos debates públicos em diversas esferas.

Derrotados na luta contra a ditadura, as *vítimas* conseguiram vencer a batalha da memória: "Na visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas" (ibidem: 179). Numa situação considerada paradoxal para os militares saudosos do regime, quem conseguiu contar a sua versão sobre a ditadura foram os derrotados. Embora tenham sido "vencedores", os militares foram forçados a permanecer em "silêncio" e se sentirem "envergonhados". Ressentidos e com a sensação de traição pela sociedade, as memórias dos militares saudosistas se manifestam como **réplicas** às análises acadêmicas e aos relatos civis da esquerda. Como disse Vasconcelos (2009: 76), para os militares a memória vencedora é: "a vitimização absoluta dos civis e a negação da categoria militar".

O trabalho *Brasil: Nunca Mais* representa a consolidação do "mito da sociedade resistente à ditadura" (Cordeiro, 2015: 336). A ditadura como responsabilidade dos militares e a população como vítima da repressão e da perseguição política. Porém, como ocorre em toda produção mnemônica, essa memória produziu esquecimentos. Um deles é a omissão do fato de que a ditadura militar conquistou apoio popular, resultado de um "pacto ditatorial" entre a sociedade e os generais. Não foram apenas "anos de chumbo", foram também os "anos dourados" e os anos do "milagre brasileiro".

A coincidência entre os anos de maior repressão política serem os mesmos de maior sucesso econômico e de apoio popular do regime impossibilita análises binárias e reducionistas sobre a ditadura e sua relação com a população. O esgotamento das visões binárias ficou manifesto na procura por parte dos depoentes de evidenciar outros aspectos além da luta contra a repressão.

Uma questão que se colocou a mim desde o início da pesquisa era "o que há de novo a se trazer nos estudos sobre a memória da ditadura?". Desconfiava que eu só estivesse compilando e reproduzindo as pesquisas anteriores, trazendo as mesmas referências e muitas vezes os mesmos entrevistados. Essa questão me causava mal-estar. Com o propósito de

tentar algo minimamente novo, investi em aprofundar minha distância dos depoentes da Comissão ao invés de reduzi-la. A manutenção de minha condição de “estrangeiro” talvez seja a principal característica deste trabalho.

Minha mais importante fonte são os depoimentos. Foi através das entrevistas que surgiu a ideia de estudar a valorização da própria identidade geracional, enaltecendo os feitos pessoais e coletivos, e também o lamento pela perda dos valores da “geração revolucionária”, impedida de agir pela ditadura. Foi nos depoimentos que percebi a elisão de falar sobre as torturas, o “cansaço”, o riso, o bom-humor e a busca por reconhecimento de si e para o grupo.

O passar do tempo influenciou diretamente no conteúdo dos depoimentos. De certa maneira consolidada a denúncia dos torturadores e do regime discricionário, os entrevistados viram a possibilidade de contar sobre as histórias que não possuíam espaço no momento em que se precisava registrar os “porões da ditadura”. Foi possível falar dos debates internos ao ME, as passeatas, os casos vividos durante a prisão: assuntos que do ponto de vista da luta política não são tão úteis como as marcas temporais e os traumas prolongados.

Havia dois riscos no estudo sobre os depoimentos que busquei contornar: o primeiro deles é ser “seduzido” pela narrativa heroica, encantando-me pelas grandes façanhas, pela entrega e coragem de se rebelar contra um regime autoritário. O segundo risco é o de reduzir as capacidades de meus informantes como “jovens idealistas”, que não sabiam bem o que estavam fazendo e agiam por “impulso” e sem reflexividade. O conceito de luta por reconhecimento de Axel Honneth abriu a possibilidade de ir por outro caminho, o de perceber nos depoimentos o desejo de ser reconhecido, sem que isso signifique manipulação ou “carência afetiva”: o reconhecimento é o que nos constitui como pessoa a partir do olhar do outro. Além disso, as ideias de comunidade de memória e identidade geracional reforçaram o aspecto de semelhança e proximidade entre os depoentes. Nesse sentido, este trabalho se debruçou sobre o **vínculo** criado por aqueles que compartilham a memória de ter lutado pela ditadura e a complexidade do conflito entre a juventude e o Estado autoritário.

Outra dimensão que investigamos foi a condição de classe relacionada com a ideia de conflito de gerações. O pertencimento à classe em ascensão que se via frustrada pelas crises políticas e econômicas da década de 60 proporcionou um motivo de luta da geração que queria mudar o país. Insatisfeitos com o que o Brasil se tornava, as ideias marxistas possuíam uma afinidade eletiva com a indignação da juventude universitária, que estava disposta a abandonar os próprios privilégios para ser agente da mudança social. A autocrítica, muitas vezes camuflada pelo riso, era uma forma de falar sobre essa afinidade: a radicalização não era propriamente pelo socialismo, e sim contra o *status quo*.

Se por um lado foi possível a interpretação interna de forma profunda dos depoimentos, este trabalho possui a lacuna de não ter ele próprio realizado suas entrevistas e posto seus questionamentos. De certa maneira, fui acomodado em trabalhar com os depoimentos conduzidos pela experiência e habilidade de César Barreira e Helena Serra Azul. Tanto César como Helena conheciam bem quase todos os convidados, tinham liberdade para fazer questionamentos e a sensibilidade de escolher por qual caminho seguir. No caso de César, que foi presidente do CESC em 1968, estudante de Ciências Sociais a partir de 69, interrogado na sala da ASI da universidade e impedido de dar aula no DNOCS pela repressão, pelo “antecedente político”, ainda se somou a vasta bagagem de sociólogo, professor e pesquisador. A proposta é utilizar essa experiência como exemplo a ser seguido no futuro. Outra lacuna foi não ter aprofundado sobre os estudos acerca da participação de jovens na política, o que poderia ter elucidado questões sobre as razões do engajamento político.

Este trabalho não está concluído. Dele se deriva a proposta de estudar algo ao mesmo tempo tão distante e tão próximo: no doutorado pesquisarei também a juventude, mas não a juventude resgatada pela lembrança, e sim a juventude do presente. Também estudarei participação política e engajamento, mas não pela mudança social para o futuro, e sim na luta para que o país “retome os valores perdidos”. Se este trabalho é sobre jovens que lutaram para realizar uma revolução socialista no Brasil, que tornasse o país livre do imperialismo capitalista e da oligarquia interna entranhada no Estado, no doutorado pretendo estudar jovens da segunda década dos anos 2000 que se dizem “de direita”, “conservadores”, que enaltecem o passado ditatorial (mesmo que tenham nascido na década de 90), repudiam políticas inclusivas e distributivas e veem em Jair Bolsonaro a esperança de um país melhor.

Enfim, este trabalho também é um agradecimento e uma homenagem aos que contaram suas histórias na Comissão. Mesmo tendo me resguardado do contato, permanecendo distante de meus informantes, hoje me sinto como que íntimo deles. Convivi tanto durante esses três anos com esses idosos que recordaram de sua juventude que é estranho imaginar que talvez eles não me reconheçam ao me verem na rua. Infelizmente, durante esses anos, Edson Pereira e Marcos Sampaio faleceram. Este trabalho também serve para inscrever suas histórias.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. *A Revolução Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- AARÃO REIS, Daniel. Versões e Ficções: a luta pela apropriação da memória. In: AARÃO REIS et alii. *Versões e Ficções: o sequestro da história*. 2ª ed. ampliada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais – um relato para a história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- BARREIRA, César. *Crimes por Encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.
- BARREIRA, Irllys e GONÇALVES, Danyelle Nilin. *Anistiar ou esquecer? Direitos humanos e os perseguidos políticos no Brasil*. O Público e o Privado – N° 15 – Janeiro/Junho, 2010.
- BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BECKER, Howard S. *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. In: *O Brasil Republicano – O Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 11ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011b.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (org). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Ver. e atual. – Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final/Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, CNV, 2014.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Violação de Direitos Humanos na Universidade*. Vol. 3. CNV, 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A Ditadura em Tempos de Milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DURKHEIM, Émile. *Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELIAS, Nobert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FARIAS, Airton de. *Além das Armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação dos documentados da ditadura*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FORACCHI, Marialice. *Os estudantes e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato Calado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FREITAS, Mariano. *Nós, os estudantes*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2001.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, Companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local – Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O Preço do Passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, 2006.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HONNETH, Axel. *Lutas por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa, apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. *O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos*. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, nº 33, maio/agosto, 2013.

JOFFILY, Mariana. *Direito à Informação e Direito à Vida Privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira*. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 129-148, janeiro-junho de 2012.

LENOIR, Rémi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE et alii: *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAGALHÃES, Mário. *19 capas de jornais e revistas: em 1964, a imprensa disse sim ao golpe*. 31 de março de 2014. Disponível em: <<http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/>>

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de Luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MANNHEIN, Karl. *Karl Mannheim: Sociologia / organizadora Marialice Mencarini Foracchi*; São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Guerra da Memória: A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. Varia História, Belo Horizonte, nº 28, p. 178-201, dez. 2002.

MOTA, Silvio de Albuquerque. *Rebeldes*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Jônathas Assunção de. *Ditadura Militar: resistência e luta na UFC*. Monografia de conclusão de curso, Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal do Ceará, 2016.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

POERNER, Artur José. *O Poder Jovem*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

- RAMALHO, Bráulio. *Foi Assim!* Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 46ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.
- ROZOWYKWIAT, Joana G. *Subversivos: 50 anos após o golpe*. Recife: Cepe, 2014.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. Volume 3: O Tempo Narrado.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil – A UNE na resistência ao Golpe de 64*. São Paulo: Cortez Editora, 1986.
- SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: *Georg Simmel: Sociologia / Organizador Evaristo de Moraes Filho*. São Paulo: Ática, 1983.
- SIMMEL, Georg. Fidelidade e Gratidão. In: *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.
- THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. Proj. História, São Paulo, (15), abr. 1997.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- VASCONCELOS, Claudia Beserra de. *As Análises da Memória Militar sobre a Ditadura: balanço e possibilidades*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009.
- VASCONCELOS, José Gerardo. *A Memória em Construção: Sonho, Silêncio e Esquecimento dos Militantes de Esquerda no Brasil Autoritário*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, 1997.
- VASCONCELOS, José Gerardo. *O Militante Clandestino: memória, identidade e família*. Educação em Debate. Fortaleza. Ano 20. Nº 36, 1998.
- VASCONCELOS, José Gerardo. *“Heróis” ou “bandidos”? Militantes de esquerda nos cárceres políticos (1964-1979)*. Revista de Ciências Sociais - V. 31 - Nº 1, 2000.
- DAS, Veena. *O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade*. Cadernos Pagu (37), julho-dezembro, 2011.
- VENTURA, Zuenir. *1968 - O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: MG, Italaia, 1987; Niterói: RJ, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WEBER, Max. O sentido da “neutralidade axiológica” nas Ciências Sociais e Econômicas. *In: Metodologia das ciências sociais, parte 2*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

NOTÍCIAS CONSULTADAS

FOLHA DE SÃO PAULO. *Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país.* São Paulo. 03 de junho de 2016. <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>> (Acesso em 18 de agosto de 2016)

FOLHA DE SÃO PAULO. *Em manifesto, generais atacam ministro e Comissão da Verdade.* São Paulo. 26 de setembro de 2014. <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1523380-em-manifesto-generais-atacam-ministro-e-comissao-da-verdade.shtml>> (Acesso dia 18 de agosto de 2016)

FOLHA DE SÃO PAULO. *Tiro no Pé.* São Paulo. 06 de abril de 2014. <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/04/1435797-tiro-no-pe.shtml>> (acesso em 08 de dezembro de 2014)

G1. *General critica inclusão do pai em lista da Comissão da Verdade.* Rio de Janeiro. 11 de dezembro de 2014. <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/general-critica-inclusao-do-pai-em-lista-da-comissao-da-verdade.html>> (Acesso em 18 de agosto de 2016)

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Cube Naval cria Comissão da Verdade paralela à oficial.* São Paulo. 14 de maio de 2012. <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes.clube-naval-cria-comissao-da-verdade-paralela-a-oficial-imp-,872698>> (Acesso em 18 de agosto de 2016)

O POVO. *Após homenagem de Bolsonaro, página de torturador cresce mais de 16.000%.* Fortaleza. 20 de abril de 2016. <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2016/04/20/noticiaspoliticas.3605954/apos-homenagem-de-bolsonaro-pagina-de-torturador-cresce-mais-de-13-00.shtml>> (Acesso em 18 de agosto de 2016)

REVISTA ISTO É. *O delator quer dinheiro.* São Paulo. 17 de agosto de 2012. http://www.istoe.com.br/reportagens/230618_O+DELATOR+QUER+DINHEIRO (acesso em 20 de outubro de 2017)

LISTA DOS DEPOIMENTOS REALIZADOS NA CV

Depoente e Data	Duração (em horas)
Francisco Edson Pereira (06-03-14)	1:29
Helena Serra Azul (10-03-14)	2:00
Helena Serra Azul (03-04-14)	1:10
Lourival Aguiar, Zito (12-03-14)	2:28
Inocência Uchôa (26-03-14)	2:00
Ruth Cavalcante (03-04-14)	1:41
Walmick Vieira (23-04-14)	1:10
Valter Pinheiro (28-04-14)	3:09
José Machado Bezerra (28-04-14)	2:05
Aimberê Botelho do Amaral (09-05-14)	1:12
Manoel Dias da Fonsêca (09-05-14)	1:07
Geraldo Magela (16-05-14)	1:34
Rosa da Fonseca (16-05-14)	1:28
Marcos Sampaio (19-05-14)	1:18
Carlos Augusto Diógenes, Patinhas (19-05-14)	1:38
Pedro de Albuquerque (23-05-14)	2:14
José Francisco dos Santos Rufino (26-05-14)	1:00
Luis Carlos Paes (02-06-14)	1:33
Inácio Carvalho de Arruda Coelho (02-06-14)	1:52
João de Paula Monteiro (04-06-14)	1:18
Valton Miranda Leitão (04-06-14)	1:07
Francis Gomes Vale (09-06-14)	1:29
Francisco Horácio da Silva Frota (09-06-14)	1:24
Raimundo Oswald Cavalcante Barroso (24-06-14)	1:22
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (26-06-14)	2:40
Lincoln Moraes de Souza (27-06-14)	1:00
Paulo Lincoln Carneiro Leão Mattos (27-06-14)	1:10
Francisco de Assis Costa Aderaldo (30-06-14)	1:09